

# RC

Revista de Cultura  
Review of Culture

International Edition 24

Edição Internacional 24 Julho 2007

INSTITUTO  
C.A.E. de Macau

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

ISSN 1682-1106



**EDITOR**

Publisher

INSTITUTO CULTURAL  
do Governo da Região Administrativa  
Especial de Macau

**CONSELHO DE DIRECÇÃO**

Editorial Board

Heidi Ho, Marie MacLeod,  
Luís Ferreira, Charles Lam,  
Wong Io Fong e Paulo Coutinho  
rci@icm.gov.mo

**COORDENADOR**

Co-ordinator

Luís Ferreira  
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

**EDITOR EXECUTIVO**

Executive Editor

Paulo Coutinho  
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

**EDITOR EXECUTIVO**

Executive Editor

Wong Io Fong

**DIRECTOR GRÁFICO**

Graphic Director

Victor Hugo Marreiros  
VictorHugoM@icm.gov.mo

**CONCEPÇÃO GRÁFICA**

Graphic Design

Grace Lei

**SEPARAÇÃO DE CORES**

Color Separation

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.  
hhengpcl@macau.ctm.net

**IMPRESSÃO**

Printing

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.  
hhengpcl@macau.ctm.net

**TIRAGEM**

Print Run

2000

**REDACÇÃO E SECRETARIADO**

Publisher's Office

INSTITUTO CULTURAL  
do Governo da R.A.E. de Macau  
SEP - Sector de Edições Periódicas  
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau  
Tel: (853) 8399 6322  
Fax: (853) 2836 6806  
Email: rci@icm.gov.mo  
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

**RC** é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

**RC** é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

**RC** is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

**RC** publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a

# Revista de Cultura

Subscribe to

## Review of Culture



**Preços / Rates**

**Exemplar Avulso / Single Copy**

**Macau**

MOP 80,00

**Ásia / Asia**

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

**Outros países / Other countries**

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

**Assinatura / Subscription**

(4 números / issues)

**Macau**

MOP 160,00

**Ásia / Asia**

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

**Outros países / Other countries**

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16<sup>th</sup> century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21<sup>st</sup> century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

**CONTACTOS**

**Contacts**

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-8399 6322

Fax: 853-2836 6806

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 24, IIIª Série, 4.º Trimestre 2007

RC, no. 24, III<sup>rd</sup> Series, 4<sup>th</sup> Quarter 2007

TEXTOS

Texts

Christina Miu Bing Cheng  
Ernst van Veen  
George Bryan Souza  
Jin Guo Ping  
Rogério Miguel Puga  
Rui d'Ávila Lourido  
Rui Manuel Loureiro  
Teddy Sim  
Wu Zhiliang  
Zhang Minfen

TRADUÇÃO

Translation

PHILOS - Comunicação Global, Lda.  
(Português-Inglês, Inglês-Português)

REVISÃO

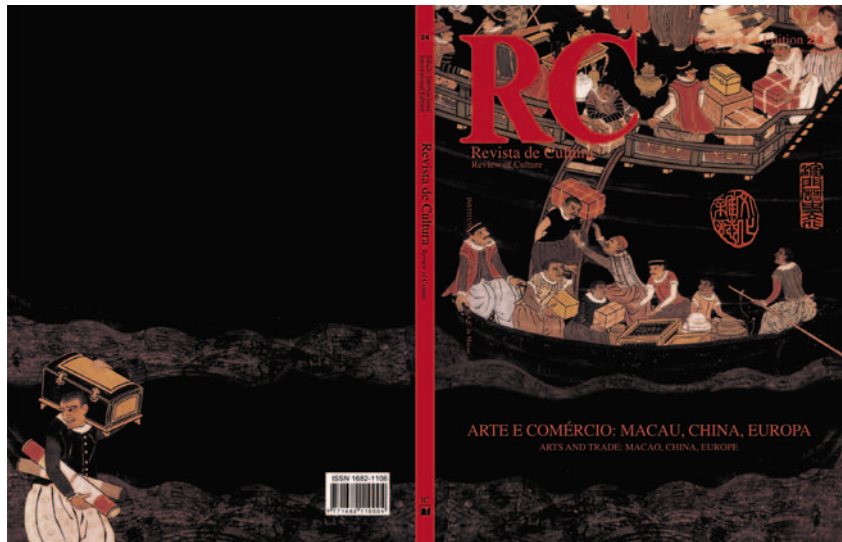
Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),  
Luís Ferreira (Português),  
Cathryn Clayton e T. Rex Wilson (Inglês)

AGRADECIMENTOS

Acknowledgements

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa  
Martyn Gregory Gallery, Londres  
Museu de Arte de Macau, Macau  
Museu Rainha D. Leonor, Beja



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

A representação do biombo *namban* no grafismo de Victor Hugo Marreiros remete-nos para o tema central desta edição de *Revista de Cultura*: o intercâmbio de mercadorias e bens preciosos ou artísticos que os Portugueses e, depois, outros Europeus travaram com os povos do Extremo Oriente, da China e do Japão. Através de Macau, ou da zona costeira do sul do Guangdong, este comércio irradiou para outras pagagens – a leste, Manila e Indonésia; a oeste, Brasil e América Latina. Das trocas e da diplomacia do “*gift and giving*” (de que se ocupam Bryan Souza, Rui Lourido, Rui Loureiro, Jin Guo Ping e Wu Zhiliang) luziram, em ambos os lados do *encontro*, influências e aculturações estéticas – do palato, passando pelo vestuário e a decoração, ao pensamento. O encontro euro-asiático em Macau ecoou também na literatura, fenómeno de que nos falamos nesta edição Rogério Miguel Puga e Christina Cheng. Cheng, em particular, embrenha-nos na obra-prima de um dos maiores dramaturgos da China Ming (Tang Xianzu), cuja acção decorre parcialmente em Macau.

OUR COVER

The representation of a *namban* screen reflects the central theme of this issue: exchange of merchandise, precious goods and artworks between the Portuguese, followed by other Europeans, and the peoples of the Far East, China and Japan. This trading expanded eastward to Manila and Indonesia and westward to Brazil and Latin America via Macao, and Guangdong's southern coast. The exchanges and diplomacy involved in gifts and giving (in articles by Bryan Souza, Rui Lourido, Rui Loureiro, Jin Guo Ping and Wu Zhiliang) throw light on both sides of the encounter: influence and aesthetic acculturation, from food through to clothing, decoration and thought. Eurasian encounters in Macao echo in literature also, as reflected in articles by Rogério Miguel Puga and Christina Cheng. Cheng's analysis of *The Peony Pavilion*, the masterpiece by Tang Xianzu, one of Ming China's greatest playwrights, indicates that part of the action is set in Macao.

# SUMÁRIO

## Index



### ARTE E COMÉRCIO: MACAO, CHINA, EUROPA \*

#### ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

- 6 LIAMPÓ NAS RELAÇÕES SINO-PORTUGUESAS ENTRE 1524 E 1541 E A ESCUDELA DE PÊRO DE FARIA

1524 至 1541 年间中葡关系中之双屿及别琢佛哩汤碗  
Jin Guo Ping e Wu Zhiliang



- 20 GIFTS AND GIFT-GIVING IN PORTUGUESE-INDONESIAN DIPLOMATIC RELATIONS

葡萄牙与印度尼西亚外交关系中的赠礼  
George Bryan Souza

- 33 NAVIOS, MERCADORIAS E EMBALAGENS NA ROTA MACAO-NAGASÁQUI

澳门—长崎线路中的船、货物和包装  
Rui Manuel Loureiro

- 52 MACAO, PÓLO FUNDAMENTAL PARA A DIFUSÃO DO GOSTO E ESTÉTICA CHINESES NA EUROPA E BRASIL

澳门是在欧洲和巴西传播对中国的兴趣和美学的基地  
Rui D'Ávila Lourido



#### LITERATURA \* LITERATURE

- 71 *THE PEONY PAVILION*: A CROSSROADS OF EAST-WEST AND SOUTH-NORTH

牡丹亭：东西与南北之间的十字路口  
Christina Miu Bing Cheng

- 90 MACAO NA LITERATURA INGLESA

英国文学中的澳门  
Rogério Miguel Puga



#### HISTORIOGRAFIA \* HISTORIOGRAPHY

- 106 A PROBE INTO MACAO'S POLITICAL ECONOMY AND TRADE RELATIONS DURING THE MID-QIANLONG / POMBALINE PERIOD

初探乾隆 / 蓬巴尔时期的政治经济与贸易关系  
Teddy Sim

- 121 DUTCH STRATEGIES AND THE *ESTADO DA ÍNDIA*

荷兰人策略和葡属印度  
Ernst van Veen

- 132 O PE. ÁLVARO SEMEDO E A SUA *RELAÇÃO DA GRANDE MONARQUIA DA CHINA*

曾德昭神父与其“大中国志”  
Zhang Minfen



- 141 RESUMOS

- 143 ABSTRACTS



瓷窑

天愈十二眼  
後入新燒火  
兩箇時火  
從上足下  
共計火力  
十二時辰



門火先燒十箇時  
足火從下攻上

# Liampó nas Relações Sino-Portuguesas entre 1524 e 1541 e a Escudela de Pêro de Faria

JIN GUO PING\* E WU ZHILIANG\*\*

## LIAMPÓ NAS RELAÇÕES SINO-PORTUGUESAS ENTRE 1524 E 1541

Os infelizes conflitos armados sino-portugueses verificados entre 1521 e 1522 nas águas cantonenses no delta do rio das Pérolas cortaram as relações oficiais entre os dois países.<sup>1</sup> A partir daí e até 1540 estamos perante um período sobre o qual não há informação sistemática nas fontes, quer portuguesas quer chinesas. Depois do fracasso da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho em Xicaowan 西草湾 (Ancoradouro de Ervas do Ocidente),<sup>2</sup> os comerciantes privados portugueses parecem ter seguido pelo litoral chinês em direcção a Norte, em parceria com os seus homólogos chineses, nomeadamente os da província de Fujian 福建, os conhecidos “chinchéus”. À medida que avançavam para Norte foram estabelecendo vários pontos de apoio à navegação, como Lamao 南澳 (Baía do Sul),<sup>3</sup> Chinchéu 漳州,<sup>4</sup> os mais conhecidos, até atingirem Liampó (Shuangyu 双屿, Duas Ilhas).<sup>5</sup>

Liampó foi o primeiro estabelecimento português relativamente fixo na orla marítima chinesa, encontrando-se o seu fim bem documentado nas fontes

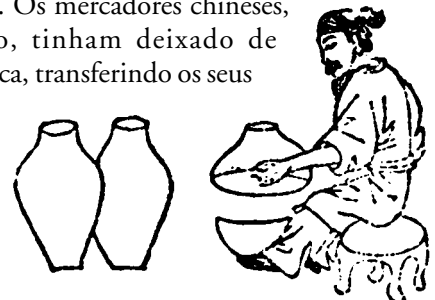
chinesas, sobretudo nos relatórios oficiais de Zhu Wan 朱纨,<sup>6</sup> que ordenou a expedição militar que conduziu à sua completa destruição em 1548.<sup>7</sup> No entanto, o início deste “bandel” continua controverso, com várias datas sugeridas por fontes coevas chinesas. Que se saiba, nas fontes portuguesas não há relatos seguros sobre os primórdios de Liampó, apesar das “descrições” de Fernão Mendes Pinto, as quais devem ser lidas com reserva.

Passemos a traçar um pequeno historial do início de Liampó, a partir das fontes chinesas e em comparação com as pouquíssimas e dispersas informações portuguesas.

Liampó foi uma das *qidi* 弃地 (terras evacuadas), a partir de 1386, por necessidades da defesa marítima.<sup>8</sup>

No “incidente de 1523”,<sup>9</sup> os membros das duas embaixadas tributárias rivais japonesas, chefiadas respectivamente por Kendou Sousetsu e Sou Sokeire,<sup>10</sup> após o saque à cidade de Ningpó 宁波, ocuparam Liampó, onde se desfizeram das mercadorias que traziam, dando início a uma fase de comércio ilegal.

“Os navegadores portugueses, na sequência dos violentos confrontos ocorridos nas ilhas de Cantão, em 1521 e 1522, abandonaram temporariamente a rota da China. Os mercadores chineses, de igual modo, tinham deixado de frequentar Malaca, transferindo os seus negócios para outros portos do Sudeste Asiático, como Patane e Sunda.”<sup>11</sup>



\* 金国平 Tradutor e investigador da História de Macau e da História das Relações Sino-Portuguesas. Licenciado em Português pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim.

Translator and researcher of the History of Macao and Sino-Portuguese Relations. Graduate in Portuguese from Beijing University of Foreign Studies.

\*\* 吴志良 Doutoramento em História pela Universidade de Nanjing. Vice-presidente do Instituto das Relações Chinesas com o Exterior. Membro do Conselho de Administração da Fundação Macau.

Ph.D. in History from Nanjing University. Vice-president of the China Overseas Relations Association. Board member of the Macao Foundation.

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

Poderá ter havido contactos entre comerciantes chineses e portugueses em outros lugares da Insulíndia:

“Os juncos chineses, aliás, cruzaram-se repetidamente com as nossas embarcações: durante o ano de 1523 D. Sancho Henriques encontrara-os em Patane, enquanto Francisco de Sá os avistara em 1527, carregando pimenta na ‘ponta bamta’, um dos ancoradouros da ilha de Java. Neste último ano, segundo informações recolhidas pelo capitão de Malaca, tinham partido trinta juncos de Chinchéu, rumo a Sunda, Patane, Dema, Linga e Malaca. Este movimento comercial, porém, seria insuficiente para satisfazer a procura de produtos estrangeiros em todas as zonas do litoral do Celeste Império.”<sup>12</sup>

É de calcular que, a partir de 1524, terá havido portugueses entre os comerciantes asiáticos que chegaram a Shuangyu (Liampó). As fontes chinesas usam a expressão *Fanyi* 番夷 (bárbaros estrangeiros), logo nesse grupo poderão estar incluídos portugueses. Não houve iniciativas oficiais de Malaca, mas qual a autoridade que poderia impedir os portugueses de viajar em barcos asiáticos, ora como comerciantes ora com espingardeiros? Ana Maria Amaro avança:

“A *Peregrinação* de Fernando Mendes Pinto é o único documento pormenorizado que hoje se conhece sobre a cidade de Liampó, arrasada pelos chineses, mas cujos possíveis sobreviventes portugueses se contavam, talvez, entre os primeiros habitantes de Macau.

Segundo aquela fonte, Ningpó, feitoria portuguesa na costa oriental da China foi fundada por Duarte Rodrigues, em 1524.”<sup>13</sup>

Embora com base em informações retiradas da *Peregrinação*, esta data de 1524 parece corroborada pelas fontes chinesas a seguir reproduzidas. Mais um pequeno avanço na compreensão da *Peregrinação*.

Zhu Wan, que comandou expedição militar contra Liampó, afirma num documento oficial datado de 1548:

“Num mar, há um lugar, chamado de Damaikeng 大麦坑 (Depressão da Cevada), que fica em frente de Shuangyugang (双屿港, Porto de Duas Ilhas). Foi ocupado pelos bárbaros e piratas durante mais de 20 anos.”<sup>14</sup>

A data de 1524, com movimentos comerciais, em Liampó aparece referida em *Chouhai Chongbian* 筹海重编 (Novas Exposições Ilustradas da Defesa Marítima) nos seguintes termos:

“Zheng Ruozeng 郑若曾 frisa: os bárbaros estrangeiros que vêm em missão tributária são recebidos e controlados pelas *Shibosi* 市舶司 (Superintendências do Comércio Marítimo), criadas pela nossa Dinastia. A Superintendência do Comércio Marítimo de Cantão foi criada para os mais variados bárbaros de Champá e Sião, entre outros. A Superintendência do Comércio Marítimo criada em Fujian era exclusivamente para os Léquios e a Superintendência do Comércio Marítimo em Zhejiang 浙江 foi especialmente estabelecida para o Japão. Quando vinham as missões tributárias, era-lhes permitido trazer produtos autóctones para as trocas comerciais, que se realizavam através de corretores nomeados pelas autoridades, que serviam de intermediários entre estas e os comerciantes locais. A isto chama-se ‘troca comercial’, isto é, só quando há barcos tributários é que há trocas comerciais. Quando não há barcos tributários, não é permitida a ‘troca





## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

comercial'. Isto é bem claro. Os Xifan 西番 (bárbaros de Oeste)<sup>15</sup> e os Léquios nunca causaram problemas de pirataria às nossas fronteiras, por isso podem vir em missões tributárias. Os japoneses são manhosos e de vez em quando insubordinados, por isso, foi-lhes imposto um prazo de dez anos para cada missão tributária, que não podia ultrapassar duas centenas de pessoas e duas embarcações. Mais tarde, foi alargado o número das pessoas, mas o prazo nunca foi modificado. Hoje em dia se só se fala na necessidade de legalizar o comércio marítimo, sem levar em consideração o cumprimento do prazo, a missão tributária deixa de ser o que era. Isto é, como separar as missões tributárias das trocas comerciais, sem a necessidade de esperar pelo prazo da apresentação de tributos para poder comercializar. Isto causa transtornos às instituições criadas pelos nossos antepassados. Como pode ser assim? Como se pode falar nesta possibilidade de divisão? Os barcos tributários são permitidos pelas leis. O comércio marítimo no seu todo era tutelado pela Superintendência do Comércio Marítimo, de modo que é uma actividade legal. Os comerciantes que se dedicam ao comércio marítimo não são permitidos pelas leis e não são controlados pela Superintendência do Comércio Marítimo, por isso, trata-se de um comércio ilegal. O Japão não tinha barcos comerciais. Estes eram aqueles com que as missões tributárias dos bárbaros de Xiyang 西洋 (Mar do Oeste)<sup>16</sup> transportavam as suas mercadorias até aos ancoradouros não oficiais de Cantão, que sempre estão sujeitos à fiscalidade oficial. Para mais pormenores, vejam o ofício de resposta do *haidao* 海道 (subintendente da Defesa Marítima) de Cantão. Primeiro, era para fugir aos impostos. Segundo, para poupar as despesas com os transportes terrestres, os naturais de Fujian levaram-nos a ancorar-se em Haicang 海仓 (Armazém Marítimo) e Yugang 月港 (Porto da Lua) e os naturais de Zhejiang levaram-nos a fundear em Shuangyu. Todos os anos vêm na altura do Verão e partem na véspera do Inverno; pode-se confundir isto com os barcos tributários?

Desde o ano *jiashen* 甲申 (1524), que foi um desastre, Shuangyu estava cheia de mercadorias. Com a chegada da missão tributária do Japão,<sup>17</sup> os comerciantes do comércio marítimo começaram a desfazer-se das suas mercadorias e convidaram os *wako* a reforçar a sua própria segurança. As autoridades tentaram proibi-lo, mas sem resultado. Os barcos de Xiyang voltaram aos seus ancoradouros não oficiais e os barcos de Dongyang

东洋 (Mar do Oriente) espalharam-se pelos mares. Os barcos comerciais transformaram-se em embarcações de pirataria.<sup>18</sup>

Com base neste documento, numa obra sobre a defesa marítima, publicada em 1999, "Actas da Mesa Redonda sobre os Vestígios do Comércio dos Portugueses em Liampó, na Dinastia Ming", afirma-se:

"Os portugueses teriam começado a participar nas actividades comerciais em Shuangyu entre o 4.º e o 5.º ano do reinado de Jiajing 嘉靖 (1525-1526), isto é, na década 20 do século XVI. Os portugueses abandonaram Shuangyu no ano em que Zhu Wan desencadeou a batalha de Shuangyu, isto é, no 27.º ano do reinado de Jiajing (1548)."<sup>19</sup>

A data de 1526 é sugerida por Zheng Shungong 郑舜功, autor de *Riben Yijian* 日本一鉴 (Um Olhar sobre o Japão), datável de 1564, nestes termos:



## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

“O comércio ilegal pelas águas de Zhejiang iniciou-se com Deng Liao 邓獠,<sup>20</sup> natural de Fujian. O contrabandista que se encontrava encarcerado na prisão de Anchasi 按察司, acusado de vários crimes, conseguiu evadir-se no 5.º ano do reinado Jiajing (1526). Nas suas andanças pelo mar trouxe *Fanyi* (bárbaros estrangeiros) para praticar o contrabando no Shuangyugang das águas de Zhejiang, com a protecção de outros contrabandistas, como Lu Huangsi 卢黄四, natural de Heao 合澳.”<sup>21</sup>

A partir de fontes portuguesas, Rui Manuel Loureiro frisa:

“No sentido de consolidar os laços mercantis com o litoral da China, Jorge Cabral, para além de se mostrar acolhedor, tomara duas outras importantes decisões. Em primeiro lugar, encomendara aos chineses que tinham visitado Malaca na monção de 1527 ‘algumas peças’ destinadas ao monarca português. A

documentação existente não permite esclarecer de que tipo de peças se tratava; mas foi já sugerido que Jorge Cabral teria mandado fazer na China um conjunto de objectos de porcelana, o que é bastante provável. Para relativa surpresa do capitão, a encomenda fora tomada em devida conta e as referidas peças haviam sido entregues na viagem do ano seguinte. Jorge Cabral encarara o facto como um sinal evidente da boa-vontade dos chineses e também como prova da sua intenção de começarem a frequentar regularmente o entreposto português de Malaca: ‘peraquy sabera que são os chyns çertos em malaca pois se comfia delles fazenda e tornão co ella’.

Em seguida, Jorge Cabral, manifestando o seu empenho na reabertura do tráfico com a China, revelava a D. João III que decidira enviar um junco a Cantão na monção de 1528.”<sup>22</sup>

Um dos piratas podia ser Deng Liao. No entanto, parece-nos difícil estabelecer tal identificação com solidez documental. Como os Portugueses não conseguiram, nos primeiros contactos oficiais com a China, através da embaixada de Tomé Pires,<sup>23</sup> o estatuto de país tributário, a única forma de entrar legalmente na China, restava-lhes participar no comércio ilegal, individualmente. Em consequência do Memorial apresentado em 1529 por Lin Fu 林富, vice-rei de Cantão, foram revogadas as proibições marítimas impostas a Cantão, que pôde assim restabelecer o comércio tributário com o Sudeste Asiático, mas os Portugueses continuaram impedidos de entrar legalmente na China.

“Mas a região de Cantão, apesar de reaberta a navios estrangeiros, continuava, num primeiro momento, interdita aos portugueses. Como relembra Couto, depois dos acontecimentos de 1521 e 1522, ‘de tal maneira ficam os portuguezes odiados, e avorrecidos, que mandou ElRey por hum Edicto geral’. Esse édito, ordenando que ‘se não consentissem mais em seus Reynos homens das barbas, e olhos grandes’, foi escrito ‘com letras grandes de ouro’ e afixado ‘sobre as portas da Cidade de Cantão’.”<sup>24</sup> Zheng Shungong chama *Fanyi* a todos os estrangeiros, pelo que os Portugueses podem estar incluídos nesse grupo. Aliás, na verdade, os Portugueses andavam disfarçados de siameses, como o atestam inúmeras referências na *Peregrinação* e nas fontes chinesas coevas.

Quanto à data de 1538, existe uma referência chinesa abonatória:



## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

“No dia *kuiyou* 癸酉 da 4.<sup>a</sup> Lua do 27.<sup>o</sup> do reinado de Jiajing (4 de Junho de 1548) [...] Zhu Wan, governador dos Assuntos Marítimos de Zhejiang e Fujian, com o título honorífico de censor metropolitano da Direita, recebeu as suas credenciais e bandeira própria. Inicialmente, os chineses andavam com excessivo gosto pelas mercadorias trazidas pelos bárbaros e começaram a fazer negócios clandestinos com eles. No 17.<sup>o</sup> ano do reinado de Jiajing (1538), Jin Zilao 金子老,<sup>25</sup> natural de Fujian, tornou-se proprietário de barcos que comercializavam com os bárbaros e ocupou o porto de Liampó.”<sup>26</sup>

Hu Zongxian 胡宗宪 afirma:

“Jin Zilao, no 18.<sup>o</sup> ano do reinado de Jiajing (1539) trouxe Xifanren 西番人 (bárbaros do Oeste)<sup>27</sup> para fazer negócios em Shuangyugang, usando-o como base.”<sup>28</sup>

A data de 1540 é a mais referenciada nas fontes chineses:

“No ano *gengzi* 庚子 do reinado de Jiajing (1540), começaram a atrair bárbaros Folangji 佛郎机 para as águas de Zhejiang e a ancorar em Shangyugang, onde se dedicavam ao comércio clandestino.”<sup>29</sup>

“A seguir, no 19.<sup>o</sup> ano do reinado Jiajing (1540), os irmãos Xu Yi 许一 (Xu, o Primeiro), Xu Er 许二 (Xu, o Segundo), Xu San 许三 (Xu, o Terceiro) e Xu Si 许四 (Xu, o Quarto) atraíram às escondidas bárbaros de Folangji, de Dayi 大宜 (Patane) e de Malaca, a frequentar os portos de Shuangyu e Damao 大茅 (Eras Gigantes), à procura de lucros fabulosos. Foi assim que o Sudeste do nosso país ficou infestado de piratas.”<sup>30</sup>

“Mais tarde, no 19.<sup>o</sup> ano (1540) do reinado Jiajing, os irmãos Xu Yi (aliás Song 松), Xu Er (aliás Nang 楠), Xu San (aliás Dong 栋) e Xu Si (aliás Zi 梓) atraíram os bárbaros de Folangji para as águas de Zhejiang (esses bárbaros vieram comerciar a Cantão durante o reinado de Zhengde 正德 (1506-1521). Não conseguiram aquilo que queriam e foram expulsos pelo *haidao fushi* 海道副使 (subintendente da Defesa Marítima) Wang Hong 王鋹. Mais tarde voltaram a residir em Malaca, de onde os trouxeram os irmãos de Xu Yi e passaram a frequentar os portos de Shuangyu e Damao.”<sup>31</sup>

São estas as referências expressas à presença em Liampó dos Folangji, designação algo pejorativa conferida nessa altura aos Portugueses.

Há mais informações relativas à presença portuguesa em Liampó no ano de 1540:

“No ano *shushen* 戊申 do reinado de Jiajing (1548), houve o sucesso militar do censor metropolitano Zhu Wan em Shangyugang, que está sob a vigilância do Posto Militar de Guoju 鄞衢 de Dinghai 定海. É a base dos piratas Li Guangtou 李光头 (Li, o Careca) e Xu Dong, entre outros. Ocuparam-no desde o ano *gengzi* (1540) até ao ano *shushen* (1548), num total de 9 anos. Não faltavam nem quartéis nem navios de guerra.”<sup>32</sup>

“No 19.<sup>o</sup> ano do reinado de Jiajing (1540), os cabecilhas dos piratas, Li Guangtou e Xu Dong, atraíram piratas japoneses a concentrar-se em Shangyugang. Li Guangtou é natural de Fujian, Li Qi 李七 (Li, o Sétimo) e Xu Dong 许栋, isto é Xu Er (Xu, o Segundo),<sup>33</sup> naturais de She 歙<sup>34</sup>. Todos estavam presos numa cadeia de Fujian por terem cometido crimes. Evadiram-se da prisão para o mar e atraíram piratas japoneses a concentrar-se em Shangyugang, sob a vigilância do Posto Militar de Guoju. Entre os seus



## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

sequazes, temos Wang Zhi 王直, Xu Weixue 徐惟学, Ye Zongman 叶宗满, Xie He 谢和 e Fang Tingzhu 方庭助 entre outros, que frequentavam os países bárbaros e praticavam a pirataria criando assim muitos problemas nas rotas marítimas ...”<sup>34</sup>

Wang Zhi, que encabeça a lista, pertencia ao grupo Huishang 徽商, isto é, comerciantes de Huizhou 徽州 que detinham uma rede comercial que cobria a quase totalidade do território chinês, com incidência no vale do rio Yangtse, no Grande Canal e no litoral Sudeste.<sup>34</sup> Esta rede nacional tanto servia para reunir produtos para a exportação como para distribuir as mercadorias importadas. As actividades comerciais dos comerciantes de Cantão e Fujian estavam restritas ao litoral e muitas vezes eram agentes dos Huishang. O letrado He Qiaoyuan 何乔远 comenta:

“A vila de Anping 安平 fica à beira-mar e os seus habitantes dedicam-se ao comércio ao serviço dos comerciantes de Hui 徽 e She. Navegam pelos mares para comerciar com os bárbaros. O que ganhavam mal chegava para o seu sustento.”<sup>37</sup> Wang Zhi exercia a importante função de “fiel depositante” e “fiador” nas transacções comerciais entre diferentes grupos, sobretudo entre os comerciantes fixos do continente da China e os comerciantes marítimos, incluindo os Portugueses.<sup>38</sup>

Foi ele que serviu de intérprete aos três portugueses que desembarcaram, em 1543, em Tanegashima.<sup>39</sup>

“A partir de 1533, portanto, ficou novamente aberto o caminho da China, pois os navios portugueses que partissem de Malaca em direcção aos portos meridionais chineses poderiam escalar Pão e Patane, ambos importantes fornecedores de pimenta, produto fundamental para o comércio luso-chinês. Gaspar Correia afirma que ‘por caso d’estas pazes se tornou assentar a paz da China’. E Lopes de Castanheda quase repete as mesmas palavras, escrevendo que ‘estas pazes forão causa de tornarem a tratar na China’. Ou seja, ambos os cronistas estabelecem uma relação de causa e efeito entre as pazes com Pão e Patane e o retomar do tráfico português com a China. E em 1533, no mesmo

ano em que Manuel Godinho foi a Pão e a Patane negociar as tréguas, realizou-se uma primeira viagem portuguesa à China.”<sup>40</sup>

Nestas circunstâncias, começou a haver movimentação em direcção à China: “e sobretudo lhe he defeso nas leis otanerizar por que eu fui a Camtão ao porto velho, omde paguei os direitos na era de trimta e tres ...”<sup>41</sup>

O “porto velho” aqui referido deve ser Tamão.<sup>42</sup> Rui Manuel Loureiro sugere poder ser Afonso Gentil esse comerciante.<sup>43</sup> Após esta primeira tentativa, os Portugueses começaram a navegar pelo litoral da China. “e que indo no ano de 1534 para a China em um junco seu muito grande, no qual levava vinte portugueses dos mais honrados e ricos da fortaleza, e também sua mulher, chegando à ilha de Pulo Catão fizera aí aguada, com tenção de passar ao porto de Chinchéu ...”<sup>44</sup>

Em 1535, Estêvão da Gama, capitão de Malaca, iniciou os preparativos para mandar uma expedição comercial à China.<sup>45</sup> No mesmo ano, chineses levaram o famoso “pao da China” à Índia Portuguesa: “E como elles curam la com esta mezinha, acertaram acaso de trazer della esta raiz os Chins pera se curar cá no anno de 1535.”<sup>46</sup>

Em 1536, havia portugueses nas “Ilhas de Cantão”.<sup>47</sup>

Em 1541, apareceram as peças de porcelana de “encomenda”,<sup>48</sup> com a inscrição alusiva ao mandato de Pêro de Faria.<sup>49</sup>

Pelo exposto, parece que, de 1523 ou 1524, alguns portugueses poderão ter alcançado Liampó, misturados com asiáticos. A partir de 1526, os Portugueses chegaram a Liampó, trazidos por Deng Liao. A partir de 1533, os Portugueses começaram a frequentar o litoral chinês. Até aqui tudo teria sido de iniciativa privada. A iniciativa oficial de viagens à China teria tido lugar nesse mesmo ano, com Estêvão da Gama no cargo do capitão de Malaca. Não há dúvida que, a partir de 1540, Liampó se tornou numa importante base para os comerciantes clandestinos chineses, portugueses, japoneses e outros asiáticos, quer independentes quer ao serviço dos Chineses e/ou



## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

Portugueses. Essas actividades comerciais portuguesas ou luso-asiáticas no litoral chinês ficaram registadas tanto nas fontes escritas como nas porcelanas de encomenda que testemunham essa fase das relações luso-chinesas.

As várias datas registadas nas fontes chinesas e os ‘ecos’ nas fontes portuguesas provam o paulatino processo evolutivo de um comércio clandestino internacional e a presença lusa em Liampó, o primeiro estabelecimento português no solo chinês, mais ou menos estável, antes da fundação de Macau.

## A ESCUDELA DE PÊRO DE FARIA, DE 1541

Foi nas circunstâncias acima referidas que surgiram as peças de encomenda em porcelana com uma inscrição alusiva a 1541, do segundo mandato de Pêro de Faria. É a “mais antiga inscrição e também a mais antiga data conhecida sobre peças de fabrico chinês para o mercado ocidental ...”<sup>50</sup> Dessas encomendas conhecem-se hoje três peças: uma no Museu Duca di Martina, Nápoles, uma segunda no Topkapi Saray Museum, Istambul, e uma terceira no Museu Rainha D. Leonor, Beja,<sup>51</sup> a única que aqui nos interessa.

Antes de entramos na abordagem proposta, deter-nos-emos sumariamente na história da porcelana chinesa, que constitui um dos mais importantes contributos sínicos para a Humanidade, sendo um dos símbolos culturais da China.

Jingdezhen 景德镇 (vila de Jingde), a chamada “capital da porcelana” da China, situa-se no Nordeste da província de Jiangxi 江西 e foi na China imperial o maior e melhor centro produtor da porcelana chinesa. Inicialmente, estava sob a tutela administrativa do distrito de Fuliang 浮梁. Na dinastia Jin de Leste 东晋 (317-429) chamava-se Xinping Zhen 新平镇 (vila de Xinping). Durante a dinastia Tang 唐 (618-907) passou chamar-se Changnan Zhen 昌南镇 (vila de Changnan), sendo também conhecida por Taoyang Zhen 陶阳镇 (vila de Taoyang). Só a partir do reinado de Jingde 景德 (1004-1007) da dinastia Song 宋 (960-

-1279) a cidade recebeu o actual nome. “Jing” significa “prosperidade” e “de”, “virtude”.

O imperador Zhao Heng 赵恒 encomendou peças de porcelana para a Casa Imperial, com a marca “Jingde Nian Zhi” 景德年制 (fabricada no reinado de Jingde). Essas peças da encomenda imperial passaram ser conhecidas como “Jingdezhen Ciqi” 景德镇瓷器 (porcelana da vila de Jingde), daí que Changnan Zhen ou Taoyang Zhen tenha passado a chamar-se Jingdezhen.

A porcelana “azul e branco” é uma das quatro grandes séries dos produtos de Jingdezhen. A sua origem remonta à dinastia Tang e a sua técnica foi aperfeiçoada na dinastia Yuan 元 (1279-1368), tendo conhecido um grande desenvolvimento e uma ampla divulgação na dinastia Ming 明 (1368-1644).

Com base na “Fuliang Ciju” 浮梁瓷局 (Fábrica Imperial de Porcelana de Fuliang), criada ainda na dinastia anterior, o fundador da dinastia Ming, Zhu Yuanzhang 朱元璋 ordenou a criação da “Yuqichang” 御器厂 (Fábrica de Peças Imperiais), que se dedicava exclusivamente à produção de objectos destinados à Corte.

Foi durante a dinastia Han 汉 (206 A.C.-220) que essa porcelana começou a ser exportada<sup>52</sup> para a Ásia Marítima.<sup>53</sup>

A partir das dinastias Tang e Song,<sup>54</sup> a porcelana chinesa começou a ser exportada para o resto do mundo, por duas vias: a Rota da Seda, pelas estepes e desertos do Norte, e a Rota da Porcelana, pelos mares do Sul da China e pelo Índico. A bordo dos “barcos de tesouro” das sete viagens chefiadas pelo almirante Zheng He 郑和,<sup>55</sup> havia grande quantidade da porcelana “azul e branco”, quer para oferecer aos dignitários locais quer para transaccionar. Apenas 65 anos após a destruição da armada de Zheng He, em 1433, os Portugueses descobriam a via marítima para a Índia, criando a Rota do Cabo. A partir da conquista de Malaca em 1511, os Portugueses começaram a navegar para o Império do Meio e a entrar directamente nos



Interior e fundo da escudela de Pêro de Faria.  
Cortesias do Museu Rainha D. Leonor, Beja. Fotos Francisco Paixão.

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

“negócios da China”, principalmente da seda e da porcelana.

Deste comércio da porcelana surgiram as primeiras peças de encomenda, umas com inscrições e outras com brasões e inscrições.

A chamada “Escudela de Pêro de Faria, de 1541”, agora pertencente ao Museu Regional de Beja (Museu Rainha D. Leonor) é uma peça de porcelana “azul e branco” da dinastia Ming. Embora datada de 1541, ostenta no fundo uma marca apócrifa do reinado de Xuande 宣德 (1426-1435).

O reinado de Xuande, embora de muito curta duração, foi a “Idade de Ouro” na fabrico da porcelana “azul e branco”. As peças deste reinado têm a primazia em quase em tudo:<sup>56</sup> matérias-primas, variedade de modelos, motivos decorativos, uso do cobalto importado, pintura e marca apócrifa, sendo por isso muito apreciadas.

“Estas marcações são relativamente frequentes e visavam valorizar as peças consignando--as a épocas consideradas de maior prestígio.”<sup>57</sup> Eis a razão pela qual a “Escudela de Pêro de Faria, de 1541” leva a marca apócrifa de Xuande, apesar de ter sido encomendada no reinado de Jiajing

(1522-1566). É durante este reinado que começam as imitações ou “falsificações” de peças de Xuande e que continuam ainda hoje a inundar o mercado chinês.

Esta peça museológica é raríssima e está presente em todos os catálogos de exposições sobre os Descobrimientos Portugueses e as relações sino-portuguesas.

Parece ter sido Manuel de Faria e Sousa o primeiro a usar o termo “escudilla” (escudela)<sup>58</sup> para designar esta peça. Luís Keil traduziu-a para português da seguinte forma: “A escudela (*ouan*, em chinês) de pequenas dimensões (0,183 x 0,167 x 0,066), pesando 493 gramas, com duas asas em relevo recortadas e decoradas com um botão de flor e duas folhas, tem o esmalte branco levemente azulado.”<sup>59</sup> “Ouan”, “wan” 碗 em *pinyin*,<sup>60</sup> quer dizer tigela.

O Pe. Manuel Teixeira chama-lhe com mais propriedade “malga”.<sup>61</sup>

Segundo Geng Baochang 耿宝昌, que trabalha há mais de meio século como avaliador de porcelana

no Museu da Cidade Proibida de Pequim e é autor de mais de uma dezena de obras sobre a porcelana chinesa, esta peça “pode ser chamada de *tangwan* 汤碗 (tigela para sopa) ou de *tangpen* 汤盆 (terrina). Deve ter tido a sua tampa.”<sup>62</sup>

Trata-se de um utensílio para sopa ou cozinhados com molho.

A peça da Beja é geralmente conhecida de “Escudela de Pêro de Faria, de 1541”. O que não se compreende é o facto de encontrarmos na peça depositada no Museu Duca di Martina simultaneamente uma inscrição alusiva ao tempo de Pêro de Faria, 1541, e as armas da família de Abreu.

Teria sido uma peça encomendada por algum Abreu, “no tempo de Pêro de Faria” ou teria sido Pêro de Faria quem encomendou peças com as armas de algum Abreu?<sup>63</sup> Segundo Luís Keil:

“Várias hipóteses se podem formular acerca da origem da legenda inscrita nas escudelas.

Pêro de Faria talvez visse uma peça semelhante e, achando-a a seu gosto, encomendou outra, mandando-lhe pôr o seu nome.

Qualquer personagem chinesa, das muitas com que o capitão praticava, quis fazer um presente a Pêro de Faria e fez inscrever o nome do seu amigo numa peça igual àquelas que se reputavam das mais belas e raras.

Ainda algum dos portugueses de Liampó as mandou fazer para presentear o Governador da mais próxima estação portuguesa e, compondo a legenda, a mandara fabricar, enviando-a depois a Malaca.

Apontaria também a hipótese de as escudelas terem sido mandadas executar por qualquer dos portugueses daquelas regiões para seu uso, e o facto de ter a inscrição com o nome de Pêro de Faria nada provaria ser a este destinada, mas somente significaria a marcação da época da encomenda por ser o nome do capitão de Malaca, muito conhecido e respeitado naquelas paragens e ser a principal autoridade no extremo dos estabelecimentos portugueses daquele tempo.



A escudela de Pêro de Faria.  
Cortesia do Museu Rainha D. Leonor, Beja. Foto Francisco Paixão.

ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

O certo é que alguém deu ordem para se fabricar uma ou mais peças conforme o modelo escolhido ou desejado, e escreveu uma legenda com palavras portuguesas e a data de 1541, para ser copiada devidamente no bordo da escudela.

O decorador chinês, seguindo os imutáveis processos habituais de imitação, copiou a decoração e *nien-hao*<sup>64</sup> dos modelos, acrescentando-lhes as legendas, e numa o brasão.<sup>65</sup>

É desta fidelíssima imitação de um objecto, qualidade ou defeito próprios da observação e aplicação do sentimento chinês, resultou o anacronismo, a que já tanto me referi, entre a data e a marca, porventura justificado, mas que a nós ocidentais nos surpreende pelo uso de processos que se não adequam à nossa maneira de proceder.<sup>66</sup>

Conclusões que partilhamos com o autor. “No tempo de Pêro de Faria, de 1541” não passa de um elemento identificador da data de fabricação, como levam todas as peças produzidas pelos “fornos imperiais”. Curiosamente, esta peça, além de possuir a sua marca apócrifa chinesa de Xuande, leva uma marca apócrifa em português.

Vejam os mais explicações de Luís Keil, citando Manuel de Faria e Sousa:

“Tratando de Pêro de Faria, depois de vários encómios e de uma recapitulação sucinta dos seus feitos conhecidos, que ele respigou em parte nos escritos de Castanheda e de João de Barros, o autor das *Notas* escreve textualmente o seguinte: *Allá en lo interior de la China, adonde solamente se labran las porcelanas, se labraron muchas, que en contorno dezia el tiempo del labor deste modo: En tiempo de Pedro de Faria ano 1541.*

*Viniendole de allá a Malaca un precioso presente en grautitud y aplauso de sus obras, fueran parte del muchas destas porcelanas, como lo refiere Fernan Mendez Pinto en su Historia; y este ano de 1640; me mostro una delas (conservase en su casa y es una escudilla con alletas) D. Manuel Alvarez Pinto y Ribera Cavallero de la Orden de Santiago, fidalgo de la Casa Real y señor de la vila de CHILUECHEZ; con ocasion de averse abierto platica sobre la mucha o poca verdad con que el Mendez avia escrito, traendo-se la porcelana por vivo testimonio de quan verdadero fue en sus escritura, pues asta esto salia a luz su verdad, conservada por tantos anos en testimonio tan fragil como es la porcelana. En ella, pues, yo vi y lii la inscripcion referida y de letras*

*versales latinas, como essa con que abi dexo copiada y son ‘azules’.*<sup>67</sup>

A afirmação de “*Allá en lo interior de la China, adonde solamente se labran las porcelanas, se labraron muchas, que en contorno dezia el tiempo del labor deste modo: En tiempo de Pedro de Faria ano 1541*” está certíssima e destaca que “*en tiempo de Pedro de Faria ano 1541*” é “*el tiempo del labor*”.

Se Manuel de Faria e Sousa afirma ter visto “*una escudilla con alletas*” com esta legenda, bem podia ser uma da mesma encomenda de que fazia parte a da Beja. Esta só se tornou conhecida no século XX, mas no século XVII, Manuel de Faria e Sousa afirma “*En ella, pues, yo vi y lii la inscripcion referida y de letras versales latinas, como essa con que abi dexo copiada y son ‘azules’*”. O que o autor escreve merece todo o crédito e é essencial para entendermos a função daquela legenda.

Pela mesma inscrição existente na orla interior da Beja, a sua tampa supostamente “perdida” poderia ter outras armas e não as dos Faria. Por consequente, a da Beja teria sido uma encomenda de uma outra pessoa, cujo brasão deveria estar na “tampa”, e não do próprio Pêro de Faria, como se julgou até agora. Outra hipótese é a de ser uma peça encomendada por Pêro de Faria, com a mesma legenda de outras peças brasonadas.

Os artesãos chineses que executaram as encomendas teriam então usado a frase “No tempo de Pero de Faria, de 1541” como uma marca apócrifa.

Sobre este caso, Rui Manuel Loureiro comenta: “A existência destas peças sugere que no tempo de Pêro de Faria existiam mecanismos comerciais bem organizados, que regulavam o tráfico anual entre Malaca e os portos da China. Talvez valha a pena citar uma nota bastante mais tardia de Manuel de Faria e Sousa, incluída numa das obras que editou, e que se refere a este mesmo assunto. O célebre erudito seiscentista afirmava ter visto em 1640 uma escudela que continha inscrição semelhante: *‘En tiempo de Pedro de Faria. Año 1541’*. E adiantava que tal peça fazia parte de um conjunto de objectos de porcelana fabricados no interior da China, que tinham sido enviados a Pêro de Faria, *‘en gratitud y aplauso de sus obras y fama’*. Trata-se de certo de uma interpretação retórica de acontecimentos bastante mais banais. Pêro de Faria e outros portugueses residentes em Malaca, logo que o tráfico com a China foi reaberto, teriam começado a encomendar porcelanas chinesas com inscrições em português, aproveitando-se da sua estada temporária

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

no Extremo Oriente para obterem uma mercadoria que sendo já de si considerada muito valiosa, maior prestígio traria quando dotada de inscrições personalizadas.<sup>68</sup> De facto, “*en gratitud y aplauso de sus obras y fama*” não passa de “uma interpretação retórica” ou “considerações e referências elogiosas acerca da família dos Farias, a que ele pertencia ...”.<sup>69</sup>

É de salientar que o Português é a primeira língua ocidental a ser gravada em porcelana chinesa, apesar de já haver objectos anteriores a estas peças personalizadas encomendadas pelos Portugueses com inscrições em sânscrito, árabe, tibetano, entre outras línguas.

Embora haja quem sugira Fernão Mendes Pinto como o mandatário da encomenda desta peça,<sup>70</sup> a verdade é que não há, até ao momento, qualquer prova que sustente tal suposição, baseada exclusivamente no conhecido relacionamento que Fernão Mendes Pinto tinha com os Faria, seja no Reino seja em Malaca, e que ficou registado na *Peregrinação*.

Uma fonte chinesa oficial, de autoria de Zhu Wan, traz-nos algumas pistas sobre os possíveis agentes destas encomendas. Trata-se de um interrogatório feito aos homens, das mais variadas nacionalidades, feitos prisioneiros pelas forças navais chinesas durante a expedição de 1548 contra Liampo:

“O 3.º dia da 8.ª Lua do 27.º ano do reinado de Jiajing (4 de Setembro de 1548) [...] Agora dos irmãos, Xu Liu 许六 (Xu, o Sexto) está preso na cadeia da prefeitura de Shaoxing 绍兴府. O Quarto Irmão, que não se dá bem com os familiares do mesmo clã, andava a construir ilegalmente barcos com mais de dois mastros, que eram proibidos, com Lin Lanshi 林烂四, entre outros, que foi capturado e morto na cadeia. Com os tais barcos levava mercadorias proibidas e ia comerciar com países bárbaros, em ligação clandestina com os piratas, [...] construíram, em separado, barcos grandes de três mastros e estiveram associados durante anos no comércio de retrós, sedas e porcelanas, entre outras mercadorias, levando-as, armados, furtivamente para Folangji<sup>71</sup> e Mangala 满咖喇 (Bengala), entre outros países, onde se entregaram ao serviço dos Fanwang 番王 (reis bárbaros), tais como Bielu Foli 别录佛哩 (Pêro [de] Faria), Leigesi 类伐司 (Regos), Bieli Ximou 别哩西牟 (Pêro Simão), Budele Ximou Tuomiluo 不得罗西牟陀密罗 (Pedro Simão Ramiro), entre outros. Em nome de Xu Dong receberam destes pimenta, pau-sapão, marfim e especiarias, entre outras mercadorias,

e também berços, espingardas e facas, de todos os tamanhos, entre outras armas ...”.<sup>72</sup>

O Bielu Foli encabeça a lista dos “Fanwang”, o que corresponde à sua posição de capitão de Malaca.

De acordo com este documento, os intermediários poderiam ter sido os irmãos Xu e os seus homens.

Quanto à origem da peça da Beja,<sup>73</sup> Luís Keil é contraditório. A determinado passo afirma: “muito naturalmente numa manufactura da Cidade de Kiang-Si ou nalguma das fábricas da província de Tchekiang<sup>74</sup> para, em outra passagem, apontar Jingdezhen como a origem:

“Teria Fernão Mendes Pinto, o autor da célebre *Peregrinação*, amigo e enviado de Pêro de Faria em negócios públicos e particulares, alguma interferência na encomenda das peças?

Não esteve êle em Leang-pou<sup>75</sup> cinco meses no ano de 1541, e não foi dali que as peças, foram seguramente encomendadas em King-te-tsin<sup>76</sup> por intermédio da vizinha Ning-pou?<sup>77</sup>

Fernão Mendes Pinto volta a Malaca em fins de 1542 ou no começo de 1543, onde ‘ainda encontra’ Pêro de Faria. Teria sido ele a pessoa que mandou fazer as peças ou teria delas conhecimento?<sup>78</sup>

A peça da Beja parece ter origem em Jingdezhen, pois tem um azul-cobalto muito carregado e violáceo, bem típico do período do reinado de Jiajing.<sup>79</sup>

A sua proveniência de Jingdezhen pode ser comprovada através de vários factos.

Em primeiro lugar, os Portugueses já tinham informações sobre Jingdezhen. Galiote Pereira, um dos cativos de Cantão, escreve: “Ha outra provincia que se chama Quianssi e he esta também o nome da principal cidade e cabeça das outras.<sup>80</sup> E he ai que se faz toda a porsolana fina de Çulljo<sup>81</sup> pera sima, sem se fazer em nenhuma outra parte, e de Çullio<sup>82</sup> em todas as cidades da China. E como esta cidade de Quiansi esteja mais perto de Liampo que do Chincheo e não de Cantão, ha sempre em Liampo muita porselana e barata, e come ate qui os Portugueses sabião tão pouco desta terra, avião muitos que cuidavão e afirmavão que se fazião em Liampo, mas esta he a verdade.”<sup>83</sup>

Fr. Gaspar da Cruz tem um relato semelhante, baseado nas informações de Galiote Pereira.

“A outra província se chama Sanxi, e o mesmo é o nome da cidade que é cabeça da província. Tem esta província treze cidades. Nesta província somente se faz a porcelana, e porque está perto de Liampo, onde se



## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

vendia muita e muito boa e barata, tinham para si os Portugueses que se fazia no mesmo Liampó.”<sup>84</sup>

Estas informações confirmam com segurança a origem da porcelana comercializada em Liampó, ao estabelecer as relações comerciais entre Jingdezhen e a primeira localidade.<sup>85</sup>

Em segundo lugar, a supracitada fonte chinesa de 1548 é muito clara ao frisar: “construíram, em separado, barcos grandes de três mastros e levaram anos a estabelecer-se no comércio de retrós, sedas e porcelanas, entre outras mercadorias e as levavam, armados, para ir clandestinamente a Folangji e Mangala, entre os países ...”

Em terceiro lugar, nos anos 80 do século passado, as autoridades de Liampó descobriram uma área de 10 mil metros quadrados com cacos de porcelana<sup>86</sup> na ilha de Liuheng 六横 (Seis Colinas Atravessadas),<sup>87</sup> uma das duas que formam Liampó. Estes fragmentos são o resultado das peças que se quebravam durante o transporte de Jingdezhen até Liampó pela rede dos canais internos e e daquelas que por apresentarem defeitos eram partidas *in loco*, prática comum no negócio da porcelana.

## CONCLUSÃO

A peça da Beja teria sido uma encomenda feita no tempo de Pêro de Faria e provavelmente não por este. Parece indubitável a sua origem de Jingdezhen. Os possíveis agentes intermediários teriam sido chineses. Mesmo na hipótese de terem sido portugueses, estes últimos teriam sempre que recorrer ao serviço dos chineses, os seus parceiros, para estabelecer contactos com os comerciantes da porcelana de Jingdezhen. Teria, então, sido uma “encomenda conjunta”.

Os Portugueses foram os pioneiros no comércio transoceânico da porcelana da China para a Europa e foram os primeiros clientes de peças brasonadas e com inscrições em português. O Português é, por isso, a primeira língua ocidental a ser gravada na porcelana chinesa de encomenda do século XVI.

As primeiras peças de encomenda são os primeiros produtos da Globalização, a testemunhar o intercâmbio cultural e material entre o Oriente e o Ocidente, protagonizado pelos Chineses e Portugueses, uma página gloriosa da civilização da Humanidade. **RC**

## NOTAS

- 1 João Paulo Oliveira e Costa, “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531) – do sonho manuelino ao realismo joanino”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 11-84 e Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 289-293.
- 2 Jin Guo Ping 金国平, “1521-1522 Nianjian Zhongpu Junshi Chongtu – Xicaowan Shikao” 1521-1522 年间中葡军事冲突 “西草湾” 试考 (Os Conflitos Armados Sino-Portugueses entre 1521 e 1522. Uma tentativa de identificação de Xicaowan, o lugar da batalha naval da armada de Martim Afonso de Melo Coutinho), in *Xili Dongjian—Zaoqi Zhongpu Jiechu Zhuixi* 西力东渐—早期中葡接触追昔 (O Ocidente ao Encontro do Oriente. Uma Retrospectiva dos Primeiros Contactos Sino-Portugueses), Macau, Fundação Macau, 2000, pp. 1-18.
- 3 Jin Guo Ping, “Nan’ao Sankao” 南澳三考 (Três apontamentos históricos sobre Lamao), in *ibidem*, pp. 74-82.
- 4 Jin Guo Ping, “Zaoqi Puyu Wenxian Zhong De Chincheo” 早期葡语文献中的 Chincheo (Chinchéu nas fontes literárias e históricas portuguesas. A presença portuguesa em Fujian), in *ibidem*, pp. 52-73.
- 5 Sobre a sua localização geográfica, veja-se Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun 张正春, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, pp. 90-101.
- 6 L. Carrington Goodrich, Chaoying Fang (eds.), *Dictionary of Ming biography, 1368-1644*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1976, v. I, pp. 372-375 e Roland L. Higgins, *Piracy and coastal defence in the Ming period, governmental response to coastal disturbance 1523-1549*, Ann Arbor, University microfilm international, 1981, pp. 249-201. Para uma tradução em inglês da sua biografia em *Mingshi* 明史 (História dos Ming), cf. So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China during the 16<sup>th</sup> century*, Michigan State University Press, 1975, pp. 51-53.
- 7 So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China ...*, *passim* e Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, “Liampó reexaminado a luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, pp. 119-126.
- 8 Jiang Wenbo 蒋文波 (dir.), *Liuheng Zhi* 六横志 (Crónica de Liuheng), Xangai, Livraria de Xangai, 1996, p. 497.
- 9 So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China ...*, p. 5 e Roland L. Higgins, *Piracy and coastal defence in the Ming period ...*, pp. 45-58. Um estudo mais recente de grande qualidade e documentado em fontes japonesas sobre este caso é Oláh Csaba, “Debatten über den japanischen Tribut nach dem Zwischenfall in Ningbo (1523) und der chinesische Umgang mit der ersten darauf folgenden japanischen Gesandtschaft (1539-40)”, in Angela Scottenhammer (ed.), *The East Asian Maritime World 1400-1800: Its Fabrics of Power and Dynamics*

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

- of Exchanges, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2007, pp. 169-218. Sobre o “incidente de 1523”, ver pp. 169-185.
- 10 Na transcrição destes nomes japoneses contamos com a ajuda da Prof. Doutora Mihoko Oka, da Universidade de Tóquio, a quem agradecemos sinceramente.
- 11 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 313.
- 12 *Ibidem*, p. 317.
- 13 Ana Maria Amaro, *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão: Assim Cresceu Macau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Livros do Oriente, 1998, p. 95.
- 14 Zhu Wan, *Fuyu Zaji* 鬻余杂集 (Miscelânea do Cântaro Quebrado), edição (c. 1587) de Zhu Zhi 朱质, bisneto do autor, *juan 2*, p. 43.
- 15 Aqui, “Oeste” refere-se à zona a oeste de Borneo.
- 16 Os mares a oeste de Borneo.
- 17 Em 1523.
- 18 Wu Zhiliang 吴志良 e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Coleção de Arquivos e Documentos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau), Pequim, Editora do Povo, 1999, vol. 5, pp. 102-103. Para um período mais tardio, pode-se consultar, Merrilyn Fitzpatrick, *Local administration in northern Chekiang and the response to the pirate invasions of 1553-1556*, Thesis (Ph. D.), Australian National University, 1976, 265 pp. Para uma análise comparativa, pode-se consultar Roderich Ptak, “Piracy along the Coasts of Southwest India and Ming China: Comparative Notes on two Sixteenth Century Cases”, in Artur Teodoro de Matos, Luís Filipe F. Reis Thomaz (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Macau, 22-26 de Outubro de 1991) (Macau/Lisboa, 1993), pp. 255-273.
- 19 *Shangyugang Yanjiu* 双屿港研究 (Estudos sobre o Porto de Liampó), Gabinete da História Local do Município de Zhoushan, Gabinete da História Local do Distrito de Putuo do Município de Zhoushan e Sociedade de Estudos sobre o Novo Corpo Militar n.º 4, Pequim, Editora Wenjing, 2001, p. 256.
- 20 So Kwan-wai, *Japanese piracy in Ming China ...*, p. 42.
- 21 Zheng Shungong 郑舜功, *Riben Yijian* 日本一鉴 (Um Olhar sobre o Japão), Livraria Weijing, edição fac-similada dum códice da obra datável de 1564, 1939, *juan 6*, fol. 3v.
- 22 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 314.
- 23 Para um estudo mais recente, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Uma embaixada com dois embaixadores. Novos dados orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan, in *Administração*, n.º 60, Junho de 2003, pp. 685-715.
- 24 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 320.
- 25 Identificável com Similão da *Peregrinação*. “Sim”, foneticamente é parecido com “Jin” e teria faltado o “z”. A sílaba final é igual. Para mais informações, cf. Jin Guo Ping, “Jinzilao Yu ‘Xifanren’ 金子老与 “西番人” (Jinzilao e os Bárbaros de Oeste), in *Journal of Sino-Western Cultural Studies*, Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2006, n.º 1, pp. 1-10. O seu nome mais correcto é “Jinzhilao” 金纸老, que significa “canalha”, cf. Zheng Guangnan 郑广南, *Zhongguo Haidaoshi* 中国海盜史 (História da Pirataria da China), Xangai, Editora da Universidade Técnica do Leste da China, 1998, p. 185, nota 2.
- 26 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 5, p. 50.
- 27 Portugueses.
- 28 *Chouhai Tubian* 筹海图编, (A Defesa Marítima Ilustrada), edição de *Siku Quanshu* 四库全书 (Enciclopédia em 4 Secções), xilografada em 1562, *juan 2*, p. 23.
- 29 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 5, p. 153.
- 30 Zheng Shungong, *Riben Yijian* (Um Olhar sobre o Japão), *juan 6*, fol. 11r.
- 31 *Ibidem*, *juan 6*, fol. 2v.
- 32 *Ibidem*, *juan 6*, fol. 11r.
- 33 Assim no original. Na verdade, Xu Dong era Xu San (Xu, o Terceiro).
- 34 Na actual província de Anhui 安徽.
- 35 Wu Zhiliang e outros, *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian*, vol. 5, p. 139.
- 36 Ye Xianen 叶显恩, *Huishang Yu Yuehai Lungao* 徽州与粤海论稿 (Estudos sobre Huizhou e os Mares de Cantão), Hefei, Editora da Universidade de Anhui, 2004, pp. 107 e 113.
- 37 *Ibidem*, p. 109.
- 38 *Ibidem*, p. 119.
- 39 Cf. Olof G. Lidin, *Tanegashima. The Arrival of Europe in Japan*, Series: NIAS Monographs, Volume: 90, NIAS Press, 2002. Graças à gentileza do Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro, tivemos acesso a esta obra.
- 40 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 319.
- 41 Raffaella d’Intino, *Enformações das Casas da China*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 60.
- 42 Sobre a sua localização, cf. Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Tamão portuguesa descoberta”, in *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*, Macau, IPOR, 2007, pp. 43-92.
- 43 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 321.
- 44 Maria Alberta Menéres, ed., Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Lisboa, Edições Afródite, 1980, vol. 1, p. 149.
- 45 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 321.
- 46 Garcia da Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, vol. II, p. 259-260.
- 47 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 322.
- 48 Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822*, vol. I: *O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 436-439, “As primeiras importações da porcelana chinesa” e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 1, t. 1, *Em Torno de Macau*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 475-482.
- 49 Sobre esta figura, veja-se Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI com Inscrições em Português*, Lisboa, 1942, Tip. Bertrand, Sep. do *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 10, pp. 19-36 e Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822*, vol. I: *O Espaço do Índico*, pp. 440-441.
- 50 Maria Antónia Pinto de Matos, “Porcelana de Encomenda. Os portugueses pioneiros do comércio da porcelana para a Europa, in Óscar Soares Barata e Ana Maria Amaro (eds.), *Estudos sobre a China I*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998, p. 89.
- 51 *Ibidem*, p. 90.
- 52 A bibliografia chinesa sobre o tema é muito escassa. De livros, podemos destacar: Zhu Peichu 朱培初, *Ming Qing Taoci He Shijie Wenhua De Jiaoliu* 明清陶瓷和世界文化的交流 (A Cerâmica e a Porcelana das Dinastias Ming e Qing nos Intercâmbios Culturais Mundiais), Pequim, Editora da Indústria Ligeira, 1984, pp. 34-43. Na tese de mestrado de Weng Shuyun 翁舒韵 “Mingqing Guangdong Qici Waixiao Yanjiu (1511-1842) 明清广东瓷器外销研究 (1511-1842) (A Porcelana de Exportação de Guangdong nas Dinastias Ming e Qing, 1511-1842), Universidade de Ji’nan, 2002, há algumas referências sobre o comércio de porcelana levado a cabo pelos Portugueses, nomeadamente a pp. 8, 12-13.
- 53 Huang Jiyang 黄纪阳, “Ming Qing Qijian Taoci Waixiao De Datupo” 明、清期间陶瓷外贸的大突破 (Grandes avanços na exportação de cerâmica e porcelana durante as dinastias Ming e Qing), in *Foshan Ceramics*, 2006, vol. XVI, n.º 3, p. 31.
- 54 Chen Yuqian 陈雨前, *Zhongguo Taoci Wenhua* 中国陶瓷文化 (Cultura de Cerâmica e Porcelana da China), Beijing, Editora de Construção Civil, 2004, pp. 193-194 e Zhang Guogang 张国刚

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

- e Wu Weili 吴苇莉, *Zhongxi Wenhua Jiaoliushi* 中西文化关系史 (História do Intercâmbio Cultural entre a China e o Ocidente), Pequim, Editora do Ensino Superior da China, 2006, p. 100.
- 55 Um recentíssima obra sobre Zheng He, altamente recomendável é Roderich Ptak, *Die Maritime Seidenstrasse: Küstenräume, Seefahrt und Handel in vorkolonialer Zeit*, Munique, Verlag C. H. Beck, 2007.
- 56 Sobre as características da porcelana do reinado de Xuande, Feng Xiaoqi 冯小琦 e Chen Runming 陈润民, *Mingqing Qinghua Ciqi—Gugong Bowuyuan Cangci Xingshang* 明清青花瓷器——故宫博物院藏瓷赏析 (Porcelana azul e branco das Dinastias Ming e Qing. Coleção do Museu Imperial da Cidade Proibida), Beijing, Editora de Património, 2000, pp. 10-13, *Zhongguo Taoci Wenhua* 中国陶瓷文化 (Cultura de Cerâmica e Porcelana da China), p. 354, Tie Yuan 铁源 (dir.), *Mingqing Mingyao Ciqi Jiandiang Hongwu Yongle Xuande Juan* 明清民窑瓷器鉴定, 洪武永乐宣德卷 (Avaliação de Peças de Fornos Populares dos Reinados Hong Wu, Yongle e Xuande), Beijing, Editora Sol Nascente, 2005, pp. 135-175 e Jean-Paul Desroches, Rui Manuel Loureiro e Maria Antónia Pinto de Matos, “Azul e branco” da China. Porcelana ao Tempo dos Descobrimientos. A Coleção Amaral Cabral, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1997, pp. 28-34.
- 57 Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822*, vol. 1: *O Espaço do Índico*, p. 440.
- 58 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 40.
- 59 *Ibidem*, p. 5.
- 60 Chávina vem do chinês *chawan* 茶碗, tigela para chá.
- 61 Pe. Manuel Teixeira, “A porcelana no comércio luso-chinês”, in Wu Zhiliang (dir.), *Actas do Seminário Internacional sobre Intercâmbio Cultural Oriente-Occidente*, Macau, Fundação Macau, 1994, p. 198.
- 62 Comunicação pessoal do Dr. Geng Dongsheng 耿东升, em 14 de Agosto de 2006. O Dr. Geng é filho do conhecido avaliador e director do Gabinete de Aquisições do Departamento de Conservação n.º 1 do Museu Nacional da China.
- 63 A maioria dos investigadores aceitam que seja António de Abreu, mas Luís Keil sugere uma maior possibilidade de identificação com João Fernandes de Abreu, cf. *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, pp. 41-42. Outra hipótese de “encomenda conjunta” parece ser muito inverosímil: “É curioso, ainda, assinalar que a escudela de Pero de Faria hoje em Nápoles tem no interior as armas do seu companheiro António de Abreu, capitão-mor do mar de Malaca em 1540-1542: o que talvez signifique uma encomenda conjunta, ou que este tenha servido de intermediário aquele. As pequenas diferenças de peça para peça mostram que os desenhos não foram fielmente cumpridos, e em certos casos terão sido guardados nas oficinas para reutilização posterior. Estas encomendas pessoais representavam extravagâncias de luxo, fruto excêntrico de circunstâncias favoráveis: não por acaso, todas elas partiram de capitães e traficantes activos nos mares da China, enquanto personalidades como Afonso de Albuquerque ou o vice-rei D. João de Castro (1545-1518), tão cioso da sua imagem póstuma, não gozaram do privilégio de possuir tais baixelas personalizadas.” *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 1, t. 1, *Em Torno de Macau (Séculos XVI-XVII)*, p. 479.
- 64 *Nien-hao* 年号, “marca de ano”.
- 65 Zhan Jia 詹嘉, “Manhua Wenzhangci” 漫话纹章瓷 (Uma abordagem geral sobre a porcelana brasonada), in *Hebei Ceramics*, 1999, vol. xxvii, n.º 4, pp. 30-32, Geng Dongsheng, “Shiliu Zhi Shiba Shiji Jingdezhen Waixiaoci De Ouzhou Yishu Fengge” 十六至十八世纪景德镇外销瓷的欧洲艺术风格 (European Style of Porcelain Exported by Jingdezhen in the 16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> Centuries), in *Collectors*, 2005, n.º 10, pp. 29-36 e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “Liusan Yu Putaoya De Mingqing Cici” 流散于葡萄牙的明清瓷器 (Ming and Qing Dynasty Chinese Porcelain in Portugal), in *Boletim de Estudos de Macau*, n.º 32, Macau, Universidade de Macau, 2006, pp. 142-149 e *Gugong Bowuyuan Yuankan* 故宫博物院院刊 (Boletim do Museu Imperial de Pequim), vol. 2006, n.º 3, pp. 98-112.
- 66 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, pp. 38-39.
- 67 *Ibidem*, pp. 39-40.
- 68 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, pp. 328-329. Para uma discussão mais alargada, cf. Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, pp. 39-41.
- 69 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 39.
- 70 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 38, Sir Harry Garner, *Oriental blue and white*, London, Faber and Faber, 1954, p. 34 e Pe. Manuel Teixeira, “A porcelana no comércio luso-chinês”, in Wu Zhiliang (dir.), *Actas do Seminário Internacional sobre Intercâmbio Cultural Oriente-Occidente*, p. 198.
- 71 Malaca.
- 72 Zhu Wan, *Fuyu Zaji*, *juan 4*, p. 7. Este documento já foi traduzido e publicado por nós em Fernando Correia de Oliveira, Raffaella D’Intino e António Vasconcelos de Saldanha “Portugal encontra a China: testemunhos de uma convivência”, Lisboa, Instituto Camões e Fundação Oriente, 2005, p. 66.
- 73 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 7.
- 74 *Ibidem*, p. 7.
- 75 Liampó.
- 76 Jindezhen.
- 77 Ningpó.
- 78 Luís Keil, *Porcelanas Chinesas do Século XVI ...*, p. 39.
- 79 Sobre as características da porcelana do reinado Jiajing, cf. Chen Yuqian, *Zhongguo Taoci Wenhua*, pp. 26-27.
- 80 Afirmação errada. Quiansi (Jiangxi) é apenas o nome da província.
- 81 Termo não identificado por Raffaella d’Intino. Wang Suoying 王锁英 sugere a sua identificação com *gaoling* 高岭 (caulino), cf. *Putuoyaren zaihua jianwenlu* 葡萄牙人在华见闻录 (Antologia dos Viajantes Portugueses na China), Instituto Cultural de Macau, Instituto Português do Oriente, Editora Hai Nan e Editora San Huan, Coleção Cravo, Biblioteca Básica de Autores Portugueses, vol. 19, Macau, Haikou (Hainan, China), 1998, p. 33, nota 1. Para nós, pelas transcrições fonéticas de “Çulljo” e “Çullio”, seria antes *çilliao* 瓷料 (material para porcelana). Em fontes portuguesas do período Ming, encontramos na Ânua da Missão da China da vice-província do Sul de 1643 “Çú Tãm”, cuja pronúncia em mandarim é *citang* 祠堂 (Panteão dos Antepassados), querendo isto dizer que com “Çu” se transcrevia o som “ci”. Cf. António de Gouveia, *Cartas Ânua da China: 1636, 1643 a 1649*. Edição, Introdução e Notas de Horácio Peixoto de Araújo, Macau, Instituto Português do Oriente e Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998, p. 126.
- 82 Variante de “Çulljo”.
- 83 Raffaella d’Intino, *Enformações das Cousas da China*, p. 102.
- 84 Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins ...*, p. 110.
- 85 Sobre a passagem da porcelana de Jingdezhen por Nanquim e Ningbo (Liampó) seja para exportação directa seja para Cantão, cf. Weng Shuyun “Mingqing Guangdong Qici Waixiao Yanjiu (1511-1842)”, p. 8.
- 86 Wang Jianfu 王建富, Bao Jiangan 包江雁 e Wu Yongchang 邬永昌, “Ming Shuangyugang Diwangshuo” 明双屿港地望说 (A propósito da localização do porto de Liampó na dinastia Ming), in *Zhong Guo Di Ming* 中国地名 (Toponímia da China), 2000, n.º 4, p. 45 e *Shangyugang Yanjiu*, p. 240.
- 87 Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, “Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas”, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (eds.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (Séculos XVI-XIX)*, p. 99.



# Gifts and Gift-giving in Portuguese-Indonesian Diplomatic Relations

GEORGE BRYAN SOUZA\*



This is an interpretative essay that discusses the diplomatic relations between Portugal and the pre-colonial state systems of the Indonesian Archipelago

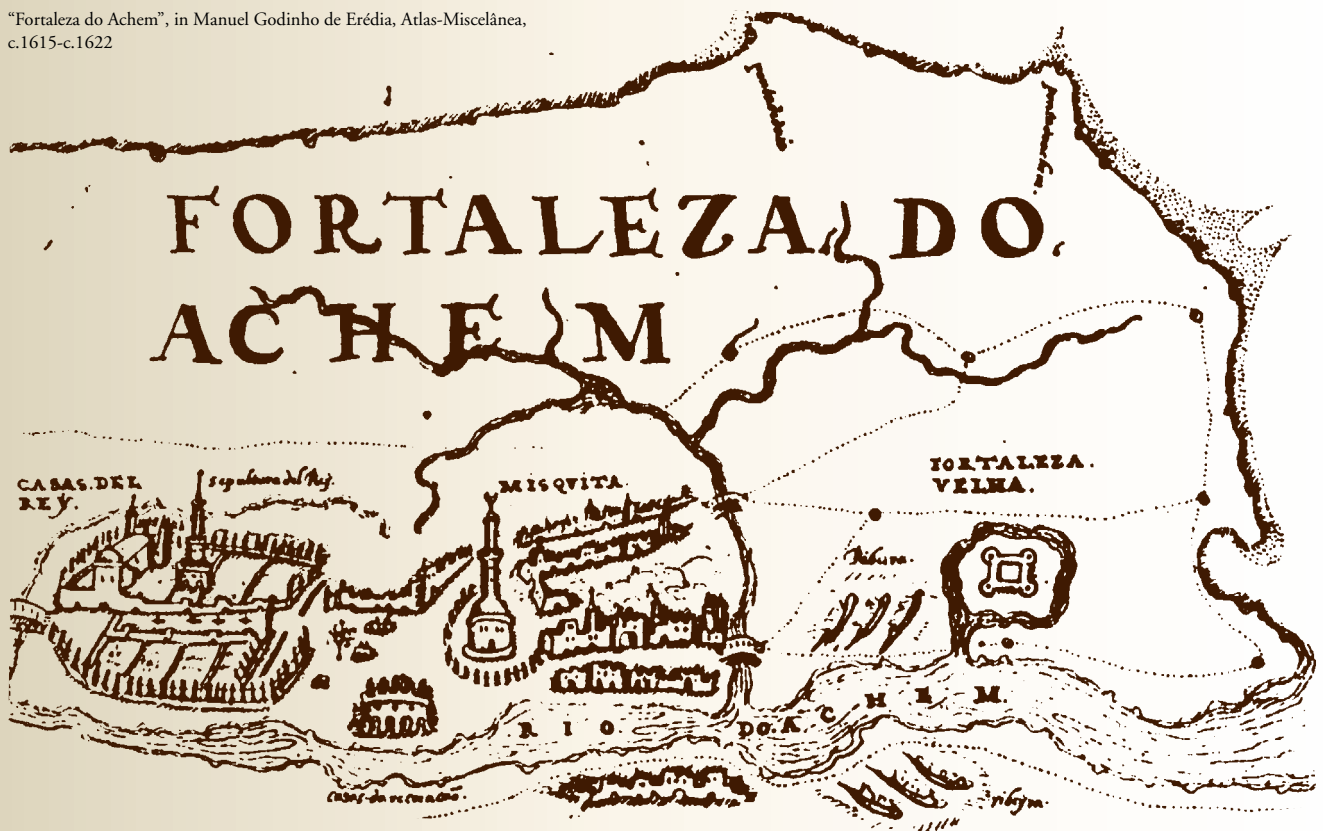
\* Associate Professor (adjunct), Department of History, University of Texas, San Antonio (USA), he is the author of *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*, Cambridge, CUP, 1986.

*Professor Associado Adjunto no Departamento de História da Universidade do Texas (San Antonio, EUA). Autor de The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754, Cambridge, CUP, 1986 (A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754), Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991).*

"Fortaleza do Achem", in Manuel Godinho de Erédia, Atlas-Miscelânea, c.1615-c.1622

and the role of gifts and gift-giving in those exchanges in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. There is relatively little literature written on the specific topic of gifts and gift-giving or the range of cross-cultural issues that its examination generates. The preliminary and suggestive findings that are advanced in this article are based upon an examination of Portuguese and Indian archival sources, published documentation, first-hand accounts, and secondary literature.

This topic is approached on several levels. The first is heuristic. It characterizes in general the



## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

frequency, purpose, outcome and the gifts that were involved in the official and informal Portuguese diplomatic missions to the region over the period. The second is more specific but broader and more conceptual in its implications. It discusses the practical and symbolic nature of these exchanges by commenting upon the political and practical ramifications as well as the cosmological significance and symbolism of the gifts and the gift-giving to Indonesian rulers and their material culture.<sup>1</sup> While the focus of this essay is on Portuguese diplomatic missions—their gifts and gift-giving—an effort is made to strike a balance between the Portuguese and Indonesian perspectives.

This essay is organized into four segments: 1) Diplomatic Exchanges and the Portuguese in Asia; 2) Diplomatic Missions to the Indonesian Archipelago; 3) Gifts and Gift-giving; and 4) The Legacy. The first suggests why and the methods of how the Portuguese acquired the local knowledge of diplomacy and adapted their practices to regional norms. The second identifies and briefly outlines a number of the more important Portuguese missions to the Indonesian Archipelago in the 17<sup>th</sup> century. The third presents a typology of the gifts that were delivered and discusses their significance. The fourth is a brief conclusion, which explores the legacy of these missions and the gifts that were employed.

DIPLOMATIC EXCHANGES  
AND THE PORTUGUESE IN ASIA

The nature of diplomatic contact and exchange predates the Islamization of the pre-colonial state systems in the Indonesian Archipelago and the arrival of the Portuguese in Asia. The rationale for diplomacy and its institutional practice within local Asian societies of differing degrees of imperial or local authority parallels the spatial organization and structure of commercial diasporas and the regulation of trade in key port cities in the Indian Ocean and the South China Sea. The acceptance of diplomatic practice and protocol was widespread, as was documented in the reception and exchange of embassies, the position and status accorded to an ambassador, the treatment of a ruler's missive as the surrogate representation of the physically absent ruler/writer and the inclusion and the exchange of gifts. Such practices were not so foreign or alien for the Portuguese as they replicated diplomatic forms in Renaissance Portugal and Europe.<sup>2</sup>

The arrival of the Portuguese in the late 15<sup>th</sup> century introduced an increased level of violence in maritime Asia. They embarked upon establishing a series of fortresses at strategically located port cities or “choke points” from the Red Sea to the Indonesian Archipelago and used armed naval forces to restrict and coerce indigenous trading activities and to defend and protect their position and trade, which extended from East Africa to China and Japan.<sup>3</sup> They made Goa, in south-western India, their administrative centre for the Portuguese Empire in Asia, which became known as the *Estado da Índia*, in 1510. While Portuguese actions brought them into confrontation with some Islamic state systems in Asia, which may be viewed in part as an extension of the Portuguese-Ottoman conflict in Europe,<sup>4</sup> it was imperative that the Portuguese establish contact and develop relations with the powerful and lesser non-belligerent state systems throughout the region.<sup>5</sup>

To make these contacts, the Portuguese had to attune themselves to diplomatic practices in Asia. How did they learn, who helped them learn, and how successful did they become at these practices? There appear to be four observable sources of this information. None of these sources was an unbiased cultural interpreter, but all had their value. The first was through local agents—in some cases, spies—and elites who identified that it was in their specific, particular or communal interest to work with the Portuguese.<sup>6</sup> The second was through inter-marriage with local women who would provide “go-between” insight between European and Asian perceptions and practice and the acquisition of some basic language skills by European males.<sup>7</sup> These became the *casados* (married settlers) who participated in the local municipal councils throughout the *Estado da Índia* and came to represent the non-Crown commercial and communal interests in the Empire.<sup>8</sup> The third was primarily from Catholic clergy and missionaries—segments of Portuguese society whose activities received financial support through Crown patronage, or *Padroado*, who zealously embarked upon serious language and cultural studies aimed at successful proselytizing.<sup>9</sup> The information that they could provide Crown administrators was, generally, invaluable because of their training and discipline in observing and reporting and their physical presence in many distinct locations. It is also one of the reasons why they occasionally became de facto ambassadors of the *Estado da Índia*. The fourth is more problematical

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

and speculative because it questions, without being able to provide a convincing general answer, whether or to what degree the non-Asian training, background, and experience of Portuguese administrators in Europe, Africa or America, hindered or aided them in interpreting, learning or negotiating diplomatic skills in Asia.<sup>10</sup>

There was continuity and change in Portuguese diplomatic efforts throughout Asia over the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. The decision to participate in diplomacy depended upon the relative or actual perception of their strengths and weaknesses and the level of opportunity or threat to their position in different parts of the region, as defined both in Europe by the Crown in metropolitan Portugal, and in Asia by the Crown's representatives, the Viceroy and the Council of State in Goa.<sup>11</sup> Financial support for the mission was required and that support generally included resources from

the local municipal council or *Senado da Câmara*. The Crown's representatives had to negotiate with the municipality that was involved, which permitted local Portuguese communal interests to influence the mission and its objectives.

The greatest change in Portuguese interest in diplomacy occurred with the arrival in Asia of northern European powers and rivals—the Dutch and English East India companies in the late 16<sup>th</sup> century. The military and diplomatic successes of the Dutch East India Company in particular produced a geopolitical shift in the balance of power and a major reversal and decline in the fortunes of the Portuguese Empire by the mid-17<sup>th</sup> century.<sup>12</sup> State systems that had initially supported the Dutch incursions and presence had to contemplate political counter-options, including the possibility of working with the Portuguese against this new and powerful foreign presence.

"Jente do reino de Java Jintios chamão se Jaos" (ms. 1889, Biblioteca Casatenense, Rome), in Luís de Matos, ed., *Imagens do Oriente no Século XVI*, Lisbon, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.



## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

The Portuguese rationale for participating in diplomacy was not dissimilar to those of their Asian counterparts and global participants; by and large, their objectives were the same. This is not to suggest that it was a “modern” process or, by attributing present-day values to peoples or actions of the past, that history is being read backwards. The major difference between the Portuguese and the Northern European and Asian powers was the level of the Portuguese commitment to the propagation of Catholic religious beliefs. Another difference, which the Portuguese shared with the Dutch vis-à-vis Asian powers, was the European claim and attempts to circumscribe maritime trading navigational rights.

The Portuguese sought strategic, political, military, and commercial advantage via diplomacy. They negotiated alliances, treaties and contracts, which dealt with issues of war and peace. They sought military support against common enemies. They initiated, expanded or maintained exclusive or preferential commercial privileges. On occasion, they attempted to secure the payment of tribute and the delivery of commodities in quantity and quality on beneficial terms. They monitored the passage and commercial behavior of indigenous shipping. Finally, they attempted to secure unfettered access and freedom for their missionaries to propagate religious beliefs.<sup>13</sup>

Official Portuguese diplomatic missions were the responsibility of the Crown in metropolitan Portugal and of the Crown’s representative in Asia, the Viceroy in Goa. If on the rare occasion the embassy originated in Europe, the planning and, especially, the financing for the mission was made the responsibility of the Viceroy, who identified and secured the funds from local imperial financial sources and contributions within the *Estado da Índia*.

Almost all of the missions originated in Asia with ambassadors selected and vetted from local candidates by the Crown and/or the Viceroy. In the 16<sup>th</sup> century, factors or *feitores*, who were responsible for the execution of Crown commercial activities, were empowered to represent the *Estado da Índia* in its diplomatic efforts.<sup>14</sup> It was common practice that the ambassador

received written instructions from the Crown or its local representative, the Viceroy.<sup>15</sup>

During the union of the Crown of Portugal with Spain, from 1580 to 1640, there was a flurry of informal and formal diplomatic efforts towards Safavid Persia, or Iran, that were geopolitical and military in orientation, which culminated with the embassy of D. García de Silva y Figueroa to Shah Abbas in the late 1610s. This mission sought to maintain and enlarge the confrontation between Iran and the Ottoman Empire in order to alleviate the Spanish position in the Mediterranean. This embassy, led by an emissary selected by the Crown, was unsuccessful, since Spain and the *Estado da Índia* were unable to provide sufficient or convincing support to persuade the Iranian ruler to favorably consider such proposals.<sup>16</sup> There were similar unsuccessful efforts by the Portuguese in the 17<sup>th</sup> century to re-establish their once privileged position in Japan and their trade between the rest of Asia and that country.<sup>17</sup> In the latter half of the 17<sup>th</sup> century, two embassies were directed at improving relations with the newly installed Qing dynasty in China. They were supported by Jesuit efforts at the Court in Beijing on behalf of the Portuguese. These missions allayed Qing policies that would have eliminated the Portuguese community and its maritime trading activities. While these missions did not restore the former commercial power of the Portuguese, they may be considered a success, since they secured Macao’s survival.<sup>18</sup>

The norm, as already mentioned, was official state-to-state missions. However, on occasion a local municipality mounted diplomatic efforts for communal reasons that were consonant with Portuguese Crown objectives but were not ordered or planned in Lisbon or Goa. For example, after the loss of the Japan trade to the Portuguese and threatened by Chinese decrees restricting maritime trade in South China during the transition from Ming to Qing rule, from the 1640s through the 1680s, the city of Macao dispatched a series of diplomatic missions to different rulers and state systems



The Portuguese *padrão* placed in Sunda Kalapa in 1522. Reproduced from A. Heuken SJ, *The Earliest Portuguese Sources for the History of Jakarta* (Jakarta, Yayasan, 2002).



## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

in the Indonesian Archipelago and mainland Southeast Asia.<sup>19</sup> In addition, there were diplomatic missions to sensitive regions that were conceived and executed by prominent Portuguese merchants with passive official support from the *Estado da Índia* and the municipal council of Macao. Although such missions were rare, they were not insignificant. The best example of a powerful merchant who became a key political and diplomatic figure in Portuguese-Indonesian relations is Francisco Vieira de Figueiredo, who sent missions to the Kingdom of Gowa in Macassar in the mid-17<sup>th</sup> century.<sup>20</sup> The missions of both the municipal council and prominent merchants were important and integral parts of the Portuguese community's strategy of survival. These initiatives normally dealt with the commercial and financial relations of the city or its prominent merchants with different rulers and state systems. Since the Portuguese Crown and the *Estado da Índia* were distracted by more immediate concerns and events in Europe, Africa, America and other parts of Asia, these communal and personal efforts disproportionately influenced Portuguese diplomacy in the mid-17<sup>th</sup> century.

DIPLOMATIC MISSIONS  
TO THE INDONESIAN ARCHIPELAGO

There were, as might be expected, different messages sent to different individual rulers in the Indonesian Archipelago.

The *Estado da Índia* was not omniscient in its interpretation of signals for the possibility of improvement in relations from rulers of belligerent and antagonistic state-systems in the Indonesian Archipelago. For example, after the shipwreck of a Portuguese ship—Dom Francisco d'Eça's voyage to China—off the coast of Aceh in the early 1590s, the sultan returned the survivors, including d'Eça and the Bishop of China, with the mission he sent to Goa. Since the Portuguese were normally held captive in such circumstances, as remarked in official correspondence from the *Senado da Câmara* of Goa in 1596, this was an unusual act that might have signaled Aceh's interest in improving relations. The unnamed emissaries, however, were treated poorly by the Viceroy on this occasion. They left discontented over their treatment and returned to Aceh in 1595. In an effort to repair the damage caused, the Portuguese municipal authorities

at Goa sought permission from the Crown to send an unspecified gift to the ruler of Aceh in thanks for his treatment and return of the prominent members of Portuguese society who had been shipwrecked. The Crown informed the municipal council that it had issued positive instructions to the Viceroy concerning this gift.<sup>21</sup>

The message of the *Estado da Índia* changed in tone and stridency as Portuguese fortunes waned and the necessity for allies against the Dutch grew. The frequency of Portuguese-Indonesian diplomatic exchanges increased throughout the Archipelago in the early 17<sup>th</sup> century.<sup>22</sup> They concentrated on state systems on Java (via Japara with Mataram) and in the Celebes (Gowa or Macassar) that could counter and threaten the growing Dutch presence and influence. Another objective was also directed at diminishing the increased indigenous support provided to the Dutch by other state systems in the western Indonesian Archipelago, such as that from the sultanate of Johor on the Malay Peninsula.<sup>23</sup>

The Portuguese message was as easy to understand as it was straightforward—self-interested help against a common enemy, the Dutch. There was at least one significant impediment to improved Portuguese-Indonesian relations in the early 17<sup>th</sup> century. It was the Dutch East India Company's success in implementing brilliant naval and political strategies to disrupt Portuguese efforts. Despite sporadic individual and combined responses by the Portuguese and the Spanish, Dutch seapower successfully blockaded the principal ports of the *Estado da Índia* and intercepted and captured Portuguese inter-Asian naval and commercial shipping, some of which was dedicated to the delivery of supplies and gifts to allies.<sup>24</sup> Dutch seapower and their political efforts with other indigenous state systems weakened the Portuguese ability to deliver on their promised support in anti-Dutch efforts.

Based upon the relations that developed between the *Estado da Índia* and Mataram and Macassar in the early 17<sup>th</sup> century, the historical record does not support that there was an intractable cultural clash between Islamic and Catholic societies. In fact, it may be advanced that after a hundred years of a Portuguese presence and contact, the indigenous rulers in the Indonesian Archipelago knew the strengths, weaknesses, and traits of an old enemy, which may have actually aided Portuguese diplomatic efforts. Some of those rulers

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

perceived that the Dutch East India Company's political, naval, and military threat was a greater danger than the rigid Catholic ideology of the Portuguese. While there is evidence to suggest that the ruler of Aceh might have embraced this proposition, and despite the efforts of Portuguese emissaries to secure his support, the ruler of Aceh never reached an accommodation with the *Estado da Índia*. Although open to further discussion, it is more probable that Aceh's decision against reaching an understanding with the Portuguese had more to do with the ruler of Aceh's perception that his interests were better served by weakening the Portuguese presence and their eviction from Melaka.

*The greatest change in Portuguese interest in diplomacy occurred with the arrival in Asia of northern European powers and rivals—the Dutch and English East India companies in the late 16<sup>th</sup> century.*

Within the political cultural landscape of the indigenous societies and state systems on Sumatra (Aceh), Java (Japara and Mataram; later, Bantam) and in the Celebes (Gowa or Macassar), the guidelines for rulers to receive and participate in these diplomatic activities were much more complicated than for the Portuguese. A series of useful questions may be asked. What pleased one or all of these rulers in their reception and treatment of foreign embassies generally and from the Portuguese particularly? For which ostensible audiences, both within and without the sultanate, and for what purposes did the local rulers seek to direct and utilize these exchanges? What were the symbols of authority that the rulers of the Islamic states of the Indonesian Archipelago found appealing? The Islamization of the Indonesian Archipelago occurred by way of the seas. By 1500 the Indonesian Archipelago had been converted to Islam only relatively recently.

Of the four legal traditions in Sunni Islam—Hanafi, Shafi'i, Maliki, and Hanbali—this region adhered to the Shafi'i legal tradition because of the intrepid commercial and religious contact with Shafi'i Arabs from southern and western Arabia.<sup>25</sup> The question this fact raises is whether the symbols of authority that the rulers appreciated were totally Islamic in nature, mixtures of Hindu-Buddhist, Persian or other beliefs. The importance of the gifts and the gift-giving will be discussed in the subsequent section.

The outline of some general and somewhat tentative answers may be put forward for these questions. The ostensible audiences were both internal and external.

For the internal audience, the ruler's participation in the reception or dispatch of embassies in general and of the Portuguese in particular helped in the legitimization of his political authority and power. It ratified the importance of the ruler's authority. To the ruler's supporters it conveyed his ability to demand consideration and to command and receive respect from other rulers. The image of receiving Portuguese ambassadors was powerful as it placed a heretofore implacable military and ideological foe in the unusual and unaccustomed role of seeking aid – thus being seen or represented as the supplicant. While the receptions of embassies were ceremonial—and these trappings may be considered insignificant—, by receiving these embassies the ruler sought to legitimize his rule by publicly displaying his credentials as a powerful ruler. Not all of the symbols were Islamic in nature. The ruler's physical surroundings, the accoutrements—architecture, carvings, and the ceremonial etiquette before him—indicate the survival of non-Islamic political symbols at the ritual center, many of which were based upon Hindu-Buddhist cosmologies. The reception of embassies, especially Portuguese, aided the ruler in managing internal interests and tensions between groups or factions that aligned themselves on ideological, political or economic lines. The astute ruler could use embassies—their discussion, negotiation, and/or participation—to deter internal efforts at opposition or conspiracy towards his rule. For the external audiences, within the neighboring Islamic and Malay worlds and for the rulers of the Ottoman Empire in distant Istanbul, receiving or dispatching embassies was the mark of equals, if not in absolute power at least in the calculus of recognition by other state systems of

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

the necessity of dealing or maintaining good relations in order to avoid interference and conflict in different parts of the region.

Mataram, for example, was the most powerful sultanate on Java and was preoccupied with the extension of its sovereignty over the island. It had absorbed the port-states of Japara and Griesik on the north coast of Java. The Dutch had established themselves at Batavia—a coastal site in lands belonging to the ruler of Jacatra in 1619. Mataram initially thought it could work with the Dutch and incorporate their support into its political and military efforts. Disappointed with the results of this approach, as a result Mataram entered into conflict with the Dutch. From the perspective of the ruler of Mataram, it was time to explore the possibilities of an alliance with the Portuguese.

By 1624, news of Mataram's military actions against the Dutch on Java had reached the *Estado da Índia*. In a move to foster goodwill, better relations and the continuation of this conflict, the *Estado da Índia* dispatched gifts, including a horse, to Java for the sultan of Mataram, which Dutch naval forces intercepted and captured.<sup>26</sup> Over the following two decades or so a number of embassies, including that of Jorge da Cunha Costa, gifts, letters and missions were exchanged between the *Estado da Índia* and Mataram. Portuguese reports indicate that Mataram offered Batavia to the Portuguese in exchange for an alliance and the provision of military supplies and naval support for combined efforts against the Dutch.<sup>27</sup> This alliance was thwarted by Dutch naval strength and the consequent inability of the Portuguese to provide meaningful support.

## GIFTS AND GIFT-GIVING

This essay's perspective on gifts and gift-giving as commodities is to focus "on the things that are exchanged, rather than simply on the forms or functions of exchange." This focus "makes it possible to argue that what creates the link between exchange and value is *politics*" and gifts as "commodities, like persons, have social lives."<sup>28</sup> Derived from a Hindu Persian word—*saughat*—the term for gifts and gift-giving in Portuguese Asia was *saguates* and *saguatear*.<sup>29</sup> There was a wide range of commodities, products and special items, including animals that were considered when budgeting and selecting gifts to be included on a specific diplomatic mission.

Since the expectation of both the reception and the exchange of gifts was omnipresent in diplomatic relations in Asia, as elsewhere, there was an art and a balance to be struck by administrators when preparing a mission. If seen to be inconsequential or insufficient by the recipient, the missions' objectives were jeopardized. If too costly, the *Estado da Índia's* budget was adversely affected, and the recipient would expect the same gift level or higher in future dealings.

There were a myriad of gifts of diverse categories, qualities and values that the Portuguese used in their embassies to Mataram on Java in the early 17<sup>th</sup> century. The lists, in general, are long and detailed.<sup>30</sup> They do not stipulate the rationale for the inclusion of a specific item. In some cases, there are items that have been requested for inclusion, but this was not always the case. It is clear that they were items that the Portuguese knew would be appreciated. Neither do the lists address the question as to what need or purpose the gift was directed. Nevertheless, it is possible to reconstruct and to imagine and place certain groups of gifts into typologies or categories that were intended by the Portuguese and viewed and received by Indonesian rulers.

This proposed typology is not universal – it does not include every item. But, it does represent, in our view, the most significant of all the gift items that are known and documented. Four primary typologies or categories of gifts that were involved in Portuguese diplomatic exchanges and missions to the Indonesian Archipelago can be identified and re-constructed. They are: 1) the practical and powerful; 2) the authoritative and demonstrative; 3) the evocative and ceremonial; and 4) the precious and the esoteric.

Cannon and firearms dominate the first category of the practical and powerful items that were given by the Portuguese as gifts. While much research has focused on the diffusion of their use and technology,<sup>31</sup> at a practical level the possession of cannon by the ruler would enhance his authority as well as his power. With the reception of cannon, the ruler would be seen as acquiring the attributes of this inanimate object. Beyond the practical, cannon may be construed as a phallic symbol because of their shape and function. Consequently, the powerful, practical, explosive instrument of war garnered for the ruler the attributes of a fertility symbol.

Bold red or scarlet textiles, especially of fine silk, exemplify the second category of the authoritative and demonstrative items that the Portuguese gave as gifts

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

and Indian cotton textiles have long been considered as desirable and dominant items of trade and exchange between South Asia and the Indonesian Archipelago.<sup>32</sup> More recently the research on Indian textiles in Indonesia has broadened to include the symbolic nature of these items and narrowed its focus to specific types of Indian textiles—the *patola*, in particular—and their transformation from commercial to sacred cloth.<sup>33</sup>

*The reception of embassies, especially Portuguese, aided the ruler in managing internal interests and tensions between groups or factions that aligned themselves on ideological, political or economic lines.*

The selection of fine textiles, especially silk, as gifts was obvious, since they were of a suitable quality for the rank and stature of the ruler. By choosing the color red, signifying “strength and bravery,”<sup>34</sup> the Portuguese were incorporating the appropriateness of the gift with the additional symbol of transference or provision of a mantle of authority. The Portuguese lists also detail that these were not just “red” silks but silks that had been dyed using cochineal—the dye from the shell of an insect living on cacti found in the New World in New Spain (Mexico). Cochineal was very expensive, and the availability of textiles in which it was used was rare in Asia. It produced a bold, brilliant red color, which possibly was unsurpassed and unequalled by other red dyes in a region that was using red-brown dyes from the roots of the *Morinda citrifolia* tree, turmeric (*Curcuma domestica*) and sappanwood (*Caesalpinia sappan*).<sup>35</sup> Certainly, textiles using cochineal would have been appreciated in insular Southeast Asia.

Horses and their accoutrements are examples of the third category of evocative and ceremonial items included among the gifts in the Portuguese embassies to Indonesia. While there is little written or that has been found on the “ruler on horseback” theme in the

historiography of the region, these animals were clearly sought, prized and valued. The Portuguese, via direct and indirect trade with Arabia, had access to some of the world’s finest horses. The records suggest that they shipped young colts as well as mature stallions as gifts. Specially adorned and worked accoutrements for the rider, such as saddle and bridle, occasionally accompanied the animals. These gifts were obviously of practical and ceremonial importance, but it is difficult to escape the evocative symbolic nature of the horse and the resplendent figure of the rider that is in control of such a beautiful and powerful animal, as suggestive of the rider/ruler’s authority and his don of command.

Jewels inlaid in crafted work<sup>36</sup> and European style watches were examples of the fourth and final category of the precious and the esoteric or “other” items that were given by the Portuguese as gifts. While either valuable or curious in nature, in contrast to the previous three typologies, there are no additional symbolic meanings ascribed to the exchange of these items. In particular, there was one item, a jewel-encrusted *beteleiro*, or case for carrying betel leaves, which suggests the synchronization of gift-giving with precious stones and a knowledge that was attuned to mundane pleasures and pastime practices. The practice of chewing betel, of course, was well-known and widespread in Southeast and South Asia. Its use was not devoid of ceremonial and ritual significance. The *beteleiro* and other items, such as European watches, intended as gifts for a ruler or his entourage, may be identified as objects and curiosities that were not without value and may have suggested the perception of appreciation by the sender to its recipient.

## THE LEGACY

The legacy of early modern Portuguese-Indonesian relations is ambivalent. Since the outcome of the Portuguese Empire’s confrontation with the Dutch East India Company and the decline of Portuguese contacts with the Indonesian Archipelago are known, the importance of these early contacts is diminished. It appears that the collective memory of the early modern Portuguese-Indonesian encounter focuses on the intractable and contentious nature of the clash between Islamic Asian and Catholic European cultures. Forgotten are the instances when threats to both groups were identified and ideological differences

ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE



Detail of a world map by Diogo Ribeiro, 1529.

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

were overcome by strategic, economical, and political concerns. Small Portuguese Eurasian communities were incorporated into Indonesian and Dutch colonial society on Java.<sup>37</sup> The use of the Portuguese language as the region's commercial and diplomatic *lingua franca* has left elements of a shared heritage of proximity.

Gifts and gift-giving played a central role in the diplomatic exchanges and relations between Portugal and the pre-colonial state systems of the Indonesian Archipelago in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. Today, they may be viewed in museums in Europe and Asia, and their past significance or context may be lost or subordinated to whether the object is majestic or beautiful. It is clear that the Portuguese had learned to interpret culturally to some imprecise level or degree the items that they selected and included in the diplomatic

missions they performed throughout Asia in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. Items were selected not only on the basis of cost or expense, practicality or rarity, whether they were “exotic” or represented the “other,” but with consideration of representation and perception—albeit imperceptible or subliminal—of how the item would be appreciated. It is in these images and in the representations of the exchanged gifts, perhaps, that the Portuguese approached and attempted to understand the rulers and the societies in a region where they shared space and, for a time, similar concerns. **RC**

**Author's note:** Research in the archival sources mentioned in the select bibliography of this article was conducted on several occasions throughout my career. I wish to acknowledge and thank Pierre-Yves Manguin for sharing transcriptions of some of these documents with me.

## NOTES

- 1 Marcel Mauss, *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*, W. D. Halls, tr. New York and London: W.W. Norton, 2000; C. A. Gregory, *Gifts and Commodities*. London: Academic Press, 1982; and Arjun Appadurai, “Introduction: Commodities and the Politics of Value,” in *Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, edited by Arjun Appadurai. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- 2 Garrett Mattingly, *Renaissance Diplomacy*. Boston: Houghton Mifflin, 1955; reprinted New York: Dover Publications, Inc., 1988.
- 3 For the Portuguese in the Bay of Bengal, cf. Sanjay Subrahmanyam, *Improvising Empire: Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal, 1500-1700*. Delhi: Oxford University Press, 1990.
- 4 Salih Özbaran, *The Ottoman Response to European Expansion*. Istanbul: The ISIS Press, 1994.
- 5 Ceylon, modern Sri Lanka, was an interesting example. Cf. Jorge Manuel Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: Trato, Diplomacia e Guerra (1498-1543)*. Lisbon: Edições Cosmos, 1999.
- 6 Geoffrey V. Scammell, “Indigenous Assistance in the Establishment of Portuguese Power in Asia.” *Modern Asian Studies*, no. 14 (1980): 1-11; for the specific incorporation of indigenous agents in Portuguese diplomatic missions in India in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, cf. Panduronga S. S. Pissurlencar, ed., *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses)*. Bastora-Goa: Tipografia Rangel, 1952.
- 7 Alida Metcalf coined this term and has initiated research on this issue for Brazil, cf. Alida Metcalf, “Women as Go-Betweens in Sixteenth Century Brazil,” unpublished paper presented at the: Imperial (Re-) Visions: Brazil and the Portuguese Seaborne Empire Conference, in memory of Professor C. R. Boxer at Yale University, November 1-3, 2002.
- 8 Charles Ralph Boxer, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965.
- 9 A. B. de Sá, ed. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Insulíndia*, 5 vols. Lisbon: Agência Geral do Ultramar, 1954-1958; António da Silva Rego, ed. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, 12 vols. Lisbon: Agência Geral das Colónias, 1947-1958; António Galvão, *A Treatise on the Moluccas (c. 1544) of António Galvão*, Hubert Jacobs, ed. and tr. Rome: Jesuit Historical Institute, 1970; and Hubert Jacobs, ed., *Documenta Malucensia*, 2 vols. Rome: Jesuit Historical Institute, 1974-1980.
- 10 For a general introduction on this theme, cf. Stuart B. Schwartz, ed. *Implicit Understandings: Observing, Reporting, and Reflecting on the Encounters between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- 11 Communications, the mobilization of resources and the local leadership's interest or will in executing instructions were key in this process; cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*. 10 vols., Raymundo António de Bulhão Pato, ed., 1-5 vols. Lisbon: Typografia da Academia Real das Ciências and Imprensa Nacional, 1880-1935 and António da Silva Rego, ed., 6-10 vols. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974-1982 and *Assentos do Conselho do Estado*. Panduronga S. S. Pissurlencar, ed. 5 vols. Bastora, Goa: Tipografia Rangel, 1953-1957.
- 12 Anthony R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire: Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1978.
- 13 J. F. Biker, ed. *Collecção de Tratados e Concertos de Pazos que o Estado da Índia Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve Relações nas partes da Asia e Africa Oriental*, 14 vols. Lisbon, 1881-1887. To contrast and to compare the Portuguese diplomatic records with the Dutch East India Company, see: H. E. Heeres, and F. W. Stapel, eds. *Corpus Diplomaticum Neerlandico-Indicum*. 6 vols. The Hague, 1907-1955.
- 14 Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz, *De Malaca a Pegu: Viagens de um Feitor Português (1512-1515)*. Lisbon: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1966, pp. 124-125. Maria Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os seus Vedores*. Lisbon: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.
- 15 Historical Archives of Goa [HAG], *Regimento e Instruções*, 1420, folios 112-115.

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

- 16 *Comentarios de don García de Silva y Figueroa, de la embaxada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abbas de Persia. Año de 1618*, Manuel Serrano y Sanz, transcription, 2 vols. Madrid: Sociedad Española de Bibliófilos, 1903-5; Carlos Alonso, *D. García de Silva y Figueroa. Embajador en Persi*. Badajoz: Diputación Provincial, 1993; and Luis Gil Fernandez, *García de Silva y Figueroa. Epistolario Diplomático*. Institucion Cultural El Brocense, Cáceres, 1989.
- 17 Charles Ralph Boxer, *The Embassy of Captain Gonçalo de Siqueira de Souza to Japan in 1644-1647*. Macao: Tip. Mercantil, 1938.
- 18 John E. Wills, Jr., *Four Embassies: Maritime Europe and the Ch'ing Tribute System, 1666-1687*. New Haven: Yale University Press, 1981 and Charles Ralph Boxer and J. M. Braga, eds., *Breve Relação da Jornada que fez à Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador da China, e Tartaria, 1667-1670*. Macao: Imprensa Nacional, 1942.
- 19 George Bryan Souza, *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 107-109 and Leonor de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*. Macao: Centro de Publicações, Universidade de Macau, 2003.
- 20 Charles Ralph Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: a Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1967.
- 21 *Arquivo Portuguez Oriental* [APO], I part 1: 118 and I part 2: 34-35.
- 22 Jorge Manuel dos Santos Alves, *O Domínio do Norte de Samatra: A História dos Sultanatos de Samuder-Pacém e de Achém, e das Suas Relações com os Portugueses (1500-1580)*. Lisbon: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999; Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaio: Malaca e os Sultanatos de Jobor e Achém, 1575-1619*. Lisbon: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997; and Manuel Leão Marques Lobato, "Política e Comércio dos Portugueses no Mundo Malaio-Indonésio (1575-1605)," masters dissertation, Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- 23 Leonard Y. Andaya, *The Kingdom of Johor, 1641-1728*. Kuala Lumpur: Oxford University Press, 1975.
- 24 George Bryan Souza, "Commerce and Capital: Portuguese Maritime Losses in the South China Sea, 1600-1754," Artur Teodoro de Matos and Luís Filipe F. Reis Thomaz, eds., *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente, Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, (Macao, 22-26 de Outubro de 1991). Macao/Lisboa, 1993, pp. 321-348.
- 25 Richard M. Eaton, *The Rise of Islam and the Bengal Frontier, 1204-1760*. New Delhi: Oxford University Press, 1993, p. 130.
- 26 Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT], LM, 21, folios 56-56v.
- 27 H. J. de Graaf and Theodore G. Th. Pigeaud, *De Eerste Moslimse Vorstendommen Op Java. Islamic States in Java, 1500-1700*, 2 vols. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974, II, pp. 42-43 and 46-48.
- 28 Arjun Appadurai, "Introduction: Commodities and the Politics of Value," in *Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, edited by Arjun Appadurai. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, paperback reprint, 1988, p. 3.
- 29 Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, II, pp. 271-272.
- 30 HAG, MR, 19-D, folio 1176; and ANTT, LM, 34, folios 85-85v.
- 31 Charles Ralph Boxer, "Asian Potentates and European Artillery in the Sixteenth-Eighteenth Centuries." *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society* 38, no. 2 (1965): 156-172; and Salih Özbaran, "The Ottomans' Role in the Diffusion of Fire-Arms and Military Technology in Asia and Africa in the Sixteenth Century," *Revue Internationale d'Histoire Militaire* 67, Ankara (1986): 77-83; reprint, Salih Özbaran, *The Ottoman Response to European Expansion*. Istanbul: The ISIS Press, 1994, pp. 61-66.
- 32 S. P. Sen, "The Role of Indian Textiles in South-East Asian Trade in the Seventeenth Century." *Journal of Southeast Asian History* 3, no. 2 (1962): 92-110.
- 33 Paramita Rahayu Abdurachaman, "Indian Patola and Their Transformation from Trade Good to Sacred Cloth in Indonesia," in *Cindai: Pengembaran Kain Patola India/The Voyage of Indian Patola Cloth*. Jakarta: Himpunan Wastrarema, 1988, pp. 53-57; John Guy, "Commerce, Power and Mythology: Indian Textiles in Indonesia," *Indonesia Circle* 42 (1987): 57-75; and John Guy, "Sarasa and Patola: Indian Textiles in Indonesia," *Orientalism* 20:1 (1989): 48-60.
- 34 Robyn Maxwell, *Textiles of Southeast Asia: Tradition, Trade and Transformation*, Australian National Gallery and Oxford University Press Australia, 1990, revised edition, Hong Kong: Periplus Editions, Ltd., 2003, 156-157; Renske Heringa, "Dye Process and Life Sequence: The Coloring of Textiles in an East Java Village," in Mattiebelle Gittinger, ed., *To Speak with Cloth: Studies in Indonesian Textiles*. Los Angeles: Museum of Cultural History, University of California, Los Angeles, 1989, pp.106-130; and Marie-Hélène Guelton, "The Ceremonial Role of Indonesian Textiles as Illustrated by those of Sumatra," in K. Riboud, ed., *In Quest of Themes and Skills - Asian Textiles*. Bombay: Marg Publications, 1989, pp. 100-111.
- 35 George Bryan Souza, "Tingindo do vermelho; o sapão do Sudeste Asiático nos séculos XVII e XVIII/Dyeing Red: Southeast Asian Sappanwood in the Seventeenth and Eighteenth Centuries," *Oriente*, 8 (April, 2004): 40-58.
- 36 Mary W. Helms, *Craft and the Kingly Ideal: Art, Trade, and Power, Austin*. Texas: University of Texas Press, 1993.
- 37 Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 1989.

## BIBLIOGRAPHY

## Manuscript Sources

- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisbon, Portugal [ANTT]  
*Livros das Monções* collection, [LM] numbers: 21, folios 56-56v; 34, folios 85-85v.
- Historical Archives of Goa, Panjim, Goa, India [HAG]  
*Monções do Reino* collection, [MR] numbers: 15, folio 1r; 19-B, folios 28-29 and 58-60; 19-D, folios 1176.  
*Regimento e Instruções* collection, number 1420, folios 112-115. [*Regimento e Instruções*]

## Printed Sources and General Reference Works

- Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses)*. Panduronga S. S. Pissurlencar, ed., Bastora, Goa: Tipografia Rangel, 1952.
- Arquivo Portuguez Oriental*. J. H. da Cunha Rivara, ed., 6 vols. in 10 parts. Goa: Imprensa Nacional, 1857-1866. Reprint, Asian Educational Series, New Delhi, 6 vols. in 10 parts, 1992. [APO]
- Assentos do Conselho do Estado*. Panduronga S.S. Pissurlencar, ed., 5 vols. Bastora - Goa: Tipografia Rangel, 1953-1957.

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

- Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, 50 vols., Lisbon: 1954-1993 and in CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses, 3, Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisbon: 2000.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*. 10 vols., Raymundo António de Bulhão Pato, ed., 1-5 vols. Lisbon: Typografia da Academia Real das Ciências and Imprensa Nacional, 1880-1935 and António da Silva Rego, ed., 6-10 vols. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974-1982.
- Books, articles and dissertations**
- Alves, Jorge Manuel dos Santos, ed., *Notícias de Missionação e Martírio na Índia e Insulíndia*, Lisbon: Publicações Alfa, 1989.
- Alves, Jorge Manuel dos Santos, *Dois Sonhos Portugueses de Negócio e Evangelização na Insulíndia em Finais do Século XVII*, Lisbon: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, 1993.
- Anderson, Benedict R., "The Idea of Power in Javanese Culture." In *Culture and Politics in Indonesia*, edited by Claire Holt, Ithaca: Cornell University Press, 1972, pp. 1-69.
- Beaulieu, Augustin de, *Mémoires d'un Voyage aux Indes Orientales 1619-1622. Augustin de Beaulieu. Un Marchand Normand à Sumatra*, Paris: École Française d'Extrême-Orient, Maisonneuve and Larose, 1996.
- Bouchon, Genevieve and Thomaz, Luís Filipe Ferreira Reis, ed. *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy: Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris: Centre Culturel Portugais, 1988.
- Boxer, Charles Ralph, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1967.
- Brakel, L. F. "State and Statecraft in 17th Century Aceh." In *Pre-Colonial State Systems in Southeast Asia: The Malay Peninsula, Sumatra, Bali-Lombok, South Celebes*, edited by Anthony Reid and Lance Castles, Kuala Lumpur: The Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society, 1975, pp. 56-66.
- Eaton, Richard M., *The Rise of Islam and the Bengal Frontier, 1204-1760*, New Delhi: Oxford University Press, 1993.
- Gallop, Annabel Teh, "Seventeenth-Century Indonesian Letters in the Public Record Office," *Indonesia and the Malay World*, 31, no. 91 (2003): 412-39.
- Galvão, António, *A Treatise on the Moluccas (c. 1544) of António Galvão*, Hubert Jacobs, ed. and tr., Rome: Jesuit Historical Institute, 1970.
- Graaf, H. J. de, *De Regering van Sultan Agung, Vorst van Mataram 1613-1645, En die van zijn Voorganger Panembahan Seda-Ing-Krapjak 1601-1613*, The Hague: Martinus Nijhoff, 1958.
- Graaf, H. J. de and Pigeaud, Theodore G. Th., *De Eerste Moslimse Vorstendommen op Java. Islamic States in Java, 1500-1700*. 2 vols. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.
- Lombard, Denys, *Le Sultanant d'Arjéh au Temps d'Iskandar Muda 1607-1636*. Paris: École Française d'Extrême-Orient, 1967.
- Manrique, Sebastien, *Travels of Fray Sebastien Manrique, 1629-1643*. E. Luard and H. Hosten, trs., 2 vols. Oxford: Hakluyt Society, 1927.
- Meilink-Roelofs, M. A. P., *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.
- Moertono, Soemarsaid, *State and Statecraft in Old Java. A Study of the Later Mataram Period, 16<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> Century*, Ithaca, New York: Cornell Modern Indonesia Project, 1968.
- Pinto, Fernão Mendes, *Peregrinação*. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- Pinto, Fernão Mendes, *The Travels of Mendes Pinto*. Fernão Mendes Pinto, Rebecca D. Catz, ed. and tr., Chicago and London: The University of Chicago Press, 1989.
- Pinto da França, António, *Portuguese Influence in Indonesia*. Jakarta: Gunung Agung, 1970, reprint, Lisbon: Calouste Gulbenkian Foundation, 1985.
- Pires, Tomé, *The Suma Oriental of Tomé Pires*. Armando Cortesão, ed. and tr., 2 vols., London: Hakluyt Society, 1944.
- Reid, Anthony and Castles, Lance, eds. *Pre-Colonial State Systems in Southeast Asia: The Malay Peninsula, Sumatra, Bali-Lombok, South Celebes*. Kuala Lumpur: The Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society, 1975.
- Reid, Anthony, "Trade and the Problem of Royal Power in Aceh. Three Stages: C. 1550-1700," in *Pre-Colonial State Systems in Southeast Asia: The Malay Peninsula, Sumatra, Bali-Lombok, South Celebes*, edited by Anthony Reid and Lance Castles, Kuala Lumpur: The Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society, 1975, pp. 45-55.
- Reid, Anthony, *Southeast Asia in the Age of Commerce*, 2 vols. New Haven: Yale University Press, 1988 and 1993.
- Rockhill, W. W. "Notes on the Relations and Trade of China and the Coast of the Indian Ocean During the Fourteenth Century," *T'oung Pao* 16 pt.2 (1915): 441-42.
- Ricklefs, M. C., *A History of Modern Indonesia since c. 1200*, 3<sup>rd</sup> ed., Stanford, California: Stanford University Press, 2001.
- Schrieke, B. J. O., "Ruler and Realm in Early Java," in *Indonesian Sociological Studies*, The Hague: Van Hoeve, 1957.
- Souza, George Bryan, *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- Spallanzani, M., *Giovanni da Empoli un Mercante Fiorentino nell'Asia Portoghese*, Florence: Cassa di Risparmio di Firenze, 1999.
- Thomaz, Luís Filipe Ferreira Reis, *De Malaca a Pegu: Viagens de um Feitor Português (1512-1515)*, Lisbon: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Historicos, 1966.
- Thomaz, Luís Filipe Ferreira Reis, *A Viagem de António Correia a Pegu em 1519*, Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1976.
- Thomaz, Luís Filipe Ferreira Reis, "Os Frangues na Terra de Melaca," in *A Abertura do Mundo: Estudos de História dos Descobrimientos Europeus*, edited by Francisco C. Domingues and Luís Filipe Barreto, 2 vols., Lisbon: Editorial Presença, 1987, II, pp. 210-217.
- Wassing-Visser, R., *Royal Gifts from Indonesia: Historical Bonds with the House of Orange-Nassau (1600-1938)*, Zwolle: Wanders, 1995.



# Navios, Mercadorias e Embalagens na Rota Macau-Nagasaki

RUI MANUEL LOUREIRO\*

Quando os portugueses conquistaram a cidade portuária de Malaca, nos primeiros anos do século XVI, as províncias meridionais da China foram imediatamente reconhecidas como estratégicas do ponto de vista do comércio asiático. Nessas regiões, durante as décadas de 1520 e 1530, os portugueses recolheram imensos proveitos nos seus negócios informais com os chineses, trocando produtos tropicais como especiarias e madeiras aromáticas por manufacturas como porcelanas, sedas e caixas de cobre. A expressão “negócios da China”, como sinónimo de chorudos proveitos, generalizou-se então na língua portuguesa. A Coroa lusitana tinha estabelecido no Oriente uma vastíssima rede de fortalezas e de feitorias, centrada no território indiano de Goa, mas que se estendia desde a ilha de Moçambique, na costa leste de África, até às ilhas de Maluco, nos limites mais orientais do arquipélago indonésio. Mas as primeiras tentativas de acordo com as autoridades Ming tinham fracassado, de modo que muitos dos negócios que se realizavam nas regiões costeiras da China do Sul eram desenvolvidos de forma ilegal, por associações temporárias, organizadas



para uma ou mais expedições, entre fidalgos portugueses e mercadores asiáticos. As bases deste contrabando luso-sínico deslocavam-se de uma ilha para outra, ao sabor das conjunturas políticas regionais chinesas.<sup>1</sup>

## O ENCONTRO COM O JAPÃO

No início da década de 1540, durante uma dessas expedições, alguns portugueses contactaram o Japão pela primeira vez, aportando a Tanegashima na ilha de Kyushu. A explicação para esta tardia chegada dos portugueses ao arquipélago nipónico continua a ser debatida, mas ela de imediato deu origem a extraordinárias oportunidades comerciais.<sup>2</sup> O Japão atravessava então um longo e violento período de perturbações internas, pelo que as relações oficiais com a China tinham sido interrompidas. Contudo, os japoneses continuavam muito interessados em obter sedas chinesas, que estavam preparados para intercambiar por prata, metal de que dispunham em abundância; e a China, claro, era então o maior comprador mundial de prata. Por isso, os portugueses de imediato aproveitaram esta oportunidade única, assumindo o papel de indispensáveis intermediários entre a China e o Japão, em estreita colaboração com os seus parceiros chineses. A partir de 1544, anualmente, vários navios portugueses oriundos de Malaca, Patane, Ayuthaia rumavam ao Japão, de caminho escalando algum ancoradouro chinês, onde embarcavam

\* Doutorado em História pela Universidade de Lisboa. Director de projecto na Câmara Municipal de Lagos, investigador do Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa).

*Ph.D. in History from the Universidade de Lisboa. Project director at Lagos city council (Portugal). Researcher at the Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa).*

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA



Fig. 1 - Mapa da ilha de Kyushu de Manuel Godinho de Erédia, c. 1615.

carregamentos compostos essencialmente de seda, mas incluindo também muitas outras mercadorias; na viagem de regresso traziam sobretudo barras de prata, que eram vendidas nas ilhas ao largo das províncias meridionais da China.

O envolvimento dos portugueses com o tráfico japonês, em virtude das condições de navegação peculiares no mar do Sul da China, tornou essencial a existência de uma base segura no litoral chinês, a partir da qual os seus negócios pudessem ser conduzidos com segurança. Entretanto, por motivos diversos, os mandarins chineses da província de Guangdong

mostraram-se acolhedores face aos navios portugueses, permitindo-lhes desde 1550 que utilizassem como ancoradouro a ilha de Shangchuan e que visitassem as feiras mercantis de Cantão duas vezes por ano. Quando o missionário jesuíta Francisco Xavier faleceu naquela ilha em finais de 1552, pelo menos seis navios de portugueses encontravam-se ancorados em Shangchuan, alguns deles, e nomeadamente uma grande nau, seguindo a caminho do Japão. O tráfico marítimo era muito intenso, e muito em breve a base portuguesa seria estabelecida na península de Macau, um porto na rota para Cantão, onde então existia um posto alfandegário chinês.<sup>3</sup>

Depois de 1557, o estabelecimento de Macau tornou-se permanente, em troca do regular pagamento de direitos alfandegários. As autoridades chinesas, nos seus contactos com os portugueses, tinham concluído que a presença destes podia contribuir para o desenvolvimento da economia local, através das ligações directas ao Japão. Simultaneamente, os navios “bárbaros”, poderosamente armados, poderiam reforçar a segurança nas regiões costeiras do Guangdong, servindo como dissuasores da endémica pirataria marítima. A “fórmula de Macau”, sugestiva expressão de alguma historiografia mais recente,<sup>4</sup> permitiu a acomodação dos portugueses no âmbito do tradicional sistema de relações externas chinesas. E assim, Macau, sob patrocínio português, rapidamente se transformou numa próspera e movimentada cidade portuária, ligando Cantão a numerosos destinos no mar do Sul da China. Previsivelmente, a Coroa lusitana, a partir da longínqua base de Goa, tentou controlar a viagem do Japão desde 1555, através da nomeação anual de um capitão oficial, que, com a sua grande nau, deveria monopolizar o comércio entre Goa, Malaca, Macau e o arquipélago nipónico. Como retorno desta valiosa mercê, o capitão-mor da viagem, para além de alimentar as alfândegas reais, deveria manter alguma espécie de autoridade sobre as muitas comunidades informais de portugueses que existiam em muitos portos do mar do Sul da China, longe da jurisdição do Estado Português da Índia, que estava concentrada na parte ocidental do oceano Índico.

O comércio português com o Japão, baseado em Macau, prolongou-se por quase um século, até 1639, data da expulsão dos portugueses do arquipélago, podendo ser basicamente dividido em quatro períodos distintos. Entre 1543 e 1570, a

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

rota do Japão toma forma, enquanto os portugueses exploravam as condições mercantis em diferentes áreas, nomeadamente em termos de facilidades portuárias, taxas locais e produtos disponíveis. Estabelecem-se contactos com diferentes portos japoneses na ilha de Kyushu, nomeadamente Funai, Hirado, Yokoseura ou Kuchinotsu [Fig. 1]. O porto de chegada do “navio negro” ou *kurofune*, como as naus portuguesas eram designadas, também dependia dos desenvolvimentos políticos locais, pois a guerra civil japonesa, de uns anos para os outros, podia tornar alguns destinos inseguros. Muitos dáimios japoneses locais procuravam atrair o comércio português para os seus territórios. E cedo descobriram que os padres jesuítas, activos no arquipélago desde 1549, podiam ser utilizados como um poderoso argumento nas negociações com os *namban* ou bárbaros do sul, pois os missionários europeus, através do ascendente que possuíam sobre os fidalgos mercadores, podiam influenciar o destino final dos navios oriundos de Macau.

Durante este primeiro período, a viagem do Japão era normalmente realizada pela chamada “nau do trato”, uma enorme embarcação mercantil, especialmente destinada ao transporte de mercadorias. Por vezes, era utilizado um navio diferente, o galeão, que embora fosse semelhante à nau transportava mais artilharia. Estes navios, nos primórdios da década de 1550 tinham uma capacidade de 400 até 600 toneladas.<sup>5</sup> A iconografia coetânea ligada à “carreira da Índia” – a rota marítima que ligava Lisboa a Goa – fornece imagens aproximadas do tipo dos grandes navios envolvidos no comércio nipónico.<sup>6</sup> A “nau do trato”, no trajecto entre o rio da Pérola e o Japão, era quase sempre acompanhada por diversas outras embarcações chinesas (juncos, somas ou chós) que pertenciam a armadores portugueses e/ou chineses baseados no porto de Macau.<sup>7</sup> Não abundam as informações sobre estas embarcações veleiras chinesas, mas a respectiva capacidade de carga, de acordo com fontes da época, parece ter variado entre 10 e 30 picos de seda, ou seja, aproximadamente entre 660 kg e 1980 kg.<sup>8</sup> Entretanto, um manuscrito português da primeira metade do século XVII refere que as somas eram navios chineses de 500 ou 600 toneladas, o que as aproximaria bastante das naus de menor porte,<sup>9</sup> enquanto um viajante italiano que passou por Macau em 1638 refere que os chós eram “barcos de 10 remos, com dois homens a cada um e ocupadas por cerca de 20 soldados”.<sup>10</sup>

Relativamente às mercadorias expeditas para o Japão, o “grande navio” largava de Goa, com rumo a Malaca, levando a bordo sobretudo têxteis indianos de algodão, mas também outros produtos, tais como marfim, veludos, cristais, vinho, azeite e armas ligeiras. A viagem demorava cerca de um mês até Malaca, onde uma parte da carga era trocada por mercadorias oriundas do arquipélago indonésio e das regiões continentais do Sudeste Asiático, tais como pimenta, cravinho, madeira de sândalo e lenho-aloés. Mais tarde, em Macau, a maior parte deste carregamento era vendido nas feiras semestrais de Cantão, a troco de sedas, porcelanas, almíscar, ruibarbo, artigos de cobre, raiz-da-china, chá e ouro. A “nau do trato”, depois, largava do ancoradouro macaense para uma jornada de duas ou três semanas até algum porto da ilha de Kyushu, transportando sobretudo sedas e ouro, mas também outras mercadorias, entre as quais figuravam espingardas oriundas da Europa, as quais eram desconhecidas no Japão à data da chegada dos portugueses ao arquipélago.<sup>11</sup> A grande nau portuguesa deixava o Japão alguns meses mais tarde, carregando principalmente prata, mas também artefactos lacados, vestuário de seda, espadas, etc.

O segundo período do comércio entre Macau e o Japão inaugura-se em 1571, quando o porto de Nagasáqui, que possuía excelentes condições náuticas, foi cedido à Companhia de Jesus por Omura Sumitada. O primeiro dáimio cristianizado jogara uma cartada forte, ao tentar atrair o comércio lusitano para um dos mais obscuros centros piscatórios dos seus domínios. Mas obteve total sucesso, pois a partir de então, apesar dos desenvolvimentos políticos que tiveram lugar no arquipélago nipónico, Nagasáqui seria a base estratégica das actividades mercantis desenvolvidas pelos portugueses no Japão. O capitão-mor da viagem do Japão de 1571 já ancorou a sua nau em Nagasáqui, que era então um pequeno ancoradouro com uma população de cerca de 1500 pessoas.<sup>12</sup> Em anos seguintes, a “nau do trato” navegou com regularidade de Goa para Malaca, depois para Macau, e finalmente para Nagasáqui, que em breve se transformou numa movimentada cidade portuária, não só pelo seu envolvimento no tráfico marítimo internacional, mas também porque japoneses cristianizados de outras regiões eram ali atraídos pela presença dos jesuítas e dos portugueses. Curiosamente, as actividades portuguesas na Ásia mais oriental deram origem a dois grandes centros portuários, muito

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

diferentes entre si, Macau e Nagasáqui, que basearam o seu rápido e recíproco crescimento na manutenção de fortes ligações mercantis.<sup>13</sup>

OS BIOMBOS *NAMBAN*

Esta foi seguramente a idade de ouro da rota Macau-Nagasáqui, em termos de segurança e de regularidade. Os itinerários marítimos estavam perfeitamente traçados, pois os pilotos portugueses tinham acesso a rigorosas cartas e a detalhados roteiros.<sup>14</sup> Os grandes navios portugueses viajavam ligeiramente armados, não transportando mais de vinte peças de artilharia, pois não tinham de enfrentar ameaças especialmente complicadas.<sup>15</sup> Os portugueses tinham conquistado um lugar próprio entre as muitas comunidades marítimas que cruzavam o mar do Sul da China, onde a superioridade dos seus navios e das suas armas de fogo era devidamente reconhecida. Até 1597, as naus lusitanas apenas falharam a viagem para Nagasáqui seis vezes, quatro por problemas náuticos e duas por distúrbios políticos no Japão.<sup>16</sup> Só as

condições climatéricas, e especialmente os terríveis tufões do mar do Sul da China, se atravessavam no caminho dos eficientes navios portugueses. A capacidade de carga, entretanto, parece ter-se desenvolvido paulatinamente, pois por volta de 1600 circulavam naus com uma armação entre 1200 e 1600 toneladas. Algumas fontes coetâneas mencionam a existência de gigantescos navios de 2000 toneladas, mas a documentação técnica não confirma a existência de tais monstros.<sup>17</sup> Estes pesados navios, extremamente lentos de manobrar, eram especialmente concebidos para a mercancia. Tal como no período anterior, a “nau do trato” anual era acompanhada por um número variável de embarcações menores, sobretudo juncos de Malaca ou de Macau, normalmente sob comando de capitães portugueses.

As grandes naus eram as verdadeiras protagonistas da rota Macau-Nagasáqui, pelo que aparecem repetidamente desenhadas nos biombos *namban*, produzidos no Japão a partir dos anos finais do século XVI.<sup>18</sup> Os biombos eram artefactos portáteis tipicamente nipónicos, constituídos por armações rectangulares de

Fig. 2 - Cortejo de portugueses (pormenor de biombo *namban*, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa).



## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

madeira, geralmente em número par, forradas com papel ou com tecido. Para além da sua função eminentemente utilitária, essencial no mundo doméstico japonês para assegurar a compartimentação de espaços interiores, os biombos podiam também servir propósitos estéticos, quando as coberturas de papel ou de tecido eram desenhadas e pintadas. Os biombos decorados, de resto, constituíam uma forma de arte muito específica, e com longas tradições, na Terra do Sol Nascente. Uma das mais emblemáticas publicações da imprensa jesuíta do Japão, o *Vocabulário da Língua de Iapam*, impresso em Nagasáqui em 1603, incluía o vocábulo “Biobu”, descrevendo-o como correspondente a “Hua maneira de painéis grossos que se tem por si em pee, de que uzão os Iapões pera ornato das casas, & pera contra o vento”.<sup>19</sup>

Nas décadas de transição do século XVI para a centúria seguinte, alguns artistas japoneses haviam tido oportunidade de visitar o porto de Nagasáqui, a partir da cidade de Nagoya, onde Toyotomi Hideyoshi fizera construir uma imponente fortaleza em 1591-1592. Na metrópole luso-nipónica, os pintores japoneses puderam observar ao vivo quer os grandes navios portugueses que ali aportavam, quer a compósita massa humana que deles desembarcava, quer ainda toda a multidão de novos animais e de desconhecidos artefactos que eram transportados a bordo, para venda no Japão. Um pouco por todo o arquipélago nipónico começara já a despontar uma verdadeira moda *namban*, que suscitara entre muitos japoneses fenómenos de imitação a nível de vestuário, de maneirismos sociais e de práticas de consumo. Essa moda chegara também às formas artísticas, pois artistas e artesãos já produziam um sem-número de objectos cuja decoração revelava a influência das realidades europeias.<sup>20</sup> Agora, nos últimos anos de Quinhentos, e por influência desse leque de artistas que haviam contactado directamente com os ocidentais em Nagasáqui, começaram também a surgir biombos de influência *namban*, apresentando elaboradas pinturas, que representavam normalmente os grandes navios portugueses ancorados naquele porto da ilha de Kyushu, juntamente com o cortejo multicultural dos seus ocupantes desfilando pela paisagem urbana nipónica, acompanhados de exóticos animais e de incontáveis embalagens e recipientes com as mais diversas formas [Fig. 2]. Objectos de luxo por excelência, estes biombos resultavam normalmente de encomendas efectuadas por personagens de relevo

na vida social nipónica, destinando-se muitas vezes a ofertas de prestígio. Especial relevo merecem as muitas dezenas de biombos produzidos então pelos artistas da Escola de Kano, de que sobrevivem actualmente algumas dezenas.<sup>21</sup>

Um manifesto de carga dos primeiros anos do século XVII<sup>22</sup> apresenta uma listagem detalhada das mercadorias que eram transportadas a bordo de uma típica “nau do trato”, na rota de Macau para o Japão:

Mercadorias	Quantidades	Equivalentes
Seda crua	500 picos	30 000 kg
Retrós	500 picos	30 000 kg
Tecidos de seda com aves	2000 peças	
Ouro	4000 taéis	120 kg
Almíscar	2 picos	120 kg
Alvaiade branco	500 picos	30 000 kg
Fio de algodão	300 picos	18 000 kg
Gangas	3000 peças	
Mercúrio	200 picos	12 000 kg
Chumbo	2000 picos	120 000 kg
Estanho	600 picos	36 000 kg
Raiz-da-china (smilax)	600 picos	36 000 kg
Cerâmica	2000 ranquéis <sup>23</sup>	
Ruibarbo	100 picos	6000 kg
Açúcar branco	70 picos	4200 kg

O carregamento era maioritariamente composto por tecidos (seda e algodão), mas também incluía metais preciosos e comuns (ouro, mercúrio, chumbo, estanho), porcelanas, e drogas valiosas (almíscar, raiz-da-china, ruibarbo, açúcar). O conjunto de todas estas mercadorias caberia perfeitamente numa nau de 500 a 600 toneladas.

Embora não tenha sobrevivido qualquer iconografia portuguesa que documente esta realidade, múltiplas representações gráficas alusivas aos carregamentos trazidos a bordo da grande nau de Macau podem encontrar-se nos biombos *namban*, que avançam com detalhes extremamente realistas, e

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA



## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

obviamente verosímeis, sobre as operações de descarga das mercadorias que tinham lugar em Nagasáqui. O colorido das cenas e o exotismo das personagens contrastam com a sobriedade dos cenários nipónicos. Aparentemente, os navios de maior porte ancoravam na baía, sendo depois o transbordo de homens, de animais e de mercadorias efectuado por pequenas embarcações movidas a remos. Isto significa que os volumes descarregados das naus nunca podiam ser de grandes dimensões, circunstância que se reflecte nas descrições gráficas contidas nos biombos. Pode assim supor-se que a chegada de uma grande nau ao porto de Nagasáqui poria de imediato em movimento uma multidão de botes da mais variada natureza, que se apressavam a efectuar o transbordo de pessoas e de bens para terra. As estruturas portuárias existentes na cidade, de resto, provavelmente constituídas por cais de madeira, apenas deveriam permitir a acostagem de embarcações de reduzida dimensão e de pequeno calado.

## MERCADORIAS E EMBALAGENS

Um exercício extremamente interessante, que nunca terá sido ensaiado, consiste em tentar estabelecer correspondências possíveis entre as mercadorias listadas na documentação existente e os inúmeros fardos, rolos, caixas, embalagens e recipientes que aparecem regularmente representados nos diversos biombos *namban* sobreviventes. Trata-se, evidentemente, de um exercício de imaginação, já que pouco ou nada se consegue apurar nas fontes disponíveis sobre o modo como as diferentes mercadorias eram embaladas e empacotadas em Macau, para posterior exportação para o Japão. E à partida poderia desde logo especular-se se os produtos desembarcados da “nau do trato” viriam tão elaboradamente acondicionados como sugerem as imagens dos biombos, ou se se trataria apenas de uma representação artística subjectiva, influenciada pela tradicional arte nipónica de empacotar e embrulhar.

Escassos detalhes são hoje conhecidos sobre o sistema de carga das naus portuguesas, sobretudo em portos orientais.<sup>24</sup> Mas não será demasiado arriscado concluir que todas as mercadorias que largavam de Macau seguiam devidamente acondicionadas nos porões dos navios, fossem eles naus de concepção

portuguesa ou juncos de fabrico chinês. Por um lado, por razões de segurança, pois era necessário zelar para que os produtos transportados a bordo, fossem eles naturais ou artesanais, não sofressem danos durante a travessia de várias semanas até Nagasáqui. Assim, havia que ter em conta não só os inevitáveis balanços das embarcações, como os eventuais efeitos da água do mar e das chuvas, que podiam danificar porcelanas, sedas, drogas, víveres e outros bens transportados nos porões. Por outro lado, por motivos de natureza mercantil, já que a apresentação exterior e o acondicionamento de determinadas mercadorias podia contribuir sobremaneira para a respectiva valorização pelos compradores. De resto, tanto a China como o Japão possuíam largas tradições na arte da embalagem, sobretudo em contexto imperial;<sup>25</sup> de modo que não é de todo impossível que manifestações mais populares dessa arte cortesã se estendessem até aos portos meridionais do Celeste Império, e também a Macau, sempre que estava em causa a exportação de mercadorias de maior valor simbólico ou de troca.

*Os grandes navios portugueses  
viajavam ligeiramente  
armados, não transportando  
mais de vinte peças  
de artilharia, pois não  
tinham de enfrentar ameaças  
especialmente complicadas.*

Presentes nos biombos *namban* estão, em primeiro lugar, as enormes jarras martabanas, utilizadas em toda a Ásia marítima. Estas célebres peças de cerâmica, fabricadas em numerosas regiões do interior do Sudeste Asiático, eram sobretudo exportadas a partir do porto birmanês de Martabão, no litoral do antigo Pegu, de onde tomaram a respectiva designação. Os portugueses desde logo as adoptaram a bordo dos seus navios, assim como na vida quotidiana dos numerosos entrepostos orientais onde se estabeleceram. As jarras martabanas de grês, graças à sua estanquidade, eram utilizadas para acondicionar e transportar todo o tipo de géneros, como

Fig. 3 - Transporte de martabanas (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

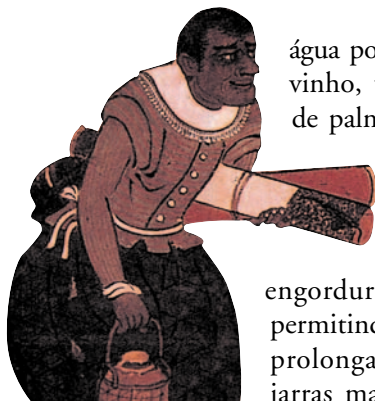


Fig. 4 - Boião  
(pormenor de biombo  
*namban*, MNAA).

água potável, azeite, azeitonas, vinho, urraca (ou aguardente de palma), grãos de pimenta, cabeças de cravinho, frutas secas, etc. O bocal podia ser selado com lacre, com papel engordurado e/ou com barro, permitindo a conservação mais prolongado dos produtos. As jarras maiores podiam mesmo servir para o transporte de peças de porcelana, acondicionadas no seu interior com o auxílio

de palha. Entretanto, para poderem ser movidas com facilidade, as martabanas eram envolvidas em redes de cordame de cairo ou de sisal, que, para além de amortecerem eventuais choques, facilitavam o respectivo transporte com o auxílio de canas de bambu.<sup>26</sup>

Diversos biombos *namban* apresentam estas grandes jarras, ora a bordo de pequenas embarcações, ora transportadas aos ombros de serviçais dos

portugueses, precisamente com o auxílio de bambus [Fig. 3]. Decerto que as martabanas desembarcadas em Nagasáqui não conteriam géneros alimentares essenciais à vida a bordo, mas antes produtos exóticos, destinados ao mercado nipónico, provavelmente almíscar, alvaiade, raiz-da-china, ruibarbo, ou mesmo mercúrio, bens que aparecem mencionados em manifestos de carga portugueses da época.<sup>27</sup> Algumas jarras de menor dimensão que figuram nos biombos, e muito comuns em numerosas regiões asiáticas, poderiam corresponder aos boiões de uvas passas ou de ameixas secas que aparecem referidos na documentação [Fig. 4].<sup>28</sup>

A bordo das naus representadas em alguns biombos, assim como nas mãos de tripulantes que desembarcam, aparecem rolos de tecidos estampados, provavelmente as sedas de melhor qualidade [Fig. 5]. É pouco provável que estes rolos de uma mercadoria especialmente valiosa em contexto nipónico viajassem soltos, como sugere a sua figuração nos biombos. Deveriam antes vir acondicionados em contentores de maiores dimensões, dos quais eram retirados à chegada

a Nagasáqui. O rol acima referido menciona “1700 a 2000 peças duma certa seda ornamentada com pássaros e outros desenhos”,<sup>29</sup> que corresponderiam decerto a estes curiosos rolos amontoados no convés do navio lusitano. A documentação coetânea testemunha que as sedas constituíam uma significativa parcela das cargas da “nau do trato”. Mas para além de sedas coloridas e decoradas, os inventários conhecidos referem numerosos outros têxteis originários do mercado chinês, como cetins, damascos, tafetás, gangas, e também seda crua. Os biombos *namban* apresentam algumas imagens de fardos que podem ser claramente identificados

Fig. 5 - Rolos de sedas (pormenor de biombo *namban*, MNAA).





## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE



Fig. 6 - Fardos de retrós (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

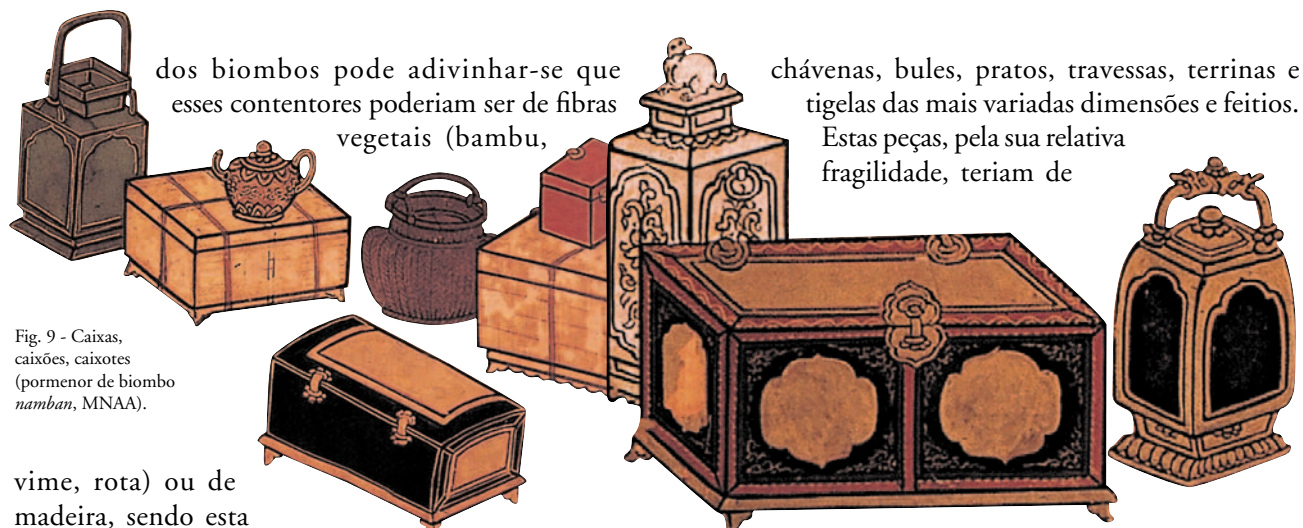
com uma variedade de “seda fiada e torcida que os portugueses chamam retrós”,<sup>30</sup> que aparece mencionada em fontes coetâneas<sup>31</sup> [Fig. 6].

Fig. 7 - Panóplia de embalagens (pormenor de biombo *namban*, MNAA).



Para além de uma enorme variedade de tecidos, as fontes portuguesas registam também a presença a bordo da “nau do trato” de peças de vestuário em grandes quantidades, nomeadamente saias e touquinhas, que eram transportadas em caixas de tamanho grande. Evidentemente, caixas de todos os géneros e feitios abundam nos biombos nipónicos [Fig. 7], muitas das quais, decerto, poderiam conter têxteis chineses, em bruto ou manufacturados. Um documento de cerca de 1600 menciona “seda darca de todas as cores”, produto ainda não identificado.<sup>32</sup> Tratar-se-ia de determinado tipo de sedas, de valor elevado, transportadas em arcas, isto é, ‘seda d’arca’? Um inventário jesuíta de 1618 – numa altura em que a presença de missionários europeus no Japão fora já proibida pelas autoridades nipónicas – refere numerosíssimos caixões despachados para Nagasáqui nesse ano: um dos caixões continha, entre outras mercadorias, cetins, tafetás e damascos; outro, “sayas carmesins do Nankim”; outro ainda, “damascos de Cantão ordinários”; e assim sucessivamente.<sup>33</sup> A forma ou material dos caixões não é especificada, mas através das representações

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA



dos biombos pode adivinhar-se que esses contentores poderiam ser de fibras vegetais (bambu,

chávenas, bules, pratos, travessas, terrinas e tigelas das mais variadas dimensões e feitios. Estas peças, pela sua relativa fragilidade, teriam de

Fig. 9 - Caixas, caixões, caixotes (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

vime, rota) ou de madeira, sendo esta última em alguns casos lacada, noutros, não [Fig. 8].

Algumas das embalagens representadas seriam destinadas a porcelanas, que num dos inventários de inícios do século XVII já citado são contabilizadas em ranquéis, cada ranquel correspondendo a um conjunto de dez pratos ou travessas. Mas os serviços de porcelana incluíam muitas outras peças, como

ser bem acondicionadas no interior de contentores de diversas formas, com o auxílio de qualquer material isolante ou que minimizasse o impacto dos choques, como a palha, por exemplo. Para além das já referidas jarras martabanas, que também serviam para transportar porcelanas, estas podiam ser exportadas de

Fig. 8 - Caixas variadas (pormenor de biombo *namban*, MNAA).



Macau em barris de madeira (que nunca aparecem representados nos biombos *namban*) ou em caixões de madeira ou de fibras vegetais. Peças de maior valor, como certos bules, vasos ou incensórios, por exemplo, que exigiam um tratamento mais individualizado, podiam ser guardadas em caixas de menores dimensões, que por vezes adoptavam total ou parcialmente a forma da peça que armazenavam [Fig. 9]. Alguns dos biombos mostram mesmo peças de porcelana isoladas, que se destacariam pelo seu valor material ou pelas respectivas qualidades estéticas [Fig. 10].

Os eventuais conteúdos de toda essa panóplia de caixas estão sujeitos a especulação, à falta de evidências documentais

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE



Fig. 11 - Panóplia de caixas (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

seguras [Fig. 11]. Algumas poderiam conter chá, por exemplo, produção chinesa típica, que também era exportada para o Japão. Ou então raiz-da-china, um produto medicinal sínico, alegadamente muito eficaz no tratamento de doenças venéreas, e que aparece nas listas de mercadorias destinadas ao mercado nipónico.<sup>34</sup> Ou ainda almíscar, substância de origem animal utilizada na farmacopeia e em perfumaria. Ou açúcar, branco ou amarelo, uma das exportações típicas chinesas, muito apreciada no Japão.



Fig. 10 - Peças de porcelana (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

Outras caixas seriam os típicos *jubacos* japoneses, com várias prateleiras e gavetas, utilizados para transportar alimentos. Outras ainda seriam *fumibacos*, escrivaninhas portáteis, que transportavam papel de arroz, tinta-da-china e instrumentos de escrita (penas ou pincéis). Um documento jesuíta da época menciona o envio para Nagasáqui de “Dous Jubacos, hum destes de trez sobrados, outro de quatro”, e de “Nove fumibancos”.<sup>35</sup>

Outras caixas poderiam conter recipientes menores para tabaco, já que um inventário de 1637 inclui

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA



Fig. 12 - Presentes especiais (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

370 caixas de tabaco lacadas.<sup>36</sup> De resto, a civilização chinesa desenvolvera desde longa data a utilização de contentores das mais variadas dimensões e feitios, que serviam de guarida aos mais diversos bens culturais de uso quotidiano, como comidas e bebidas, drogas e mezinhas, incensos e perfumes, jóias e outros acessórios pessoais. Objectos para usos rituais eram também guardados e transportados em caixas, assim como jogos chineses tradicionais, tal como majongue, diversas variedades de xadrez, dados, etc. [Figs. 12 e 13].

Enfim, o mesmo sucedia com livros chineses, manuscritos ou impressos, que frequentemente eram arquivados em caixas especialmente destinadas a esse

propósito. Em 1592, a nau portuguesa *Madre de Deus*, que navegava no Atlântico de regresso de uma viagem à Índia, foi capturada por embarcações inglesas e levada para Inglaterra. Entre as incontáveis preciosidades que se encontravam a bordo deste gigantesco navio, a documentação da época refere um exemplar da obra *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam*, preparada pelos padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano, e impressa em Macau dois anos antes. O livro “foi descoberto no interior de uma caixa de madeira de cedro aromático, cuidadosamente embrulhado em fino tecido de calicó”.<sup>37</sup> Um pormenor de um dos biombos *namban* representa um marinheiro

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

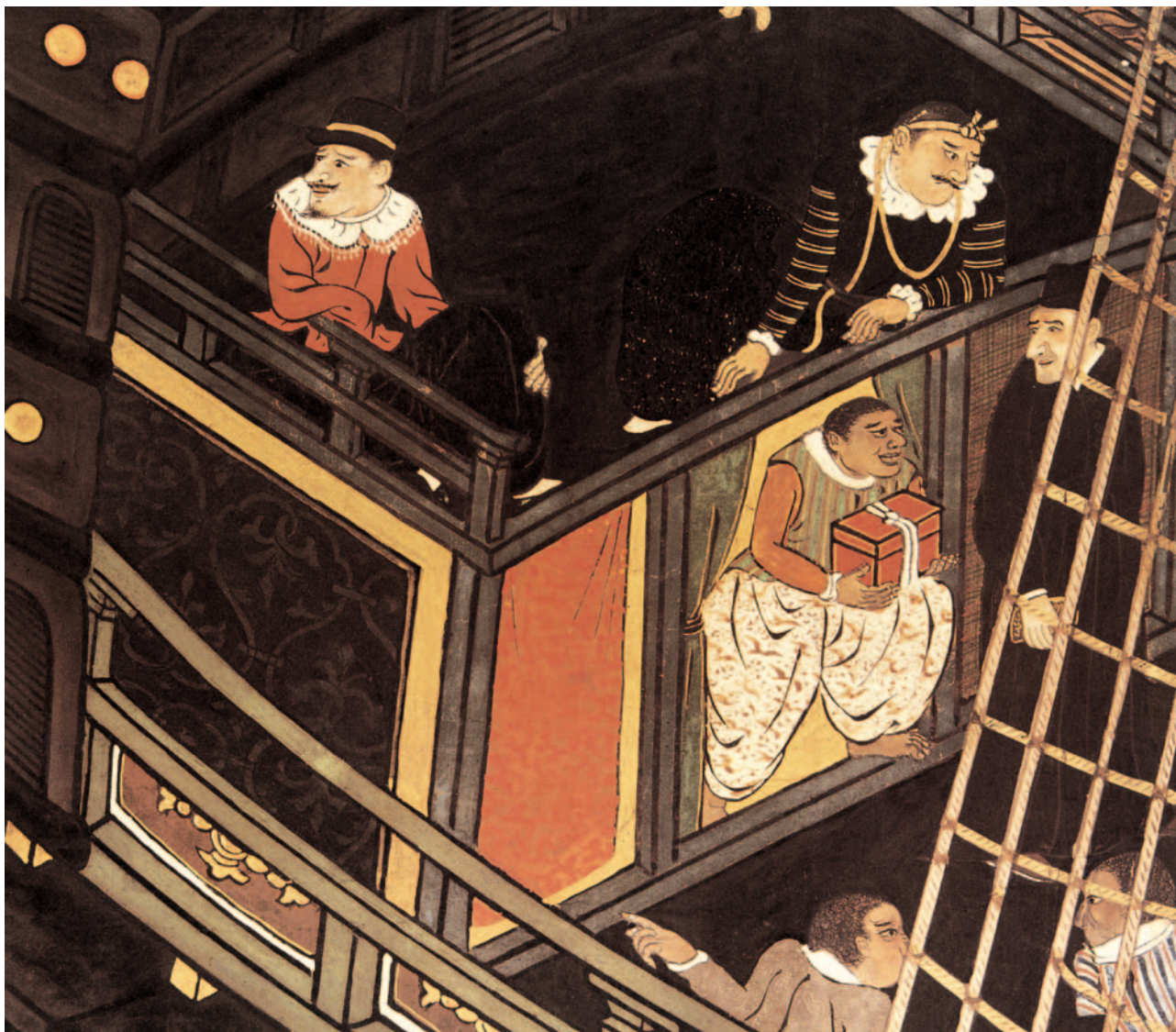


Fig. 14 - Caixa valiosa (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

saindo da cabine do castelo da popa da “nau do trato”, transportando nas mãos, com todo o cuidado, uma embalagem vermelha [Fig. 14]. Poderia tratar-se de uma caixa contendo algum livro impresso em Macau? O facto desta cena ser supervisionada por um missionário jesuíta levaria a crer que sim.

As armas ligeiras, que em meados do século XVI eram desconhecidas no Japão, foram introduzidas pelos mercadores lusitanos no arquipélago nipónico, como foi já referido.<sup>38</sup> Muito provavelmente, as primeiras espingardas europeias teriam chegado à Terra do Sol Nascente como ofertas de prestígio, apresentadas às autoridades dos portos onde a “nau

do trato” pretendia acostar. Através do testemunho de Fernão Mendes Pinto, um dos primeiros portugueses a visitar o Japão, sabe-se que as espingardas foram desmontadas pelos artífices nipónicos, para depois serem estudadas com cuidado e reproduzidas com fidelidade em largas quantidades. Como refere o célebre viajante, tendo o seu companheiro de



Fig. 13 - Embalagens personalizadas (pormenor de biombo *namban*, MNAA).

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

viagem Diogo Zeimoto oferecido uma espingarda ao senhor de Tanegashima, foi tamanho o “apetite & curiosidade” que este desconhecido artefacto despertou entre os japoneses, que poucos meses mais tarde já “auia na terra passante de seiscentas” armas de fabrico local. Uma década mais tarde, e ainda de acordo com Mendes Pinto, já haveria no reino de Bungo, um dos dáimios da ilha de Kyushu, “mais de trinta mil” espingardas.<sup>39</sup>

No contexto do mundo cristão, proibições diversas, oriundas dos poderes laicos e religiosos, impediam ou dificultavam a venda de armamento a não-cristãos. Contudo, encontram-se repetidas instâncias de tráfico de armamento no contexto da presença portuguesa no Oriente. O Japão constituía um caso muito particular, já que ao longo da segunda metade do século XVI se desenvolveram comunidades cristianizadas um pouco por todo o arquipélago, circunstância que tornava lícita a venda de espingardas aos nipónicos. Curiosamente, não abundam nas fontes da época referências ao transporte de armas ligeiras a bordo dos navios lusitanos para venda no Japão. Mas decerto que esse comércio era praticado e uma das caixas alongadas que aparece num dos biombos *namban* poderia representar um estojo de arma ou armas, destinado a oferta a personalidade japonesa de relevo [Fig. 15].

## A CONCORRÊNCIA HOLANDESA

A natureza extraterritorial de Nagasáqui – um porto japonês administrado por estrangeiros – não iria durar muito, pois o rápido crescimento da cidade, em virtude das suas ligações comerciais com Macau, e o crescente número de cristãos entre a população japonesa, cedo despertaram a atenção das autoridades centrais nipónicas. Em 1587, na sequência do desaparecimento de Omura Sumitada, o governante japonês Toyotomi Hideyoshi emitiu o primeiro édito anti-cristão e colocou Nagasáqui sob o seu directo controlo.<sup>40</sup> A guerra civil japonesa estava em vias de conclusão, com a imposição de uma forte autoridade central por parte de Hideyoshi; e o cristianismo, com o seu exótico conjunto de regras morais e éticas, por vezes causava confrontos no interior da ordem hierárquica nipónica. A solução lógica, do ponto de vista do poder central japonês, seria eliminar as ideias e as práticas controversas de origem europeia. A médio prazo, esta lógica ditaria o destino dos interesses portugueses no Japão.

Em 1581, Felipe II, o poderoso soberano de Espanha, tornou-se igualmente rei de Portugal, graças a

uma trágica sucessão de eventos que deixou a Casa Real portuguesa sem herdeiros. A unificação com Espanha viria a ter nefastas consequências para os portugueses, pois muito em breve os inimigos norte-europeus da Coroa ibérica lançariam um concertado e sistemático ataque contra as possessões ultramarinas ibéricas. Até então, os holandeses tinham tido livre acesso aos produtos orientais através de Portugal, cujos portos frequentavam regularmente; quando o acesso a este reino lhes começou a ser vedado, decidiram rumar directamente às fontes de abastecimento orientais. Utilizando as informações recolhidas por Linschoten durante o seu período de residência em Goa na década de 1580, uma expedição holandesa rumou directamente ao arquipélago indonésio em 1596, precisamente a área geográfica onde a presença oficial portuguesa era mais ténue. Esta viagem constituiu um enorme sucesso, nomeadamente pelo facto de ter provado que o monopólio português da rota do Cabo, até então inviolável, podia ser quebrado. E nos anos seguintes, dezenas e dezenas de navios holandeses navegaram para o Oriente, a partir de 1602 sob as ordens da *Vereenigde Oostindische Compagnie* (VOC), desafiando abertamente o predomínio ibérico nos contactos europeus com o mar do Sul da China.

Os holandeses não demoraram muito tempo a entender, como os portugueses o haviam feito um século antes, que qualquer envolvimento com o mundo mercantil oriental deveria ser global, para ser duradouro e lucrativo. Isto significava que os recém-chegados norte-europeus teriam de estabelecer feitorias por toda a Ásia marítima, como os portugueses tinham feito antes deles. Assim, a partir de 1600 a viagem do Japão passou a estar sob forte pressão holandesa. Nesse mesmo ano, um navio holandês pilotado pelo inglês William Adams alcançou acidentalmente o litoral do dáimio japonês de Bungo, assim inaugurando as interações holandesas-japonesas. No ano seguinte, uma armada holandesa apareceu ao largo de Macau. Em 1603, a *Santa Catarina*, uma nau portuguesa originária de Macau, carregada com valiosas mercadorias avaliadas em cerca de 30 toneladas de prata, foi capturada pelos holandeses nas imediações de Singapura. No mesmo ano, a “nau do trato” era apresada pelos holandeses junto ao porto de Macau, provocando a perda de 900 mil cruzados (equivalendo a cerca de 27 toneladas de prata) aos mercadores portugueses.

Estes foram anos conturbados para os portugueses na Ásia, pois o assalto às fortalezas e aos navios lusitanos tornou-se uma prática rotineira para os holandeses,

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

sobretudo no mar do Sul da China. Os holandeses possuíam navios bem construídos e bem armados, sendo, ao mesmo tempo, navegadores competentes e exímios bombardeiros. Os únicos adversários à sua altura, em águas asiáticas, seriam os portugueses. Mas estes, integrados desde há muito nos circuitos mercantis da Ásia marítima, tinham praticamente abandonado a artilharia pesada a bordo das suas embarcações, transportando apenas armas mais ligeiras. Entretanto, as suas técnicas de combate tinham-se orientalizado, preferindo os combates corpo a corpo aos duelos de artilharia. Ao mesmo tempo, os seus navios, normalmente atulhados de mercadorias, transportavam maior número de passageiros pacíficos do que homens

de armas. Nos primeiros confrontos com os holandeses, indubitavelmente, os portugueses foram apanhados de surpresa.

Neste terceiro período, os portugueses continuaram a utilizar navios de grande porte na carreira de Macau para Nagasáqui. Contudo, a viagem da “nau do trato” foi repetidamente abortada. Em 1607 e 1608, a nau portuguesa não largou de Macau, devido ao bloqueio deste porto pelos holandeses; em 1609 o “grande navio” levou 45 dias a alcançar o Japão, por causa de movimentações holandeses ao longo da costa chinesa; em 1610 a nau portuguesa foi destruída no porto de Nagasáqui num confronto com as autoridades nipónicas;<sup>41</sup> em 1611, 1613 e 1616 a “nau do trato” não rumou ao arquipélago

Fig. 15 - Caixote de armas (pormenor de biombo *namban*, MNAA).



## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

japonês.<sup>42</sup> Entretanto, desde 1609 que os holandeses tinham obtido autorização para abrirem uma feitoria em Hirado, onde mantiveram um perfil bastante discreto, adoptando uma postura muito diplomática em relação aos japoneses. Os seus relatórios de espionagem, muito certamente, haviam indicado que os portugueses estavam a deparar-se com graves problemas no relacionamento com as autoridades centrais do Japão. Na realidade, os missionários católicos estavam a tornar-se cada vez menos populares, uma vez que o governo nipónico encarava a existência de uma larga comunidade católica como um obstáculo de vulto no processo de unificação política então em curso. Por isso, em 1614 Tokugawa Ieyasu, desde 1603 todo-poderoso xogum, ordenava a expulsão de todos os missionários católicos do território japonês, proibindo ainda todas as actividades relacionadas com o proselitismo cristão.

Condições novas exigiam inovadoras medidas, de forma que as autoridades lusitanas em Goa e em Macau adoptaram diferente estratégia para a viagem de Nagasáqui, inaugurando assim o quarto e último período do relacionamento português com o Japão. A partir de 1618, o “grande navio” foi considerado inapropriado para as condições políticas vigentes no mar do Sul da China, em virtude da sua relativa lentidão face aos navios da VOC. E neste ano, pela primeira vez, uma frota de seis galeotas substituiu a tradicional nau na viagem de Macau para Nagasáqui. As galeotas eram embarcações de menor porte, com um único convés, utilizando velas e remos; como transportavam remos e remadores, para além de poderem navegar à vela, podiam também movimentar-se ou manobrar com tempo calmo, ou mesmo contra o vento. Estavam armadas com poucas mas eficazes peças de artilharia, que poderiam repelir qualquer das muitas embarcações asiáticas que vogavam pelo mar do Sul da China. Tinham cerca de 150 toneladas de capacidade média, embora algumas galeotas armassem até 300 ou 400 toneladas. A opção pelas galeotas era a solução lógica para os problemas que os portugueses tinham de enfrentar na rota Macau-Nagasáqui. Para além de serem fáceis de adquirir, uma vez que os estaleiros luso-indianos produziam numerosas galeotas, estes navios eram fáceis de manobrar e podiam compensar a sua menor capacidade de carga com uma multiplicação de unidades. Por outro lado, não havia qualquer dificuldade em recrutar as necessárias tripulações asiáticas, fosse no Malabar, nos portos malaios ou na própria China. Ao mesmo tempo, os riscos de perdas eram minimizados: se

uma nau fosse capturada ou naufragasse, tal significava a perda de todo o investimento anual na viagem do Japão; mas se uma galeota não alcançasse o seu destino final, isso significava que apenas uma parcela mínima do tráfico anual ficava comprometida.

Os navios portugueses representados nos biombos *namban* são normalmente de grande porte. O que significa, por um lado, que as observações efectuadas pelos artistas nipónicos envolvidos na respectiva produção seriam anteriores a 1618; por outro lado, torna-se difícil saber com exactidão qual o aspecto das galeotas, uma vez que outra documentação iconográfica não abunda nas fontes portuguesas. Aliás, o mesmo sucede com outros tipos de navios utilizados pelos portugueses nos mares orientais nos séculos XVI e XVII. Um manuscrito português de Seiscentos menciona que “Gales, galiotas e nauios ate de quinhentas tonelladas” eram utilizadas na Índia.<sup>43</sup> Entretanto, talvez algum dos desenhos de embarcações incluído no *Itinerario* de Jan Huygen van Linschoten represente uma galeota portuguesa. Existe uma interessante descrição chinesa, datada da década de 1550, de uma galeota portuguesa, que refere que este tipo de navio transportava 200 homens, muitos deles remadores, pelo que se deslocava rapidamente, “mesmo sem vento. Quando os canhões eram disparados e as balas de canhão caíam como chuva, nenhum inimigo conseguia resistir”. Estes navios eram designados como *wugongchuan*, ‘navios-centopeia’.<sup>44</sup>

Assim, nos anos que se seguiram a 1618, os capitães da viagem do Japão recorreram regularmente a armadas de galeotas para efectuarem as suas expedições. Aliás com amplo sucesso, pois se um ou dois navios se perdiam, em virtude de condições climáticas adversas ou por via de interferência holandesa, a maior parte das embarcações oriundas de Macau chegaram sem problemas a Nagasáqui, variando os números anuais entre dois e oito navios. Até à expulsão dos portugueses do Japão, só em 1622 é que nenhum navio português atingiu o arquipélago nipónica, e isto pelo facto de nesse ano a cidade do rio da Pérola ter enfrentado o mais violento assalto lançado pelos holandeses, que atacaram Macau com uma expedição de oito navios e cerca de 800 homens. Informação coetânea revela que as galeotas eram extremamente eficientes no contexto da rota que ligava Macau a Nagasáqui. Depois de 1618, inclusivamente, as exportações portuguesas do Japão aumentaram com regularidade, relativamente ao período de 1604 a 1617:



## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

## DADOS RELATIVOS AOS ANOS DE 1604 A 1640

Ano	Navios Portugueses	Valor do comércio em kg de prata
1604	1 nau	15 000 kg
1605	1 nau	15 000 kg
1606	1 nau	15 000 kg
1607		
1608		
1609	1 nau	15 000 kg
1610		
1611	1 navio pequeno	
1612	1 nau	15 000 kg
1613		
1614	1 nau	15 000 kg
1615	1 nau	15 000 kg
1616		
1617	1 nau+ 1 navio pequeno	15 000 kg
1618	4 galeotas	26 250 kg
1619	8 galeotas	30 000 kg
1620	4 galeotas	30 000 kg
1621	6 galeotas	30 000 kg
1622		
1623	7 galeotas	30 000 kg
1624	5 galeotas	30 000 kg
1625	5 galeotas	30 000 kg
1626	6 galeotas	30 000 kg
1627	1 pequeno navio	30 000 kg
1628	5 galeotas	
1629	2 navios não especificados	
1630	1 navio não especificado	
1631	3 galeotas	39 375 kg
1632	3 galeotas	37 500 kg
1633	2 galeotas	37 500 kg
1634	1 galeota	18 375 kg
1635	3 galeotas	56 250 kg
1636	4 galeotas	88 125 kg
1637	6 galeotas	74 980 kg
1638	2 galeotas	47 200 kg
1639	2 navios não especificados	
1640	1 navio não especificado	

Nos primeiros quinze anos do século XVII, a “nau do trato”, quando alcançou o seu destino, trouxe anualmente do Japão um carregamento total avaliado em cerca de 15 toneladas de prata. Depois de 1618, esse valor imediatamente duplicou, atingindo as 37,5 toneladas de prata nos primeiros anos da década de 1630, e subindo a um máximo de 88 toneladas em 1636.<sup>45</sup>

Mas os mercadores portugueses nunca se conseguiram dissociar inteiramente dos missionários, que continuaram a viajar para o Japão clandestinos, a bordo dos navios de Macau. Em 1639, na sequência de uma série de ameaças por parte do governo nipónico a respeito do contínuo desrespeito pela proibição de trazer missionários para Nagasáqui, os portugueses eram completamente banidos do Japão. Do ponto de vista do xogunato, que então detinha o poder militar supremo, os cristãos estavam a pôr em causa os esforços dos japoneses para unificarem politicamente todo o arquipélago. Para os mercadores de Macau, a expulsão do Japão significava a perda da sua mais antiga e mais lucrativa rota comercial. Os holandeses, claro, estavam preparados para substituir os portugueses, pois para além de não estarem especialmente motivados para empresas de natureza religiosa, tinham finalmente obtido acesso a importantes carregamentos de seda chinesa, a partir da base que haviam estabelecido na ilha Formosa. **RC**



## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

## NOTAS

- 1 Vd. Loureiro, *Fidalgos*, pp. 313-396.
- 2 Depois de 1533, significativos avanços tecnológicos na produção da prata japonesa reduziram o respectivo preço relativamente a outras mercadorias, tornando a exportação deste metal para a China especialmente atractiva (Innes, *The Door Ajar*, p. 619).
- 3 Loureiro, *Em Busca das Origens*, pp. 21-61.
- 4 Fok, *The Macao Formula*, passim.
- 5 Boxer, *The Great Ship*, p. 13. Para mais detalhes, vd. Domingues, *Os Navios*, pp. 243-252.
- 6 Cf. *Memória das Armadas*, passim.
- 7 A soma era um grande junco de alto-mar; o chó era uma embarcação menor, movida a remos (Boxer, *Macau*, pp. 59 e 88).
- 8 Boxer, *The Great Ship*, pp. 340-341; e Innes, *The Door Ajar*, pp. 390-391.
- 9 Sousa, *Coriosidades*, fl. 38.
- 10 Boxer, *Macau*, p. 88.
- 11 Vd. Costa, *O Japão*, pp. 71-86.
- 12 Gunn, *Nagasaki*, p. 35.
- 13 Vd. Costa, “Macau e Nagasáqui”, pp. 79-104.
- 14 O primeiro roteiro a incluir Nagasáqui sobrevive numa obra atribuída a Vicente Rodrigues. Vd. Moura, *Roteiros do Japão*, passim.
- 15 Boxer, *The Great Ship*, p. 13.
- 16 Costa, “A route under pressure”, p. 76.
- 17 Vd. a propósito destes gigantescos navios, Steensgaard, “The Return Cargoes”, pp. 13-31.
- 18 Vd. Pinto, *Biombos Namban*, pp. 5-8; e também Carneiro, “The Voyage”, pp. 41-56.
- 19 *Vocabulário*, fl.2 3.
- 20 Vd. Okamoto, *The Namban Art*, pp. 68-95; e Curvelo, “An European artistic city”, pp. 23-35.
- 21 O presente trabalho baseia-se em imagens de biombos *namban* conservados em museus portugueses, nomeadamente no Museu Nacional Soares dos Reis (Porto) e no Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). Vd. Carneiro, “The Voyage”, pp. 41-56; Sousa, “The Namban Collection”, pp. 57-77; e Pinto, *Biombos Namban*, passim.
- 22 Boxer, *The Great Ship*, pp. 179-181.
- 23 O ranquel correspondia a 10 pratos ou travessas de porcelana.
- 24 Vd. Cruz, *O Sistema de Distribuição*, passim.
- 25 Para um confronto com exemplos mais tardios, vd. *Legados dos Qing*, pp. 47-53.
- 26 Vd. *Le San Diego*, pp. 222-251; e também Daehnhardt, *Potes de Especiarias*, pp. 9-25.
- 27 Cf. Boxer, *The Great Ship*, pp. 179-197.
- 28 Boxer, *The Great Ship*, p. 190.
- 29 Boxer, *The Great Ship*, p. 179 (cf. Boxer, *O Grande Navio*, p.157).
- 30 Linschoten, *Itinerário*, p. 133.
- 31 Boxer, *The Great Ship*, p. 179.
- 32 Boxer, *The Great Ship*, p. 179.
- 33 Boxer, *The Great Ship*, p. 186.
- 34 Boxer, *The Great Ship*, p. 189.
- 35 Boxer, *The Great Ship*, p. 190.
- 36 Boxer, *The Great Ship*, p. 196.
- 37 Loureiro, *Um Tratado*, p. 22.
- 38 Vd., a propósito, Costa, *O Japão*, pp. 71-86; e também Murai, “A Reconsideration”, pp. 19-38.
- 39 Pinto, *Peregrinação*, cap. 134, p. 393.
- 40 Gunn, *Nagasaki*, pp. 37-42.
- 41 Boxer, *Portuguese Merchants*, I, pp. 3-90.
- 42 Costa, “A route under pressure”, pp. 89-93.
- 43 Sousa, *Coriosidades*, fl. 38.
- 44 Ptak, “The Wugongchuan”, p. 74. Cf. Chase, *Firearms*, pp. 155-156.
- 45 Innes, *The Door Ajar*, pp. 379-380.

## BIBLIOGRAFIA

- Boxer, Charles R. *The Great Ship from Amacon. Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.
- Boxer, Charles R. *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan, 1543-1640*. Londres : Variorum, 1986.
- Boxer, Charles R. *O Grande Navio de Macau*. Macau: Fundação Oriente, Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
- Boxer, Charles R. *Macau na Época da Restauração*. Lisboa: Fundação Oriente, 1993.
- Carneiro, Paula. “The Voyage of the ‘Southern Barbarians’ at the Soares dos Reis National Museum: Na Iconographic Analysis”. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* (Lisboa), vol. 12, 2006, pp. 41-56.
- Chase, Kenneth. *Firearms. A Global History to 1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Costa, João Paulo Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- Costa, João Paulo Oliveira e. “Macau e Nagasáqui. Os pólos da presença portuguesa no mar da China na segunda metade do século XVI”. In *Portugal e a China – Conferências no III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI a XIX)*. Coord. Jorge Manuel dos Santos Alves. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, pp. 79-103.
- Costa, João Paulo Oliveira e. “A route under pressure: Communications between Nagasaki and Macau (1597-1617)”. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* (Lisboa), vol. 1, 2000, pp. 75-95.
- Cruz, Maria do Rosário S. Themudo Barata A. *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- Curvelo, Alexandra. “An European artistic city in early modern Japan”. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* (Lisboa), vol. 2, 2001, pp. 23-35.
- Daehnhardt, Rainier. *Potes de Especiarias nas Naus das Carreiras das Índias do Século XV ao Século XVIII*. Lisboa: Grupo de Amigos do Museu da Marinha, 1997.

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

- Domingues, Francisco Contente. *Os Navios do Mar Oceano*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- Fok Kai Cheong. *The Macao Formula: A Study of Chinese Management of Westerners from Mid-sixteenth century to the Opium War Period*. Honolulu: University of Hawai'i, 1978 [dissertação de doutoramento inédita].
- Gunn, Geoffrey C. *Nagasaki and the Asian Bullion Trade Network*. Nagasáqui: Nagasaki University Southeast Asia Research Center, 1999.
- Innes, Robert L. *The Door Ajar: Japan's Foreign Trade in the Seventeenth Century*. Ann Arbor: The University of Michigan, 1980 [dissertação de doutoramento inédita].
- Le San Diego – Un trésor sous la mer*. Dir. Dominique Carré, Jean-Paul Desroches & Franck Goddio. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 1994.
- Legados dos Qing. A Sumptuosa Arte de Embalagem Imperial*. Dir. Chan Hou Seng, Chiu Ieong & Pun Hang Teng. Macau: Museu de Arte de Macau, 2000.
- Linschoten, Jan Huygen van. *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Ed. Arie Pos & Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- Loureiro, Rui Manuel. *Um Tratado sobre o Reino da China dos Padres Duarte Sande e Alessandro Valignano (Macau, 1590)*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.
- Loureiro, Rui Manuel. *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997.
- Loureiro, Rui Manuel. *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Memória das Armadas*. Ed. Luís de Albuquerque. Macau: Instituto Cultural de Macau, Museu Marítimo de Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995.
- Moura, Carlos Francisco. *Roteiros do Japão 1. O Primeiro Roteiro de Nagasáqui*. Évora: Junta Distrital de Évora, 1968.
- Murai Shosuke. "A Reconsideration of the Introduction of Firearms to Japan". *The Memoirs of the Toyo Bunko* (Tóquio), vol. 60, 2002, pp. 19-38.
- Okamoto Yoshitomo. *The Namban Art of Japan*. Nova Iorque & Tóquio: Weatherhill & Heibonsha, 1972.
- Pinto, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Ed. Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- Pinto, Maria Helena Mendes. *Biombos Namban*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1993.
- Ptak, Roderich. "The wugongchuan (centipede ships) and the Portuguese". *Revista de Cultura* (Macau), n.º 5, 2003, pp. 73-83.
- Sousa, Gonçalo de. *Coriosidades*. Manuscrito. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1627.
- Sousa, Maria da Conceição Borges de. "The Namban Collection at the Museu Nacional de Arte Antiga". *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* (Lisboa), vol. 12, 2006, pp. 57-77.
- Steensgaard, Niels. "The Return Cargoes of the Carreira in the 16<sup>th</sup> and Early 17<sup>th</sup> Century". In *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions*. Coord. Teotónio R. de Souza. Nova Deli: Concept Publishing Company, 1985, pp. 13-31.
- Vocabulário da Língua de Iapam*. Nagasáqui: Colégio da Companhia de Jesus, 1603.

# Macau, Pólo Fundamental para a Difusão do Gosto e Estética Chineses na Europa e Brasil

RUI D'ÁVILA LOURIDO\*



Macau desempenhou, desde meados do século XVI, um papel fundamental no abastecimento de produtos chineses às redes mercantis asiáticas e europeias bem como de produtos asiáticos e europeus à China. Desta forma, Macau assumiu-se como um pólo essencial do comércio inter-regional asiático e do comércio transoceânico entre a Europa e a Ásia. Nesta medida a cidade de Macau transaccionou inúmeros produtos decorativos e utilitários, cuja classificação nem sempre é fácil visto as várias categorias se imbricarem.

## PRODUTOS DECORATIVOS E UTILITÁRIOS

O culto chinês pelo objecto de arte feito de matérias-primas preciosas como o jade, a laca e a seda, entre outras, é um testemunho da aspiração das elites e do imperador em encarnarem um governo virtuoso fundado sobre a exaltação da tradição cultural chinesa. O palácio imperial e as residências dos mandarins (em especial os escritórios dos letrados) foram os centros por excelência de difusão do culto pelo refinamento

do gosto, expresso na posse de delicados objectos decorativos e utilitários de conotações mítico-filosóficas, cujas raízes se perdiam na lonjura dos tempos da cultura clássica chinesa.

Com a chegada dos portugueses à China (1513), os produtos artísticos chineses são encarados pelos mercadores ocidentais, não pelo seu valor artístico intrínseco, mas com um produto mercantil passível de propiciar lucros interessantes, ao serem vendidos a uma nova clientela portuguesa e europeia. Neste contexto, com a expansão portuguesa criou-se junto da elite portuguesa e europeia a apetência pela posse de produtos artísticos chineses e orientais. Estas mercadorias preciosas eram encarados pelo seu valor simbólico, na medida em que forneciam um *status*, reflectindo o poder e capacidade aquisitiva do comprador (nobre ou burguês europeu), atraído pela beleza e fascínio do exotismo de determinado objecto. Naturalmente, o cliente europeu desconhecia os critérios artísticos chineses ou orientais envolventes a esse objecto, pelo que esta arte de exportação era normalmente de menor qualidade estética que a destinada à elite chinesa, educadamente conhecedora. Surge, assim, uma procura que se materializou em significativas encomendas de peças artísticas e que aumentou significativamente, a partir do final do século XVII, com a abertura do porto de Cantão ao comércio ocidental. Neste porto se estabeleceriam posteriormente as companhias europeias e o resultado seria não só a difusão de um novo gosto artístico europeu de

\* Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa nos séculos XV-XVIII (Universidade Nova de Lisboa). Investigador do Instituto Universitário Europeu em Florença (1995-2002), defenderá doutoramento subordinado ao tema "Os Europeus nos mares da China: Comércio e pragmatismo em Macau entre 1600-1683".

*M.A. in History of the Age of Discovery and the Portuguese Expansion during the 15<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> centuries (Lisbon's Universidade Nova). Researcher at the European University Institute in Florence (1995-2002), he is preparing a Ph.D. thesis entitled "Europeans in the Chinese Seas: Trade and Pragmatism in Macao, 1600-1683".*



Retrato de Catarina da Áustria,  
por Antonio Moro, 1552  
(Museu do Prado, Madrid)

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

influência chinesa mas igualmente o incremento das oficinas chinesas dedicadas à produção para este novo mercado consumidor europeu, principalmente na província de Cantão. As peças produzidas em grandes quantidades, fosse ou não por encomenda de um comprador previamente identificado, podem reflectir, por um lado, uma influência conjunta de modelos da tradição clássica chinesa e da tradição popular do local de um específico centro de produção e, por outro, no caso de se tratar de uma encomenda de um cliente ocidental, tentam integrar as características do modelo europeu exigido. Tal é o caso das peças de cerâmica com o nome ou brasão de famílias portuguesas ou dos paramentos e outras alfaias religiosas, fabricadas na China (como a dalmática em seda do século XVII, com vegetais e animais da tradição chinesa como a fénix, Museu Nacional de Arte Antiga, inv. 2276 tec, Lisboa), das dez peças do Museu de São Roque, ou ainda do altar de viagem lacado e pintado.<sup>1</sup>

Entre as encomendas mais célebres encontram-se as da Casa Real portuguesa após a abertura do Caminho Marítimo para Índia com a viagem de Vasco da Gama. Uma das fontes essenciais para o estudo deste tema são os inventários de bens e as “Cartas de Quitação” régias. D. Manuel I (n. Alcochete 1469-m. Lisboa 1521) comprou porcelanas e cerâmicas chinesas, jóias e pedras preciosas, objectos de ouro e de prata, tecidos, mobiliário exótico, âmbar e especiarias. Entre Fevereiro de 1511 e Abril de 1514 a Casa da Índia registou 692 peças de porcelanas chinesas e outros objectos asiáticos, pedras preciosas e semipreciosas. Destas remessas asiáticas, D. Manuel ofereceu, em 1512, doze porcelanas chinesas e vinte tecidos pintados ao Mosteiro dos Jerónimos de Belém e, em 1513, ofereceu à sua mulher, Dona Maria, filha dos Reis Católicos, um conjunto de produtos orientais: porcelanas chinesas, panos, âmbar, benjoim e almíscar.<sup>2</sup>

Mas dos vários monarcas quinhentistas europeus destacou-se em especial a rainha de Portugal, Dona Catarina da Áustria (n. Torquemedá 1507-m. Lisboa 1578, casara com D. João III em 1525), pelo espírito universalista que colocou na aquisição das peças tão diversificadas da sua colecção, quer quanto à sua tipologia quer quanto à sua origem, abarcando a sua proveniência quase todos os povos até aí contactados pelos portugueses. Em 1531, uma expedição com três navios, capitaneados por Manuel Botelho, foi enviada por D. João III de Lisboa à Índia e China “para



Representação de orientais. Óleo sobre tela da 2.ª metade do século XVIII (Palácio Nacional de Queluz). In Ana Maria Rodrigues (coord.), *O Orientalismo em Portugal*. Catálogo da Exposição. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

andarem tres annos para a China e para todas as partes da Índia feitorizando para a rainha” Dona Catarina.<sup>3</sup> Em 1548, sabemos através da “Quitação que a rainha D. Catarina mandou passar a Francisco Velasques, fidalgo da Casa de Elrey, que foi seu guarda-jóias no ano de 1548”, que o tesouro da rainha já possuía uma imensidão de produtos de origem oriental, chinesa

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

em particular, entre os quais um “grão de almiscar”, leques (com um dos quais se faz retratar, “abano de marfim guarnecido d’ouro”), mais cinco “guarnições de abanos” e onze porcelanas (três delas oferecidas por Brás de Araújo, tesoureiro do Reino). Quanto a pedras preciosas e jóias estão registadas 2178,400 “peças de rubizinhos”, mais quinze braceletes com pedraria, dois corações de jaspe, catorze diamantes, mais quinze “jóias de pedrarias ricas”. Quanto a jóias com metais preciosos: “um alaude d’ouro e nove manilhas”, mais 3341 “pontas e meia d’ouro de diversas sortes”, mais 565 “pontinhas d’ouro para camisas”.<sup>4</sup> Em 1553, a corte recebe lacas do Pegu (Birmânia); em 1561-62, 1564, a rainha recebe cadeiras, escritórios, mais leques, cofres e porcelanas, tudo da China; em 1570, Dona Catarina recebe novamente jóias da China (correntes de ouro, jóias de âmbar), entre as quais uma pulseira à qual estava presa uma pedra bezoar de forma a poder ser facilmente mergulhada na bebida ou comida, o que, segundo a crença, serviria como antídoto contra possíveis venenos. A rainha recebeu inúmeros botões de ouro e prata, um fio de ouro e uma peça de âmbar decorada a ouro, dois diamantes e dois rubi engastados em corno de madeira e laca, embalados numa caixa redonda. Também um cálice de corno de rinoceronte, decorado com flores e ramos de magnólia, feito na China no período Ming (1368-1644), e que está montado num suporte dourado, em trabalho indo-português do século XVII e que se encontra actualmente em Viena.<sup>5</sup>

Nos finais do século XVIII e inícios do XIX são o príncipe D. José e a princesa Dona Maria Benedita que recebem encomendas de Macau com porcelanas, charões, marfins, pincéis e chá. Numa dessas encomendas, transportada pelo *Bom Jesus d’Além*, comandado por João de Barros de Andrade em 1804, incluíam-se 326 peças de louça de um serviço de jantar e 106 peças de um serviço de chá e café.<sup>6</sup> Outros reis portugueses continuaram a encomendar peças chinesas variadas, desde leques a peças de mobiliário ou porcelanas para comemorar eventos especiais, como o casamento de D. João V, a inauguração da estátua equestre de D. José, na nova Praça do Comércio. Outros ainda, como Dona Maria I e D. Pedro III, fizeram encomendas para criar um ambiente sofisticado e exótico no Palácio Real de Queluz. Alguns dos últimos monarcas portugueses deixaram palácios como o de Sintra, o de Queluz e o Palácio Real da Ajuda com salas decoradas com elementos chineses ou em *chinoiserie*.



Representação de orientais. Óleo sobre tela da 2.ª metade do século XVIII (Palácio Nacional de Queluz). In Ana Maria Rodrigues (coord.), *O Orientalismo em Portugal*. Catálogo da Exposição. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

Mas não foram só os reis e príncipes os clientes de produtos decorativos ou utilitários chineses. Desde muito cedo, ainda antes da fundação de Macau, alguns vice-reis e capitães de Malaca, os capitães das viagens da China, para além de muitos nobres e de membros de Ordens religiosas e de inúmeros elementos dessa elite mercantil empenhada e enriquecida pelos

ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA





## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

“negócios da China” encomendaram peças armoadas ou brasonadas com a representação do seu escudo de armas (destacaram-se os Jesuítas e as suas encomendas para as respectivas casas religiosas).

O impacto das pedras preciosas no quotidiano da elite aristocrática pode ser igualmente aferido por um outro tipo de fonte de informação. Estamos a referir-nos à pintura e às jóias por ela representadas. No quadro “Alegoria à aclamação de D. José I”, um óleo sobre tela possivelmente de autoria de Vieira Lusitano de 1750, em que se representa, ao lado do rei, a rainha Dona Mariana Vitória de Bourbon que segura com as duas mãos um leque fechado, decorado com pedras preciosas. Nas duas pinturas a óleo sobre tela de duas senhoras da família Cunha, da autoria de Nicolas Delerive, do primeiro quartel do século XIX (coleção do conde de Carnide, Lisboa), onde as aristocratas estão cobertas de jóias (entre as quais vários colares e gargantilhas de inúmeros fios de pérolas, além de terem o respectivo toucado preso por vários fios de pérolas e outras jóias), aparecem ambas retratadas a segurar o respectivo leque, uma na sua mão esquerda e a outra na direita. Não sendo a imagem dos leques muito nítida, a sua coloração sugere que poderiam ser de marfim trabalhado. Como último exemplo referimos as irmãs Vagos, a 3.<sup>a</sup> marquesa de Vagos, Dona Joana Maria José da Silva Telo e Meneses Côrte Real, e a sua irmã, 9.<sup>a</sup> condessa dos Arcos, representadas individualmente em dois retratos (óleos sobre tela da coleção de D. Marcus de Noronha da Costa, no Palácio do Salvador, Lisboa), segurando o respectivo leque na mão, uma na esquerda outra na direita, sendo estes possivelmente de madeira nobre e aromática e laqueados ou de tartaruga, e ambas trazem colares, pulseiras e brincos de coral.<sup>7</sup>

A joalharia portuguesa e europeia não foram só influenciadas pela importação das matérias-primas chinesas e asiáticas (ouro e pedras preciosas), mas igualmente nos modelos de jóias cinzeladas e lapidadas. A atestá-lo está o inventário das jóias régias de D. Pedro III, de 1788, no qual se incluem seis plumas chinesas em pedraria preciosa de diferentes qualidades, formando templos, figuras humanas e aves exóticas.<sup>8</sup>

Quanto às jóias e pedras preciosas comerciadas pelos portugueses na China e no Oriente, a descrição de Linschoten, em 1596, refere-se em particular à Índia,

onde trabalha de 1583 a 1588 como guarda-livros e secretário do arcebispo português de Goa, D. Vicente, e ao comércio de diamantes, rubis (jacintos, granadas e robazes “são igualmente espécies de rubis, mas muito pouco estimados [...] são tão abundantes em Cananor, Calecute e Cambaia, sendo a corja [20 unidades] 1 ou 2 soldos”), safiras (de Cananor, Calecute, Pegu e Ceilão) e das esmeraldas (do Cairo e Egipto), afirmando “Todas estas pedras acima referidas são também muito usadas em farmácia e em medicina”. Refere igualmente as turquesas (da Pérsia), o jaspe (Cambaia), o crisólito e a ametista (abundam na ilha de Ceilão, Cambaia e Balagate). Do aproveitamento em joalharia destas pedras preciosas refere que “Fazem delas contas, sinetes, anéis, e mil outras curiosidade”; e do “âmbar amarelo, do qual fazem também muitos anéis, contas e coisas semelhantes; é muito usado”.<sup>9</sup>

Duarte Gomes de Solis (c. 1562-?) refere que o comércio das pérolas propiciava lucros da ordem de 200% a 300%. Vitorino Magalhães Godinho, baseando-se em Solis refere que “no século XVII produziu-se neste trato uma inversão de causar espanto. O preço das pérolas, safiras, rubis, esmeraldas e outras pedras preciosas subiu a tal ponto no Oriente que a Europa desatou a reenviar aquelas que recebera, e isto com lucros de 100% ou 200%.<sup>10</sup>

No final do século XVI e inícios do século XVII chegavam a Lisboa de 50 a 100 “trouxas” por navio, que transportavam pérolas, pedras preciosas como jacintos (qualidade inferior de rubi) e pedras bezoar (consideradas um antídoto contra venenos), avaliada cada “trouxa” em 200 cruzados. Sacos ou boiões de pedras semipreciosas eram avaliados em 500 cruzados cada segundo o “Caderno das fazendas que leva esta naveta Santo António, Título de miudezas” (3 Fev. 1616).<sup>11</sup>

Quando se estuda o comércio de pedras preciosas, a sua avaliação representa geralmente uma grande dificuldade, pelo elevado número de variáveis, umas exteriores outras íntimas às próprias pedras. Entre as primeiras destacam-se a variedade de critérios segundo o porto de embarque e desembarque (entre eles as unidades de medida) e a relação entre a oferta e a procura em determinada época. Nas condicionantes íntimas destacam-se o tipo de pedra (as mais raras e belas são as mais caras), o seu grau de pureza, o brilho, a cor e o tipo de deficiências. Para avaliação da carga de pedras preciosas de uma determinada nau, vinda do

Pormenor de “Alegoria à aclamação de D. José I”, óleo sobre tela atribuído a Vieira Lusitano, 1750 (Palácio das Necessidades, Lisboa).

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

Oriente, tinha-se em conta o número caixas (chamadas de bisalhos, eram em madeira, forradas de algodão e seladas com cera, onde se encontrava inscrito o nome do comerciante que de Macau ou Goa as enviava e o nome do destinatário e proprietário em Lisboa) em que eram transportadas, aceitando-se em geral o valor declarado pelo comerciante que as transportava. Um agente podia transportar entre a sua bagagem pessoal alguns sacos contendo diversos bisalhos: Manuel de Paz, cerca de 1600, fez-se acompanhar de alguns sacos contendo cada um de treze a quinze a bisalhos de diamantes e outras pedras preciosas destinadas à família Tinoco.<sup>12</sup> Carl A. Hanson calcula um valor médio por bisalho de 7500 cruzados, o que, na opinião de James C. Boyajian, inflacionou o valor do comércio de pedras preciosas pela Carreira da Índia. Em 1680-81, os oficiais da Casa da Índia avaliaram um carregamento de dez bisalhos de diamantes em 135 352 cruzados, o que dava uma média de 13535 cada. A Casa da Índia identifica, em 1586, uma carraca com 64 bisalhos; em 1592, registou 114 bisalhos, tendo Duarte Gomes de Solis, que além de economista foi um grande negociante de diamantes, denunciado o apresamento de 400 000 cruzados em diversas pedras preciosas, que se encontravam a bordo da carraca *Madre de Deus*, capturada pelos Ingleses.

Nicolau de Oliveira calculou o investimento em pedras preciosas na Carreira da Índia em 250 000 cruzados, sem levar em conta que comércio clandestino fazia passar, sem declarar, algumas pedras que valiam isoladamente de 20 mil a 40 mil cruzados cada. Em 1613 o vice-rei, D. Jerónimo de Oliveira, revelava que os mercadores privados aplicavam cerca de 400 a 500 mil cruzados por ano em pedras preciosas que despachavam para Lisboa.<sup>13</sup> As pedras preciosas vendidas anualmente em Lisboa, incluindo o contrabando, deveriam custar cerca de dois milhões de cruzados.

James C. Boyajian calcula o total do comércio de pedras preciosas, incluindo diamantes, vindas do Oriente de 1580 a 1640 através das listas de mercadorias carregadas nos navios portugueses da Rota do Cabo, em 9391000 cruzados, o que representaria 14% do valor do total das mercadorias transportadas. Por outro lado a alfândega régia de Lisboa era duramente ludibriada pelos privados que comerciavam em pedras preciosas, que declaravam um valor abaixo do preço real ou não declaravam as pedras preciosas transportadas. Assim, Boyajian calcula que a alfândega de Lisboa recebia pouco mais de 1500 cruzados por ano e, por vezes,

mesmo nada da taxa de 1% sobre a pedraria declarada e descarregada em Lisboa.<sup>14</sup>

O comércio das jóias e das pedras preciosas não era monopólio régio como fora a pimenta. Contudo, era obrigatória a sua identificação na lista da carga dos navios e a sua entrada legal em Portugal estava sujeita a uma taxa alfandegária. A Casa da Índia era a instituição a quem cabia declarar a taxa a pagar pelas mercadorias vindas do Oriente. Assim, a estrutura organizativa da Casa da Índia compreendia quatro secções segundo os produtos sujeitos a imposto – chamadas de mesas, como a das “Drogas”, e da “Armada” –, sendo a “mesa grande e principal” aquela onde se despacham as “roupas e pedrarias”. Esta mesa da pedraria tinha ao seu serviço um provedor fidalgo que auferia 202 450 reis de ordenado, dois avaliadores da pedraria com 4000 reis cada e ainda dois escrivães, recebendo cada um 24 224 reis mais 12500 reis de complementos.<sup>15</sup> A importância das pedras preciosas era tal no contexto da Casa da Índia que levou Damião de Góis a referir-se-lhe do seguinte modo: “Por ali se tratarem os negócios da Índia, o nosso povo dá-lhe o nome da Casa da Índia. Na minha opinião, deveria antes chamar-se-lhe empório copiosissimo dos aromas, pérolas, rubis, esmeraldas e outras pedras preciosas que nos são trazidas da Índia ano após ano”.<sup>16</sup>

PRODUTOS DECORATIVOS CHINESES  
E O SEU IMPACTO INTERNACIONAL

Desta forma, a corte portuguesa teve um papel pioneiro (no contexto da Idade Moderna) na difusão na Europa do gosto pelos artigos orientais e chineses, nomeadamente sedas, tapeçarias, cerâmicas, jóias e pedras preciosas e outros objectos exóticos, para além do consumo do chá. Contudo, não devemos esquecer que a Europa já tinha conhecimento desde a Antiguidade de alguns destes produtos chineses, transportados pelas antigas Rotas da Seda, principalmente através do comércio muçulmano.

A demonstrar esta utilização pioneira por Portugal estão as peças que se encontram em museus portugueses e em museus europeus. Grande parte das colecções da coroa Portuguesa dispersaram-se e foram absorvidas por outras colecções de casas reais e aristocráticas da Europa, nomeadamente pelas colecções dos reis espanhóis (principalmente os Filipes), do arquiduque Fernando do Tirol (1520-1595 – algumas peças desta colecção

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

encontram-se actualmente no Museu Kunsthistorisches de Viena), de Rodolfo II de Praga e de alguns núncios papais em Portugal como Ricci da Montepulciano (1495-1574), Francesco de Medici (1541-1587)<sup>17</sup> e Pompeo Zambecari, núncio entre 1550-1553).

A repercussão de uma nova moda orientalizante, muitas vezes de gosto chinês, difundida pelos portugueses na Europa renascentista e humanista, pode ser aferida pela profusão de encomendas de produtos decorativos chineses e asiáticos feitas pelas casas régias e aristocráticas europeias. Em 1504, Filipe o Belo, filho do imperador Maximiliano I, encomendou um conjunto de tapeçarias “*a la manière de Portugal et de l’Indye*”; em 1510, Maximiliano I encomendou uma tapeçaria do mesmo género; em 1513-16, Henrique VIII de Inglaterra encomendou cinco tapeçarias exóticas. Tendo sido o núncio papal em Lisboa entre 1545-1550, o cardeal Geovanni Ricci da Montepulciano transportou no seu regresso a Itália inúmeras porcelanas chinesas colecionadas na capital portuguesa e que mandou reproduzir em frescos, da autoria de Francesco Salviati (entre 1552 e 1553), no seu palácio na Via Giulia em Roma. O seu inventário de 1561 referencia 138 porcelanas chinesas e três pinturas “fantasia” chinesas.<sup>18</sup> Em 1553, o inventário de Cosimo III, grão-duque da Toscânia, identifica três olifantes afro-portugueses (segundo Gschwend é o primeiro inventário fora de Portugal que refere marfins). A utilização de pedras semipreciosas de elevado poder decorativo, conferindo um certo exotismo ao ambiente, levou os Médici de Florença a decorar profusamente de jade a capela do seu palácio. François Bernier, ao descrever a sua visita a esta capela, diz “*On ne voit partout que jachen ou jad, qui sont de ces sortes de pierre dont enrichit la chapelle du Duc à Florence*”.<sup>19</sup> Fernando II do Tirol terá conseguido obter, a partir de Lisboa, alguns produtos exóticos como os rolos de seda pintados na China com paisagens e elementos vegetais, zoomórficos e humanos, dos quais dois encontram-se actualmente em Viena e os outros dois em Innsbruck: são rolos da dinastia Ming, inspirados em pinturas da dinastia Song, não assinados pelo pintor e que se destinavam à exportação.<sup>20</sup>

No Museo Civico de Bolonha encontra-se uma tigela azul e branca da dinastia Ming decorada exclusivamente com elementos chineses do período Jiajing, século XVI, oferecida a Pompeo Zambecari, possivelmente por D. João III ou por Dona Catarina,

que lhe mandaram fazer um suporte em prata dourada (talvez por um ourives da Casa Real), com a inscrição latina “Pompeius Zambecarius Sulmonencis – Nuntius – Ad Regem – Lusitan. M-D.L.IIIII” e onde figura o nome, o local de nascimento, a referência a ser núncio em Portugal, e a data de 1554). Esta tigela, decorada exclusivamente com elementos chineses, incorpora através do seu suporte o protótipo de uma ecléctica ligação entre elementos culturais da China com o Ocidente (a Europa através de Portugal e Itália), reflectindo a riqueza e poderio financeiro de um círculo restrito de aristocratas renascentistas europeus.

*Naturalmente, o cliente europeu desconhecia os critérios artísticos chineses ou orientais envolventes a esse objecto, pelo que esta arte de exportação era normalmente de menor qualidade estética que a destinada à elite chinesa educadamente conhecedora.*

Como exemplo de ofertas dos reis de Portugal a reis não europeus de objectos chineses das colecções da Casa Real referimos “o presente que ElRey Dom Henrique que este em gloria mandou ao Xarife” de Marrocos, entre 1577 e 1580. Esta oferta diplomática, a fim de impressionar as autoridades marroquinas e de demonstrar o poderio português sobre as rotas marítimas que ligavam do Atlântico ao Índico e à longínqua China, incluía vários objectos e produtos orientais entre os quais “Hum buzio da China de madreperola guarnecido de prata dourada, tem por pé huma unha de águia com duas bocas [e] olhos, e na volta da aza hum cavallo marinho, metido em huma funda de tafeté, dentro em huma caixa de veludo verde acarielada de ouro e por dentro forrada de setim carmezim” e mobiliário chinês de prestígio: “Outra meza da China grande lavrada de madreperola guarnecida de prata

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

pelas bordas, e cravaçam de prata. Huns pés desta meza de nogueira lavrados de ouro e preto, correas de veludo verde, biqueiras, fivelas, passadores doze tachoens tudo de prata”.<sup>21</sup>

Com a União Dinástica das coroas de Portugal e da Espanha (de 1580 a 1640), na pessoa dos Filipes, a corte espanhola transfere de palácios da corte portuguesa para palácios em Espanha, apesar da autonomia de cada país, inúmeros produtos decorativos preciosos vindos da China. Se analisarmos o espólio de produtos chineses inventariados aquando da morte de Filipe II de Espanha poderemos suspeitar que alguns deles teriam sido recolhidos em palácios da coroa portuguesa, em especial no Paço Real de Lisboa, nomeadamente, vestidos (“*sayos y roupas*”), sedas de várias qualidades, armas, instrumentos musicais, jóias, lacas, marfins trabalhados e vinte e seis quadros bordados a ouro e seda. Annemarie Jordan Gschwend considera “Há provas de que Filipe II de Espanha se apropriou deste tipo de objectos [exóticos e orientais] pertencentes às colecções reais portuguesas, e que foram incorporados na sua própria colecção em Espanha ou se dispersaram, sob a forma de presentes, pelos seus parentes Habsburgo em Praga, Viena ou Innsbruck”.<sup>22</sup> Não esqueçamos, contudo, que a Espanha chegavam igualmente muitos produtos artísticos provenientes da China, sem terem passado por Lisboa, visto terem sido captados pela rota espanhola (via Filipinas-América-Espanha), previamente adquiridos a comerciantes chineses de Fujian (e portugueses de Macau) que comerciavam no *parian* (mercado) de Manila.

Na cidade de Lisboa desde muito cedo que apareceram tendas e lojas especializadas no comércio de produtos da China e orientais, decorativos ou utilitários (desde que fossem exóticos e preciosos), e onde as sedas e as cerâmicas tinham uma especial procura. Assim, em 1552, estavam registadas na zona baixa e mais comercial de Lisboa 70 lojas onde se vendiam sedas<sup>23</sup> e cerca de 1580 só na Rua Nova havia seis lojas que vendiam porcelanas e tecidos orientais como damascos, veludos, sedas e tafetás.<sup>24</sup>

No segundo quartel de Quinhentos, Lisboa assume-se como o grande e mesmo principal mercado europeu para o comércio de produtos orientais, em especial de jóias e pedras preciosas. Passaram a vir a Lisboa os próprios mercadores de Veneza, apesar de continuarem a chegar a esta cidade as pedras preciosas através da rota alternativa de Constantinopla.

A necessidade do envolvimento de grandes capitais na compra de jóias e pedras preciosas facilitava a aceitação pelos portugueses, para este negócio da pedraria, das grandes casas financeiras de então, como os Fuggers (banqueiros de Habsburgo) e os Welsers (que, em 1538, instalaram lapidadores), que consideravam Lisboa como o principal mercado de jóias das Índias Orientais.<sup>25</sup>

*O comércio das jóias e das pedras preciosas não era monopólio régio como fora a pimenta; contudo era obrigatória a sua identificação na lista da carga dos navios e a sua entrada legal em Portugal estava sujeita a uma taxa alfandegária.*

O comércio de jóias e pedras preciosas era tão intenso em Lisboa que atraía inúmeros lapidadores estrangeiros a Portugal. Segundo a “Memória das Drogas e Pedras Preciosas” a lapidação e engaste na Índia das pedras preciosas não eram apreciados em Lisboa, pois as pedras eram excessivamente facetadas, o que não correspondia ao gosto europeu, para além de aumentar a probabilidade de mascarar uma pedra falsa.<sup>26</sup> Cristóvão Rodrigues de Oliveira informa-nos no seu *Sumário*, que se instalaram 32 oficiais lapidadores em Lisboa, apesar de outro documento só identificar 20 com tenda montada em 1565.<sup>27</sup>

Algumas das casas bancárias estrangeiras que negociavam com gemas orientais em meados do século XVI reconheceram que o comércio português de jóias e pedras preciosas teve um impacto assinalável na ourivesaria europeia e na própria solidez financeira das respectivas casas.

A abertura da China ao comércio europeu, na cidade de Macau e Cantão, levou a uma aceleração na difusão dos produtos decorativos chineses e ao acesso directo de várias outras nações como a Inglaterra, França, Dinamarca e América.

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

Interessante será observarmos a variedade de lojas e o tipo de mercadorias chinesas que os europeus e chineses tinham à sua disposição em Macau, através do olhar de um viajante estrangeiro. Théophile de Ferrière Le Vayer, primeiro secretário da legação francesa na embaixada de Lagrené à China em 1844, residiu em Macau (em 1844-5) e descreveu o ambiente mercantil de então no seu texto *Une Ambassade en Chine. Journal de Voyage*.<sup>28</sup> Na zona central e mais europeia de Macau o autor descreve a riqueza e variedade fascinante do seu comércio, em especial o da rua, onde está hospedado e “que conduz às missões estrangeiras e à praça do Senado [...] é aí que se encontram os alfaiates, os sapateiros, os joalheiros, os ourives e, sobretudo, as lojas elegantes onde se vendem as porcelanas e os objectos de laca ou marfim; simplesmente, estas lojas são chinesas e não vendem nada que venha da Europa; as mercadorias europeias encontram-se na Praya, num armazém inglês onde [...] se pode comprar ao mesmo tempo botas e champagne”. Continuando a descrever as lojas chinesas diz: “Aqui vemos os grandes vasos de belíssima feitura, que têm, nos seus flancos de porcelana, a vermelho, verde, azul ou amarelo, poemas e dramas cuja imaginação compete, em riqueza, com as cores; além estão mesas, cofres, biombos de laca, pretos e dourados, onde o preto brilha como um espelho e o ouro, em traços finos e ágeis, se enrola em volutas ou se alonga em milhões de figuras microscópicas; numa loja encontramos caixas, estatuetas, baixos-relevos, leques em marfim, em madrepérola, em bambu, em sândalo, e que parecem esculpidos por unhas de formigas; numa outra, vemos taças e bules de prata maravilhosamente cinzelados e que representam batalhas, cenas graciosas ou fantásticas”.<sup>29</sup> O autor descreve depois o ambiente mais autêntico, apesar de pobre, da cidade ou bairros chineses de Macau e das suas lojas: “As mercadorias estão expostas na mais harmoniosa ordem e com o mesmo cuidado elegante que vemos nas nossas lojas parisienses. No entanto, os objectos de arte caros vendem-se sobretudo na rua onde moramos. O que caracteriza o bazar é que ali se encontram todas as coisas e coisas feitas exclusivamente para a China, sem qualquer preocupação com a Europa, desde a loja de tecidos à loja de produtos alimentares. Isto permite-nos surpreender ali o segredo dos hábitos quotidianos e íntimos da vida chinesa, mas apenas a um nível pouco elevado, pois os habitantes chineses de Macau só têm, em geral, fortunas medíocres e a qualidade

das mercadorias é, ali como em qualquer parte, proporcional à riqueza dos consumidores. Há mesmo, em algumas vielas, lojas baratas onde se vende um pouco de tudo, como nas nossas tendas em feiras de aldeia; cachimbos, bengalas, bolsas para tabaco, máquinas de calcular, pauzinhos para comer, guarda-sóis, leques, cintos, pinturas grosseiras e mil e um objectos variados. Há também comerciantes de brique-à-braque, onde encontramos velhas divindades de madeira pintada, cobertas de pó e roídas pelo caruncho, sentadas em cadeirões ou montadas em pássaros”.<sup>30</sup>

Nesta análise sobre a importação pelos Portugueses, através de Macau, de produtos decorativos e utilitários da China teremos de concluir que a mesma teve uma importante repercussão para um novo gosto oriental na moda artística europeia, que viria a alastrar a partir de Lisboa e de Portugal no século XVI para se desenvolver pela Europa nos séculos XVII e XVIII e XIX, e que ficou conhecido para a História genericamente como *chinoiserie*.

A importância desta corrente artística advém de se constituir “como um meio alternativo de expressão e pertence-lhe o mérito de prenunciar o Rococó, pelo espaço concedido à fantasia, a subversão dos valores solenes e enfáticos do Barroco”.<sup>31</sup> O impacto da *chinoiserie* foi maior nos países que mantinham um menor contacto directo com a China e o Extremo Oriente, como no caso da França, Itália e Alemanha. Na Europa, a reduzida oferta de preciosos produtos decorativos e utilitários chineses, face a uma elevada procura por parte das elites, propicia a produção pela arte ocidental de produtos artísticos inspirados nos modelos chineses e orientais. Estes produtos artísticos europeus ao gosto chinês e oriental só muito raramente assumem a perfeição e sofisticação dos originais chineses. Mas ajudam a criar um estado de espírito, um ambiente que as elites europeias aristocrática e burguesa tentam recriar em algumas salas das suas casas e dos seus palácios, decorando-as com frescos, peças de porcelana – as famosas baixelas “Companhia das Índias” –, lacas, biombos e mobiliário chinês ou de inspiração chinesa.

Portugal, no século XVI, foi precursor desta ambiência oriental e chinesa no espaço domiciliário – espaços ou gabinetes dominados pela decoração chinesa ou de estilo oriental –, que mais tarde, nos séculos XVIII e XIX alastraria por toda a Europa. Em Lisboa, é exemplo notável, pelo seu valor histórico e estético, o tecto de

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

madeira esculpida de forma magistral para encaixar individualmente as centenas de peças de porcelana, de dimensões muito variadas que ainda cobre uma sala quinhentista do Paço de Santos (actualmente é a embaixada de França).

Os princípios de estruturação do espaço público são uma reacção ao classicismo, pretendendo implantar percursos não geométricos, mas serpenteantes e de cariz naturalista nos jardins, que passam a ter coretos e quiosques em forma de pagodes. Em França, ficou famoso o *Trianon de Porcelaine*, da autoria de Le Vaux, em 1670, no parque de Versailles, tendo a envolvê-lo um jardim achinesado. Em Inglaterra ficou famoso o jardim botânico de Kew, mandado construir pela princesa Dowager ao arquitecto William Chambers em 1759, nas proximidades de Londres. A publicação, em 1762, dos planos deste jardim com vistas do seu pagode e outras construções exóticas, propagou na Europa a moda dos jardins à chinesa ou anglo-chineses.

A utilização tradicional de *chinoiserie* para referir somente as imitações e os trabalhos com influência Oriental produzidos por artistas e artesãos ocidentais dos séculos XVII-XVIII parece-nos muito limitada. Os trabalhos de Antoine Watteau, François Boucher, Vernansal, Pillement, Le Prince, entre outros, permitem estender aquela designação a outros domínios artísticos, nomeadamente à arquitectura e à arte sacra.<sup>32</sup>

De forma genérica, os especialistas têm considerado a *chinoiserie* como tendo quatro períodos que teriam começado cerca de 1650 e se estenderiam até cerca de 1800. Um primeiro período (1650-1715) seria caracterizado pela adopção directa de elementos chineses, sem os modificar e com predomínio das lacas e das porcelanas. Um segundo período (1715-1730), caracterizar-se-ia pelo abandono do modelo original e aplicação criativa para dar um cunho oriental à obra de arte, período este mais expressivo na Alemanha e mais insípido em França. Um terceiro período (1730-1750) em que aumenta a distância entre o modelo original chinês e o produto exótico agora recriado. São a alma desta *chinoiserie* as artes decorativas e a pintura de Watteau e de Fragonard. Na Europa, os desenhos de Daniel Marot (1661-1752), encomendados pela fábrica de Delft, tiveram uma rápida difusão. Um quarto período (1750-1800), em que a influência se nota especialmente nos espaços livres, como os jardins, agora de características mais “naturalistas”, evitando as linhas geométricas.

Contudo, esta periodização revela-se claramente limitada e incompleta, na medida em que não engloba o período inicial de interinfluência, consubstanciada pelos contactos directos e permanentes dos Portugueses com o Oriente e a China, desde finais do século XV (tendo como marco a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1498) e, mais profundamente, após o estabelecimento de Macau em 1557.

Este período de contactos portugueses poderá ainda ser subdividido:

- Antes de Macau: com dois períodos de intensidade e influência diferentes: um, de 1498 a 1513, da chegada à Índia à chegada à China, um outro, de 1513 a 1557. Caracterizam-se ambos por contactos não permanentes, maioritariamente comerciais e pelo fraco conhecimento da cultura chinesa.

- Depois de Macau: conhecimento mais aprofundado e paulatina assimilação da cultura chinesa.

Tem sido tradicionalmente considerado que a *chinoiserie* teve em Portugal um reduzido e tardio impacto. No entanto, esta é uma noção limitada e quanto a nós insuficiente, pois esquece que Portugal foi o único país Ocidental a manter um estabelecimento com autonomia e em continuidade na China desde o século XVI. Portugal, devido ao seu acesso directo e exclusivo à China, foi assim o maior intermediário e exportador para Ocidente dos produtos preciosos chineses e dos seus modelos culturais.

A elite portuguesa foi a primeira de toda a Europa a possuir uma relação privilegiada e relativamente intensa com a China através de Macau, o que não se passava com os outros países europeus (até à anexação de Hong Kong pela Inglaterra, só possível após a Guerra do Ópio no século XIX). As descrições de viagens e as cartas dos jesuítas residentes em Macau e na China foram um importante elemento de difusão da maneira de viver e do gosto chinês. Por outro lado, o acesso aos produtos decorativos de luxo chineses era mais fácil, diminuindo a motivação da elite de encomendar a artesãos portugueses cópias dos originais chineses, que preferiam encomendar directamente em Macau. Contudo, quanto ao mobiliário, as famílias ricas, em meados do século XVIII, deram origem a uma abundante criação nacional ao encomendarem peças ricamente trabalhadas de inspiração chinesa e oriental (com um maior colorido decorativo que aquelas que o Barroco criara) a artífices trabalhando

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

em Portugal, como Francisco Vieira, Alexandre Jean Noel, Joaquim Rafael.

A *chinoiserie* é uma designação algo imprecisa e ambígua, ao abranger uma grande amplitude temporal (do século XVI ao XIX), uma diversidade de estilos artísticos (do Barroco ao Rococó e *Rocaille*) e uma multiplicidade de influências geográficas (nomeadamente da China, Japão, Índia e Pérsia), mas talvez resida aí a sua riqueza simbólica e a sua fraqueza como instrumento operativo.

*A repercussão de uma nova moda orientalizante, muitas vezes de gosto chinês, difundida pelos portugueses na Europa renascentista e humanista, pode ser aferida pela profusão de encomendas de produtos decorativos chineses e asiáticos feitas pelas casas régias e aristocráticas europeias.*

Segundo a *Larousse du XX<sup>e</sup> siècle*<sup>33</sup> a *chinoiserie* abrange o “*Petit objet de luxe et de fantaisie, venu de Chine ou exécuté dans le goût chinois*”, o que legitima o alargamento da noção de *chinoiserie* à influência chinesa na Europa decorrente do comércio português de importação de produtos chineses para Lisboa e aos primeiros contactos directos dos Portugueses com os chineses no século XVI.

Oliver Impey considera igualmente demasiado limitado utilizar este termo para cobrir unicamente o Rococó-*chinoiserie* do século XVIII e apresenta como marco inicial da *chinoiserie* o final do século XVI/princípio do XVII, estendendo o marco final à influência na Arte Deco, de meados do século XX.<sup>34</sup>

Neste contexto, a importação de objectos decorativos e utilitários teve um grande impacto nas mentalidades da Europa, favoreceu a influência de modelos orientais nas sociedades e na moda europeia e a percepção europeia das civilizações orientais, em

particular a chinesa. Este movimento ou estado de espírito orientalizante, o Orientalismo, foi utilizado por alguns europeus do século XVIII, em especial pelos iluministas (como Montesquieu, 1689-1755, Voltaire, 1694-1778, Adam Smith, 1723-1790, e G. W. Leibniz, 1646-1716) como um instrumento de crítica da sociedade europeia de então, fazendo a apologia do modelo mitificado, racional da religião e da estrutura política e socioeconómica da China, projectando nesta as suas próprias visões e propostas racionalistas de cunho europeu, que pretendiam ver triunfar a nível universal. António Hespanha refere que “o que está verdadeiramente na base deste Orientalismo não é tanto um fascínio por um mundo diferente, mas antes uma paixão por si mesmo. [...] Começando por ser um humanismo universalista, o iluminismo acaba na criação do racismo moderno, baseado na desigualdade intelectual e civilizacional”. É, assim, mais forte que o racismo anterior baseada na religião. Com o final do século XVIII e inícios do XIX “a China passa de exemplo a contra exemplo e que se comece a falar mais do carácter artificial, servil, imobilista e supersticioso das suas instituições do que do seu cunho natural e racional”.<sup>35</sup> A anterior visão apologética da China passa a ser denunciada como imprópria e deformada. Os elementos chineses que haviam sido profusamente utilizados nos estilos europeus, do Barroco ao Rococó, passaram a ser evitados no neo-classicismo e no seu programa “naturalista”, por serem agora acusados do grave pecado de “artificialismo”.<sup>36</sup> Contudo, a influência estética chinesa (na percepção inglesa) continuará a fazer-se sentir no desenho dos jardins das elites europeias, que caminham a passos largos para o Romantismo. Bem como no ambiente sumptuoso e requintado dos salões de certos palácios da burguesia e da aristocracia europeia dado pelas sofisticadas sedas e peças decorativas chinesas.

A evolução em diferentes sentidos da visão do Oriente (a visão do outro) foi naturalmente enformada ao longo dos séculos pelo contexto cultural, social e político do observador. No caso de um observador contemporâneo e europeu, a sua visão, moldada pelo seu aparato conceptual, é influenciada pelo enquadramento ideológico-político e social pós-colonial. É hoje consensual, entre os estudos de inter-culturalidade, considerar os textos históricos que descrevem o “Outro” mais esclarecedores sobre o autor (observador) do que sobre a realidade do “Outro” (sujeito observado).

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

O Orientalismo foi utilizado igualmente como instrumento ideológico-político de sectores da elite europeia no contexto da sua própria sociedade, de forma a reforçar a sua posição social dominante. A nível diplomático serviu aos estados europeus e suas cortes para sublinhar a sua grandeza e feitos heróicos no confronto com os outros que inicialmente não tinham acesso directo à China ou ao Oriente.<sup>37</sup>

Não esquecer o facto de que, apesar de os Portugueses terem sido pioneiros no estabelecimento de sistemáticas redes marítimas comerciais com a China no século XVI, a influência chinesa sobre o Ocidente já começara na Antiguidade através de impérios como o Romano, Mongol e o Muçulmano.

### INFLUÊNCIA DE MODELOS CHINESES E ORIENTAIS NA AMÉRICA-BRASIL

O impacto dos produtos decorativos e utilitários de origem chinesa estende-se através dos Portugueses aos seus outros domínios coloniais, quer em África

quer na América, como no Brasil, e através das outras potências europeias a *chinoiserie* atinge igualmente outros territórios e continentes.

Contudo, fosse qual fosse a rota utilizada, os agentes de difusão da influência chinesa na América e, nomeadamente no Brasil, foram naturalmente de dois tipos: os humanos, com seus multifacetados conhecimentos, e os materiais, consubstanciados nos produtos transportados.

De ter em conta que nos navios portugueses que aportavam ao Brasil muitos tripulantes eram asiáticos, alguns deles chineses ou de certa forma influenciados pela civilização chinesa. Por outro lado, os tripulantes e os oficiais, militares e administrativos, tinham oficialmente direito a carregarem uma percentagem de mercadorias sem serem tributadas nas alfândegas (as chamadas “quintaladas” ou “liberdades”). Os produtos chineses como as sedas, as porcelanas, o chá ou as lacas exerciam um grande fascínio no Brasil, pelo que os mercadores tentavam transaccioná-los em grande quantidade. Vários religiosos, por inerência

"Vista chinesa". Foto Augusto Malta, início do século XX. Arquivo Malta, Fundação Museu de Imagem e do Som do Governo do Estado do Rio de Janeiro.





## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

do seu percurso eclesiástico, viveram na China e posteriormente no Brasil. Outros, desobedecendo aos seus regulamentos, quando em trânsito pelos portos do Brasil, desembarcavam e estabeleciam-se, como o jesuíta Charles Beville, em 1708, em São Salvador. A expulsão da China, quer dos Jesuítas quer dos outros missionários católicos que se lhes opunham, pelas autoridades imperiais, incrementou esse movimento orientalizante. Aquelas expulsões ocorreram no seguimento da tristemente célebre Querela dos Ritos, processo em que o Papado apoiou a expansão da influência económica e política francesa no Extremo Oriente contra os interesses do Padroado Português do Oriente, a pretexto da condenação da atitude dos jesuítas de adaptação aos costumes chineses para melhor os cristianizar. A contratação de escravos e trabalhadores chineses foi naturalmente um outro agente desse movimento orientalizante.

A difusão de elementos de inspiração oriental foi um movimento transversal, visto que influenciou gradualmente toda a população, naturalmente que com maior dinâmica nos grupos abastados.

No quotidiano, regista-se a frequente utilização de vestuário de seda. Os nobres e comerciantes ricos sentiam-se muito orgulhosos ao poderem mostrar-se publicamente, bem como aos seus escravos, ricamente vestidos de sedas e de tecidos finos. Um cronista espanhol do século XVII refere que qualquer comerciante da Nova Espanha andava tão ricamente vestido de sedas que um nobre espanhol ficaria envergonhado a seu lado. O xaile feminino, de clara influência chinesa, foi tão comum em Manila, como no Brasil ou na Península Ibérica. O turbante, claramente de origem oriental, é um elemento indispensável do trajo tradicional da baiana (São Salvador).

Em público os membros da elite não dispensavam a ostentação de inúmeras jóias. A sua forma de transporte devia chamar a atenção para o seu estatuto social privilegiado, pelo que se deslocavam frequentemente em palanquim e bangué (liteira com tecto e cortinas). As temperaturas elevadas contribuíram para popularizar as sombrinhas e os leques (alguns com belas pinturas chinesas, como ainda hoje se podem ver em museus como no Museu do Homem do Recife) como elemento indispensável do visual exterior.

No comércio de rua, a quitanda (venda de frutas e produtos alimentares) e a esteira dão uma cor oriental às cidades brasileiras.

As festividades são assinaladas inevitavelmente com fogo-de-artifício, cuja inquestionável origem chinesa já ninguém recorda, tal como em Portugal já ninguém se recorda da remota origem chinesa da laranja (neste caso por intermédio do comércio árabe).

Nos hábitos alimentares, vários produtos orientais integram gradualmente a dieta dos Brasileiros, como o arroz, o coco indiano, a manga, e as especiarias como o cravo das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta de Cochim, a noz-moscada e o gengibre. Inicialmente circunscritos às elites, o chá e as chávenas (ou xícaras) de cerâmica chinesa popularizaram-se. Entre as plantas medicinais, utilizam-se nomeadamente o pau ou raiz-da-China e o ruibarbo.

A partir da segunda metade do século XVIII, a influência chinesa leva ao redesenhar dos espaços exteriores para fruição cultural da elite. Os jardins revestem-se de exotismo e de traçado “naturalista”, não geométrico. O urbanismo é afectado por este movimento orientalizante, nomeadamente por elementos arquitectónicos como os telhados côncavos e de cantos arrebentados (os chamados cornos da lua; no Rio de Janeiro, no século XIX, foi construído na Estrada Dona Castorina um pavilhão de tipo chinês chamado Vista Chinesa), pela difusão das fontes públicas. De um modo geral, influencia a planificação iluminista das futuras cidades com traça ortogonal (a estrutura rectilínea é típica de todas as antigas cidades chinesas).

Na concepção do espaço interior das casas da elite passa a reservar-se uma sala ou um espaço nobre decorado à maneira chinesa, mas onde se podiam encontrar, misturados, mobiliário e objectos artísticos de diferentes proveniências, como trabalhos sino-portugueses lacados e esmaltados, indo-portugueses (nomeadamente com incrustações em madreperola), e ainda os não menos famosos biombos japoneses (*namban*), importados de Macau via Carreira da Índia.<sup>38</sup> Nas paredes ou tectos mostravam-se pinturas em papel ou em seda alusivas a ambientes chineses. Para os requintados jantares era indispensável a utilização da baixela conhecida por Companhia das Índias, cerâmicas e porcelanas chinesas de encomenda portuguesa e europeia, entre as quais se contam os requintados serviços de chá. Especial destaque merece a cerâmica “azul e branco” e desta um tipo mais tarde conhecido pelo nome de Macau, cujo uso pela elite dos engenhos de açúcar, das plantações de tabaco e da exploração mineira

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA



Detalhe de um painel (século XVIII) da Capela de Nossa Senhora do Ó, Sabará.  
Foto de Raquel Ferraz Proença.

era essencial chancela de estatuto social e de bom gosto. Os mais poderosos chegavam mesmo a mandar fazer por encomenda os seus serviços, pintados com o respectivo brasão familiar. A curiosidade e atracção pela China e por Macau alastra a novos sectores da sociedade. Assim, a moda difundiu-se, mais tarde, igualmente entre as camadas médias da sociedade brasileira.

Quanto à língua, o português é naturalmente um outro elemento em comum entre Macau e o Brasil. Contudo, não só a nível da língua oficial mas inclusive na língua popular, que serve de meio de comunicação informal dos diferentes grupos étnicos com os portugueses, existem semelhanças fonéticas e léxicas. Graciete Nogueira Batalha, que estudou este tema, refere que, do ponto de vista linguístico, as regiões mais periféricas reagem, naturalmente, de forma mais conservadora que o centro difusor às alterações à matriz linguística que herdaram. A identidade fonética entre o “papiá” macaense e o brasileiro revela que essas características se devem mais à influência da pronúncia do português de então do que à influência das línguas autóctones.<sup>39</sup>

Na literatura, vários autores se sentiram aliciados pela temática chinesa. A título de exemplo referimos, no século XIX, o célebre Machado de Assis que faz

editar em 1870 a sua colectânea de poemas chineses, que intitulou significativamente de “Lira Chinesa” (conjunto de 8 poemas que inseriu na obra *Phalenas*,<sup>40</sup> e que são a versão portuguesa de uma tradução francesa do poeta chinês Du Fu, por Judith Gautier<sup>41</sup>. Para nos apercebermos do gosto literário da época, vejamos o poema “Reflexos”, de Du Fu:

Vou rio abaixo vogando  
No meu batel e ao luar;  
Nas claras águas fitando,  
Fitando o olhar.

Das águas vejo no fundo,  
Como por um branco véu  
Intenso, calmo, profundo,  
O azul do céu.

Nuvem que no céu flutua,  
Flutua n'água também  
Se a lua cobre, à outra lua  
Cobri-la vem

Da amante que me extasia,  
Assim, na ardente paixão,  
As raras graças copia  
Meu coração.

O papel foi igualmente um produto muito importado pela crescente necessidade dos serviços administrativos e pela difusão dos hábitos de leitura e de escrita.

Naturalmente que o barroco brasileiro, como o macaense, provêm da mesma matriz lusitana, sendo Gilberto Freire considerado o pioneiro nos estudos académicos sobre o Orientalismo na cultura brasileira.<sup>42</sup>

Na pintura destacaram-se a utilização de novas técnicas e de novos materiais. Foi frequente o uso da laca, da cor de ouro, o vermelho e o azul-marinho, bem como a inspiração em motivos chineses para retratar paisagens, nomeadamente com flores, como o crisântemo e a peónia, pássaros, como o dragão e a fénix, figuras humanas e pagodes.<sup>43</sup>

De realçar ainda que, por arrastamento, a *chinoiserie* levou à divulgação de motivos profanos na arte sacra. Não foi a primeira vez que no contexto artístico cristão se incluíram elementos profanos, mas,

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

ao fazê-lo, o barroco acentuou a tendência para a dessacralização daquela temática.<sup>44</sup> Podemos constatar o tema floral na composição de inspiração tipicamente chinesa, presente ainda (apesar da incúria a que está remetido, ameaçando ruína) no tecto da sacristia de Belém da Cachoeira, Baía.

Na arte sacra, a influência de elementos chineses é clara, nomeadamente na Capela de Nossa Senhora do Ó, em Sabará (próximo de Belo Horizonte), Minas Gerais<sup>45</sup>, seja na estatuária, seja na pintura da porta da sacristia, sendo a sua inspiração macaense aceite pelos estudiosos.<sup>46</sup> Alguns exemplos na estatuária e na pintura da Baía e do Nordeste brasileiro revelam uma influência directa goesa e macaense, como na Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira que, quer na sacristia quer numa sala do piso superior, possui uma colecção diversificada de objectos, paramentos, mobiliário, quadros, bem como uma colecção de imagens da Paixão de Cristo, em tamanho natural, com os rostos de olhos claramente chineses.<sup>47</sup> A sacristia da Igreja de Belém, junto a Cachoeira (Baía), tem o tecto em ruínas, mas ainda se pode admirar a pintura de inspiração chinesa que o cobre. A igreja de Santa Efigénia, de Ouro Preto, possui painéis pintados com motivos chineses ladeando o altar-mor. No Museu Arquidiocesano de Mariana, em Minas Gerais, há uma estatueta de Santa Cecília (padroeira dos músicos) com uma configuração facial nitidamente chinesa. O tecto da torre sineira da Igreja dos Beneditinos de São Salvador da Baía e igualmente o da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Feira de Santana no Estado da Baía, estão cobertos de cerâmica quebrada chinesa (exemplo do feliz aproveitamento da cerâmica que se danificava nas longas viagens marítimas).

Na agronomia, D. Pedro II (1683-1706) tentou produzir especiarias asiáticas

no Brasil, iniciativa posteriormente proibida, mas não a tempo de impedir a difusão do gengibre (*Zingiber officinale*). Segundo o *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587 (cap. xxxv), o gengibre teria sido introduzido no Brasil (Bahia) pelos Portugueses, cerca de 1568-1569, tendo sido levado da ilha de São Tomé (onde já o plantavam). Apesar de produzir um gengibre de óptima qualidade e em abundância (de meia arroba, 4 anos depois tiravam-se 4000 e de melhor qualidade que o da Índia), foi proibida a sua cultura no Brasil para proteger a importação de gengibre do Oriente e reexportação a partir de Lisboa, como estipulava o regimento de 1579 (cancelado em 1581), no qual se contratava o seu monopólio a mercadores privados.<sup>48</sup> Esta proibição manteve-se até 1671.<sup>49</sup> Na plantação de plantas asiáticas no Brasil destacaram-se os Jesuítas, nomeadamente com as sementes de canela de Ceilão (*Cinnamomum zeylanicum*) e da China (*Cinnamomum cassia*), na Quinta do Tanque, na Baía. Árvores de fruto asiáticas adaptaram-se com tal sucesso ao território brasileiro, que passaram a ser consideradas como constituintes comuns da flora local. Foi o caso da jaqueira, do jamboeiro, da árvore-do-pão e da caramboleira da Ásia de Sudeste, da mangueira e de diversas espécies de figueiras entre outras da Índia.

A partir do século XIX a família real incentiva a plantação do chá, da cânfora e de lichias entre outras plantas, que foram plantadas (1809) na Quinta Real e no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, graças à dádiva de várias caixas de plantas asiáticas feita por Rafael Botado de Almeida, um senador de Macau. É igualmente através de Macau que chegaram, na segunda década do século, os primeiros emigrantes chineses para plantarem chá no Jardim Botânico.<sup>50</sup> O possível sucesso



Imagem de Sta. Cecília. Museu Arquidiocesano de Mariana. Foto de Raquel Ferraz Proença.

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

do chá brasileiro, incentivado pelo conde de Linhares, foi prontamente boicotado pelos Ingleses que pressionaram Portugal a abandonar essa produção, que poderia vir a concorrer com o chá da Índia explorado pela Inglaterra.<sup>51</sup>

O interesse do Brasil por Macau e pelas técnicas agrícolas chinesas continuou para além da independência do Brasil, como o comprova o relatório “Apontamentos sobre a China em rascunhos” do seu ministro plenipotenciário em Lisboa, António Menezes de Vasconcellos Drummond.<sup>52</sup> Naturalmente a influência foi recíproca, pelo que quanto aos principais produtos brasileiros exportados e comercializados em Macau podemos

encontrar o açúcar, o tabaco (em folhas, mas principalmente em pó), a aguardente e alguma farinha de mandioca. A exportação de tabaco para a China chegou a atingir as 6 mil arrobas de média anual, em finais do século XVIII. O seu impacto e difusão foi tão generalizado que viajantes estrangeiros descreveram não ser raro ver na China até raparigas de 12 anos a fumarem.<sup>53</sup> Uma das formas de consumir o

tabaco era sob a forma de pó (rapé) A necessidade de adaptar as caixas de rapé europeias à humidade tropical propiciou o desenvolvimento da produção chinesa de frascos, sofisticados e artisticamente decorados ou esculpidos, vindo a ser muito procurados pelas camadas elitistas da sociedade. O rapé foi inclusivamente utilizado algumas vezes como instrumento diplomático: o Papa Bento XIII enviou ao imperador Yongzheng, em 1725, algumas garrafinhas de rapé em vidro e ágata. Na China, muitas destas garrafinhas passaram a ser autênticos objectos de arte, utilizando-se na sua feitura, para além do vidro de Beijing, opaco, delicadamente esculpido ou pintado, outras matérias preciosas como jade, marfim, laca, coral e âmbar.<sup>54</sup>

Outro traço comum entre Macau e o Brasil foi a sua organização político-social estruturada segundo a

matriz portuguesa colonial. Naturalmente, a sociedade resultante da interacção dos elementos europeus com os elementos autóctones foi bem diferente da que lhe serviu de modelo, tendo surgido uma sociedade extraordinária, rica e complexa, multicultural e multiétnica, de que os Macaenses e os Brasileiros são o expoente máximo e dignos representantes.

Como apontamento pitoresco, podemos referir a existência no Brasil de um município chamado Macau, que se encontra a 1774 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Não se conhece a razão de ser do seu nome, nem claras influências orientais nela se encontram. Com mais de 25 000 habitantes, a sua

principal produção é o sal marinho. A exploração do sal foi licenciada, em 1605 por Jerónimo de Albuquerque (conquistador do Rio Grande do Norte e futuro capitão-geral do Maranhão, tendo expulsado os Franceses da região), aos seus filhos António e Matias.<sup>55</sup>

Durante os séculos de relações entre Macau e o Brasil, no contexto da sua administração portuguesa, alguns portugueses nascidos

no Brasil vieram a ser figuras proeminentes na sociedade de Macau. Tal foi o caso do capitão-mor de Macau António de Albuquerque Coelho, nascido em Santa Cruz do Camutá cerca de 1682.<sup>56</sup>

De sublinhar o carácter e projecção internacional do movimento orientalizante, que se difundiu pela Europa e pelo Brasil e alastrou à restante América. A título de exemplo, podemos referir alguns monumentos barrocos da América ex-espanhola.<sup>57</sup> No México, as torres da igreja matriz de Tasco (na região de Acapulco); um friso com dragões e pelicanos no convento de Coixtlahuaca; motivos hindus no púlpito da igreja matriz de Huaquechula; um “palco chinês” na catedral de Guadalajara. No Peru, o elefante esculpido na porta do colégio jesuítico de Ayacucho. Na Colômbia, o altar-mor com faisões e elefantes na



Plantação de chá por chineses in J. Moritz Rugendas, *Viagem pitoresca através do Brasil*, trad. de Sérgio Milliet, São Paulo, Livraria Martins, 1949.

## ARTS AND TRADE: MACAO, CHINA, EUROPE

igreja de S. Francisco, em Bagotá. No Equador, o painel com imagem de um deus em pose védica, enquadrada pelo mar, e dragões na capela de São Francisco Xavier em Nazca.<sup>58</sup>

Como nota final destacamos a importância da influência chinesa e oriental na História e sociedade brasileira, tendo sido os portugueses os seus principais agentes até ao século XIX. O movimento orientalizante propiciou uma heterogeneidade de expressões interculturais e vivências transversal aos

grupos sociais, com capacidade de influenciar hábitos quotidianos (como o vestuário e a gastronomia) e de redefinir espaços interiores e exteriores, quer laicos quer religiosos. **RC**

**Nota do autor:** Este artigo baseia-se numa palestra proferida em Macau no âmbito do programa de bolsas do Instituto Cultural do Governo da RAEM.

## NOTAS

- 1 Ver Maria Helena Mendes Pinto, *Via Orientalis*, Catálogo da Exposição apresentada na Eoropália 91, Bruxelas, 1991, n.º 139.
- 2 “Cartas de Quitação del Rei D. Manuel”, *Archivo Historico Português*, organização de A. Braamcamp Freire, vol. 1, Lisboa 1903, p. 75; Pedro Dias, *A Descoberta do Oriente*, 1995, p. 192, nota 14; J. Meco, “A azulejaria e a cerâmica esculpida nos Jerónimos”, in *Jerónimos. Quatro Séculos de Pintura*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1992, pp. 108-110, notas 3 e 4; João Brandão, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1522*, org. e notas de João da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 97-103.
- 3 João Paulo Oliveira Costa, *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Instituto de História de Além-Mar, 1995, p. 114.
- 4 Quitação, pergaminho iluminado, 1548, Legado, Coleção Barros e Sá, Museu Nacional da Ajuda, Lisboa. Publicado in *O Orientalismo em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Edições Inapa, 1999, pp. 56-57.
- 5 Museu Kunsthistorisches, Kunstkammer, inv. n.º kk 3757.
- 6 Biblioteca da Ajuda, cód. 54-X-18 “Facturas do Custo e gastos das Fazendas para a Princesa N. S.ª D. Maria Benedita”, 1790-1804.
- 7 Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A Joalheria em Portugal, 1750-1825*, Barcelos, Comp. Ed. do Minho, 1999.
- 8 António Caldeira Pires, *História do Palácio Nacional de Queluz*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, vol. 1, pp. 232-234.
- 9 Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Hugen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, eds. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, Lisboa, CNCDP, 1997, p. 269.
- 10 Duarte Gomes de Solis, *Discursos sobre los comercios de las dos Indias donde se tratam materiales importantes de Estado y Guerra, Madrid, 1622*. Reedição de Moses Amzalak, Lisboa, [s.n.], 1943. Este “cristão-novo” foi um dos primeiros economistas portugueses e a sua obra é de um valor assinalável para a época. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 4 vols., 2.ª ed. correcta e aumentada, Ed. Presença, 1982-85, vol. III, p. 77.
- 11 Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Índia, caixa 326 (1616-17) n.º 25 (numeração antiga).
- 12 AHU, Índia, caixa 325, n.º 168 – “Inventário de pedraria” de 28 Dez. 1615 (numeração antiga).
- 13 Arquivo Histórico de Goa [AHG], *Livro das Monções*, liv. n.º 12 (1613-1617), “Resposta da Carta comessa pella gente da nação hebra”, Dezembro de 1613.
- 14 James C. Boyajian, *The Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore/Londres, The John Hopkins University Press, pp. 48-50; Carl A. Hanson, *Economy and Society in Baroque Portugal, 1668-1703*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1981, p. 239; Luís de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contém toda a fazenda real e património dos reinos de Portugal, Índia e ilhas adjacentes e outras particularidades*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, pp. 37-38; Nicolau de Oliveira, ca. 1566-1634, O.S.T., *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Jorge Rodríguez, 1620, reimpressão Lisboa, Edit. Vega, 1991, pp. 147-157.
- 15 Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa...*, p. 658.
- 16 Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, introd. e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 57.
- 17 Ver Julius von Schlosser, *Las camara artisticas y maravillosas del renacimiento tardío*, Madrid, Akal, 1988.
- 18 Consultar as descrições destas pinturas do palácio em Sylvie Deswarte, “Le cardinal Giovanni Ricci de Montepulciano” in *La Villa Médicis*, Roma, 1991, vol. 2, pp. 124-126.
- 19 François Bernier, *Voyages*, 1663, vol. II, p. 83.
- 20 Actualmente no Kunsthistorisches Museum, Schloss Ambras. Pinturas catalogadas sob o inv. n.º P8912 e P8913, ver fotos e comentários de Annemarie Jordan Gschwend, “As maravilhas do Oriente: Coleções de curiosidades renascentistas em Portugal” in *A Herança de Rauluchantim. Ourivesaria e Objectos Preciosos da Índia para Portugal, nos Séculos XV-XVIII*, Lisboa, CNCDP, p. 115; e H. M. Garner, “Chinese Paintings of the Sixteenth Century at Schloss Ambras”, *Oriental Art*, n.º 22, 1976, pp. 262-264; R. Whitfield, “Chinese Paintings from the Collection of Archduke Ferdinand II”, *Oriental Art*, n.º 22, 1976, pp. 406-410.
- 21 D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Edit., 1948, Prova n.º 171.
- 22 Ver Annemarie Jordan Gschwend, “As maravilhas do Oriente: Coleções de curiosidades renascentistas em Portugal” in *A Herança de Rauluchantim...*, p. 96; J. J. Martín González, “Obras artísticas de procedência americana en las colecciones reales españolas, siglo XVI”, in *Relaciones artísticas entre la Península Ibérica Y América. Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte*, Valladolid, Univ. de Valladolid, 1990, p. 161; J. Von Schlosser, *Raccolte d'arte e di meraviglie del tardo Rinascimento*, Firenze, Sansoni, 1974, pp. 53-78, tradução italiana da 1.ª ed., Leipzig, 1908; Sylvie Deswarte, “Le cardinal Giovanni Ricci de Montepulciano” in A. Chastel (ed.), *La Villa Médicis*, Roma, École Française de Rome, 1991, vol. 2, pp. 111-169; “Le Cardinal Ricci et Philippe II: cadeaux d'oeuvres d'art et envoi d'artistes”, *Revue de l'Art*, Paris, 1990, pp. 52-63; e Rafael Moreira, “As formas artísticas” in *História dos Portugueses no*

## ARTE E COMÉRCIO: MACAU, CHINA, EUROPA

- Extremo Oriente*, s.l. (Lisboa), Fundação Oriente, 1998, 1.º vol, tomo 1, pp. 447-502; para ver a difusão de objectos orientais através de portugueses nas famílias nobres e aristocráticas do estrangeiro, José Jordão Felgueiras, “Uma família de objectos preciosos do Guzarate” in *A Herança de Rauluchantim...*, pp. 129-155.
- 23 Damião de Góis, *Lisboa de Quinhentos: Descrição de Lisboa*, trad. de Raúl Machado, Lisboa, Liv. Avelar Machado, 1937, p. 48.
- 24 J. A. L. Hyde e R. R. Espírito Santo, *Chinese Porcelains for European Market: Water colors and descriptions by Eduardo Malta*, Lisboa, 1956, p. 48, nota 21. N. Vassalo e Silva, “O culto da porcelana chinesa em Portugal”, in *Artes e Leilões*, 6, Out./Nov. 1990, pp. 23-32.
- 25 Ver Norbert Lieb, *Die Fugger und die Kunst im Zeitalter der hohen Renaissance*, Munique, Schnell & Steiner, 1958, p. 136; Godehard Lenzen, *The History of Diamond Production and the Diamond trade*, Londres, Barrie & Jenkins, 1970, p. 84; N. Vassalo e Silva, “Subsídios para o estudo do comércio das pedras preciosas em Lisboa no séc. XVI” *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 1989, tomo 2, pp. 113-148; Godehard Lenzen, *ob. cit.*, p. 83.
- 26 Biblioteca Nacional, Lisboa[BNL], Res., Cód. 8571, ff. 231-139.
- 27 “Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa Fez a El-Rey Nosso Senhor em 1565”, publicado in *Documentos para a História da Arte em Portugal*, vol. 14, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, pp. 34-63.
- 28 *Une Ambassade en Chine. Journal de Voyage*, Paris, ed. Librairie D’Amyot, 1854.
- 29 Théophile de Ferrière Le Vayer, *Une Ambassade en Chine. Journal de Voyage*, in Célia Jorge e Rogério Beltrão Coelho (eds.), in *Viagem por Macau. Comentários, Descrições e Relatos de Autores Estrangeiros (Séculos XVII a XIX)*, Macau, Livros do Oriente, 1999, vol. II, pp. 42-43.
- 30 *Ibidem*, p. 50.
- 31 António Pimentel, “A *chinoiserie* ou história curiosa de um estado de espírito” in *Do Neolítico ao Último Imperador. A Perspectiva de um colecionador de Macau*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994, p. 57.
- 32 Sobre os modelos de desenho e pintura de interiores de J. B. Pillement, ver a recente tese de mestrado de Álvaro Samuel Guimarães da Mota, *Gravuras de chinoiserie de Jean-Baptiste Pillement*, 1997, 2 vols., apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- 33 Paul Augé (ed.), *Larousse du XX<sup>e</sup> siècle*, 6 vols., Paris, Larousse, 1928-1933.
- 34 Oliver Impey, *Chinoiserie, The Impact of Oriental Styles on Western Art and Decoration*, Londres, Oxford University Press, 1977, p. 12.
- 35 António Manuel Hespanha, “O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX)”, in *O Orientalismo em Portugal*, Lisboa, CNCDP/INAPA, 1999, p. 23.
- 36 António Pimentel, “Chinoiserie”, *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.
- 37 Sobre o Orientalismo ver Diogo Ramada Curto, “Representações de Goa. Descrições e relatos de viagem”, in *Histórias de Goa*, ed. de Joaquim Pais de Brito, Rosa Maria Perez, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1997, pp. 45-86. Este autor desenvolve para o caso do império português o clássico de Edward Said, *Orientalism. Western Conceptions of the Orient*, Nova Iorque, Vintage Books, 1978; António Manuel Hespanha, “O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX)”, in *O Orientalismo em Portugal*, Lisboa, pp. 15-37; ver igualmente J. J. Clarke, *Oriental Enlightenment, the Encounter Between Asian and Western Thought*, Londres, Routledge, 1995, pp. 43-53; Thierry Hentsch, *L’Orient imaginaire. La vision politique occidentale de l’Est méditerranéen*, Paris, Minuit, 1988; Pierre Martino, *L’Orient dans la littérature française au XVII<sup>e</sup> et au XVIII<sup>e</sup> siècles*, Hachette, Paris, 1906.
- 38 José Roberto do Amaral Lapa, “A Bahia e a Carreira da Índia”, *Brasiliana*, vol. 338, São Paulo, Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de S. Paulo, 1968.
- 39 Graciete Batalha, *Língua de Macau: O Que Foi e o Que É*, Macau, Centro de Informação e Turismo, 1974; e um seu artigo “Língua de Macau: o que foi e o que é”, *Revista de Cultura*, n.º 20, p. 150 e ss. Ver ainda José dos Santos Ferreira, *Papiá Cristã de Macau*, Macau, Tipografia da Missão, 1978.
- 40 Machado de Assis, *Phalenas*, Rio de Janeiro, Garnier, 1870.
- 41 Judith Gautier, *Le Livre de jade*, Paris, Lemerre, 1867.
- 42 Gilberto Freire, “O Oriente e o Ocidente”, in *Sobrados e Mocambos*, 2 vols. (7.ª ed.), Rio de Janeiro, José Olympio, 1985, vol. 2, pp. 424 e ss.
- 43 A. G. Houghton, *La pintura china*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1954.
- 44 Pierre Chaunu, *A Civilização da Europa Clássica*, Lisboa, Estampa, 2 vols. 1987, vol. 1, p. 55.
- 45 Pe. Francisco Videira Pires, “Macao e o Brasil” in *Jornal de Macau*, 1 (31), 6 Dez. 1982, Macau, p. 2.
- 46 Eduardo Friero, “Orientalismo nas Igrejas mineiras”, in *O Diabo na Livraria do Cônego*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
- 47 Rui D’Ávila Lourido “A influência chinesa e asiática no Brasil até ao século XIX” in *Estudos sobre a China V*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003. Para um estudo mais aprofundado pode o leitor consultar, nomeadamente, as seguintes fontes históricas *A Suma Oriental* (escrita, em Malaca, cerca de 1512-15), de Tomé Pires (1465?-1523/4?); *O Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, escrito em Cananor, cerca de 1516, por Duarte Barbosa (1480?-1521); o estudo de espírito já científico que é o *Colóquio dos simples e drogas da Índia* (de cerca de 1564), de Garcia da Orta (c. 1501-1568); o *Tractado em que se contam muito por estenso as cousas da China com suas particularidades...* (de 1569), da autoria de Gaspar da Cruz (c. 1520-1570); e a *Relação da Grande Monarquia da China*, do jesuíta Álvaro Semedo (1586-1658), escrita em 1637, após 22 anos de vida e observações na China. Sobre a equivalência de pesos e medidas para o século XVI, pode o leitor consultar o importante estudo de António Nunes “Livro dos Pesos da Índia, e assy Medidas e Moedas” de 1554.
- 48 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, II, pp. 188-191
- 49 J. Amaral Lapa, *Studia*, vol. 18, 1966, p. 18.
- 50 Carlos Francisco Moura, “Colonos chineses no Brasil no Reinado de D. João VI”, in *Boletim do Instituto Luís de Camões*, Macau, 7 (2) Verão, 1973, pp. 185-191.
- 51 Fernanda de Camargo-Moro, “Macao and Brazil: an ancient dialogue to be enhanced”, *Review of Culture*, Macau, 1995, n.º 22, p. 59.
- 52 António Menezes de Vasconcellos Drummond, “Apontamentos sobre a China em rascunhos”, Lata (caixa de) n.º 2, doc. 7, 14 fls.
- 53 William Alexander e George Henry Mason, *Views of the 18<sup>th</sup> Century China. Costumes, History, Customs*, Londres, Studio Editions, 1988, p. 196, [c. 1800].
- 54 Mais informação a propósito dos frascos de rapé in Lo Jiu Jung, “Art in small packages” in *Arts and Crafts. Explorations in Chinese Culture*, Taipé, 1990.
- 55 João Alves das Neves, “Macao seen from Brazil”, *Review of Culture*, Macau, 1995, n.º 22, p. 77.
- 56 *Ibidem*, p. 72, citando Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.
- 57 Mario José Buschiazzo, “Influências exóticas em la arte colonial”, in *La Prensa*, Buenos Aires, 29 de Abril de 1945. Bem como Sônia Maria Fonseca, “‘Orientalism’ in the Baroque of Minas Gerais and the ‘Cultural Circularity’ Between the Orient and the Occident”, *Review of Culture*, Macau, 1995, n.º 22, pp. 121-132.
- 58 Rodrigo José de Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa. Coleção de Monumentos Inéditos para a História das Conquistas dos Portuguezes em Africa, Asia e America*, t. 5, Lisboa, 1868, pp. 1-64. [Cota da BNL: SC.4599A].

# *The Peony Pavilion* A Crossroads of East-West and South-North

CHRISTINA MIU BING CHENG\*

## INTRODUCTION

Tang Xianzu 汤显祖 (1550-1616) is considered the most gifted playwright of Ming dynasty China, and one of the greatest dramatists in the history of Chinese literature. Tang was born into a genteel family in Linchuan 临川, Jiangxi 江西 province, and showed extraordinary talent from early childhood: he passed the imperial examination at the county level at the age of fourteen and at the provincial level at twenty-one. However, it was not until he was thirty-four years old, in 1583, that he succeeded in gaining the title of *jinshi* 进士, or advanced scholar, at the national level.<sup>1</sup>

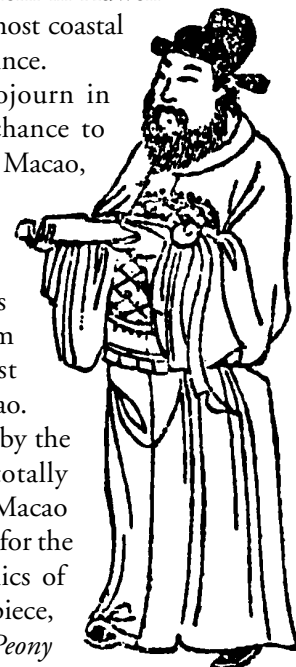
Passing this highest level of imperial examination was the gateway for Tang to obtain a post in the Imperial Sacrifices in Nanjing 南京, Jiangsu 江苏 province, in 1584. During his five years in service, his daily duties were less than all-consuming. The despair and frustration he experienced in his official career, however, worked to the advantage of his pastime—writing. During this period of plentiful leisure hours he completed his first play, *Zichai Ji* 紫钗记, or *The Purple Hairpin*, in 1587.

\* 郑妙冰 Received her Ph.D. in Comparative Literature, M.A. in Literary Studies, and B.A. (Hons) from the University of Hong Kong. Honorary Research Fellow at the Centre of Asian Studies. Author of *Macau: A Cultural Janus* (1999) and a number of articles on Macao and Hong Kong.

*Doutoramento em Literatura Comparada, Mestrado em Estudos Literários e Bacharelato em Artes (Hon.) pela Universidade de Hong Kong. Membro Honorário de Pesquisa no Centro de Estudos Asiáticos, também em Hong Kong. Autora de Macau: A Cultural Janus (1999) e de diversos artigos sobre Macau e Hong Kong.*

In 1589, Tang was appointed Secretary in the Bureau of Sacrifices of the Ministry of Rites, but the year 1591 was a turning point of his career in the imperial bureaucracy. As he had a strong sense of justice and was a man of high moral standards, he submitted a petition entitled “Memorial to Impeach the Ministers and Supervisors” (*Lunfu chen ke chen shu* 论辅臣科臣疏) to Emperor Shenzong 神宗 (who reigned from 1573 to 1620, the era known as Wanli 万历), in which he criticized the court’s misadministration and the prevailing practice of bribery among officials. This outspoken and loyal memorial eventually led to his demotion to the position of clerk in Xuwen 徐闻 county, in the southernmost coastal area of Guangdong 广东 province.

It was during Tang’s sojourn in south China that he had a chance to cross the Barrier Gate<sup>2</sup> and visit Macao, which had become an overseas settlement of the Portuguese Empire in 1557.<sup>3</sup> For the first time in his life, he came across the luxurious merchandise from the West and from Southeast Asia that was for sale in Macao. He must have been impressed by the exquisite objects that were totally foreign to him. His visit to Macao arguably constitutes the source for the east-west, south-north dynamics of his most outstanding literary piece, *Mudan Ting* 牡丹亭, or *The Peony*



LITERATURA

Liu Mengmei and Miao Shunbin in Scene 21, "An Audience with the Envoy". Reproduced from *Tang Xianzu Xiqu Ji* 汤显祖戏曲集 (1978).





## LITERATURE

*Pavilion*, which was completed in 1598 in the regional style of southern opera, *chuanqi* 传奇, or a dramatic romance or marvellous tale.<sup>4</sup>

In Scene 21, “An Audience with the Envoy”, Macao is the setting for the action; but this scene is usually omitted from most performances. Nor was this scene a point of focus in a doctoral thesis on Tang Xianzu’s plays,<sup>5</sup> or more recently, in two volumes of international conference papers on *The Peony Pavilion*.<sup>6</sup> The almost forgotten scene, however, serves as a witness to Tang’s encounter with the Portuguese presence in Macao. Notably, the play weaves together a Western enclave and the Eastern “Middle Kingdom” in a holistic way. The questions raised in this paper are: why is this scene crucial to the unfolding of the plot, and how is Macao represented through Tang’s discerning eye?

The play is a fantastically eccentric love story about Du Liniang 杜丽娘 and Liu Mengmei 柳梦梅. The heroine Liniang is the sixteen-year-old daughter of Du Bao 杜宝, a magistrate (or Prefect) in Nan’an 南安, Jiangxi province. The hero Mengmei is a brilliant scholar just over twenty years old in Lingnan 岭南, a generic name for Guangdong province.<sup>7</sup> Liniang has a dream in which she meets a young scholar, who promises to marry her. When she wakes up, she is haunted by the dream, and pines for love. She soon dies of lovesickness. The lover in her dream is Mengmei, who later meets Liniang’s *hun* 魂 (soul or spirit form) and helps her return to life. Mengmei finally marries Liniang after her miraculous resurrection, although her father does not like this queer fellow from Guangzhou 广州 (the provincial capital of Guangdong province). In this way, Tang Xianzu traverses the geography of China, plotting an exogamic marriage between a southerner and a northerner. One may wonder just how oddly a southerner from Guangzhou is portrayed. Not only does the play focus on an eerie and passionate love, it also depicts a crossroads between east and west, north and south.

## THE CULT OF QING

Tang Xianzu was a versatile and prolific writer, leaving behind about 2,200 poems, essays and verse essays, not to mention his four plays that share the theme of dreams.<sup>8</sup> Unlike many other neglected men of genius who were included in the pantheon of literary immortals only after death, he gained a certain

degree of success in literature and enjoyed popularity as a dramatist during his lifetime. He even personally instructed the actors performing his plays. As one of literature’s enduring love stories and a masterpiece of Ming dynasty drama, *The Peony Pavilion*, also known as *Huanhun Ji* 还魂记, or *The Return of the Soul*, is Tang’s most protracted and profound meditation on the nature of love. Anthony Yu is of the opinion that the play became the most prominent literary antecedent to Cao Xueqin’s 曹雪芹 time-honoured prose fiction on love, *Honglou Meng* 红楼梦, or *The Dream of the Red Chamber*, in the ensuing Qing dynasty.<sup>9</sup>

Among Tang Xianzu’s literary works, *The Peony Pavilion* is by far the best-known and best-liked. Renowned for its beautiful verses and its excellent character portrayals, this fantastic romance also features allusive and ambiguous language, and is riddled with elliptical references. Containing a cavalcade of 55 scenes and 403 arias, it is one of the longest plays in the extant repertoire of traditional southern *chuanqi*. It comprises 160-odd characters, providing a panoramic picture of social life at that time. There are personages from all walks of life, ranging from elite literati and a Buddhist abbot to foreign traders and interpreters; from the Tartar King and his generals to a Daoist nun, a grave digger, ruffians and harlots.

Significantly, the play transcends this world and includes otherworldly characters: the Flower Fairy from “above” and the Judge of Hell from “below.” Successive settings for the action contain a bed-chamber, a study room, a garden, a courtroom in hell, a prison cell, a whore-house, a city wall, a river, a mountain, a military ship, and the imperial court, etc. Tang’s libretto was written before the style of the *kunshan* aria 昆山腔 (a southern singing style) had been prescriptively defined, but this monumental *chuanqi* was adapted to the *kunqu* 昆曲 opera style<sup>10</sup> soon after his death.<sup>11</sup>

Just after William Shakespeare (1564-1616) finished the romantic tragedy *Romeo and Juliet* (most probably in 1594 or 1595) on the other side of the world, Tang Xianzu celebrated *qing* 情 (love, passion, desire)<sup>12</sup> to its fullest in *The Peony Pavilion* (completed in 1598). These two contemporaneous plays both illustrate the fire of passion and embrace the motif of the untimely death of their protagonists. *Romeo and Juliet* is one of Shakespeare’s earliest theatrical triumphs, and is considered the most iconic love story

## LITERATURA

in the Western canon.<sup>13</sup> Likewise, *The Peony Pavilion* has long enjoyed tremendous theatrical success, and Tang's abiding interest is *qing*.

Cyril Birch says, "For Tang Xianzu, *qing* in its highest development, as true love between man and woman, embraces [not only] sexual attraction and physical passion, but also sentiment, empathy, devotion—the virtues of that broader love that exists also outside the sexual relationship."<sup>14</sup> Although *qing* is translated as "love", a more inclusive equivalent would be "feelings". In other words, joy and sorrow, fear and anger, desire and hate are all part of the "feelings" side of the dichotomy between *qing* and *li* 理 (moral principles). While *qing* stands for the spontaneous affects of *xin* 心 (the human heart or mind),<sup>15</sup> *li* represents the powers of reason. In contrast to the advocacy of the rigidly rational *li*, the extolling of *qing* was part of the new, humane currents of thought in the later years of the Ming dynasty (1368-1644). An outburst of *qing* (sentiments and emotions), as the Neo-Confucians believed, espoused a subversive gesture that may violate the confines of *li*.

The two main schools of thoughts in Neo-Confucianism<sup>16</sup> were *lixue* 理学 (The School of Principle), whose founder was Zhu Xi 朱熹 (1130-1200), and *xinxue* 心学 (The School of the Heart/Mind), whose most influential proponent was Wang Yangming 王阳明 (1472-1529). Wang's philosophy of the heart/mind is markedly different from Zhu Xi's philosophy of principle. Tang Xianzu lived at the time when Wang Yangming's philosophy was at the peak of its influence and popularity. In particular, the *Taizhou Xuepai* 泰州学派 (the Taizhou School of Philosophy), which embraced a new wave of free thinking and free interpretation of Confucian ideas, was flourishing in Jiangsu. The Taizhou School (named after the founder's home town in Jiangsu) was founded by Wang Gen 王艮 (1483-1541), who was Wang Yangming's most distinguished follower, and the leader of *Zuopai Wangxue* 左派王学 (The Left Branch of the Wang Yangming School).<sup>17</sup> Tang's scholarly teacher, Luo Rufang 罗汝芳 (1515-1588) was a second-generation disciple of Wang Gen. In this way, Tang was nurtured by a "revolutionary" stance against Zhu Xi's *li*.

In defiance of the prevailing mainstream thought, Tang lauded the cult of *qing* in the Preface to *The Peony Pavilion*. Here is an excerpt of his valorisation of, if not obsession with, *qing* (translated by Cyril Birch):

Love is of source unknown, yet it grows ever deeper. The living may die of it, by its power the dead live again. Love is not love at its fullest if one who lives is unwilling to die for it, or if it cannot restore to life one who has so died. And must the love that comes in dream necessarily be unreal? For there is no lack of dream lovers in this world. Only for those whose love must be fulfilled on the pillow and for whom affection deepens only after retirement from office, is it entirely a corporeal matter...<sup>18</sup>

For Tang, *qing* could even abolish the boundary between life and death. Despite the antagonism of his opponents and the pressure of orthodoxy, Tang showed an adamant will to assert his personal vision and staged a valiant confrontation with Neo-Confucian dogmas. As Zhou Zuyan has pointed out, "In his adherence to *qing*, particularly in his dramatic affirmation of free love and self-arranged marriage, Tang poses an unequivocally heretical posture against orthodox norms."<sup>19</sup>

Tang's dauntless rebellion against the grip of Neo-Confucian ideology is evident in Scene 10, "The Interrupted Dream" and Scene 28, "Union with the Ghost". While the dream scene is an erotic depiction of the consummation of the two protagonists in the Peony Pavilion at the back garden of Liniang's family home, the ghost scene boldly portrays Liniang, in spirit form, flirtatiously seducing Mengmei in the Plum Blossom Nunnery. These two scenes are narrated with great audacity, breaking all the codes of Confucian ethics and didactic moralism. *Qing* and passionate abandon are explored beyond reality and official sanction in dreams and in the netherworld. To quote Anthony Yu, "Imaginative literature, in sum, proves itself to be the most puissant means to record, transmit, and glorify the private interests begotten of passion."<sup>20</sup>

TANG XIANZU'S SOJOURN  
IN GUANGDONG

Tang Xianzu was a native of Jiangxi<sup>21</sup> province (often abbreviated as Gan 贛), and spent about one year (1591-2) in Guangdong province. Jiangxi is located to the north of Guangdong. Though Jiangxi and Guangdong are adjacent provinces, they have distinctive cultural, linguistic and ethnic differences. These two provinces are connected by the Meiling Pass 梅关, which for centuries has been China's main north-

## LITERATURE

south corridor for migration and communication.<sup>22</sup> People in Jiangxi are often dubbed *waijiang lao* 外江佬 (folks from beyond the Yangzi River) by the people in Guangdong.

Guangdong (often abbreviated as Yue 粤) is the southernmost coastal province of China. People there have long been called *nanman* 南蛮 (southern barbarians),<sup>23</sup> a derogatory term to differentiate them from other ethnic groups in the “Middle Kingdom”. Its provincial capital is Guangzhou (also called Canton in English),<sup>24</sup> which lies close to Macao. Since Guangzhou is the capital city in southern China, it is regarded as China’s “South Gate”.

The 19<sup>th</sup> year of Wanli (1591) was a turbulent time for the 42-year-old Tang Xianzu. After his submission of the “Memorial to Impeach the Ministers and Supervisors” in the third lunar month of that year, he was banished from Nanjing (the political centre) in the 5<sup>th</sup> lunar month. He returned to his home in Linchuan, where he lay ill for four months; then, in the 9<sup>th</sup> lunar month, he began his journey to Guangdong. He first passed Meiling 梅岭 (Plum Ridge), travelled to Nanxiong 南雄 and reached Guangzhou by the middle of the 10<sup>th</sup> lunar month. He took this chance to visit some nearby places, and returned to Guangzhou. He then moved to Xiangshan 香山 county—today’s Zhongshan 中山—from whence he visited Macao. Finally he reached Xuwen county at some point after the 11<sup>th</sup> lunar month to take up his new, demoted post as a clerk.<sup>25</sup> Xuwen is a remote tropical area in the southernmost part of the Chinese mainland, facing Hainan Island 海南岛. Tang’s picaresque detour in the land of the “southern barbarians” was an unusual experience, and he composed a collection of poems to chronicle what he saw and felt.

Of all the places Tang visited on his southern sojourn, he must have found Macao exceptionally fascinating. Through his poetic creations, he left some vivid images of this Portuguese settlement. The East-West encounter was dextrously woven into the following two poems (my translation):<sup>26</sup>

“THE ENCOUNTER OF FOREIGN TRADERS  
IN XIANGSHAN AO (MACAO)”

They neither stay in fields and gardens nor grow  
mulberry trees,  
Handsomely attired, they arrive here by the great  
carracks.

Pearls from the sea glitter like twinkling stars,  
White jades by the riverbank shine like the  
mellow moonlight.<sup>27</sup>

“Xiangshan Ao” 香山舛 (in which “Ao” can also be written as 舛 or 嶼 or 澳), which literally means “Bay of the Fragrant Hill,” refers to Macao. Linked to Zhongshan county by a narrow isthmus, Macao stands on the western shore of the Pearl River, not far from Guangzhou prefecture. The poem clearly suggests that Tang met the adventurous Portuguese merchants who were selling precious jewels in Macao. His encounter with these seafaring Westerners was also skilfully incorporated into *The Peony Pavilion* (Scene 21).

In another poem, Tang learns more about Macao through an interpreter and presents to us a charming Western (perhaps Portuguese) lady:

Liu Mengmei and Du Liniang in Scene 10, “The Interrupted Dream”. Reproduced from Tang Xianzu, *Mudan Ting*.



## LITERATURA

“FROM AN INTERPRETER IN XIANGSHAN”<sup>28</sup>  
 A pretty foreign lass just over fifteen,<sup>29</sup>  
 Sprays herself with fragrant rosewater in the  
 morning.  
 The jewels in her hair gleam like the crescent  
 moon over the west ocean,  
 And her perfumed breath is like a brightly  
 coloured bird from Java.<sup>30</sup>

During the Ming dynasty, interpreters from Xiangshan county were active in Macao. They were also known as *galala* 伽喇喇. In *The Peony Pavilion* (Scene 21) the *galala* plays a crucial role in grafting the East and the West in Macao.

Not only did Tang bear witness to the Western presence in Macao, he also encountered two zealous evangelists from the West in Duanzhou 端州, a synonym for Zhaoqing 肇庆 county. At the time, Zhaoqing was the administrative capital of Guangdong and Guangxi 广西 provinces. His encounter with foreign missionaries was mentioned in the following poem (my translation):

“IN DUANZHOU, ENCOUNTERING TWO WESTERN  
 SCHOLARS WHO ARGUE AGAINST BUDDHISM”<sup>31</sup>  
 These two men from the West prove to be so  
 strange,  
 Can there be any doubt that they come with  
 money to give away?<sup>32</sup>  
 They claim there was no Buddha in India,  
 And convince the Buddhist abbot of their  
 teaching.

Xu Shuofang 徐朔方 believes that the two Westerners were Francesco de Petris (1562-1593) and Matteo Ricci (1552-1610).<sup>33</sup>

Under the Portuguese *Padroado* (Ecclesiastical Patronage),<sup>34</sup> Ricci, an Italian Jesuit, arrived at Macao in 1582 from Goa in India. His arrival marked an historic moment for the introduction of Christianity into China and, for the first time, Macao served as a bridgehead.<sup>35</sup> In 1583 he left Macao for Zhaoqing to launch the *mission civilisatrice* (civilizing mission). In light of the monotheism of Christianity, Indian Buddhism, which entered China from Central Asia in 67 A.D., was flatly denied.

The two missionaries, full of proselytizing fervour, were expelled from Zhaoqing in 1589. They

then moved to Shaozhou 韶州 (present-day Shaoguan 韶关, a city in northern Guangdong, adjacent to Jiangxi), and founded a new residence there. After the death of Francesco de Petris in November 1593, Ricci stayed on in Shaoguan until 1594.<sup>36</sup>

How could Tang Xianzu have met them in 1592 in Zhaoqing?<sup>37</sup> Sometime in late 1592 Tang left Xuwen for a home-bound journey back to Linchuan, and passed through Zhaoqing.<sup>38</sup> It may be surmised that he returned home before taking up his new post as a minor magistrate in Suichang 遂昌 country, Zhejiang 浙江 province, in the 3<sup>rd</sup> lunar month of 1593. According to the journals of Matteo Ricci, their Mission House in Shaozhou was attacked and robbed “one night in July 1592”. Ricci and de Petris were slightly injured—“Father Francisco received a slight cut on the head from a hatchet” and “Father Ricci received a wound on the hand”.<sup>39</sup> Both evangelists were requested to return to Zhaoqing during the latter part of 1592 in order to review the court case against the robbers. It was most probably at this juncture of time and space that Tang happened to meet these two “Western scholars” in Zhaoqing. What is special about the poem is that it testifies to the early East-West religious repercussions in Guangdong prior to the infamous Rites Controversy in Beijing.<sup>40</sup>

## A QUEER PARASITE IN GUANGZHOU

Like some of the great novels of the Ming dynasty,<sup>41</sup> Tang Xianzu’s *The Peony Pavilion* is based on existing sources. He expanded, reshaped, recounted, and extrapolated from an earlier storyteller’s *huaben* 话本 (prompt-book),<sup>42</sup> dating from the Song dynasty, called “Du Liniang mu se huan hun” 杜丽娘慕色还魂, or “Du Liniang, Longing for Love, Returns in Spirit Form”.<sup>43</sup> In this *huaben*, Liu Mengmei is a native of Chengdu 成都 in Sichuan 四川 province. One distinct difference in *The Peony Pavilion* is that Mengmei’s native place is changed to Guangzhou. Tang clearly embellished this earlier crude tale with his experiences in Guangdong and created a masterpiece that is enshrined in the Chinese literary pantheon.

The mysterious medium of premonitory dreams provides a skeleton for the development of the plot. At the outset, Mengmei comes on stage and introduces himself in a melancholy manner (Scene 2). He tells the audience that half a month ago he took a nap during

## LITERATURE

the day, and had a strange dream. He dreamed of a slim beauty standing under a plum tree in a garden. This young lady shyly told him that after meeting her he would have a happy marriage and a bright future in his chosen career. As the plot unfolds, this dream of love becomes a driving force in his quest for status. After having this dream, he changes his name to Mengmei, but keeps the name Chunqing 春卿 (meaning “spring lord”) as his *hao* 号 (style name). The name Liu Mengmei provides readers with a botanical image: *liu* 柳 means willow, and *mei* 梅 means plum. Zhou Zuyan has observed that the name suggests a dual-gender association in an androgynous union.<sup>44</sup>

Liniang is always already the centre-stage heroine; and her stirring passion has been a frequent subject of discussion, but the character of Mengmei receives scant attention for analysis. While Liniang is a pampered daughter and lives in a dignified household in Nan’an, and with no worries about the necessities of life, Mengmei was orphaned in early childhood and lives in cold and hunger in a vegetable garden in Guangzhou. Although he is an accomplished scholar and passes the county-level imperial examinations, he cannot get a government post. He relies on his faithful servant, Hunchback Guo 郭驼, for a living. His gardener-servant supports him by planting trees and growing flowers. Mengmei is thus not only a sheer bookworm, but also a queer parasite.

## IN SEARCH OF PATRONAGE

One day Mengmei visits his friend, Han Zicai 韩子才, at the Terrace of Prince Zhao Tuo 赵佗王台 in the town of Chaoyang 潮阳, north of Guangzhou (Scene 6). Just as Mengmei is the twenty-eighth generation descendant of Liu Zongyuan 柳宗元 (773-819), Zicai is a descendant of Han Yu 韩愈 (768-824). Both Liu and Han were eminent scholars and upright officials serving the Tang court. Because they offended the emperor, they were demoted to take up positions in southern China—Han Yu to Chaozhou 潮州 in eastern Guangdong, and Liu Zhongyuan to Liuzhou 柳州 in north-central Guangxi. By making the characters Mengmei and Zicai the descendants of these two well-known personages, and by revealing Zicai’s exact address in Guangzhou, the playwright enhances a sense of realism in the play, alongside the eeriness of the plot.

The visit to Zicai is a transitional episode, but in this scene Guangdong and Guangxi provinces are portrayed wretchedly in order to make a clear contradistinction to Macao. When the two friends meet, Mengmei mourns the fact that their ill-starred ancestors were banished to such peripheral districts in south China. The Chinese phrase for expulsion to border areas far away from the capital is *biancuan yanfang* 贬窜烟方. The term *yanfang* connotes coastal regions that are full of fogs, plagues, and noxious vapors (*bianhai yanzhang difang* 边海烟瘴地方). As such, south China is represented as an inhospitable area; it is foggy and susceptible to various kinds of tropical diseases. Particularly, it is a destination for punishment and banishment, and a receptacle for officials who have fallen out of favour in the imperial court. In reality, Tang Xianzu was expelled from Nanjing in Jiangsu

Liu Mengmei in Scene 2, “A Scholar’s Ambition”.  
Reproduced from Tang Xianzu, *Mudan Ting*.





JIANGSU  
(KIANGSU)

Nanjing  
(Nanking)

Hangzhou  
(Hangchow)

ZHEJIANG  
(CHEKIANG)

JIANGXI  
(KIANGSI)

Guangzhou  
(Kwangtung)

GUANGDONG  
(KWANGTUNG)

Zhaoqing

Guangzhou

MACAU  
(Aomen)

HONG KONG  
(Xianggang)

TAIWAN  
(FORMOSA STRAIT)

SOUTH CHINA SEA

(NAN HAI)

## LITERATURE

to Xuwen in Guangdong, that is, from the “civilized centre” to the “barbaric south.” His demotion provides a ready parallel with the two gifted yet unlucky scholar-officials of the Tang dynasty (618-907).

In a different tone, Zicai describes Macao favourably. It is a place full of exquisite treasures and frequented by foreign traders and interpreters. Zicai advises Mengmei to look for a patron to help him out of his predicament:

Haven't you heard that Miao Shunbin, Imperial Envoy for treasure appraisal, cares for men of learning? Before his term of office ends this autumn, he will go as usual to assess the treasure in the Treasure Temple near Xiangshan Bay in Macao. Shall we go and try to see him at that time?<sup>45</sup>

Mengmei makes up his mind to venture to Macao. Before leaving he shows immense gratitude to his gardener-servant, and sings (Scene 13):

All these years I have relied on you;  
Such faithful men like you are very few.  
The life is hard and food is plain,  
But I should owe all this to you.  
What am I like in your eyes?  
I sit and daydream like a fool all day,  
And never give you help in any way.  
My very daydream is a shame;  
Who else am I to blame?  
I'll leave the garden trees to you;  
That is all I can do.<sup>46</sup>

Mengmei intends to leave home and to “play the autumn wind” (*da qiufeng* 打秋风). The term *da qiufeng* refers to soliciting funds from friends, or seeking favour from the rich. Hunchback Guo earnestly reminds him to concentrate on his studies for the imperial examination, rather than “going with the autumn wind,” that is, travelling in search of a patron. It seems that Tang Xianzu voiced his dislike of the practice of *da qiufeng* through the steadfast servant's admonishment.

We may recall that Tang himself only passed the imperial examination at the national level on his fifth attempt. His repeated failures were not due to his

poor intellect; rather, it is believed that his despising of the popular practice of *da qiufeng* led him to refuse the patronage offered by the Senior Grand Secretary, Zhang Juzheng 张居正 (1525-1582). In his portrayal of Mengmei, Tang appeared to cast a mild mockery on the southerner's earnest attempt to advance his career by searching for a benefactor.

## SANBA SI IN MACAO

Macao was a barely inhabited territory during the early Ming dynasty before it became an overseas settlement of the Portuguese Empire in 1557. In light of Tang Xianzu's demotion to Guangdong, it is perhaps a blessing in disguise that he witnessed the historic encounter of East and West in Macao and in Zhaoqing. Specifically, he must have seen the formative years of Portuguese Macao as a new Christian world, where Catholic proselytizing missionaries built many new yet simple churches.

There are a variety of scene types in *The Peony Pavilion*. Among major scenes and transitional episodes, the play is richly laced with comic interludes. From time to time, the reader is entertained with splendid, light-hearted vignettes. After the untimely death of Liniang and her parents' mourning in Nan'an, Scene 21, “An Audience with the Envoy”, moves to Macao and provides some comic relief. The Abbot of the Treasure Temple comes on stage with an aria:

In a ragged sakaya here and now,  
I am a Buddhist monk in Macao.  
With bodhisattvas of abundant wealth  
Live many monks of soundest health.<sup>47</sup>

In the English translation, the reader cannot appreciate the beautiful rhymes of the first two lines in Chinese: “Yiling po jiasha, Xiangshan Ao li ba” 一领破袈裟，香山嶼里巴 (translated as “In a ragged sakaya here and now, I am a Buddhist monk in Macao”). In Cyril Birch's translation of *The Peony Pavilion*, the geographical meaning of the second line is totally missed.<sup>48</sup> As we have seen, Xiangshan Ao 香山嶼 (Xiangshan Bay) is one of Macao's poetic literary names.<sup>49</sup> The elliptical character *ba* 巴 stands for *sanba* 三巴, which is the Chinese transliteration of São Paulo (Saint Paul). Since the Chinese used to call churches *si* 寺 (temple), the second line tells us that in Macao

Key places mentioned in this paper are underlined. The extracted illustration is reproduced from *Map of China & Mongolia* (London: Times Books, 1996).

## LITERATURA

there is a place called Sanba Si 三巴寺, that is, the Temple of São Paulo—a sinicized name for the Church of St. Paul.<sup>50</sup>

In 1563 three Jesuits<sup>51</sup> arrived in Macao, and in 1565 they established their first residence and a simple church as a bridgehead for Christianity in the Far East, with their main interest in China. The church was made of wood and stone in the form of a large barn—a technique often adopted by the Portuguese in their early settlements. In 1572 the College of St. Paul's was constructed. These buildings occupied a large area on the side of a hill, almost in the centre of the city, where the Church of St. Anthony stands today.<sup>52</sup> This was the “primordial” Church of St. Paul, or Sanba Si, that Tang Xianzu came across in Macao in 1591.

By 1594 the original building complex became inadequate, and some new buildings were erected. These buildings stood within the area of the present-day Ruins of St. Paul's. After two fires, in 1595 and 1601 respectively, the Collegiate Church of St. Paul's (college and church) was rebuilt in 1602. Its ornate façade was completed in 1640. Still today, the Church is known locally as Da Sanba 大三巴 (“Big São Paulo”), so as to distinguish it from St. Joseph's Seminary Church, which is dubbed Sanbazai 三巴仔 (“Little São Paulo”).<sup>53</sup> Unfortunately, a disastrous fire in 1835 turned the whole building complex, except the façade and walls, into rubble. The fire-baptized façade, nowadays better known as the Ruins of St. Paul's, has long been endorsed as a distinctive symbol of Macao, and is one of Macao's most famous cultural relics.<sup>54</sup>

Following his aria, the Abbot tells the audience:

I'm the head monk of the Treasure Temple near the Xiangshan Bay, Guangzhou Prefecture. This temple was built by the foreign merchants to receive the officials of treasure appraisal.<sup>55</sup>

The Treasure Temple is actually the Church of St. Paul, built in 1565 in the city centre, not the “newer” one that was erected in 1594.

The Abbot receives notice that the Imperial Envoy for Treasure Appraisal, Miao Shunbin 苗舜宾, has just completed his three-year term of office, and plans to make an offering of jewels as his last tribute to the Treasure Bodhisattva. The Abbot walks out of the temple to greet Miao, while a foreign merchant and a *galala* (interpreter) help prepare the treasures for Miao's inspection. Miao proclaims:

What rare treasures! They are as crystal as mountain torrents and as brilliant as the sun and the moon. This Treasure Temple indeed deserves its name! Offer incense to the Bodhisattva.<sup>56</sup>

Wishing to protect the coastal areas, the Envoy requests the Abbot to pray to the Avalokitesvara Bodhisattva (known as Guan Yin 观音 in Chinese) and to chant a blessing for the Arab Muslim sea traders. The Abbot sings:

The sea abounds in treasures of all kinds,  
But waves may toss the ships and minds.  
The merchants with their treasure hoard  
Fear to brave the wind and waves abroad.  
Bodhisattva Guanyin,  
Your name brings bliss through thick and thin.<sup>57</sup>

The foreign merchants have brought “treasures of all kinds” to Macao as the imperial court offers a high price for them. On the one hand, this scene points to the great demand for exotic merchandise; and on the other, it depicts Macao as a supply base. Notably, the *galala* is an indispensable agent bridging foreign traders and the Chinese. Through the playwright's discerning eye, Macao is arguably a rendezvous for East and West.

Tang Xianzu was a pioneer to have incorporated Macao in his poems and used it as the *mise-en-scène* for *The Peony Pavilion*. It was not until ninety years later that Macao again appeared in Chinese literature, when Wu Li 吴历 (1632-1718), an acclaimed painter, poet and calligrapher from Changshu 常熟, Jiangsu province, came to Macao. He composed a collection of thirty poems, entitled “Aozhong Zayong” 澳中杂咏 (“Rambling Songs on Macao”).<sup>58</sup> Tang visited Macao in 1591, whereas Wu Li entered this Christian city in 1681. The latter joined the Society of Jesus as a novice in 1682, and stayed in the seminary of the Collegiate Church of St. Paul's (the newer one). As Tang perceived an embryonic Portuguese Macao, Wu Li witnessed its Golden Age as the head of Christendom in the East and its heyday as a prosperous commercial centre.

## A GENUINE TREASURE

As soon as Mengmei arrives at the gate of the Treasure Temple, he yearns to see the Imperial Envoy, Miao Shunbin, and to have a look at the treasures.



## LITERATURE

When the Envoy learns that he is a student of the Confucian Academy in the Prefecture of Guangzhou, he considers him “a pearl of man from the South” (*nantu zhi zhen* 南土之珍). Making an exception, Miao agrees to show Mengmei the treasures, and sings:

The Divine Pebbles of the Milky Way,  
The Pills of Gold, the Iron Tree Bloom,  
The Cat’s-eyes that emit the brilliant ray,  
And Emeralds that dispel the gloom.  
Look, there you see  
The Rubies from the foreign land,  
The Magic Goblet from the west,  
The Toad of Jade that sucks moon-sand  
The Sun-flint Pearls and Ice-place blest.<sup>59</sup>

Mengmei is hugely impressed after seeing these valuable treasures, and on a whim he asks how far away these treasures come from. Miao tells him that the farthest is thirty thousand *li* 里 (or 15,000 kilometres) away, and the nearest over ten thousand *li* (5,000 kilometres) away. With a sigh, Mengmei makes a comic analogy:

Your Excellency, these insensible and footless treasures can reach the emperor from thirty thousand *li* away, while a competent scholar like me cannot reach the emperor from three thousand *li* away. I have feet but I cannot fly!<sup>60</sup>

Mengmei continues in this vein, asking wittily if these treasures flew or walked to Macao. Miao cannot help laughing at such a ridiculous question. At this stage, Mengmei loses no time in proclaiming that he himself is “a genuine treasure” (*xian shi bao* 献世宝), and will prove at court that he is the rarest treasure on earth. Although Mengmei sounds boastful, Miao is impressed by his forthright and polemic expressions.

In a different exchange, Mengmei reveals to Miao that he has no way to finance the journey to take the imperial examination in the capital Lin’an 临安 (today’s Hangzhou 杭州, in Zhejiang province). Miao is fond of this poor yet quick-witted man from the south. Just as the gentry gave pieces of gold to valiant men in ancient times, Miao readily sponsors him by giving him some silver from the official revenue to cover his travel expenses to the capital.

Miao asks his attendant to fetch some silver for Mengmei, and offers him a cup of wine that is

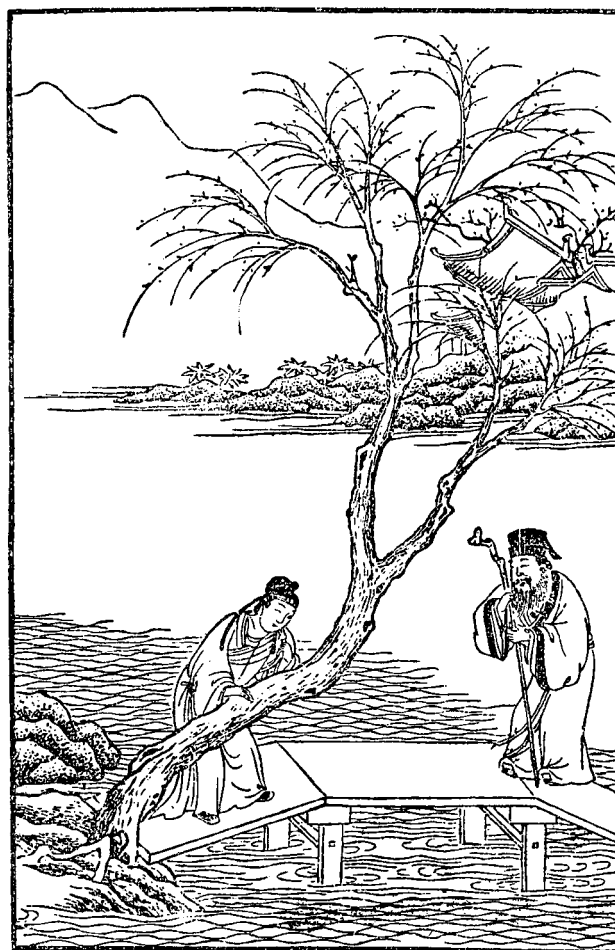
fermented from the litchi 荔枝 fruit.<sup>61</sup> The attendant cheerily recites a couplet:

The Guangzhou folk prefer the litchi wine;  
The north-bound scholar meets a patron benign.<sup>62</sup>

Guangzhou folk and litchi wine are hence knitted together to suggest a kind of ethnicity specific to south China.

Scene 21 seems a minor episode and does not contribute to the main stream of the action; for this reason, it is often omitted in performances and in literary discussions. Yet, it is of pivotal importance in testifying to an East-West encounter among the Chinese and foreigners in Macao during the late 16<sup>th</sup> century. Tang Xianzu made concerted efforts to write this scene. He deftly incorporated Macao as the locale for the grand display of foreign treasures in order to advance the plot

Liu Mengmei and Chen Zuiliang in Scene 22, “A Hard Journey”.  
Reproduced from *Tang Xianzu Xiqu Ji*.



## LITERATURA

in which Mengmei's talent is finally appreciated. In the words of Cyril Birch, "It is some time before we realize that the jewels of which he [Tang Xianzu] prates at such length are all an elaborate metaphor for the 'hidden jewel', the as yet unrecognized scholarly talent of the hero."<sup>63</sup> The "hidden jewel" is luckily discovered by the kind-hearted Imperial Envoy. Although transitional, Scene 21 is an important prologue to Scene 41, "Late for the Examination".

## THE MAN IN DREAM

Leaving Macao, Mengmei first goes to Sanshui 三水, a city west of Guangzhou, near the Xi River 西江, and then to Wuyang Cheng 五羊城 (the City of Five Rams, another name for Guangzhou), from whence he takes a boat to Nanshao 南韶 in Shaoguan 韶关, passes through Meiling and arrives at Nan'an in Jiangxi province (Scene 22). This north-bound route is clearly and accurately described. The accuracy is reminiscent of Tang Xianzu's travel experience in Guangdong, and his itinerary is interwoven into Mengmei's journey.

Mengmei's "journey" to success is full of thorns and brambles. There are distinct weather changes in Guangdong and Jiangxi provinces. It is warm in the south of Meiling, but turns cold in the north. When Mengmei takes his leave from Macao it is already autumn. After he passes Meiling he encounters freezing winter weather in Nan'an. As he crosses a broken bridge with the help of a nearby willow tree, he falls into the icy river. Even though he is promptly rescued by Chen Zuiliang 陈最良, a pedantic scholar and Liniang's former tutor, he catches a cold. This scene makes it obvious that the swot is not just physically too frail to withstand the frosty weather, but also harebrained enough to try to cross a broken bridge. In this way, the fragility and stupidity of the southerner are ridiculed.

In order to impress Chen, Mengmei boasts that he is an extraordinarily talented scholar, like "a jade pillar that holds up the sky and a gold bridge that spans the sea".<sup>64</sup> Chen immediately derides him with a satirical remark, "How come the pillar cracks in cold weather and the bridge collapses in the middle?"<sup>65</sup> Despite his overweening manner, Chen takes him to the Plum Blossom Nunnery (where the tablet bearing the deceased Liniang's name is enshrined) in the Du

family garden, gives him medicine, and allows him to stay there till spring comes.

Mengmei gradually recovers under Chen's care. Before long, winter passes and spring arrives. One day, Mengmei goes out to the garden to enjoy the scenery and accidentally comes across Liniang's portrait (Scene 26). He is stunned by the beautiful maiden in the picture, and wonders if she is Guan Yin (the Buddhist Goddess of Mercy) or Chang E (the fairy in the moon). He gazes at it every day and becomes infatuated with the beauty of the portrait. Immersed in sexual fantasies, he sings, "I seem to draw a cake to ease my greed; /She seems to look at plums to quench her need."<sup>66</sup> The more he looks at it, the keener he wants to hold the maiden in his arms. He sings in an anguished tone again:

Liu Mengmei in Scene 26, "Cherishing the Portrait".  
Reproduced from Tang Xianzu, *Mudan Ting*.



## LITERATURE

Let me call out: "Fair lady, fair lady! My dear,  
my dear!"  
Have you heard me call you?  
I'll call out till you call back.  
You seem to move your feet anew  
And walk out of the scroll,  
But you are still out of view.  
Well, in my solitude, I'll cherish, revere, call  
and praise her portrait from morning till  
night.<sup>67</sup>

In his room alone, Mengmei becomes ecstatic and seems to suffer from delusions, if not from erotic mania,<sup>68</sup> in yearning for the maiden in the portrait.

Soon Liniang's *hun* visits him and offers herself to the man in her dream (Scene 28). Without knowing who the girl is, Mengmei begins an affair with her spirit form. After many nocturnal trysts, Liniang eventually discloses that she is the maiden in the portrait. Mengmei is naïve enough that he could not identify the beauty in the picture with Liniang.

Meanwhile, Liniang entreats him to bring her back to life. Mengmei, in turn, seeks help in opening the coffin from Nun Shi 石道姑, the nun in charge of Plum Blossom Nunnery, and her nephew, a gravedigger. Miraculously, Liniang is restored to life after being entombed for three years. Her energy gradually returns and her health recovers. Mengmei hastily urges Liniang to marry him that night, but she insists that their marriage should be approved by her parents and arranged by a go-between (Scene 36). When he complains that she has already visited him many nights and has already engaged in marital relations with him, she explains that before she was in spirit form and could ignore ethical codes, but now, as a living maiden from a good family, she must follow human traditions. She tactfully refuses him:

Du Liniang: What's the hurry, Mr Liu? I've  
waited upon you night by night.  
Liu Mengmei: But what special night is this?  
Du Liniang: You're [eagerly] lustful, right?  
Liu Mengmei: You are being naughty!  
Du Liniang: (*Smiles*) You are being naughty!  
Not that I make a pretentious show,  
Liu Mengmei: But what?  
Du Liniang: (*Abashed*) But I'm just back to  
life,

Not fit to make love, you know.  
Here I stand before you,  
Give me time to rest;  
(*Aside*) Of course I love you best.<sup>69</sup>

Let us recall that in Scene 10, "The Interrupted Dream", Mengmei is carried away with desire for Liniang when he meets her in the dream: he forcibly carries her into the Peony Pavilion to consummate their love. Likewise, in the real world, the scholar in her dream is beside himself with lustful desire (*ji she xiu cai* 急色秀才).

"The man in dream" affirms his role as a passionate lover, but is indecisive and oblivious to his career as a scholar. Fearing that Chen Zuiliang will report the grave-robbing to the local officials, Mengmei, Liniang and Nun Shi are very worried. It is Nun Shi, not the irresolute Mengmei, who finds a solution to the predicament. Moreover, in the wake of Liniang's return to life, he forgets all about the examination. At this stage, Nun Shi advises them to get married right away, and reminds Mengmei to take the highest level of imperial examination. The three of them then leave Nan'an for the capital Lin'an by boat.

When Chen Zuiliang goes to make offerings to Liniang's tomb on the anniversary of her death, he is shocked to find the tomb empty (Scene 37). In view of the exhumation, he exclaims, "That's it. Liu Mengmei is from Lingnan, and grave-robbing must be something common there. He must have hidden the coffin in a nearby place and cut off a corner as a demand for ransom money..."<sup>70</sup> For Chen, a graduate of the Confucian Academy at Nan'an, Lingnan is an uncivilized place. He indiscriminately assumes that all southerners must be villains who habitually rob graves.

## THE ODDITY OF ODDITIES

After arriving in Lin'an, Mengmei proves to be unbelievably absent-minded. All his hopes for an official career are pinned to the imperial examination, held every three years, but he arrives too late to attend it: the examination papers have already been sealed by the Imperial Academy. He pleads to be allowed to sit the examination, but is rejected. At this point, he weeps and becomes emotional, and even threatens to commit suicide (Scene 41):

## LITERATURA

I've come all the way from Lingnan with my family. As I have no way out, I'll knock my head against the steps and die in front of you at once.<sup>71</sup>

As soon as he mentions that he is from Lingnan, Miao Shunbin, now appointed chief examiner, recognizes him. It was in Macao that Miao first met him and sponsored him financially to come to the capital. The Macao episode (Scene 21) is thus crucial to the unfolding of the plot.

Miao remembers that Mengmei is “a pearl of man from the South”, and makes an exception to allow him to sit for the make-up examination. In view of his outstanding results, Miao grants him first place in the imperial examination. Although Miao is a benign examiner, perhaps he epitomizes the incompetence and nepotism that prevailed among high officials in Tang

The Grand Finale in Scene 55, “Happy Reunion at Court”.  
Reproduced from *Tang Xianzu Xiqu Ji*.



Xianzu's time. While the play explicitly ridicules the examinee, it also implicitly mocks the examiner. As a twist in the plot, the announcement of the results is delayed due to an urgent and critical border conflict.

Later Liniang learns that her father, Du Bao, is under siege in Huaiyang 淮扬, and she asks Mengmei to go find him. At this juncture, the play is intersected by another comic episode (Scene 49). Mengmei reaches Yangzhou 扬州 but finds that Liniang's father has already been transferred to defend the city of Huai'an 淮安. He has to stay in an inn before continuing his journey. The inn-keeper easily squanders all his scraps of silver, and then accuses him of using quicksilver which vanishes into the floor cracks like tiny drops. Mengmei says in a soliloquy:

It conforms to the natural course of events that these things [scraps of silver] are gone with the wind. When my love died, the quicksilver was dead; when my love came to life again the quicksilver becomes alive. It's a pity that the common people do not understand these miraculous things.<sup>72</sup>

The gullible Mengmei even offers his books and writing brush in exchange for food and lodging. When Mengmei tells the inn-keeper of his relationship with Du Bao, he is instantly thrown out of the inn, since Du Bao has already put up a “wanted” poster denouncing Mengmei as an impostor, but not his real son-in-law. Hungry and shelterless as he is, Mengmei seeks refuge in a nearby memorial temple.

In ragged clothes, and carrying nothing but a worn-out bundle, a broken umbrella and Liniang's picture, the dejected Mengmei reaches Du Bao's office in Huai'an. When he tells Du Bao that Liniang is restored to life and that he is his son-in-law, Du Bao is infuriated at the canard. He commands an officer to arrest him and put him in jail, and then escort him to the capital Lin'an for further interrogation when he returns to court.

In Lin'an, the emperor holds a banquet in the Garnet Grove to congratulate all the scholars who have passed the imperial examination. Mengmei was the top candidate and was named Number-One Scholar, but he is absent. The official in charge of the ceremony immediately sends out two sergeants to look for him everywhere in the capital—alleys, main streets, entertainment houses, and even brothels (Scene 52). One of the sergeants indignantly exclaims:

## LITERATURE

How funny it is! How funny it is! Something strange has happened in our country. Isn't it unbelievable that the Number-One Scholar makes light of his career! Isn't it incredible that the Number-One Scholar brings so much trouble! Isn't it unthinkable that the Number-One Scholar walks away without notice! Isn't it inconceivable that the Number-One Scholar disappears like a coil of smoke! **Men from Lingnan are the oddity of oddities** [my emphasis]. Just look at the placard. It reads, "Wanted: Liu Mengmei, aged twenty-seven, of middling height, with a pale face." The descriptions are clear, but the man is nowhere to be found! Has he gone home, or passed away, or gone to sleep? He'll miss the palace banquet for him.<sup>73</sup>

This sarcastic, derisive comment—"Men from Lingnan are the oddity of oddities" (*tian xia ren guguai, bu xizng liangnan ren* 天下人古怪，不像岭南人)—is embedded in the sergeant's exasperated monologue. This northerner makes the generalization that, of all the weird people in China, there are none to match the southerners from Guangdong province.

## EXOGENY SANCTIONED

After Du Bao returns to Lin'an, he sends a runner to bring the impostor to be interrogated. The more Mengmei insists that he is Du Bao's son-in-law, the more Du Bao is enraged at this southerner. He is convinced that Mengmei is a mere grave-robber and orders the court officials to torture a confession out of him. While Mengmei is being beaten, the sergeants and Hunchback Guo come to the rescue. Miao Shunbin also arrives holding the robes and footwear that the emperor has granted to the Number-One Scholar.

In the grand finale (Scene 55), Du Bao still refuses to accept Mengmei as his son-in-law. There is a sharp altercation between them. When Du Bao accuses him of being a criminal, Mengmei argues that Du himself is also guilty—of not completely vanquishing the henpecked traitor Li Quan 李全, but only tricking his greedy wife into withdrawing the rebel troops. In addition, he bitterly points out that Du Bao has committed three parental errors concerning his daughter. By now, Mengmei shows his "southern barbarian character" by squabbling with Du Bao.

Du Bao irately denounces their marriage as an illicit affair, and there is an even more acrimonious dialogue:

Du Bao: Who was your matchmaker?

Du Liniang: Our matchmaker was the Funeral Star above.

Du Bao: Who were your wedding attendants?

Du Liniang: They were the nether-world sprites.

Du Bao: Sheer nonsense!

Liu Mengmei: It's a perfect match of man and a woman.

Du Bao: Perfect! Perfect lies from your scarlet lips!

Liu Mengmei: Sir, you are mocking at southerners chewing betel nuts, but I was born with scarlet lips and white teeth.

Du Liniang: No arguments! A daughter alive and kicking is ignored by her father while a ghost for three years was married by Liu Mengmei.

You cannot revive daughter;

Why are you reviling at my man [for chewing betel nuts]?<sup>74</sup>

At long last, the audience realizes the main reason for Du Bao's rejection of a southerner to be his son-in-law. The bitter quarrel plainly reveals that Du Bao does not like the habit of betel-nut chewing.<sup>75</sup> During the Ming and Qing periods, it was not unusual for people in Fujian and Guangdong provinces to chew betel nut. When Tang Xianzu was in Guangdong, he came to know this cultural practice and wrote a five-character poem entitled "The Betel Nut Garden" (*Bin lang juan* 槟榔园).<sup>76</sup> Regular betel chewing causes the teeth and gums to be stained red. That is why Du Bao jeers at Mengmei's "scarlet lips". In the play, this habit becomes a source of discrimination against, and revulsion towards, southerners.<sup>77</sup>

An imperial decree eventually comes to sanction the exogamic marriage between a southerner and a northerner. Liniang concludes the play by singing, "Owing greatly to you, a southern twig for hugging a northern flower warm" (*kui sha ni nanzhi ai nuan an beizhi hua* 亏杀你南枝挨暖俺北枝花). This utterance is enigmatic, but brings to mind the overtly sexual dialogue in Scene 32, "Spectral Vows". In

## LITERATURA

retrospect, when Liniang tells Mengmei to dig up the grave and bring her back to life, the hero asks if she is cold in the nether world and whether her soul will be disturbed in terror. The heroine sings, “Beneath roots of flowering tree/Lies a cavern which leads to the mortal world/And my cold, fragrant flesh you have already caressed half warm” (*an leng xian ji zao wei de ban re* 俺冷香肌早偎的半热). The playwright repeatedly uses the sexual metaphor of “warming”: could he be hinting that this queer southerner is also a necrophiliac?!

## CONCLUSION

In literary and dramatic circles, Tang Xianzu has been hailed as “an unprecedented genius with unsurpassed knowledge”.<sup>78</sup> Remarkably, the rubric *Tang Xue* 汤学 (Tang Xianzu Studies) came into being during the first half of the 20<sup>th</sup> century. Some of his plays were even rewritten as *yueju* 粤剧 (Guangdong opera) in the mid-20<sup>th</sup> century. In 1999, when the People’s Republic of China celebrated its fiftieth anniversary of the founding of the new regime, *The Peony Pavilion* in the *kunqu* form was performed. The choice of Tang’s drama for such a momentous occasion speaks for the significance of his literary creation. In 2000, an international symposium was held in Tang’s birthplace, Linchuan, commemorating his 450<sup>th</sup> birthday. His works has been translated into Japanese, German, French, Russian, and English. Regardless of a rocky and unfulfilled road to an official career in the Ming court, this man of letters has been declared one of 100 International Cultural Celebrities by UNESCO. Posthumously, Tang has been crowned with national and international fame.

The later years of the Ming dynasty simultaneously saw blossoming creativity in literature and undaunted defiance against the established thoughts consecrated by tradition. Just as the contemporaneous works *Fengshen Yanyi* 封神演义, or *Creation of the Gods*, (first published around 1567-1619) and *Xiyou Ji* 西游记, or *Journey to the West*, (first published in 1592) embody an unrealistic and fantastical mode of expression to subvert Confucian orthodoxy,<sup>79</sup> *The Peony Pavilion*, likewise, espouses the cult of *qing* to scoff at the ideological spectrum of Zhu Xi’s coldly rational *li*. By manipulating the dream imagery, Tang Xianzu is an iconoclast, satirizing the prevailing traditional values and social

mores. The dream thus constitutes a major vehicle for the playwright to explore the freedom of thought, and to narrate the fantastic beyond the confines of bleak and grisly reality. His indomitable courage in illustrating the magnitude of *qing* is described by Anthony Yu as “utmost daring” in literary representation.<sup>80</sup>

As Liniang faces her adolescent crisis in a cloistered world, Mengmei is a swot in an open world (for he can travel freely). This Guangzhou character is portrayed as a daydreaming parasite, being pompous, physically weak, psychologically perverse, lustful, irresolute, gullible, absent-minded, and emotional, though brilliant in his scholarly achievements. Does this “man from Lingnan” deserve to be loved? The sergeant’s cynical remark, “Men from Lingnan are the oddity of oddities” may well express the playwright’s own inductive impression of southerners.

Tang Xianzu’s demotion to Guangdong is perhaps a blessing in disguise. His “southern” experience is his muse and his source for creative writing. In contrast to the image of south China as an unwholesome coastal area and an undesirable destination for banishment, Portuguese Macao is extolled as a trading port and a new Christian city. Above all, it is an exotic place where “East meets West”. These are invaluable images of early Macao as a foreign enclave and the bridgehead for the Jesuits’ proselytizing mission in Asia.

*The Peony Pavilion* provides a wide range of perspectives for interpretation and appreciation. It is not simply a lyrical work about furtive romance that defies orthodox boundaries; it is also a paean to the encounter of a Western enclave and the Eastern “Middle Kingdom”. In addition, it applauds the exogamy of a southerner from Guangdong and a northerner from Jiangxi. Indeed, the play transcends geographical limitations, celebrating the dynamics of a crossroads between east and west, south and north, in late 16<sup>th</sup> century China. **RC**

**Author’s Note:** This paper was presented at the International Conference on East-West Studies 东西方研究国际学术研讨会, School of Chinese, The University of Hong Kong, October 5-7 2007, in Hong Kong.

## NOTES

- 1 Tang Xianzu only passed the imperial examination at the national level on his fifth attempt. It is believed that his repeated failures might have been due to his rejection of an offer of patronage from the Senior Grand Secretary, Zhang Juzheng 张居正. For Tang Xianzu's biography in English, see Shang Tang 1974, Chapter 1.
- 2 The Ming government built the Barrier Gate in 1573 in order to isolate Macao from Chinese territories. In 1587 a civil magistracy was established to rule the Chinese in Macao.
- 3 Although the Portuguese landed on Macao in 1553 under the pretext of drying out their water-soaked cargo, they only succeeded in settling there in 1557 by paying tribute. So the year 1557 is generally considered the foundation year of Macao as a Portuguese settlement. See Roberts et al., 1992: 277-282.
- 4 The southern genre called *chuanqi* is a form of traditional Chinese operatic drama that developed from *nanxi* 南戏, or "southern opera", in the late 14<sup>th</sup> century. Beginning in the 13<sup>th</sup> century, the Mongol conquerors patronized a northern form of opera called *zaju* 杂剧, or "multi-act play". While *zaju* enjoyed popularity in the capital in the north, *chuanqi* flourished in the south, particularly in the provinces of Zhejiang and Jiangsu. *Chuanqi* alternated with *zaju* as the major form of Chinese drama until the mid-16<sup>th</sup> century, when *kunqu* 昆曲 opera began to dominate the Chinese theatrical arena.
- 5 Shang Tang, 1974.
- 6 Hua, 2005.
- 7 Lingnan 岭南 literally means "South of the Ridges". It denotes the region south of five mountain ridges that separate the Yangzi and Pearl River basins.
- 8 The four plays are: *Zichai Ji* 紫钗记 (*The Purple Hairpin*, 1587), *Mudan Ting* 牡丹亭 (*The Peony Pavilion*, 1598), *Nanke Ji* 南柯记 (*Record of the Southern Bough*, 1600), and *Handan Ji* 邯郸记 (*Record of Handan*, 1601). These plays are collectively known as *The Four Dreams at Linchuan* 临川, after Tang's birthplace, or *The Four Dreams at Yuming Tang* 玉茗堂, after the name of Tang's studio.
- 9 Yu, 1997:129. Scene 10, "The Interrupted Dream", was incorporated into Chapter 23 of *The Dream of the Red Chamber* as a rehearsal episode. Tang Xianzu's poem on *qing* was also quoted in Chapter 32. On the subject of *qing* in these two works, see Liu, 2005: 655-669.
- 10 *Kunqu* opera, also known as *kunju* 昆剧, originated in the 14<sup>th</sup> century in Kunshan 昆山, Zhejiang province. Not until the 1570's did *kunqu* opera achieve a pre-eminence beyond its locality, and in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries it rose to the status of national opera. *Kunqu* opera soon became the most established operatic style with a thoroughly codified repertoire of melodies. The charms of the *kunqu* style were characterized by a smooth and mellow manner of singing and minimal orchestral accompaniment, typically the clapper or drum and a bamboo flute.
- 11 Sometime after 1623, the libretto of *The Peony Pavilion* was carefully edited and annotated by Feng Menglong 冯梦龙 (1574-1646). He gave his adaptation a different title—*Fengliu Meng* 风流梦, or *A Romantic Dream*—and made this play performable in the *Kunshan* style. See Swatek, 1998, Introduction, and Swatek, 2002, Chapter 1.
- 12 On the definition of *qing* in the Neo-Confucian context, see Yu, 1997: 56-66.
- 13 See en.wikipedia.org/wiki/Romeo\_and\_Juliet. Although *Romeo and Juliet* is thought to be the archetypal tragic love story, when compared with Shakespeare's *Hamlet*, *King Lear*, *Macbeth*, and *Othello*, it appears to lack the psychological depth and the structural complexity of these four great tragedies.
- 14 Birch, 2002: x.
- 15 To the ancient Egyptians and Aztecs, the heart, rather than the brain, was seen as the organ that held one's mind and soul, because it was symbolically situated at the centre of the body.
- 16 The rationalistic revival of Confucianism in the 11<sup>th</sup> century has been commonly dubbed "Neo-Confucianism".
- 17 The essence of Wang Yangming's thinking focused on the notion of *liang zhi* 良知 (conscience, or the innate knowledge of good). The cultivation of *liang zhi* was a way to attain sagehood. Wang Gen shared with Wang Yangming the view that anyone could become a sage. Moreover, he emphasized the idea of *an shen* 安身, making the self or body secure.
- 18 Birch, 2002: ix .
- 19 Zhou, 2003: 87.
- 20 Yu, 1997: 192.
- 21 Jiangxi designates "west of the south of the Yangzi River" (Jiangnan Xi 江南西, or West Jiangnan), not "west of the Yangzi River". The name of this province was coined when the circuit of Jiangnan 江南, literally "south of the Yangzi River", was split into western and eastern halves during the Tang dynasty.
- 22 At the beginning of Scene 10, Du Liniang can see the Meiling Pass in the distance at dawn from her boudoir in Nan'an.
- 23 Since the Spring and Autumn Period (8<sup>th</sup>-5<sup>th</sup> centuries B.C.E.), people from the east, south, west, and north have been classified as barbarian tribes: the *Yi* 夷, *Man* 蛮, *Rong* 戎, and *Di* 狄, respectively.
- 24 "Canton" was the Portuguese or French romanization of Guangdong province, and its inhabitants were called Cantonese. Guangzhou is the pinyin romanization of the Mandarin name for the city.
- 25 Huang & Wu, 1986: 89-90
- 26 The Chinese versions of these two poems are quoted from Xu, 1999: Vol. 1, pp. 455-6.
- 27 <香山香逢贾胡>  
不住田园不树桑，  
玳珂衣锦下云樯。  
明珠上传星气，  
白玉河边看月光
- 28 This is one of the two poems with the same title.  
<听香山译者>  
花面蛮姬十五强，  
蔷薇露水拂朝妆。  
尽头西海新生月，  
口出东林倒挂香
- 29 At the beginning of Scene 9, the pert maid, Chunxiang, introduces herself in an aria, and quotes a poem beginning with the line: "A pretty lass in her early teens" 花面丫头十三四 (Wang, 2000:105). The poem was in fact borrowed, with slight changes, from one entitled "A Tribute to Xiao Fan" 寄赠小樊, in which Xiao Fan is the name of an entertainer, by Tang dynasty poet Liu Yuxi 刘禹锡 (772-842). See Liu, 1975: 305. In the poem on Macao, moreover, Tang changed some words to portray a foreign lady.
- 30 The *daogua* 倒挂, or, more precisely, *daogua niao*, 倒挂鸟 is a kind of tropical bird with feathers of five colours. At night it hangs upside down, and emits a fragrant smell.
- 31 This is one of the two poems with the same title. It is quoted from Xu 1999: Vol. 1, p. 469.  
<端州逢西域两生破佛立义>  
二子西来迹已奇，  
黄金作使更何疑？  
自言天竺原无佛，  
说与莲花教主知。
- 32 It is believed that missionaries won new recruits by attracting them with money and presents. Chinese converts were mostly poor and

## LITERATURA

- illiterate and they would receive financial aid every year after they converted, while literate converts were given even more money. See Zhang, 1995: 121-22.
- 33 Xu, 1999: 469.
- 34 The Portuguese monopoly over the evangelization of the East was consolidated by a Papal Bull in 1514. Almost all missionaries were Portuguese and those from other European countries who took part in the mission practically lost their national identity and became part of the entourage of the King of Portugal.
- 35 The second time Macao served as a bridgehead for Christianity was marked by the arrival of Robert Morrison, a Protestant missionary, in Macao in 1807. See Cheng, 1999: 66-72.
- 36 Ricci soon settled in Nanchang 南昌, the capital of Jiangxi province, in 1595, and left for Nanjing in 1599. He reached Beijing in 1601 and successfully gained favour at the imperial court. There followed a period of high hopes for evangelization.
- 37 In *Tang Xianzu nian pu* 汤显祖年谱, Xu Shuofang fails to explain how Tang and the two missionaries could have met in 1592, and the date of Tang's departure from Xuwen is incorrectly given as "spring" 1592. Given Xu's confusion in date, some Chinese scholars, without trying to look for other references, simply quote "spring" instead of "autumn" for discussion. See Luo, 2000: 52-53; Tang, 2001: 65-71. Following the wrong chronology, some even maintain that Tang Xianzu never met the two "Western scholars". See Luo, 2006: 13-26; Gong & Fan, 2008: 186-200 (previously published in *Zhongguo Suichang Tang Xianzu Guoji Xueshu Yantaohui Lunwen Ji* 中国遂昌汤显祖国际学术研讨会论文集, 2006: 271-287).
- 38 Huang & Wu, 1986: 91.
- 39 Ricci, 1953: 248-9.
- 40 The Rites Controversy began shortly after Matteo Ricci's death in 1610 and ended when Pope Benedict XIV issued the famous Bull *Ex Quo Singulari* in 1742. The controversy was mainly an internal and inter-missionary dispute over concepts of philosophy, theology, and eschatology, but later turned into an open political and religious power struggle between China and Rome.
- 41 For instance, the contemporaneous work *Fengshen Yanyi* 封神演义 (*Creation of the Gods*) was an outgrowth of *Wuwang Fa Zhou Pinghua* 武王伐纣平话 (King Wu's Expedition against the tyrant King Zhou). Also, *Xiyu Ji* 西游记 (*Journey to the West*) was predicated on the historical sources in *Datang Xiyu Ji* 大唐西域记 (*The Great Tang Record of the Western Territories*).
- 42 Presumably, prompt-books were used by professional storytellers as summaries or notes for the live performances on the street or in the marketplace.
- 43 The text of this *huaben* can be found in Xu, 1980: 239-247.
- 44 Zhou, 2003: 77-86. The willow is a symbol of femininity because of its pliable twigs and supple leaves. Given its defiance of wintry cold and ice, it is also taken as an emblem of masculine fortitude. Similarly, the plum imagery embodies the elegant beauty of a legendary plum-blossom fairy, but it also represents endurance and fortitude as its blossoms bursts into bloom despite the frozen chill of early spring.
- 45 Wang, 2000: 59.
- 46 Wang, 2000: 177-8.
- 47 Wang, 2000: 303.
- 48 Birch, 1980: 110.
- 49 Macao is also poetically known as Haijing Ao 海镜澳 (Sea-Mirror Bay); Lianhua Dao 莲花岛 (the Island of Lotus Flowers), and Lianyang 莲洋 (the Ocean of Lotus-Blooms).
- 50 St. Paul is considered the first great Christian missionary and is a favourite patron saint of Macao and Goa. On the history of the Church of St. Paul, see Teixeira, 1979.
- 51 The Jesuits, who were often called "Paulists" in the East, were members of the Society of Jesus, founded by Ignatius Loyola in 1534. The first Jesuit, Father Belchior Nunes Barreto, arrived in Macao in August 1555, but it was not until 1563 that three Jesuits founded the branch of the Society of Jesus there. See *Pursuing the Dream: Jesuits in Macau*, 1990.
- 52 Hugo-Brunt, 1954: 329.
- 53 St. Joseph's Seminary was founded by the Jesuits in 1728 and the Church was opened in 1758. Together with the Collegiate of St. Paul's, they formed the principal base for the Society of Jesus.
- 54 On the Ruins of St. Paul's, see Cheng, 1999: 83-100.
- 55 Wang, 2000: 303.
- 56 Wang, 2000: 305.
- 57 Wang, 2000: 307.
- 58 On Wu Li in Macao, see Cheng 2006.
- 59 Wang, 2000: 310.
- 60 Wang, 2000: 313.
- 61 Litchi (variant spellings: lychee; laichi) is a tropical fruit native to southern China.
- 62 Wang, 2000: 317.
- 63 Birch, 1980: xiii.
- 64 Wang, 2000: 327.
- 65 Wang, 2000: 327.
- 66 Wang, 2000: 405.
- 67 Wang, 2000: 407.
- 68 "Erotic mania" is the name given to a morbid activity of sexual propensity. It is a disease or morbid affliction of the mind, and impels its victims to acts of the grossest licentiousness.
- 69 Wang, 2000: 575-7.
- 70 Wang, 2000: 601.
- 71 Wang, 2000: 649.
- 72 Wang, 2000: 813.
- 73 Revised from Wang, 2000: 867.
- 74 Wang, 2000: 961.
- 75 Betel nuts can be chewed for their effects as a mildly euphoric stimulant, attributed to the presence of relatively high levels of psychoactive alkaloids. Chewing betel nuts has been an important and popular cultural activity, which dates back thousands of years in many Asian countries. Betel chewing is addictive and increases mouth ulcers and gum deterioration.
- 76 On "The Betel-Nut Garden" 槟榔园, see Xu, 1999: Vol. 1, pp. 465-66.
- 77 On the discussion of the Guangdong character in *The Peony Pavilion*, see Lei, 2006a and 2006b.
- 78 Wang, 2000: 18.
- 79 Confucianism used to react with hostility to supernatural elements and the fantasies, and occultism of mythology.
- 80 Yu, 1997: 105.



## BIBLIOGRAPHY

- Birch, Cyril (trans.) *The Peony Pavilion*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.
- Birch, Cyril (trans.) *The Peony Pavilion*. Bloomington: Indiana University Press, 2002. (2<sup>nd</sup> edition).
- Cheng, Christina Miu Bing 郑妙冰. *Macau: A Cultural Janus*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1999. (Ph.D. Thesis).
- Cheng, Christina Miu Bing. 澳门: 殖民沧桑中的文化双面神. Beijing: Zhongyang Wenxian Chubanshe, 2003. (Chinese Translation of *Macau: A Cultural Janus*, Beijing edition).
- Cheng, Christina Miu Bing. 澳門: 殖民滄桑中的文化雙面神. Hong Kong: Ming Pao Press, 2004 (Chinese Translation of *Macau: A Cultural Janus*, Hong Kong edition).
- Cheng, Christina Miu Bing. “Wu Li 吴历: In Search of the ‘Western Lantern’”. In *Culture, Art, Religion: Wu Li (1632-1718) and His Inner Journey*. Macao: Macau Ricci Institute, 2006.
- Gong, Zhongmo 龚重谟 and Fan, Zhouyou 范舟游. “Tang Xianzu zai Lingnan” 汤显祖在岭南. In *Review of Culture* 文化杂志, Chinese Edition No. 66, Spring 2008.
- Hua, Wei 华玮 (ed.) *Tang Xianzu yu Mudan Ting* 汤显祖与牡丹亭. Taibei: Zhongyang Yanjiuyuan Zhongguo Wenzhe Yanjiusuo, 2005.
- Huang, Wenxi 黄文锡 and Wu, Fengchu 吴凤雏. *Tang Xianzu Zhuan* 汤显祖传. Beijing: Zhongguo Xiju Chubanshe, 1986.
- Hugo-Brunt, Michael. “An Architectural Survey of the Jesuit Seminary Church of St. Paul’s, Macao.” *Journal of Oriental Studies*, Vol. 1, 1954.
- Lei, Jingxuan 雷竞璇. “Guangdong ren zai Mudan Ting” 广东人在《牡丹亭》. In *Hong Kong Economic Journal* 信报, 2 June 2006.
- Lei, Jingxuan. “Nanbei Weihe Shi” 南北未和时. In *Hong Kong Economic Journal* 信报, 5 June 2006.
- Liu, Mengxi 刘梦溪. “Mudan Ting yu Honglou Meng” 《牡丹亭》与《红楼梦》. In Hua, Wei (ed.) *Tang Xianzu yu Mudan Ting*. Taibei: Zhongyang Yanjiuyuan Zhongguo Wenzhe Yanjiusuo, 2005.
- Liu, Yuxi 刘禹锡. *Liu Yuxi ji* 刘禹锡集. Shanghai: Shanghai Renmin Chubanshe, 1975.
- Luo, Di 洛地. “Buyi Xuanran suowei Tang Xianzu yu Matteo Ricci huiwu” 不宜渲染所谓汤显祖与利玛窦会晤. In *Zhongguo Suichang Tang Xianzu Guoji Xueshu Yantaohui Lunwen Ji* 中国遂昌汤显祖国际学术研讨会论文集, 2006.
- Luo, Zhaorong 罗兆荣. “Tang Xianzu yu Aomen” 汤显祖与澳门. In *Jiangxi Shehui Kexue* 江西社会科学, No. 3, 2000.
- Pursuing the Dream: Jesuits in Macau*. Macao: Tipografia Martinho, 1990.
- Ricci, Matteo. *China in the Sixteenth Century: the Journals of Matthew Ricci, 1583-1610* (trans. from the Latin by Louis J. Gallagher). New York: Random House, 1953.
- Roberts, Elfed Vaughan, et al. *Historical Dictionary of Hong Kong and Macau*. Metuchen: The Scarecrow Press, Inc., 1992.
- “Romeo and Juliet”. Wikipedia: The Free Encyclopedia. At en.wikipedia.org/wiki/Romeo\_and\_Juliet.
- Shakespeare, William. *Romeo and Juliet*. London: Macmillan, 1985.
- Shang Tang, Lily. *The Four Dreams of T’ang Hsien-Tsu*. Photocopy. Hamburg: Hamburg University, 1974. (Ph.D. Thesis).
- Swatek, Catherine C. *Feng Menglong’s Romantic Dream: Strategies of Containment in his Revision of The Peony Pavilion*. Photocopy. Ann Arbor: UMI Dissertation Services, 1998. (Ph. D. Thesis).
- Swatek, Catherine C. *Peony Pavilion Onstage: Four Centuries in the Career of a Chinese Drama*. Ann Arbor: University of Michigan, 2002.
- Tang, Kaijian 汤开健. “Tang Xianzu yu Aomen” 汤显祖与澳门. In *Journal of Guangxi University for Nationalities* (Philosophy and Social Science Edition) 广西民族学院学报(哲学社会科学版), Vol. 23, No. 5, September 2001.
- Tang, Xianzu 汤显祖. *Mudan Ting* 牡丹亭. Annotated by Xu Shuofang 徐朔方 and Yang Xiaomei 杨笑梅. Beijing: Renmin Wenxue Chubanshe, 1978.
- Teixeira, Manuel. *The Church of St. Paul in Macau*. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979.
- Wang, Rongpei 汪榕培 (trans.) *The Peony Pavilion*. (Bilingual edition). Hunan: Hunan People’s Publishing House, 2000.
- Xu, Shuofang 徐朔方. *Tang Xianzu nian pu* 汤显祖年谱. Shanghai: Shanghai Guji Chubanshe, 1980.
- Xu, Shuofang 徐朔方 (ed.) *Tang Xianzu Quanji* 汤显祖全集. Beijing: Beijing Guji Chubanshe, 1999.
- Xu, Zhonglin 许仲琳. *Fengshen Yanyi* 封神演义. Shanghai: Shanghai Guji Chubanshe, 2000.
- Wu, Chengen 吴承恩. *Xi You Ji* 西游记. First published 1592. Hong Kong: Zhonghua Shuju, 1984.
- Yu, Anthony C. *Rereading the Stone: Desire and the Making of Fiction in Dream of the Red Chamber*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- Zhang, Wenyang 章文钦. *Aomen yu Zhonghua Lishi Wenhua* 澳门与中华历史文化. Macao: Macau Foundation, 1995.
- Zhou, Zuyan. *Androgyny in Late Ming and Early Qing Literature*. Honolulu: University of Hawaii, 2003.

George Chinnery (1774-1852),  
Igreja de S. Domingos com a Fortaleza do Monte ao fundo.  
Sem data.  
Cortesia da Martyn Gregory Gallery, Londres.





## Macau na Literatura Inglesa

ROGÉRIO MIGUEL PUGA\*

*In 1959, the British novelist Ian Fleming is said to have sat on a Macao balcony overlooking the Pearl River estuary and mused: 'I suppose a man could be happier here than anywhere else in the world.' He paused, sipped his drink, and gazed at the boats tacking up-river. 'For about a fortnight.'*

Donald Pittis e Susan J. Henders (eds.), *Macao: Mysterious Decay and Romance*, Hong Kong, Oxford University Press, 1997, p. xviii.

Na sequência de dois estudos que publicámos anteriormente,<sup>1</sup> e com base na história da presença inglesa em Macau, procederemos à contextualização da representação da cidade na literatura inglesa em geral, desde o século XVI, em obras como *Principal Navigations* (1589, edição ampliada: 1598-1600), de Richard Hakluyt,<sup>2</sup> passando por romances como *The Farther Adventures of Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe,<sup>3</sup> até ao século XXI. Apresentaremos

apenas os temas e motivos literários mais significativos da imagem de Macau na literatura inglesa, permitindo-nos o conhecimento da história da presença britânica no Sul da China,<sup>4</sup> de forma diacrónica, a representação de Macau como cidade cronotópica, uma vez que muita da informação que se encontra em relatos de viagem, poemas, contos e romances vem, como veremos, de “fora do texto para o texto”, exigindo, portanto, um estudo atento a todas as direcções que apontam para o mesmo.<sup>5</sup> A descrição espacial de Macau na literatura anglófona contempla uma extensão alargada de espaços interiores e públicos, passando pela China profunda, sendo o território referido em vários romances de aventura desde 1999 como “*former Portuguese colony*”,<sup>6</sup> na qual o viajante pode observar e entrar em contacto com a China profunda com um pé sempre no Ocidente.<sup>7</sup>

Tal como indicam os títulos das sete partes que constituem o *Handbook of Urban Studies* (2001),<sup>8</sup> a urbe pode ser lida como: economia, ambiente, multidão ecléctica, política, (discurso do) poder e progresso/transição, exigindo essa variedade de dimensões uma abordagem pluridisciplinar do espaço humano. Se os Estudos Urbanos advogam a necessidade de se interpretar a cidade através de uma perspectiva multidisciplinar,<sup>9</sup> Carlos Rotella chama a atenção para

\* Doutorado em Estudos Anglo-Portugueses. Professor Auxiliar da Universidade de Macau. Investigador do Centro de Estudos Anglo-Portugueses, do Centro de História de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, e do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa.

*Ph.D. in Anglo-Portuguese Studies. Assistant Professor at the University of Macau. Researcher at the Centre for Anglo-Portuguese Studies and at the Centre for Overseas History in Lisbon's Universidade Nova, and at Lisbon University's Centre for Comparative Studies.*

## LITERATURA

o facto de espaços urbanos reais como Macau serem obviamente também “moldados” pela imaginação,<sup>10</sup> enquanto Joachim von der Thüssen aborda a cidade como metáfora, metonímia e símbolo na Literatura ocidental, tipologia de que partimos para analisar a representação do Território na literatura inglesa:

*“On the symbolical level, the city is seen as an image of something larger than itself [...]. Literature has both celebrated the city as the supreme expression of wealth, of energy, of the amalgam of living styles and, conversely, as representative of modern society’s ills, its anonymity, egotism, oppression, and anxiety. [...] On the metaphorical level of image-making, the city is represented in terms of relatively concrete constructs and processes that often have no overt connection to urban life. Thus the city is seen as a body, monster, jungle, ocean or volcano. Such metaphorical equations usually have an ideological quality. [...] Such subsequent images complement each other or, as more often happens, cancel each other. [...] On the metonymic level [...] the image of the city is made up of customs, structures and buildings which are specific to that particular city.”*<sup>11</sup>

Como o autor afirma na sequência destas palavras, a imagem da urbe não é homogénea, consistindo num conjunto de “visões” parciais e heterogéneas, fenómeno que se verifica em muitos dos romances em que Macau marca presença como espaço da acção, por exemplo, *City of Broken Promises* (1967, doravante *CBP*), *Tai-Pan* (1966), de James Clavell e *An Insular Possession* (1986), de Timothy Mo, através da apresentação da cidade a partir dos mais variados pontos de vista: a opressiva terra natal das mulheres chinesas, macaenses e portuguesas, a residência secular dos lusos e a cidade comercial dos ingleses, personagens que se movem em esferas e espaços específicos. Se a experiência das nativas abandonadas pelos sobrecargas é veiculada pela expressão metafórica que dá título ao romance de Coates, os elementos etno-históricos que se acumulam ao longo dessa narrativa funcionam como símbolos do espaço e do tempo e veiculam a cor local, bem como as especificidades de uma cidade-fronteira isolada no Sul da China.

Até à segunda metade do século XIX, a Cidade do Santo Nome de Deus marca uma presença constante na literatura de língua inglesa através de relatos de viagem, intensificando-se a sua representação na ficção anglófona a partir da fundação de Hong Kong. Aliás, como acontece em *A Volta ao Mundo em Oitenta*

*Dias* (1872), de Jules Verne, Macau é muitas vezes visitada e até descoberta na sequência de uma visita à colónia britânica,<sup>12</sup> centro financeiro ao qual o sonolento entreposto português é comparado por dissemelhança, por exemplo, na poesia de W. H. Auden e em guias de viagem actuais.<sup>13</sup> Como concluímos em estudos anteriores,<sup>14</sup> o enclave, enquanto porta de entrada e residência ocidental na China, é descrito como simultaneamente português (familiar) e chinês (exótico), e as descrições de viajantes, narradores e sujeitos poéticos apresentam as diversas dimensões que compõem o tecido urbano do território, nomeadamente a população e o comércio, a arquitectura e os tipos sociais,<sup>15</sup> as relações sino-portuguesas, as formas de viver das diversas comunidades,<sup>16</sup> os monumentos mais célebres, como o farol da Guia, as ruínas de São Paulo, os jardins, as fortalezas e igrejas católicas, os templos chineses,<sup>17</sup> a “*picturesque bay*” da Praia Grande,<sup>18</sup> bem como os espaços públicos e privados, elementos que concorrem para a caracterização do espaço histórico e literário em questão.

De acordo com Cecília Jorge e Rogério Beltrão Coelho, a produção literária portuguesa em torno de Macau não é muito profícua até ao início do século XX,<sup>19</sup> sendo a maioria das descrições elaboradas por viajantes estrangeiros, nomeadamente britânicos e norte-americanos,<sup>20</sup> que se deslocam ao Extremo Oriente no âmbito de circum-navegações, viagens científicas, de trabalho, de lazer e de expedições militares, religiosas ou diplomáticas, muitos deles apenas “de passagem”, pelo que apresentam um olhar esguio desse espaço cosmopolita. O território, situado na China fechada ao exterior até meados do século XIX, funciona como um importante porto de escala e repouso, reabastecimento ou reparação de navios e de residência temporária de ocidentais no Império do Meio, onde estes se familiarizam com a cultura e língua chinesas, sobretudo a partir do século XVIII, contemplando os textos históricos em língua inglesa o ‘olhar’ da documentação portuguesa no que diz respeito à História do quotidiano da urbe,<sup>21</sup> preenchendo ‘vazios’ históricos. O entreposto divide-se em espaços como o militar (fortes e quartéis), o religioso (igrejas, conventos, instituições de caridade e templos chineses), o administrativo (palácio do governador, residência do mandarim da Casa Branca e instituições administrativas luso-chinesas) e o comercial (meios de transporte, casas comerciais, sedes das Companhias e lojas), sendo estes

## LITERATURE



Macau vista da colina da Penha. Gravura colorida à mão. Desenho de W. Heine. Gravura por P. S. Duval & Co. Phil<sup>a</sup> c. 1857.

também materializados através da presença de guardas africanos ao serviço do Império português, da maioria chinesa da população, dos vendedores ambulantes, das senhoras transportadas em cadeirinhas, da ordem da cidadela cristã e do aparente caos do Bazar chinês, entre tantos outros marcadores simbólicos e culturais da fronteira urbana que Macau representa.

O choque ou confronto de culturas marca o encontro civilizacional presente na maioria dos textos de língua inglesa, acabando as descrições do entreposto por ser filtradas de acordo com os interesses económicos e comerciais, as expectativas e limitações de quem observa e comenta a realidade distante. O católico português e o chinês representam um Outro para o recém-chegado protestante, que tenta descodificar as práticas culturais e religiosas justapostas nas faldas marítimas da China, tais como as celebrações do Ano Novo chinês, do Festival das Lanternas e as procissões católicas.<sup>22</sup>

Se viajantes ocidentais cansados da viagem, salvos de um naufrágio ou de um ataque de piratas respiram de alívio por entre igrejas e fortalezas

européias no Extremo Oriente, alguns mercadores e diplomatas descrevem o poder luso de Macau como apenas nominal, por vezes em prol dos seus interesses económicos na China,<sup>23</sup> onde os ingleses se tentam estabelecer junto ou próximo dos portugueses desde a primeira metade do século XVII.<sup>24</sup> A “cidade das promessas por cumprir” do romance de Austin Coates está longe de poder ser considerada um espaço urbano como Lisboa ou Londres, aproximando-se, quer em termos de área geográfica quer em termos sociais, da chamada cidade ou vila de província, e se Dickens é associado à capital inglesa, Austin Coates (1920-1997) é imediatamente associado a Macau. O espaço histórico em questão adquire assim uma importância primordial do romance histórico e *Bildungsroman* feminino de Coates ao estabelecer articulações funcionais e temáticas com as demais categorias da narrativa, pois comporta os componentes físicos, sociais, económicos e psicológicos do cenário da acção para os quais o próprio título *CBP* remete. São inúmeros os micro-espaços contemplados no romance de Coates, desde

LITERATURA

o espaço solitário, colectivo e estático às esferas sociais e psicológicas dos diversos ambientes e atmosferas das comunidades características do período representado ficcionalmente. Se Cantão é um local apenas reservado aos sobrecargas e, portanto, masculino, o enclave luso-chinês apresenta-se como um universo feminino por excelência, revisitado e comentado pelas personagens, bem como pelo narrador e pelo leitor.

O romance *The Pearl Pagoda* (1980), de Susannah Broome, reúne muitas das temáticas e dos elementos culturais associados à paisagem humanizada de Macau na ficção anglófona, pelo que nos deteremos nessa narrativa a fim de analisar os mesmos. No final de 1851, Megan Jones viaja de Gales para Macau, onde chega em Abril do ano seguinte com o objectivo de aí casar com Andrew Crosby, registando as suas primeiras impressões:

*“It was a beautiful sight. Across the bay lay the rolling brown hills of Southern China. Above the point stood a tall, white lighthouse and as we sailed nearer into the bay I caught sight of an imposing facade of pillars and arches and guessed this must be the ruin of the great church of São Paulo which had been destroyed nearly twenty years ago. The cross, undamaged, was silhouetted against the blue sky and as I gazed up at it I remembered how Arthur had told me it was the Portuguese who first brought Christianity to Macao. Originally the name Macao came from that of Liang Ma, or A-Ma, as the Chinese called her, the goddess of fisherman [...]. This small rocky peninsula was now to be my home ...”*<sup>25</sup>

Muitos dos factos históricos sobre a cidade são incorporados na narrativa durante descrições (através dos pensamentos) das próprias personagens. No excerto

Gruta de Camões. Gravura colorida à mão, sem assinatura, c. 1834.



## LITERATURE

em questão encontram-se condensadas temáticas como a origem etimológica do nome da urbe<sup>26</sup> e imagens como as ruínas de São Paulo e a cruz no topo da sua fachada, supostamente também cantada por Sir John Bowring num dos seus hinos.<sup>27</sup> O farol que a narradora refere no excerto é, decerto, o da Guia, o primeiro a brilhar na costa da China, mas que apenas é inaugurado em Setembro de 1865, ou seja, algumas dezenas de anos após o tempo da acção do romance. O romance histórico surge da fusão da História com a ficção, sendo os anacronismos como este e os episódios ficcionais característicos do subgénero. Ao chegar ao enclave, Megan descobre que o seu noivo falecera há uma semana e se encontra sepultado no Cemitério Protestante de Macau, um local histórico ainda hoje relacionado com a presença inglesa no território<sup>28</sup> e que volta a ser descrito na página 213. A jovem instala-se numa das vivendas da Praia Grande e descobre, através dos cules, que Andrew fora vítima do ópio. Ao longo do texto acumulam-se motivos literários do horizonte macaense que marcam presença na ficção inglesa em geral, espaços, monumentos, tipos sociais e referências ao clima, ao tráfico de anfião, à missão católica e ao transporte da mulher na cadeirinha,<sup>29</sup> ao uso do *Chinese Pidgin English*, língua comercial de contacto através da qual Megan comunica com os empregados nativos: “*Missee like go Glotto. Muchee nicee. Muchee people look see. [...] Tlees, flowels – Muchee pleety. You likee Glotto.*”<sup>30</sup> Esta última referência é imediatamente associada pelo leitor informado à Gruta de Camões, onde, segundo reza a lenda, o bardo redige uma parte da sua epopeia,<sup>31</sup> tal como refere a narradora: “*a garden or Grotto built round the statue of Camoens, the famous Portuguese poet. Apparently he had written part of his famous poem Lusiades while living in Macao.*”<sup>32</sup> O solitário e pacífico monumento é descrito enquanto o suposto exílio do poeta é associado indirectamente à situação em que a própria narradora se encontra.

O passeio pela cidade dá lugar à descrição de locais e monumentos como o Leal Senado, o Hospital de São Rafael, a Santa Casa da Misericórdia, a sede da Companhia das Índias, a Avenida Almeida Ribeiro, a Ermida da Penha, o forte e o observatório do Monte, as ilhas da Taipa e de Coloane e a fachada da igreja de São Paulo, “*which, so Mr Meade told [her...], had been built by the first Japanese Christians in 1602 and destroyed by fire in 1835, not twenty years ago. The original edifice had served as Jesuit College of the Mother of God.*”<sup>33</sup> Mais uma vez,

o motivo cronotópico das ruínas de São Paulo marca o tempo e caracteriza o espaço da acção, podendo o leitor atestar a veracidade dos factos avançados pela narradora com base em dados fornecidos por um informante local, fonte de saber essencial para qualquer viajante recém-chegado. De acordo com o Pe. Manuel Teixeira, a Igreja da Assunção da Nossa Senhora, cuja edificação começa em 1602, é inaugurada no ano seguinte, tendo trabalhado na sua construção católicos japoneses fugidos da sua pátria devido às perseguições contra a sua religião.<sup>34</sup> O autor informa ainda que, em Janeiro de 1835, um incêndio destrói a Igreja e o Colégio de S. Paulo, ficando de pé apenas a fachada. A narradora refere também a imponente residência do governador de Macau, identificado como Isidoro Francisco Guimarães, facto que o leitor interessado poderá confirmar em qualquer cronologia da História de Macau.<sup>35</sup> Quer na poesia quer na ficção inglesas, os portugueses são referidos como pioneiros no que diz respeito à presença ocidental no Extremo Oriente<sup>36</sup> e a Cidade do Santo Nome de Deus é representada predominantemente de forma realista,<sup>37</sup> pelo que o leitor identifica facilmente os locais e os referentes extratextuais a que os narradores e as personagens se referem.

O motivo da Babel de línguas desconhecidas nas ruas do território marca também presença na narrativa de Susannah Broome, tal como a religião tradicional chinesa.<sup>38</sup> À semelhança do que acontece em *CBP*, a busca de uma marido em Macau torna-se um tema recorrente, pois o capitão Hawkins sugere duas vezes à narradora que esta poderá casar com um dos muitos sobrecargas da Companhia das Índias, enfatizando a dependência que as mulheres sentem em relação à protecção masculina, sobretudo em territórios longínquos. Se o leitor atentar no contexto histórico extratextual, concluirá que as referências à vivência quotidiana dos sobrecargas são anacrónicas, uma vez que o monopólio da East India Company na China termina em 1834, e a acção da narrativa tem lugar em 1852, fenómeno literário característico do romance histórico enquanto subgénero híbrido. Megan acaba por casar com um comerciante, Robert, e regressar à Europa, tal como os sobrecargas nos romances cuja acção tem lugar no âmbito do *China Trade*. O enclave é, assim, representado amiúde como um espaço onde se instalam as mulheres e os familiares de comerciantes ocidentais devido à proibição chinesa de estes entrarem no Império do Meio, como Megan refere no início

## LITERATURA

da narrativa ao resumir a história da cidade, que se transforma num espaço de fronteira por excelência. A narradora resume a história da presença inglesa em Macau e refere a importância da urbe para o comércio britânico no Extremo Oriente, contextualizando a acção do romance e traduzindo termos nativos, como *hong*, desconhecidos da maioria dos leitores europeus:

*“Macao [...] was a colony held by the Portuguese under tolerance from the Chinese since 1557. With the opening of the great ‘Hongs’, the word meaning a commercial establishment or warehouse, along the waterfront at Canton city, many of the beautiful old villas which had been built by the Portuguese were rented by various merchants, for foreigners were not permitted to have their wives and children living with them at Canton. In consequence, when the tea sales were over the merchants, of different nationalities, came back to live in Macao with their families before returning once again, to carry on the trade that existed between China and the outside world.”*<sup>39</sup>

O excerto apresenta o espaço longínquo e desconhecido para onde a protagonista se dirige, antecipando o ambiente cosmopolita que esta aí encontrará, levando-a a concluir: *“Here East and West met as in no other city or province in the world.”*<sup>40</sup>

A maioria das descrições do território tem início quando o viajante chega ao rio das Pérolas, partindo do geral para o particular, como podemos verificar no relato de viagem de George Bennett: *“This ancient colony of the Portuguese, in China, has a very picturesque and romantic aspect on approaching it from the sea”*.<sup>41</sup> As igrejas e fortalezas altaneiras, as ilhas adjacentes, a população fluvial e as românticas ruínas ilustram a primeira impressão da cidade simultaneamente pitoresca e decadente, que de longe mais parece uma aldeia portuguesa ou mediterrânica, não fossem os templos e outras construções orientais e a população maioritariamente chinesa.<sup>42</sup> Após percorrer as sinuosas e calçadas vias e os *“filthy little Macao alleys”*,<sup>43</sup> o visitante familiariza-se com o território a desvendar, recolhendo impressões de monumentos como a Casa Garden, a Gruta de Camões,<sup>44</sup> os edifícios de prestígio portugueses como o Leal Senado, a Santa Casa da Misericórdia e os muitos conventos, fortes, igrejas e moradias que adornam a orla da Praia Grande, onde chegam os tancás e juncos que transportam os viajantes da Rada até aos portos interior e exterior.<sup>45</sup>

Romances como *Noble House* (1981), de James Clavell, representam a cidade no início do século XX nos seguintes termos: *“old wordly, very pretty [...] very different from Hong Kong [...] Dear old Portuguese Macao feeds off illegal gambling and gold smuggling and that’s what keeps them alive”*,<sup>46</sup> imagem também presente em *Thrilling Cities* (1963), de Ian Fleming, que descreve “Macao” como uma plataforma comercial onde o enigmático Dr. Rodrigo Lobo trafica ouro, actividade que a torna *“one of the most interesting market-places in the world, and one with many secrets.”*<sup>47</sup> Actividades económicas e turísticas como o jogo, a prostituição e a restauração têm lugar num enclave arquitectonicamente decadente, exótico e pitoresco, ambiente que leva Fleming a compará-lo a um antigo cemitério,<sup>48</sup> onde imperam os negócios obscuros das tríades. A imagem negativa do jogo é também transmitida por uma voz feminina, “Betty”, em missivas publicadas no jornal de Hong Kong, *China Mail*, e posteriormente reunidas com o título *Intercepted Letters: A Mild Satire on HongKong Society* (1905), obra que refere a utilização de Macau como local de retiro pelos residentes da colónia inglesa, que se passeiam pelos montes e pelo jardim da Gruta de Camões.<sup>49</sup>

Relativamente à imprensa europeia na Cidade do Santo Nome de Deus, refira-se a importância de alguns periódicos em língua inglesa nos quais autores portugueses, britânicos e norte-americanos publicam artigos, crónicas e estudos sobre o território. Enquanto *The Canton Register* (1827-1844); *The Canton Miscellany* (1831-1832); *Chinese Courier/Canton Gazette* (1831-1833); *The Chinese Repository* (1832-1852); *The Evangelist and Miscellanea Sinica* (1833) e *The Canton Press* (1835-1844) são fundados em Cantão e Macau por residentes britânicos e norte-americanos, *The Macao Review* (1929-1930); *Macao Herald* (1943); *The Macau Tribune* (1943-1945, suplemento semanal de *A Voz de Macau*) e *The Clarion* (1943-1945, suplemento de *Religião e Pátria*) são publicados no enclave luso-chinês por portugueses e residentes anglófonos, tendo jornais como o *Renascimento* (1943-1945) também edição inglesa.<sup>50</sup> Os textos publicados nesses periódicos contribuem para a tradução de composições literárias portuguesas e para a formação da imagem do território em língua inglesa,<sup>51</sup> à semelhança de antologias como *Traveller’s Tales of the South China Coast* (1986).<sup>52</sup>

Durante a estada em Macau, o ocidental familiariza-se com a dimensão exótica da cidadela



## LITERATURE

chinesa através de visitas a templos e ao Bazar chinês, por entre os pregões de vendedores ambulantes que trazem as donas de casa à janela para adquirir produtos domésticos. O visitante deambula pelos montes, enseadas e calçadas, enquanto a paisagem e a consciência urbanas se tornam subjectivas ao serem filtradas e descodificadas através de tradições e festas religiosas chinesas e lusas. O ritmo quotidiano é também descrito através das tarefas e dos hábitos de ordens religiosas e comunidades típicas como a dos mercadores; a dona de casa que apenas sai de casa coberta pelo dó para ir à missa ou visitar familiares; as prostitutas; os pedintes; os cafres maltrapilhos que guardam a cidade e o Palácio do governador; os empregados nativos a falar *Chinese Pidgin English* e os sobrecargas e famílias que passeiam pela Praia Grande e colinas acima, demonstrando que a cidade

é forçosamente interpretada de vários pontos de vista. A complexidade da imagem do espaço urbano em romances históricos como *An Insular Possession* e *CBP* exige que o estudo da representação de Macau seja feito a partir de ‘olhares’ de várias disciplinas, assumindo-se as relações de poder, o género, a miscigenação,<sup>53</sup> as diferenças sociais e o frenesim do jogo e do comércio do território como estratégias narrativas e temáticas que veiculam a singularidade do mesmo. O pitoresco enclave é considerado um espaço essencial para as relações sino-ocidentais, como reconhece a viajante Alicia Helen N. Little (Mrs. Archibald Little) em 1902, ao descrever o mesmo através de adjectivos como “*languid*”, “*exquisite*” “*sunshiny*” e “*romantic*”,<sup>54</sup> antes de comparar a Praia Grande à baía de Nápoles, imagens que se repetem no seu romance *A Millionaire’s Courtship* (1906). Em meados do século XIX, a Rada de

O jogo do *fan tan* numa casa de jogo em Macau. In *The Graphic*, Maio de 1783.



## LITERATURA

Macau funciona como teatro da Guerra do Ópio, onde as tripulações britânicas permanecem antes do conflito militar com a China, que dá origem a inúmeros relatos<sup>55</sup> e romances<sup>56</sup> sobre o confronto. A pluralidade de imagens de Macau levam David Clarke a listá-la como “*cinematic city*”<sup>57</sup> e o narrador do conto “The Short War of Mr. and Mrs. Conner”, de Ward Just, a defini-la como “*a movie set*”,<sup>58</sup> sendo o seu tecido urbano local de acção de narrativas fílmicas como o “*film noir*” “Macao” (1952), realizado por Joseph von Sternberg e no qual contracenam Robert Mitchum e Jane Russell. O enclave é também representado como um retiro de prazeres para jogadores, criminosos e homens de negócios em inúmeros romances de viagem/aventuras como *Lobster Calypso*, de David J. Andrews (2003),<sup>59</sup> reflectindo o estatuto de que o enclave goza como Las Vegas do Oriente em guias turísticos<sup>60</sup> e como um destino remoto para o turista ocidental, por exemplo, em *Travels with My Aunt* (1969), de Graham Greene.<sup>61</sup>

*O choque ou confronto  
de culturas marca o encontro  
civilizacional presente na  
maioria dos textos de língua  
inglesa, acabando as descrições  
do entreposto por ser filtradas  
de acordo com os interesses  
económicos e comerciais,  
as expectativas e limitações  
de quem observa e comenta  
a realidade distante.*

Quer os relatos de viagem quer as narrativas ficcionais representam as diversas comunidades em interacção: chineses, portugueses, macaenses,<sup>62</sup> residentes ‘estrangeiros’ (sobretudo britânicos e norte-americanos) e comerciantes de outras nacionalidades, com hábitos e traços culturais (vestuário, culinária,

língua, religião) e fisionómicos próprios. Mercadores, aventureiros, missionários, escritores, diplomatas, jornalistas, *globe trotters* e turistas criam, muitas vezes de acordo com interesses pessoais ou nacionais, a sua imagem do território, que ora se identifica ora se distancia do exótico universo, tornado mais familiar pelos intérpretes e guias portugueses que, desde o século XVI, servem de intermediários e tradutores linguísticos e culturais entre o mundo ocidental e o Império do Meio.

A poesia em língua inglesa também se ocupa da dimensão multicultural e urbana do território através dos mais diversos artificios.<sup>63</sup> Sir John Francis Davis, um dos primeiros governadores de Hong Kong (1844-1848), visita Macau diversas vezes e, em 1831, redige um poema em latim dedicado ao autor de *Os Lusíadas*, cuja tradução inglesa é publicada no *Chinese Repository* (vol. 8, n.º 11, 1840) e posteriormente gravada numa pedra junto da Gruta de Camões. O sujeito lírico refere o silencioso local onde o bardo português encontrou paz para redigir a sua epopeia,<sup>64</sup> enaltecendo a fama eterna de uma das figuras históricas portuguesas associadas à presença lusa no Oriente e assim transformada num símbolo da cooperação anglo-portuguesa no sul da China. Um sucessor do John Davis, Sir John Bowring, redige, provavelmente em 1849, o “Sonnet to Macao”, sendo o entreposto caracterizado através da metáfora “*Gem of the Orient Earth and Open Sea ...*”<sup>65</sup> e a sua beleza natural, sob a luz do sol personificado, elogiada.<sup>66</sup> Esta última expressão é recuperada e alargada semanticamente na ficção macaense em língua portuguesa por Maria Pacheco Borges, na sua antologia de contos *Chinesinha* (1974), na qual a narradora do conto “Órfã” se refere a Macau como “a minúscula pérola portuguesa encrostada na grande concha da China.”<sup>67</sup>

W. H. Auden visita a China em 1937-1938 e redige o soneto “Macao”, cujo sujeito poético apresenta uma imagem culturalmente dupla do sonolento território marcado pelo exotismo e pelo prazer sem pecado, por oposição ao burburinho económico da Hong Kong comercial descrito num outro poema.<sup>68</sup> Macau é caracterizada como “... *a weed from Catholic Europe [that...] took root/Between some yellow mountains and sea ...*”,<sup>69</sup> apresentando o texto, predominantemente

Tradução inglesa pelo Rev. Mr. Taylor do poema de Sir John Francis Davis dedicado a Camões, publicada no *Chinese Repository*.

Among these recesses of rock and of shade,  
Where the sun's mild beams on the rich foliage played,  
The genius of Camoens in beautiful verse,  
Poured forth its sweet lays which ages will rehearse:  
And here the fair marble once breathed in its grace,  
To tell of the poet that hallowed the place ;  
And the seat he loved most, while his eye was yet bright,  
Was known by the bust in the cave's mellowed light.

But time with its years has betrayed the fair trust,  
And crumbled the rich marble, alas, in the dust ;  
And stillness now reigns profound as the grave,  
Through the rocks and the shades of Camoens' Cave.

But the fame of the poet in brightness is streaming,  
And his name on the page of glory is gleaming ;  
While his works as the models of genius yet live,  
And seek not from marble her praises to give.

So ever lives genius through time's crumbling power,  
Till ages shall cease to chronicle their hour,  
And spurns the crushed marble its story would boast,  
And triumphs, yet deathless, when monuments are lost.

## LITERATURA

descritivo, um policromático retrato do horizonte urbano que funciona como um singular “fruto exótico”, símbolo da vivência luso-chinesa. Nas quadras, o olhar do eu lírico demora-se nas imagens e estátuas de santos em estilo rocóco que prometem salvação aos jogadores, enquanto igrejas se acomodam lado a lado com bordéis como materialização espacial do “comportamento natural” do ser humano que a fé pode perdoar, imagem essa continuada nos tercetos:

*A town of such indulgence need not fear  
Those mortal sins by which the strong are killed  
And limbs and governments are torn to pieces:*

*Religious clocks will strike, the child vices  
Will safeguard the low virtues of the child,  
And nothing serious can happen here.<sup>70</sup>*

Erotismo rima, portanto, com exotismo através do campo semântico da ingenuidade infantil, por entre vielas e edifícios da cidade, recordando os relógios e os sinos das altaneiras torres católicas que o inferno poderá esperar o viajante que se entrega aos mistérios e prazeres carnavais do Oriente. O verso final do soneto afirma que nada de importante poderia acontecer na sonolenta e pitoresca Cidade do Santo Nome de Deus, cujos excessos marcam também presença no romance *Cities of Sin* (1945), de Hendrik de Leeuw:

*“There is no question that it harbours in its hidden places all the ruffian of the world, the drunken shipmasters; the flootsam of the sea, the derelicts, and more shameless, beautiful women than any port in the world. It is hell. But to those who whirl in its unending play, it is one haven where there is never a hand raised or a word said against the play of the beastliest emotions that ever blacken the human heart.”<sup>71</sup>*

Em 1949, G. H. Jollie, militar inglês a residir no Hotel Boa Vista,<sup>72</sup> publica, em Macau, uma antologia de poemas chineses traduzidos para inglês, aos quais junta uma série de composições poéticas da sua autoria já publicadas na imprensa local.<sup>73</sup> O título da obra, *The Edge of the World: Translations from the Chinese and Some Additional Poems*, remete desde logo para a posição periférica do enclave em relação aos centros de cultura e poder ocidentais, para a sua localização geográfica no Império do Meio e para o exercício de tradução linguística e cultural que o autor desenvolve

ao longo dos textos que traduz e compõe. O referido elemento paratextual da antologia de Jollie aponta, assim, para o conceito de fronteira étnica, cultural e mesmo civilizacional, uma vez que o termo ‘limite’ implica o fim geográfico de um mundo ou de uma dimensão do mesmo. A posição geopolítica marginal de Macau é também referida por Thomas Kuyck van Mierop, em *CBP*, quando chega à China e por autores como W. H. Davenport Adams, em 1886: “*the city [...] is situated three thousand leagues from Lisbon, [...] and set at the extremity of the known world.*”<sup>74</sup>

Jollie falece aos vinte e nove anos de idade, em Dezembro de 1950, cumprindo o seu dever militar na Malásia e deixa em Macau um “coração partido”, ou seja, uma namorada macaense,<sup>75</sup> pois as estadas de sobrecargas, mercadores e militares ingleses na Cidade do Santo Nome de Deus dão origem a relações amorosas e a casamentos interétnicos. A segunda parte de *The Edge of the World*, intitulada “Poems”, consiste numa série de poemas da autoria de Jollie, nos quais são apresentados retratos do quotidiano macaense. O sujeito lírico agrupa termos e expressões que veiculam os diferentes níveis das unidades de sentido dos textos, nomeadamente a vivência infantil, as relações amorosas e o enclave *per se*, campos de significado nos quais a poetização de um espaço caracterizado de forma realista se justapõe às dúvidas metafísicas e aos elementos de uma natureza circundante que serve de fronteira natural a um local sonolento e marcado por fortes contrastes humanos, arquitectónicos e culturais. O *flâneur*<sup>76</sup> passeia-se pelas ruelas calcetadas, fornecendo ao leitor imagens da dimensão humana da urbe transfigurada através de recursos estilísticos como a metáfora e a comparação, enquanto o relógio parado no topo da catedral recorda que o tempo transforma os espaços domésticos e públicos, nos quais o sorriso de uma criança mestiça prova que o “Oriente e o Ocidente se encontram”.<sup>77</sup> A miscigenação é um tema implícito no poema “Macao”, no qual os romances entre ocidentais e nativas são descritos como nocturnos, ou seja, escondidos,<sup>78</sup> tal como o de Martha e Thomas em *CBP*. O sujeito lírico caracteriza o espaço multicultural do entreposto – “*at the world’s extreme [...] a siren land*”<sup>79</sup> – através de adjetivos como “*purple*”, “*strange*”, “*turquoise*”, “*idle*”, “*yellow*”, “*unnumbered*” e “*somnolent*”, que por sua vez estabelecem uma estreita relação entre si e os substantivos que qualificam, construindo uma imagem do enclave onde reinam a indolência, a calma e o jogo,

## LITERATURE

tal como no poema de W. H. Auden. Nos restantes textos da antologia acumulam-se ainda referências a espaços como a Praia Grande e o Colégio/Convento de Santa Rosa de Lima,<sup>80</sup> facilmente identificados pelo leitor informado.<sup>81</sup>

Em 1995, Alexandre Pinheiro Torres dedica uma antologia de poemas a Macau, *Trocar de Século: Poema/Century Sleep: A Poem*,<sup>82</sup> publicada simultaneamente em português e inglês. O título da obra remete quer para a passagem do tempo no enclave desde a sua fundação portuguesa (c. 1557) quer para a transição da administração do território para a República Popular da China (1999), pouco antes do início do novo século/milénio. As quarenta e uma composições poéticas sugerem o carácter pluricultural da urbe metaforizado nos diversos gatos famintos que percorrem os cemitérios chineses, ingerindo as oferendas (“*that the dead can only smell*”) deixadas por nativos como culto aos seus antepassados, repasto que os animais não encontram nos túmulos das galilés ocidentais, onde “*the angel isn't for eating*.”<sup>83</sup> Macau é caracterizada como um aeroporto cosmopolita de onde se voa para o mundo<sup>84</sup> e no qual a ‘alma portuguesa’ se faz sentir ao lado da chinesa,<sup>85</sup> como recordam os termos associados ao campo semântico da vivência multissecular cultural do enclave:

bruma-mistério, caligrafia, século, céus-asas-voar, jogo, cidade-pérolas-ostras, lótus, Camões; Portas do Cerco, ilhas da Lapa e da Montanha, lorchas e fortalezas. O olhar do sujeito lírico filtra os becos de Mong-Há, os tancás, os casinos flutuantes e o farol da Guia por entre mercados chineses onde tilinta a pataca, símbolo da prosperidade local.<sup>86</sup> A par das paisagens características do território, como os andaimes construídos com canas de bambu, o chá, os idosos do Largo do Leal Senado e o jogo,<sup>87</sup> a antologia vai reunindo cumulativamente diversos ex-líbris do espaço (re)visitado, por exemplo, a fachada personificada das Ruínas de São Paulo, que, iludida, vive (n)um eterno drama ascético, sendo um “*cemetery of stone [...] flapping its wings to take flight*”<sup>88</sup> que, agarrado ao chão de Macau pelo peso da âncora, remete para os Descobrimentos portugueses.

As imagens que temos vindo a estudar no que diz respeito à representação de Macau na poesia inglesa repetem-se em duas composições poéticas mais recentes. O sujeito lírico de “A Sight in Macao” (1993), de Anne Rouse, descreve um quadro humano e não tanto espacial ao longo de duas setilhas de métrica irregular. Uma mulher chinesa arrasta-se pela urbe, enquanto jovens, rodeados de dragões de fumo chineses, celebram o Ano Novo e se dirigem aos padres católicos lusos, junto à

Thomas Watson, Convento e Fortaleza de S. Francisco vistos do mar. Lápis e aguarela sobre papel, c. 1859. Cortesia do Museu de Arte de Macau.



## LITERATURA

fachada das Ruínas de São Paulo. O erotismo marca presença no texto através da relação dos “businessmen” norte-americanos, que olham para a vigilante pedinte chinesa como o “available East”,<sup>89</sup> enfatizando as dimensões feminina e masculina do mundo que se desvenda perante o olhar do turista. O poema “Macao” (2003), de Charles Thomlinson, funciona também como uma descrição, mas dos elementos culturais da Cidade do Santo Nome de Deus, assentando a sua estrutura na enumeração de paisagens específicas portuguesas, inglesas e chinesas, como a árvore do pagode (“banyan”), visível por toda a cidade,<sup>90</sup> como também o texto refere, as fachadas de igrejas, o incenso, o Templo de A-Má, a capela e o cemitério protestantes. A composição poética, composta por trinta e dois versos curtos e de métrica irregular, divide-se em cinco partes, que veiculam a vivência multicultural e cosmopolita do território, marcando a esfera lusa presença na primeira parte (versos 1-7) através do imaginário católico da igreja e da biblioteca destruídas por um incêndio e jamais restauradas (Colégio Jesuíta), sendo as ruínas (de São Paulo) invadidas pelo cheiro do incenso. À invocação do espaço histórico-religioso segue-se uma imagem tipicamente chinesa, a do gato sentado no Templo da Barra (versos 8-11) – utilizada também por Pinheiro Torres – e a descrição das divisórias da capela protestante, bem como a transcrição anónima de uma lápide do cemitério britânico (versos 12-18): “the apprentice boy ‘who died on board/la fall into the hold’.”<sup>91</sup> A quarta parte (versos 18-23) dá lugar à azáfama dos alunos que passam pelo busto de Vasco da Gama, terminando o poema com uma outra imagem local (versos 24-31): o interior do pagode onde os chineses prestam culto às suas divindades através dos pivetes, metaforizados como “cigarettes of eternity”.<sup>92</sup> A cor local que caracteriza os diferentes espaços religiosos aludidos – a igreja católica, o pagode chinês e a capela e o cemitério protestantes – remete para as relações anglo-portuguesas no território chinês, para a importância do mesmo no âmbito do *China Trade* e para os Descobrimientos Portugueses simbolizados pelo busto de “Da Gama”.<sup>93</sup> Tal como no poema de W. H. Auden, que já analisámos, também neste texto as Ruínas de São Paulo e a própria urbe são descritos como “A fragment of Catholic Europe”<sup>94</sup> no Império do Meio, que se funde com a vivência maioritariamente chinesa.

A singularidade do território leva autores como Colin Simpson a afirmar, em 1962: “if it were somehow

decreed that I could see no more new places, and could only revisit some of those I had been to, Macao would be one of the places [...] because it is such a pastiche and no other place is like it.”<sup>95</sup> Macau funciona assim como um espaço literário através do qual se representam de forma realista as relações anglo/sino-portuguesas desde o século XVI, o género, o exotismo e o erotismo do Oriente, bem como as trocas culturais entre ocidentais e orientais, evidenciando relações de poder e interesses económicos por entre vielas lusas e templos chineses em Macau. O enclave é, assim, representado como espaço pitoresco, sonolento, deserto, romântico e sobretudo histórico em romances como *CBP*, *Tai-Pan* e *An Insular Possession*, tornando-se um motivo cronotópico quer público (espaços abertos) quer privado (espaços domésticos e interiores) na lógica espácio-temporal dessas narrativas. O cronótopo da viagem é um tema constante em *CBP*, cuja acção começa e termina com as expedições marítimas de Thomas e Martha Van Mierop. No que diz respeito à representação de Macau enquanto cidade cronotópica nessa narrativa, e segundo a tipologia apresentada por Sue Vice,<sup>96</sup> o cronótopo funciona de três formas: a) como meio através do qual o texto representa a História, b) como imagem do tempo e do espaço no romance a partir da qual a representação da História é construída e c) como forma de discutir as propriedades formais do próprio texto em relação a outras narrativas, assentando a estrutura de *CBP*, em grande medida, na representação do espaço e tempo históricos em que o processo de formação de Martha tem lugar, ou seja, a Macau setecentista. O pulsar nocturno e diurno da urbe; os episódios apresentados como simultâneos num espaço (assim) fortemente ‘temporalizado’;<sup>97</sup> os afectos, a memória e o movimento das personagens nos espaços públicos, domésticos e suburbanos, entre os quais o mar, o rio das Pérolas e a China profunda; a relativa ‘insularidade’ de Macau; a decadência arquitectónica; os múltiplos ritmos humanos e os elementos etnohistóricos concorrem para a representação ficcional do horizonte macaense e fazem parte do aspecto cronotópico do *corpus* que estudamos no presente texto, pois, como afirma Ato Quayson:

“the innercity is a chronotope as Bakhtin defines it, the chronotope is a time-space organisation that calls up a specific affective response and allows us to relate an image to specific spatiotemporal and historical coordinates. [...] The chronotope of the

## LITERATURE

*alleyways, and dark streets [...] serves to signal a concern with the otherness of the cityscape even as a variegated racial (and class) demography is written onto it.*<sup>98</sup>

Na literatura inglesa, a Cidade de Santo Nome de Deus funciona, assim, como um motivo cronotópico que evoca o passado histórico através do espaço geográfico partilhado pelas autoridades portuguesas e chinesas e rentabilizado comercialmente pelos britânicos, característica que é enfatizada em *An Insular Possession* e *CBP*, tal como em *Amor e Dedinhos de Pé*, enquanto romances históricos (e os dois últimos *Bildungsromance* femininos), uma vez que o cronótopo relaciona de forma íntima a vivência humana com o contexto em que esta tem lugar,<sup>99</sup> no caso a urbe, que, enquanto expressão dessa experiência colectiva, incorpora os percursos e as histórias pessoais dos residentes. Tal como Frederik Tygstrup conclui, o facto de a representação da cidade como um ‘todo’ ser impossível acarreta um desafio duplo, quer em termos de técnica literária, ao exigir novas formas de

representação que veiculem a sensação de urbanidade, quer em termos da forma de (re)pensar a cidade e de identificar os inúmeros impulsos criativos a que esta dá lugar.<sup>100</sup> Enfrentamos esse mesmo desafio ao estudar quer a representação ficcional da Macau nas literaturas de língua inglesa de forma representativa quer o efeito que o território urbano tem nas personagens e sujeitos poéticos com base na forma como o espaço é percebido por estes e pelo próprio leitor. O imaginário Macaense na literatura inglesa, composto por motivos literários como a sonolência, a tolerância, as pitorescas calçadas, as construções arquitectónicas, a alteridade e o romance, reflecte um espaço geográfico e literário onde convivem várias etnias, comunidades e culturas, sendo, portanto, visões sobretudo protestantes e de cariz realista de um Oriente com feições portuguesas, uma vez que falar de Macau é recordar a gesta marítima lusa, sendo o território um retrato metafórico dos feitos heróicos dos portugueses, por sua vez materializados na multiplicidade cultural, ora familiar ora exótica, do enclave. **RC**

## NOTAS

- 1 Rogério Miguel Puga, “Macau enquanto ‘cronótopo’ exótico na literatura inglesa”, *Actas do I Congresso de Estudos Anglo-Portugueses*, Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 705-723 (artigo publicado em chinês in *Administração: Revista de Administração Pública de Macau* (Macau), n.º 59, 2003, pp. 117-139) e idem, “Macau na poesia inglesa: Sir John Francis Davis; Sir John Bowring; W. H. Auden; Gerald H. Jollie e Alexandre Pinheiro Torres”, in Ana Maria Amaro e Dora Martins (coord.), *Estudos Sobre a China VII*, vol. 2, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, pp. 847-882.
- 2 Vide Rogério Miguel Puga, “The Presence of the ‘Portugals’ in Macao and Japan in Richard Hakluyt’s Navigations”, *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* (Lisboa), n.º 5, 2002, pp. 81-115.
- 3 Idem, “A imagem dos navegadores portugueses na literatura inglesa setecentista: Robinson Crusoe, Captain Singleton e Gulliver na senda das rotas marítimas portuguesas”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* (Lisboa), n.º 8, 1999, pp. 62-63.
- 4 Idem, “Images and Representations of Japan and Macao in Peter Mundy’s Travels (1637)”, *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* (Lisboa), n.º 1, 2000, pp. 97-109; idem, “A dimensão da alteridade em ‘The Travels’ de Peter Mundy (1637): Contribuição para o estudo das relações anglo-portuguesas no Extremo Oriente”, *Revista de Cultura. Edição Internacional* (Macau), n.º 3, 2002, pp. 136-152 (também publicado na edição chinesa de *Revista de Cultura*, n.º 47, 2003, pp. 57-70); idem, “Macau e o *China Trade*: O estabelecimento regular da East India Company na China”, *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* (Lisboa), n.º 8, 2005, pp. 127-154; idem, “A Convenção de Goa (1635) e a Primeira Viagem (Luso-Inglesa a Macau)”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* (Lisboa), n.º 14, 2005, pp. 71-108 e idem, “As primeiras viagens inglesas a Macau (1635-1699)”, *Anais de História de Além-Mar* (Lisboa), n.º 6, 2005, pp. 159-214.
- 5 Expressão de Carlos Ceia, *Textualidade: Uma Introdução*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 49.
- 6 Vide Jeffrey Stone e Louise Little, *Letters to Rainbow: A Romantic Adventure Novel*, 2004, p. 141 e Donald G. Moore, *White Lotus*, 2004, p. 103, ambos publicados como e-books (iUniverse, Lincoln).
- 7 Cf. L. Strahan, *Australia’s China: Changing Perceptions from the 1930s to the 1990s*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, p. 176.
- 8 Ronan Paddison (ed.), *Handbook of Urban Studies*, Londres, Sage, 2001, pp. 1-11.
- 9 Vide Lewis Mumford, *The City in History*, Harmondsworth, Penguin Books, 1979, pp. 282-287; Mary Ann Caws (ed.), *City Images: Perspectives from Literature, Philosophy and Film*, Londres, Routledge, 1993, pp. 1-12; Richard Lehan, *The City in Literature*, Los Angeles, University of California Press, 1998, pp. 8-9; Kevin Lynch, *The Image of the City*, Cambridge-MA, Harvard MIT Joint Center for Urban Studies, 2000, pp. 1-13; Gary Bridge e Sophie Watson (eds.), *A Companion to the City*, Oxford, Blackwell, 2003, p. 1 e Joachim von der Thüsen, “The City as Metaphor, Metonym and Symbol”, in Valeria Tinkler-Villani (ed.), *Babylon or New Jerusalem? Perceptions of the City in Literature*, Amsterdão, Rodopi, 2005, p. 1.
- 10 Carlos Rotella, *October Cities: Redevelopment of Urban Literature*, Los Angeles, University of California Press, 1998, pp. 3, 14-15.
- 11 Joachim von der Thüsen, *op. cit.*, pp. 1-3.

## LITERATURA

- 12 Jules Verne, *Voyage Around the World in Eighty Days*, 1991, pp. 115, 125.
- 13 Veja-se Rogério Miguel Puga, “‘Macau’ e ‘Hong Kong’ de W. H. Auden: Uma abordagem comparatista”, *Administração: Revista de Administração Pública de Macau* (Macau), vol. 55, n.º 5, 2002, pp. 325-338. Para uma comparação entre a frenética Hong Kong e a pitoresca Macau, consulte-se o guia de viagem Jules Brown e Sophy Fisher, *The Rough Guide to Hong Kong & Macau*, Nova Iorque, Rough Guides, 2002, p. iii: “*Macau makes Hong Kong look like the gaudy arriviste it is.*”
- 14 Rogério Miguel Puga, “Macau enquanto ‘cronótopo’ exótico na literatura inglesa”, pp. 705-723 e “Macau na poesia inglesa: Sir John Francis Davis; Sir John Bowring; W. H. Auden; Gerald H. Jollie e Alexandre Pinheiro Torres”, pp. 847-882.
- 15 Vejam-se o relato de viagem de David Abeel, *Journal of a Residence in China, and the Neighboring Countries*, Nova Iorque, J. Abeel Williamson, 1836 [1834], pp. 63-70 e o romance de Susannah Broome, *The Pearl Pagoda*, Londres, William Heinemann, 1980, pp. 42, 48.
- 16 Aeneas Anderson, *A Narrative of the British Embassy to China, in the Years 1792, 1793, and 1794*, Londres, J. Debrett, 1795, pp. 389-393.
- 17 B. L. Ball, *Rambles in Eastern Asia*, Boston, James French, 1856 [1855], pp. 409-411.
- 18 Sir Rutherford Alcock, *The Capital of the Tycoon*, vol. 1, Londres, Longman, Roberts, Green, 1863, p. 19.
- 19 Cecília Jorge e Rogério Beltrão Coelho (eds.), *Viagem por Macau: Comentários, Descrições e Relatos de Autores Estrangeiros*, vol. 1, Macau, Livros do Oriente, 1997, p. 7.
- 20 Contemplamos algumas descrições norte-americanas de Macau devido ao detalhe e interesse das mesmas, pois, como afirma Bernard Mellor, na nota de abertura de Lindsay e May Ride, *An East India Company Cemetery: Protestant Burials in Macao*, Hong Kong, Hong Kong University Press, 1996, p. xv, é nos escritos da comunidade norte-americana que encontramos a maioria das descrições da Macau oitocentista, entendendo-se a nossa análise da imagem literária de Macau ao espaço anglófono, também através de fontes australianas.
- 21 Sobre esta temática, veja-se Rogério Miguel Puga, “A vivência social do género da Macau oitocentista no Diário de Harriet Low (Hillard)”, *Administração: Revista de Administração Pública de Macau* (Macau), n.º 56, 2002, p. 606.
- 22 Veja-se, por exemplo, o romance de Susannah Broome, *op. cit.*, pp. 107-108.
- 23 George Staunton, *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, Dublin, P. Wogan, R. Cross, P. Byrne, J. Rice, J. Haplin e N. Kelly, 1798 [1796], pp. 384-389.
- 24 Vide Alexander Michie, *The Englishman in China during the Victorian Era as Illustrated by the Career of Sir Rutherford Alcock*, Londres, William Blackwood and Sons, 1900, pp. 291-293.
- 25 Susannah Broome, *op. cit.*, pp. 27-28. Na página 91, a narradora descreve a população fluvial de Macau em juncos, sampanas e tancás, por entre vozes nativas.
- 26 Sobre a origem etimológica do nome da cidade, veja-se Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, “A deusa-Amá e o topónimo Macau”, *Macau* (Macau), 3.ª série, n.º 17, 2004, pp. 95-108.
- 27 Veja-se Rogério Miguel Puga, “Macau na poesia inglesa: Sir John Francis Davis; Sir John Bowring; W. H. Auden; Gerald H. Jollie e Alexandre Pinheiro Torres”, p. 856.
- 28 Vide idem, s. v. “Cemitério Protestante”, *Dicionário de História de Macau*, no prelo.
- 29 Susannah Broome, *op. cit.*, p. 35.
- 30 *Ibidem*, p. 36. Veja-se também página 71.
- 31 Sobre a ‘lenda’ da estada de Camões em Macau, consultem-se Pe. Manuel Teixeira, *A Gruta de Camões em Macau*, Instituto Internacional de Macau, Macau, 1999, pp. 7-27 e Rui Manuel Loureiro, “Camões em Macau. Um mito historiográfico”, *Revista de Cultura. Edição Internacional* (Macau), n.º 7, 2003, pp. 108-125.
- 32 Susannah Broome, *op. cit.*, p. 36.
- 33 *Ibidem*, p. 41.
- 34 Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. 1, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, p. 42.
- 35 Idem, *Residência dos Governadores de Macau*, Macau, Gabinete do Governador de Macau, 1999, p. 52.
- 36 Han Suyin, *The Enchantress*, Sidgwick & Kackson, Londres, 1985, p. 133.
- 37 David Lodge, *Modes of Modern Writing*, Edward Arnold, Londres, 1977, p. 25, afirma sobre o conceito de realismo: “*For obvious reasons, a verbal text can never be mistaken for the reality it refers to [...], the representation of experience in a manner that approximates closely to descriptions of similar experiences in non-literary texts of the same culture. [...] Thus the realistic novel, from its beginning in the eighteenth century, modelled its language on historical writing of various kinds, formal and informal: biography, autobiography, travelogue, letters, diaries, journalism and historiography.*” Sobre o conceito de realismo, consulte-se idem, “Analysis and Interpretation of the Realist Text”, *Poetics Today*, vol. 1, n.º 4, 1980, 5-18 e idem, *The Novelist at the Crossroads and other Essays on Fiction and Criticism*, Londres, Routledge, 1971, p. 4: “*... a particular mode of presentation which, roughly speaking, treats fictional events as if they were a kind of history, or in a more qualitative sense, to denote a literary aesthetic of truth-telling.*” Já Michael Riffaterre, *Fictional Truth*, Baltimore, The John Hopkins University Press, 1993, pp. xiii-xiv, afirma que a verdade na ficção assenta na verosimilhança, um sistema de representações que parece reflectir uma realidade externa no texto, sendo, no entanto, um fenómeno linguístico.
- 38 Susannah Broome, *op. cit.*, pp. 55, 58, 61-63, 73.
- 39 *Ibidem*, p. 17.
- 40 *Ibidem*, p. 49.
- 41 George Bennett, *Wanderings in New South Wales*, vol. 2, Londres, Richard Bentley, 1834, p. 27.
- 42 Vide J. Thomson, *The Straits of Malacca, Indo-China and China or Ten Years’ Travels, Adventures and Residence Abroad*, Londres, Sampson Low, 1875, pp. 275, 277.
- 43 James Clavell, *Noble House*, Nova Iorque, Delacorte Press, 1981, p. 19.
- 44 Lady Anna Brassey, *Around the World in the Yacht ‘Sunbeam’*, Nova Iorque, H. Holt, 1889, pp. 370-375.
- 45 James Wathen, *Journal of a Voyage in 1811 and 1812, to Madras and China*, Londres, J. Nichols, Son and Bentley, 1814, pp. 169-176.
- 46 James Clavell, *op. cit.*, pp. 89, 156, respectivamente.
- 47 Ian Fleming, *Thrilling Cities*, Londres, Jonathan Cape, 1963, p. 30.
- 48 *Ibidem*, p. 31.
- 49 Betty, *Intercepted Letters: A Mild Satire on the Hongkong Society*, Hong Kong, Kelly & Walsh, 1905, pp. 29-31.
- 50 Vide Pe. Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1999, pp. 14-25, 137-227.
- 51 A título de exemplo, veja-se a tradução do soneto de Camões “Alma minha gentil, que te partiste”, em *The Macao Review*, vol. 2, n.º 3, Setembro de 1930, p. 1 e o artigo “First Impression of Macao”, assinado “Hong Kong Boy”, *The Macao Review*, vol. 1, n.º 2, Janeiro de 1930, p. 19.
- 52 Michael Wise e Mun Him Wise (eds.), *Traveller’s Tales of the South China Coast*, Singapura, Times Books International, 1986, pp. 20-166.
- 53 Veja-se o romance de Timothy Mo, *The Redundancy of Courage*, Londres, Paddleless, 2002, pp. 40-41.



## LITERATURE

- 54 Mrs. Archibald Little, *The Land of the Blue Gown*, Londres, T. Fisher Unwin, 1902, pp. 332, 336.
- 55 Vide John Outcherlony, *The Chinese War: An Account of All the Operations of British Forces from the Commencement to the Treaty of Nanking*, Londres, Saunders and Otley, 1844, pp. 76-78.
- 56 James Clavell, *Tai-Pan*, Hodder & Stoughton, Londres, 2002; Margaret Gaan, *Red Barbarian*, John Murray, Londres, 1984 e Timothy Mo, *An Insular Possession*, Londres, Picador-Pan Books, 1987.
- 57 David Clarke, *The Cinematic City*, Londres, Routledge, 2002, p. 100.
- 58 Ward Just, "The Short War of Mr and Mrs Conner", in *The Congressman who Loved Flaubert: 21 Stories and Novellas*, Nova Iorque, Houghton Mifflin, 1998, p. 172.
- 59 David J. Andrews, *Lobster Calypso*, Hertford, Authors Online, 2003, pp. 30, 35, 274.
- 60 Vide Brad Olsen, *World Stompers: A Global Travel Manifesto*, São Francisco, CCC Publishing, 2001, p. 194 e Vanessa Lide Whitcomb e Michael Benson, *The Complete Idiot's Guide to Modern China*, Nova Iorque, Penguin Books, 2003, p. 224.
- 61 Graham Greene, *Travels with My Aunt*, Londres, Penguin Books, 1993, p. 68. O romance de Gerald Vizenor, *Hotline Healers*, Wesleyan University Press, Londres, 1997, pp. 2, 57-58, também apresenta Macau como uma "exotic residence" onde abundam casinos.
- 62 O primeiro romance de Timothy Mo, *The Monkey King*, Londres, Paddleless, 2000, pp. 5-6, descreve a situação de um macaense ou 'filho da terra', Wallace Nolasco, na Hong Kong dos anos (19)50, que utiliza os seus antepassados europeus como símbolo do seu legado familiar e estatuto colonial superior.
- 63 Sobre a representação e a presença do espaço urbano em geral na poesia anglófona, vejam-se Monroe Spears, *Dyonysus and the City: Modernism in Twentieth-Century Poetry*, Oxford, Oxford University Press, 1970, pp. 70-81 e Peter Barry, *Contemporary British Poetry and the City*, Manchester, Manchester University Press, 2000, pp. 4-56.
- 64 Vide transcrição do poema em Rogério Miguel Puga, "Macau na poesia inglesa: Sir John Francis Davis; Sir John Bowring; W. H. Auden; Gerald H. Jollie e Alexandre Pinheiro Torres", p. 854.
- 65 *Ibidem*, p. 857.
- 66 *Ibidem*, pp. 855-859.
- 67 Maria Pacheco Borges, "Órfã", in *Chinesinha*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1995, p. 17.
- 68 W. H. Auden, *Collected Poems*, Londres, Faber and Faber, 1991, pp. 175-176. Consulte-se Donald C. Baker e Elizabeth D. Baker, "A Great English Poet on China, Hong Kong and Macao: W. H. Auden and 'A Weed from Catholic Europe'", *Review of Culture* (Macau), n.º 25, 1995, pp. 241-248.
- 69 W. H. Auden, *op. cit.*, p. 176.
- 70 *Idem, ibidem*.
- 71 Hendrick de Leeuw, *Cities of Sin*, Nova Iorque, Willey Book Company, 1945, pp. 146-147.
- 72 De acordo com Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. 1, p. 316, o Hotel Boa Vista é arrendado durante quatro anos (1946-1950) pelo governo britânico como casa de repouso das Forças Armadas inglesas no Oriente, à semelhança do que aconteceu entre 1934 e 1937, quando Macau acolhe cadetes da Administração Civil de Hong Kong para aí aprenderem cantonense.
- 73 Veja-se o prólogo da obra e o número 6 da publicação mensal e trilingue (português, inglês e chinês) *Mosaico*, Janeiro de 1951, no qual Jollie publica alguns dos seus poemas ("Poetry").
- 74 W. H. Davenport Adams, *Famous Caves and Catacombs: Described and Illustrated*, Londres, T. Nelson, 1886, p. 190.
- 75 Cf. Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. 1, p. 316, de acordo com quem o poeta dedica alguns textos à sua amada. De facto, o sujeito lírico aborda várias temáticas intimistas em torno do amor e da figura da sua companheira ao longo de composições como "To a girl carrying four lobsters on the sea front"; "Midnight thoughts"; "Noon at Macao"; "Chinoiserie (from Théophile Gautier)" e "Macao" (G. H. Jollie, *The Edge of the World: Translations from the Chinese and Some Additional Poems*, Macau, Tipografia Mercantil de Nicolau Tolentino Fernandes & Filhos, 1949, pp. 20, 22, 24, 25 e 26, respectivamente).
- 76 Dana Brand, *The Spectator and the City in Nineteenth-Century American Literature*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 5-6, define este conceito literário como o espectador que vagueia pela cidade sem qualquer propósito definido, observando a vida urbana.
- 77 G. H. Jollie, "For Ah Kwai", in *op. cit.*, p. 23; tradução nossa.
- 78 *Idem*, "Macao", in *op. cit.*, p. 26.
- 79 *Idem, ibidem*.
- 80 *Idem*, "January afternoon" e "Santa Rosa de Lima: The Convent School", in *op. cit.*, p. 20. Sobre o recolhimento feminino, veja-se Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. 1, pp. 117-119.
- 81 Consulte-se Rogério Miguel Puga, "Macau na poesia inglesa: Sir John Francis Davis; Sir John Bowring; W. H. Auden; Gerald H. Jollie e Alexandre Pinheiro Torres", pp. 861-872, para um estudo dos poemas de Jollie, no qual traduzimos cinco dessas composições.
- 82 Os poemas são traduzidos para inglês por Deborah Nickson e revistos pelo poeta John Freeman.
- 83 Alexandre Pinheiro Torres, "Cemeteries", in *Trocar de Século: Poemal Century Sleep: A Poem*, tradução para inglês de Deborah Nickson e revisão de John Freeman, Fundação Oriente, Lisboa, 1995, p. 58.
- 84 *Idem*, "To live, to survive", in *op. cit.*, p. 60.
- 85 *Idem*, "Inheritances", in *op. cit.*, p. 66.
- 86 *Idem*, "The blood of Lotus", "Where to fly" e "Humanity digested", in *op. cit.*, pp. 44, 64 e 46, respectivamente.
- 87 *Idem*, "Life, the game", in *op. cit.*, p. 22.
- 88 *Idem*, "St. Paul's", in *op. cit.*, p. 50.
- 89 Anne Rouse, "A Sight In Macao", in *Sunset Grill*, Newcastle upon Tyne, Bloodaxe Books, 1993, p. 52.
- 90 Sobre a árvore do pagode, veja-se Graciete Nogueira Batalha, *Glossário do Dialecto Macaense: Notas Linguísticas, Etnográficas e Folclóricas*: Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 1977, p. 55.
- 91 Charles Thomlinson, "Macao", in *Skywriting and other Poems*, Chicago, Ivan R. Dee, 2003, p. 54.
- 92 *Idem, ibidem*, p. 55.
- 93 *Idem, ibidem*, p. 54.
- 94 *Idem, ibidem*.
- 95 Colin Simpson, *Asia's Bright Balconies: Hong Kong. Macao. Philippines*, Londres, Angus & Robertson, 1962, p. 173.
- 96 Sue Vice, *Introducing Bakhtin*, Manchester, Manchester University Press, 1997, pp. 201-202.
- 97 Vide Mike Crang, "Rhythms of the City: Temporalised Space and Motion", in Nigel Thrift e John May (eds.), *Timespace: Geographies of Temporality*, Londres, Routledge, 2001, pp. 188-191.
- 98 Ato Quayson, "Postcolonialism and Postmodernism", in Henry Schwarz e Ray Sangeeta (eds.), *A Companion to Postcolonial Studies*, Oxford, Blackwell, 2000, pp. 104-105.
- 99 Consulte-se Gary Samuel Morson, *Mikhail Bakhtin: Creation of a Prosaics*, Stanford, Stanford University Press, 1990, pp. 366-370.
- 100 Frederik Tygstrup, "The Literary City: Between System and Sensation", in Valeria Tinkler-Villani (ed.), *Babylon or New Jerusalem? Perceptions of the City in Literature*, Amesterdão, Rodopi, 2005, p. 229.



"Enseada de Bengala", map by João Baptista Lavanha in *Quarta Década da Ásia* by João de Barros, published in 1615.

# A Probe Into Macao's Political Economy and Trade Relations During the Mid-Qianlong / Pombaline Period

TEDDY SIM\*

## A SURVEY

Since its reversion to the People's Republic of China in 1999, Macao has been in the process of evolving and re-forging its role in the region. Like its more prosperous counterpart Hong Kong, Macao is situated at the tip of the resource-abundant and well-networked region of the Pearl River. However, it always seems to score one grade lower than Hong Kong whenever economic and production indicators are applied to assess its developmental status. These two cities are located in a prosperous Asian economy, and they need not be directly competitive with each other. As one observer has noted, Macao could tap into entirely different markets – it could be a window to the Latin and Lusophone worlds thanks to its different heritage compared to Anglophile Hong Kong. Despite

limits to the cross-application of historical settings, an increased appreciation of Macao's roots can perhaps give new vigour to this settlement because there was a time when Macao was operating as the “sole” gateway vis-à-vis Canton in the 18<sup>th</sup> century.<sup>1</sup>

The field of the history of Macao during the medieval or early modern period can be divided into three main areas: i) studies of the Portuguese (for instance, the *Senado*, the missionaries, etc) and their business in the settlement (for example, their jurisdictional, judicial, and charitable activities, as well as their management of other ethnic groups within the city); ii) studies of the relations, especially foreign diplomacy, between the Portuguese and the Chinese or the English;<sup>2</sup> and iii) studies of various aspects of trade and specific commodities.

This paper will focus on one brief aspect of the last of these areas. One monograph which attempts an admirable sweep of trade history from 1630 through the 1750s is George Bryan Souza's *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea (1630-1754)*. Earlier, in his work *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade (1555-1640)*, C. R. Boxer tapped many of the sources available in Lisbon. A survey of

\* Ph.D. in Wollongong, Australia, 2002, Teddy Sim's interests are focused on episodes of Portuguese intervention on the China coast during the Ming-Qing transition, the 18<sup>th</sup> century and the Boxer Uprising, as well as on Portuguese activities in Taiwan.

*Doutorou-se em Wollongong, Austrália, em 2002. Os seus interesses centram-se na intervenção portuguesa nas costas da China durante a transição das dinastias Ming/Qing, na Revolta Boxer e nas actividades dos Portugueses em Taiwan.*

## HISTORIOGRAFIA

Macao's maritime commerce at the end of the 18<sup>th</sup> century can be found in the 1991 issue of the *Revista de Cultura*.<sup>3</sup> An earlier work encompassing a broader sweep of the second half of the 18<sup>th</sup> century is A. M. Vale's *Os Portugueses em Macau, 1750-1800*. By and large, as in other areas of Portuguese historical studies, research by historians (especially Portuguese historians) has focused primarily on the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries.<sup>4</sup> This trend extends to commodity studies as well; for instance, R. Ptak's study of the transport of sandalwood to Macao during the Ming Dynasty.<sup>5</sup> In terms of the relations between Macao and other specific places, B. V. Pires' research connecting Manila to Macao is a comprehensive work worthy of mention.<sup>6</sup> Providing a wider background context, a Braudel approach to the study of the Indian Ocean and the adjacent seas has culminated in an authoritative work by K. Chaudhuri.<sup>7</sup> On the Pombaline period, the one or two studies that mention the East—by F. Hoppe (1960) and A. Carreira (1983)—are out of print and not easily accessible.<sup>8</sup> Of greater impact, the British ascendancy and also perhaps the Seven Years' War are beginning to be understood in terms of their effect on a global and geostrategic scale.<sup>9</sup>

On the Chinese side—and moving inland—much has been done to map mercantile networks: for instance, C. K. Ng's work on the Amoy network in coastal China in the late 17<sup>th</sup> and early 18<sup>th</sup> centuries.<sup>10</sup> The opening-up and development of trade along the coast, and the evolution towards the restriction of foreign access to just one port are reasonably well-established. Up until the period under investigation in this paper, the tussle was still unfolding and in fact had reached its peak in the eruption of the well-recorded Flint incident. Reasonably well-recorded, also, is the rise of the Cohong merchants, with increased attention to individual merchant families and the roles they played in the Canton trade.<sup>11</sup> Generally, the articles of trade available in Canton were fairly well-documented and listed. Moving farther inland, one specialist on Macao historical studies (K. C. Fok) has remarked that there is "much" literature on the economic and

commercial developments in the Pearl River Delta, although this writer feels that many of these focus on the contemporary era.<sup>12</sup> Specifically on the economic relations between Canton and Macao, and perhaps overlapping with port-hinterland studies, the thesis published by P. Van Dyke, though it focuses on the former, reveals a considerable amount about the role of Macao, and unveils further details on procedures and previously overlooked observations (especially regarding defence). In fact, Van Dyke's work is ground-breaking because it encourages researchers to perceive Canton and its surrounding settlements, including Macao, as an interconnected and functioning economic unit focused on the former. Macao and other inland centres may also be explored spatially and as demographic thresholds of demand. Earlier, W. Skinner's landmark study on rural China touched on the Pearl River Delta,<sup>13</sup> and may be seen as a linkage to Annales-style Chaudhuri studies of marine trade through the intermediary of port-hinterland research.

In terms of foreign relations, the Sinocentric model (suggested by J. K. Fairbank)—that of viewing all official relations as guises for bearing tribute to the Son of Heaven—has diminished in influence as more extended versions of this model have been propounded (for instance, K. C. Fok's "Macao formula"). Yet the thesis remains that the Chinese were able to relegate or confine Westerners to some manageable corner of the empire. From the perspective of Western colonial powers (although Portugal had never been a major one), this was a period in which they were still "deferent," even though there is increasing evidence that they too engaged in the probing and "testing of boundaries."<sup>14</sup>

The author of this article feels that there still might be merit in a more Macao-centred or Portuguese-oriented perspective, such that the hub of activities that were intrinsic to Macao are not overlooked or lost. This study has two modest objectives which will hopefully contribute to the history of commerce in Macao:



a) to follow a lead in Fok's article (above), to see if the *riscos* of the *Misericórdia*, together with some printed primary sources, have more to say about the emphasis of investments and other details pertaining to commerce during the mid-Qianlong/Pombaline period;

b) to link the discussion of trade to the larger context of the political economic climate.

## RISCOS

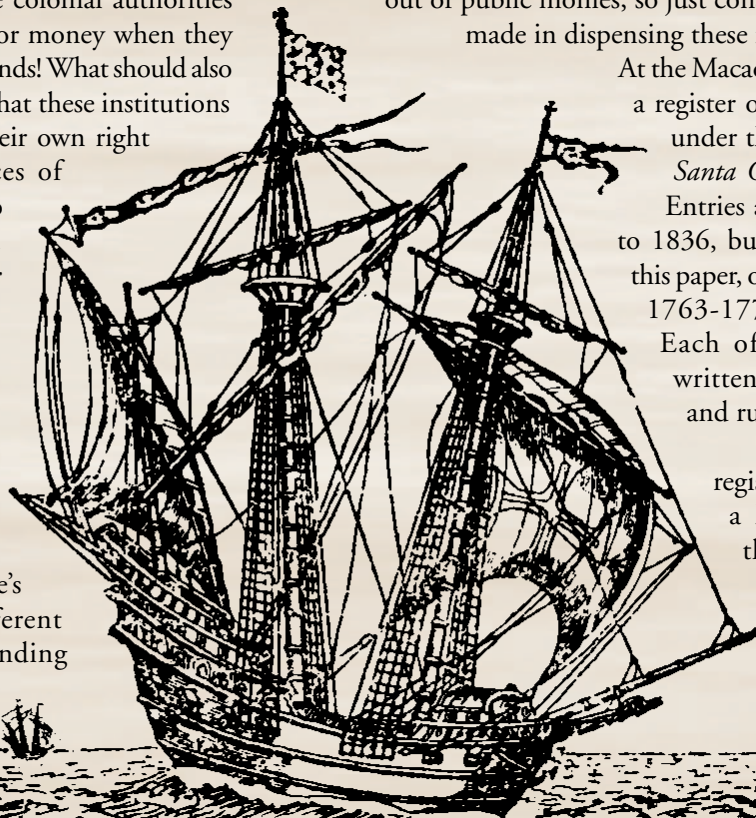
Found in most overseas colonies, the *Santa Casa da Misericórdia* was a feature unique to the Portuguese empire. This institution ran charities, hospices and hospitals for the poor, and was involved in providing food and shelter to the needy, burying the dead, and ransoming captives. Although aid was supposed to be restricted to themselves and their family members, in fact it was often extended to a wide range of people. In the local context, it should be noted that the posts in a *Misericórdia* were occupied by persons of prestige or those who served in some capacity in the colonial bureaucracy, for example, as *provedores*.<sup>15</sup> In fact, it was not surprising for the colonial authorities to raid the *Misericórdias* for money when they themselves were short on funds! What should also be highlighted is the fact that these institutions were good investors in their own right and often made advances of monies to well-to-do people, usually in return for interest. A *risco de mar e terra* was an insurance-cum-loan advancement to a merchant who wished to undertake a trade venture at sea (or on land) in return for a sum of interest on top of the principal sum. Hence, in the context of Van Dyke's observation of how different players in the money-lending

business exerted an effect on the prices of commodities, the *Misericórdia* in Macao was likely to have been quite influential, considering that credit-worthy persons (as well as those who were less credit-worthy) approached it for loans.

To be sure, the *Misericórdia* was not the only one who issued such loans; the *Senado* of Macao provided them as well. "Approvals" for these loans can be seen regularly in the collection of Macao's senate documents.<sup>16</sup> A report dated April 1771 enumerates the factors taken into consideration when deciding upon the distribution of *riscos do mar* (as well as of loans for business undertakings on land). The criteria considered included the quality of the ships, the reputation of the undertakers, and nature of the voyage. As negative illustrations of applications for loans that were rejected, we find that Nicolao Pires Vianna and Vicente Jozé de Campos did not make it; the former failed to meet the first two criteria, and the latter did not have up-to-standard ships. Of the two, Nicolao Pires Vianna regularly took loans jointly with another person from the *Misericórdia*. In the end, funding for the loans came out of public monies, so just considerations had to be made in dispensing these funds.

At the Macao Historical Archives, a register of *riscos* is catalogued under the documents of the *Santa Casa da Misericórdia*. Entries are dated from 1763 to 1836, but for the purpose of this paper, only documents dated 1763-1777 were examined. Each of these entries was written using a set format and rubric.

A typical entry in the register of *riscos* features a header, centred at the top of the page, giving the name of the lender, the amount loaned,



## HISTORIOGRAFIA

the destination of the voyage, the type and name of the vessel, and the year in which the loan was given. The main text of the entry starts with the date on which the lender presented his petition to the board (which was presided over by a number of superintendents or comptrollers, one of whom is named). The petition states and reiterates the amount requested, the type and name of the vessel, and the destination. This dispatch was to be passed to a *thezoureiro*, who would issue the loan in “good pataca silver weighed by the balance scale of the House.” This was taken by the named lender at a certain interest rate, “with risk in the *fazendas* (goods),” who would repay the sum within one month of disembarking on return to this city, so as to be freed from any further impositions. Finally, the document would state that the lender and all the members of the board would sign their names at the bottom of the document. A note would usually be scribbled to the right of the main body of text, indicating whether the contract had been “rightfully repaid and gained,” usually a year later. It seems from the register that many of the borrowers were able to settle the debts as stipulated, although a few repaid at later dates.<sup>17</sup>

In a survey of 150 such entries,<sup>18</sup> the top five borrowers were Antonio Jozé da Costa, João Ribeiro Guimarães, Simão Vicente Roza, Nicolao Pires Vianna, and Manuel Pereira da Fonseca. A couple of loans were even undertaken by a woman named Maria Pereira. Added to the list of men of “dubious” reputation who approached the *Misericórdia* as an alternative source of liquidity were Simão de Araujo Roza and Thomé Francisco de Oliveira; the former undertook trading voyages abroad on at least two occasions without a license. In addition to these persons of lesser repute, however, several men of better standing also went to the *Misericórdia* for loans. Among the top five borrowers, Guimarães and Roza, for instance, were themselves *procuradores* of the *Senado*. Apart from the above, there were at least half a dozen more persons associated with the *Senado* who also took loans from the *Misericórdia*. These were Joaquim Lopez da Sylva, Manuel Lopez Correa, Manuel Pereira da Fonseca, Antonio Correa de Liger and João da Fonseca e Campos. It should be noted that virtually all these loan applications were approved, with one possible exception.<sup>19</sup>

The amount of the loans ranged from 100 to nearly 4000 taels. There is no discernable correlation between the amount of the loans and the destination

of the voyages. One trip to Java might merit a loan of up to 3500 taels, while another trip to the coast of India might require only a few hundred taels. It is worth noting, too, that the *Misericórdia* may not have been the only source of finance available. In any case, the amount of the loan would also depend on the cargo on board. The interest rate was usually pegged at 20 percent, although this was occasionally raised to 25 percent for voyages to locations in the Province of the North and its surroundings (including Surat). Perhaps due to questions of credibility, one borrower was charged 25 percent interest for a trip to the coast of India (not including the North), while another was charged the usual 20 percent for a trip to the North. In this regard, Van Dyke has shown that it may have been cheaper for Westerners to take loans from Chinese lenders than vice versa. The types of vessels sailing on these voyages were mostly in the “small” category, including *barcos*, *chalupas* and *palas*.<sup>20</sup> However, no attachments or details were found pertaining to the cargo these ships were carrying.

The main destination of the voyages was usually listed as the “coast of India.” Often, an intermediate stopover point would also be noted; for instance, “Madras, coast of India” or “Ceylon, coast of India.” At other times, the furthest point of the voyage would be stipulated, for example, the “coast of India till Goa.” Logically speaking, if the furthest destination were Goa, the vessel would very likely pass by places like Coromandel or Madras before rounding the tip of the sub-continent. However, it is the opinion of this author that ships would not stop at these locations unless it was specifically highlighted in the entry. Vessels under bond went to other locations in India as well, including Bengal, Coromandel, Bombay, Surat and the North. Goa was the most common end-point listed in the records. In Southeast Asia, destinations included Cochinchina, the coast of Java (sometimes specifically Batavia), the coast of Malaya (at times specifically Melaka), and islands of Timor and Solor. Given the conditions for sailing during that period, ships going to India via the Straits of Melaka usually arrived and stopped at Melaka around August and waited there until January of the following year before sailing on. M. Oleiro is of the opinion that ships may have stopped over at other ports along the Malaya coast as well.<sup>21</sup> Further afield, one entry specifically listed in the register was as far away as Mozambique (passing ports

## HISTORIOGRAPHY

## BAY OF BENGAL

of the North along the way). All in all, the round-trip journey between India and Macao took about a year, which explains the payment of most loans a year after they were made.

From data in Souza's *The Survival of Empire*, we find that ships were allowed to, and frequently did, sail to Melaka and Batavia in the period 1700-50. Some of these ships would have continued to sail on to India despite Goa's restrictions. In fact, the English settlements in India were already attracting people and trade at the end of the 17<sup>th</sup> century.<sup>22</sup> As indicated above, many of the vessels surveyed in the *riscos* between 1756 and 1775 were sailing to India even though, after Plassey, British hegemony would not be firmly established until the last decades of the 18<sup>th</sup> century. By comparison, fewer numbers seem to be taking loans for voyages to Java and Batavia. However, the actual figures of voyages to Java may be incomplete, as this study only surveyed sources related to one institution.

Along with the destination of each voyage, one entry in the *Chapas Sinicas*, dated October 1761, gives the number of ships sailing under the different major flags visiting the coastline of Guangdong: there were thirteen ships flying the English flag and two flying the Dutch.<sup>23</sup> For some reason, no identification was made of Portuguese vessels. As for the array of goods and commodities being traded, a set of transcribed *relações* by a governor of Angola (of whom we will hear more below), which roughly corresponds to the duration of the *riscos*, provides useful information on the cargos carried along each route.

From nearby in Southeast Asia, the goods that were picked up on the way to China included fine sugar, camphor and benzoin from Aceh. Ambom<sup>24</sup> was re-exported from Batavia. Coral in Southeast Asia came from Pegu. From New Spain or the Philippines, woollen cloth was re-exported to China and eventually to Madras. Finally, from the Malayan coast came bird's nests.<sup>25</sup> From Malabar, Coromandel and Bengal in India, the following commodities came to China: cotton, pepper, sandalwood, shark's fin, cardamom, timber, cow's hides (red and black), wood, cloth (fine and coarse as well as plain or printed), (medicinal) opium, rice, raw silk, and saltpeter. From other parts of India, agate beads were carried to Cochinchina from Surat before being re-exported to China. Fish maw came from Bombay. *Meira goma*<sup>26</sup> came from Calcutt. Clove oil and sandalwood oil came from Ceylon,

although it was also available in Malabar. Finally, pearls were traded at Madras and brought to China.<sup>27</sup>

Goods that hailed from an even wider network—as far away as Muscat—included a number of commodities that were probably re-exported from India. For example, both incense and indigo were exported from Muscat and sold in Surat. Myrrh was likely to have been shipped from Muscat in a similar fashion. Presumably, however, not all goods were re-exported from Surat; rhinoceros' horns, for instance, passed through Goa and Malabar before going to China. Dates and attar of roses were found at Madras and Coromandel, respectively, before transiting through Melaka to China. Almond, mocha coffee and wheat came from Muscat, while the last-mentioned was also exported from Bassora. Finally, boxes of cloth came from Anjengo, and precious stones and pearls came from Persia, which were probably produced in India as well.<sup>28</sup> At this point, it can be casually observed that the discrepancy between the variety of commodities moving to China from West Asia (i.e. Muscat) and the lack of sponsorship of loans for voyages beyond India (as well as the gap between the information recorded in the *riscos* and in the *relação*) can be explained by the fact that most of the goods from Muscat could be picked up in India.

For some categories of commodities, the sources of supply were more diverse, as they were available in more than one place. Opium, for instance, came in two types, red and black. Red opium was further sub-divided into: a) small, flat pieces of which about 80 weighed a picul, and b) "round" pieces, of which about 60 weighed a picul, both from Persia. There were three categories of black opium, all from Patana: a) 50-65 pieces weighing a picul, b) 42-47 weighing a picul, and c) 32-40 weighing a picul. Of the other "miscellaneous" types, there was mention of at least one more from Persia and another from Manila. Red opium was not sold in China; the first type of black opium was sold in China for between 300-700 Spanish patacas (and could range as high as 200-1000 patacas), and was bought in from Coromandel and Malabar. Another type (*gamboa*) sold in China was similar to the second type of black opium. A third type sold in China, opium in straw form, was also similar to the second type of black opium.<sup>29</sup> The black opium from Patana (Patna), which came from Bihar in Bengal, conformed with developments of the day during

## HISTORIOGRAFIA

a period when the British were exerting their rule there. Secondly, the British were seeking to increase the export of this good to balance the deficit in their tea trade with China. Macanese were able to pick up opium (and other goods) from the southern ports of India as they were shipped down via the internal coastal trade network.

At Macao, a 1757 entry in a collection of senatorial documents reveals an attempt by the *Senado* to “raise” prices to make opium a “fine” (high-class) good. Understandably, this would have had an effect on the customs collected on opium, which had until then yielded 16 taels (at 4% on 400 taels per picul) and more (up to 25) as prices rose.<sup>30</sup> From the perspective of Goa, the Viceroy was not only interested in the price, but also in ensuring that the merchants at Macao did not buy opium from foreign ships, which would presumably affect the contribution made by Macao traders. In this light, another entry in the senatorial documents notes a negotiation that took place over the possible withholding of a cache of (possibly illegal) opium in Melaka.<sup>31</sup> In fact, Thomé Francisco de Oliveira—one of the borrowers of *Misericórdia* funds mentioned above—was noted to have been involved in opium smuggling as well.<sup>32</sup> Cross-referencing Van Dyke’s work, which also mentions the trade of opium in Macao, it is understood that business involving this good only came to Canton belatedly during the mid-18<sup>th</sup> century and Macao did not become the exclusive agent for the commodity arising from, as observed by a contemporary in the early 19<sup>th</sup> century, “excessive” interference by Goa. On the Chinese side, the ban on opium was in force during the reign of Qianlong’s father and the good was only imported for “medicinal” purposes.

But it is in the case of tobacco that the political economy of price determination can be more fully demonstrated. The Portuguese would usually be asked to leave aside a portion of imported tobacco for the mandarins and the emperor. It seems the mandarins would pay for it. In August 1768, the receipt and payment according to an agreed price did not provoke any complaints on either side. However, the issue that subsequently surfaced demonstrated dissatisfaction on the Portuguese side: they had to be accountable to Goa and Lisbon, and to explain why tobacco was provided for some “scandalous” reason.<sup>33</sup> The *Estanco Real de Tabaco* (Royal Tobacco Monopoly) of Goa

sent endorsements certifying that certain batches of tobacco were to be set aside for the emperor.<sup>34</sup> Cross-referencing the *Chapas Sínicas*, we find that on other occasions, the “contribution” of tobacco to the emperor was accepted “willingly” as an expression of gratitude for the emperor’s “benevolence and vassalage.”<sup>35</sup> The culmination of this series of developments, which came in the form of an *alvará*, dictated possibly after consultation with the *Junta da Administração do Tabaco* (Tobacco Administrative Council) in 1763, was this: for the quantity of tobacco that was to be “sold” to the emperor (600 *arráteis* that season), the Senado was to make up the difference between the price and the amount paid. Furthermore, some *moradores* of companies in Macao would chip in to cover the difference. There was to be no compromise on the prices set by the *Junta* in the royal resolution issued the previous year (1770).

Macao had been dependent on a lifeline of basic supplies from mainland China since the Portuguese first established a foothold there. Native produce at Macao, as recorded in the gazetteer, was limited: wheat, some vegetables, fruits like tomatoes and peaches, cloves, a variety of fish and crabs, and a “foreign” species of duck. It is not difficult to find occasions when the supply of rice ran into problems. Indeed, this might be the reason why ships carrying rice did not pay *direito* (customs) on it, as was expected for other products. It is apparent that the *Senado* operated some form of reserve granary; a request for the Senado to release a stockpile of the grain on one occasion in February 1768 was turned down.<sup>36</sup> In the same year, an eruption of conflict in China caused the price of rice in Canton and Macao to rise, and the Senado was asked to store rice coming from Bengal and Batavia.<sup>37</sup> In June 1774, the authorities at Goa even stepped in to ask the Senado to help the poor of the city in a way that did not increase unnecessary administration or the intervention of middlemen, because many were turning to the Chinese for loans which sustained interest of up to 40 percent!<sup>38</sup>

In his recent book, Paul Van Dyke reveals that the trade routes and types of goods carried were influenced by loans from Chinese and European businessmen. In addition to the Cohong at Canton, the EIC, and the merchant-*senadores* at Macao, Van Dyke notes that merchants in the junk trade, English private traders, and small-timers from Macao and



## HISTORIOGRAPHY

other states also influenced the nature of the trade. It is worth noting that for part of the period under study, Macao underwent a major economic crisis from 1745-60. The reasons for the downturn were not fully accounted for. An obvious manifestation was that the fiscal balance of the settlement was, for prolonged periods, in the red—a contrast to the financial health in better times. Revenues earned from trade were in shortfall arising from multiple causes which interacted with one another. From one angle relevant to our discussion on loans, it was noted that merchants were not able to secure borrowings during the period. The record of *riscos* under this investigation does not provide information on the pre-1760 period, otherwise, it would have been interesting to study the extent to which the *Misericórdia* was able to extricate the city from this situation. Regarding the goods and commodities that comprised the trade, many manufactured pieces were brought to Canton to be finished, and were then re-exported. Hence, much of the merchandise that was supposed to have been exported from Macao did not in fact transit through that harbour. This might account for why it was once suggested that the Portuguese set up a company at Canton themselves (possibly erecting a building in the factory area where the other Westerners were concentrated?). However, doubts were raised as to whether this would cause confusion in the jurisdiction of trade and a decline in Macao's livelihood. On a related issue, given the close economic relations between goods produced and goods exported, an entry in the senatorial documents suggests that customs on re-exports should not be levied twice if these goods had to be shipped from Macao.

The hinterland, known as Lingnan, represented a macroeconomic region of its own—one of some eight such regions in China proper.<sup>39</sup> The region was generally dominated by Canton, a city on the “confluence of three navigable rivers in their flow to the sea – the West River, the North River, and the East River.”<sup>40</sup> Canton in its own right was also a port of paramount importance in maritime trade on the south-eastern coast of China. In terms of production, “a mild climate permitted triple cropping in the alluvial lands, especially the delta of Pearl River, which flowed from [the city of] Canton,”<sup>41</sup> while farther inland, Lingnan experienced much lower rates of productivity. “Lingnan's wealth was partially based

on the production of goods for sale<sup>39,42</sup>—manufactured goods such as iron pots and pans for export. A glance at a local gazetteer reveals the abundance of commodities produced in Xiangshan: a variety of staples such as rice, glutinous rice, wheat, and sesame; textiles such as cotton and gunny sacking; wines and vinegars; a variety of melons, vegetables, and fruits, as well as flowers, herbs, and straw; canes, wood, and numerous feather, fur, and marine products.<sup>43</sup> Goods from other economic regions and provinces also streamed into Canton for trade with the outside world, including, for example, tea from Fujian. It is worth noting that an increasing number of orders for Western-style objects (such as furniture and porcelain) were placed with local shops at Canton. The Cantonese had the most exposure to aspects of Western culture and this fact, coupled with the relatively high level of technology and craftsmanship in the region, meant that Cantonese craftsmen were able to imitate many of these products. In terms of imports, the Chinese also found it increasingly worthwhile to buy from abroad goods that they themselves had once produced—for example, certain fruits and cotton—a sign of the increasingly globalised nature of trade and the principle of comparative advantage at work. Hence, by referencing the *relação* by the governor of Angola, we find that China exported a variety of products: sugar (rock and fine), musk wood, pearls, *tutinbaga*,<sup>44</sup> camphor, pitch, alum, red and white wood, raw silk, tea (green and black), Chincheu crockery, dyed cotton cloth, iron pots and pans, rhubarb, tin products, paper umbrellas and *seuchon*<sup>45</sup> as well as satin (black or rose).<sup>46</sup>

## POLITICAL CLIMATE

The main event in Macao during the period under investigation in this paper (i.e. 1756-75) seems to have been the expulsion of the Jesuits, an offshoot of the wider campaign implemented in Portugal and other places overseas.<sup>47</sup> This view overlooks the fact that a key feature of the Pombaline period was economic and financial reform. Nevertheless, the persecution of the Jesuits must have resulted in substantial economic losses, as the Jesuits were often prudent investors themselves. However, the ruthless efficiency associated with the dictatorial regime did not appear to bring about a forceful revival in the East. The prevailing

HISTORIOGRAFIA



strategy of the top leadership was to make a comeback via the formation of a company along the lines of the EIC. Prior to Pombal's appointment as the first minister, a *Companhia da Ásia Portuguesa* (formed in 1753) seems to have taken off, but subsequently appears not to have done well. The larger developments in the East were noted in the proposal of "useful idea" by Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Governor of Angola between 1764 and 1772. Although an official in West Africa might seem at first to be "unqualified" to comment on affairs in India, it should be noted that the higher leadership did include certain groups who were cosmopolitan and who kept abreast of the latest developments in commerce, which made their insights a worthy source of substantiation for the happenings of the day.

Dom Francisco Inocêncio noted that "a few" companies formed earlier had closed down because of internal failings, which was why the formation of such companies should perhaps best be undertaken on a private basis. The crux of Dom Francisco Inocêncio's plan for eastern revival lay in forming companies and encouraging them to compete, thus boosting trade. The role of the state was to create a conducive environment for commercial activity by advising on prices, setting up *alfândegas* (customs houses), and providing the necessary protection. "Advice" on prices was necessary because early modern markets were imperfect by themselves, as Dom Francisco Inocêncio possibly realized – the EIC was still operating as a monopoly in the 18<sup>th</sup> century, despite increasing participation by private traders. Protection was needed because the early modern maritime world was a hostile environment in which it was not as easy to define who was and who was not a pirate. More importantly, we find corroboration in his proposal of the array and variety of goods whose final destination was China, mentioned in the *relação* cited above. The report also reiterates the demand for Indian goods in Portugal and the Americas.<sup>48</sup>

One possible reason for the dismal performance of those isolated Portuguese companies that did manage to get off the ground was that India and the East were not top priorities because, as the Overseas Minister remarked, "Portugal without Brazil is an insignificant

power."<sup>49</sup> In fact, hand-in-hand with Pombal's monopolization of power at the centre, it might be of interest to learn that during the Pombaline period India and the Far East were placed under the jurisdiction of an administrative structure based in Portuguese America, specifically, at Rio de Janeiro. This implies that Portuguese trade in the East may have been a mere fraction of that in Brazil, and that where the *Casa da Índia* was concerned, the eastern trade may have been very closely tied to Brazil through *naus* that stopped there en route back to Portugal.<sup>50</sup>

Despite the orientation towards Brazil, the eastern capital at Goa, in conjunction with the *Casa da Índia* at Lisbon, continued to coordinate economic measures on a global scale to preserve the king's shrinking earnings there. To this end, reminders were issued to Macao ships (for instance in 1772-73), that they were not to buy *fazendas* along the Malabar coast. Previously, Lisbon and Goa had forbidden ships from Macao to sail to the Malabar coast, but this was flouted to some extent as these vessels continued to venture there to pick up ballast goods.<sup>51</sup> In fact, except for the stipulated number of ships "obligated" to travel to Goa (which were to pay customs), no other ship was permitted. But the merchant-*senadores* had their own plans. In Macao, the Captain-General appointed by Lisbon continued to tussle with the *senadores*, and the reason the Macao merchants continued to pay obeisance to him was probably due to the benefits they could accrue by doing so: for instance, the diplomatic back-up and leverage provided by colonial officialdom in dealing with other foreigners.<sup>52</sup> Ships travelling from Goa to Macao were still required to carry the *carta do passaporte* (cartaz).<sup>53</sup>

Meanwhile, in terms of the wider scene of international politics, after the mid-18<sup>th</sup> century, fear of the Dutch threat never totally dissipated. Indeed, it was highlighted in April 1776 when Goa prohibited Macao from giving more permanent residences to the Dutch in that city. The attached document, dated the year before, raises the question of the potential trouble that Dutch residents in Macao could cause. In addition to smuggling, they might manufacture arms and collude with those whose interests were against the city; recall that the very real Dutch threat in 1622 had almost succeeded in overthrowing the Portuguese presence there.<sup>54</sup> Surprisingly, the Portuguese, with English "endorsement," were more "hospitable"

The Indian Ocean from the Maldives to the tip of Sumatra produced from 16<sup>th</sup> century Portuguese cartographic information. In Christovam Ayres' *Fernão Mendes Pinto e o Japão*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1906.

## HISTORIOGRAFIA

towards another of their arch-enemies, the Spanish. A *chalupa* from Manila was allowed to enter Macao harbour to buy necessities because the English had “granted” peace to Macao in 1762. This was despite the fact that Spain had joined the Seven Years’ War (1756-73) in 1762 against England and its allies. But that conflict was coming to an end, and perhaps it was thought that the Spanish would not make much of an impact on the outcome.<sup>55</sup>

To summarize the discussion up to this point, one can see that although the actual impact of a supposedly “ruthless, efficient” dictatorship was minimal in the East, a great deal was going on behind the scenes. The *relação* by Dom Francisco Inocêncio at least confirms what kinds of commodities were carried by Portuguese traders along existing routes of the day. Goa continued to extract revenues for the king, and Dom Francisco Inocêncio’s proposal expressed the hope of tapping more such revenues. Nevertheless, just as the EIC was losing control of the country traders (the protagonists of the impending commercial revolution), Pombal and his enlightened cadres, in trying to imitate the best EIC practices, were not able to impose their will any better on the *levantado* traders, a number of whom held dual status as members of officialdom (i.e. the merchant-*senadores*). Meanwhile, despite its declining hegemony and secondary presence in the Far East, the Dutch continued to have some influence on trade routes and even raised fears at Macao, as is evident from the fact that the idea of increasing their presence was rejected. The passing but global effect of the Seven Years’ War also managed to threaten the Macao-Manila link for a while, at least until nearer to the end of the conflict.

On the Chinese side, the political climate during the middle period of Qianlong’s reign (i.e., 1756-76) seemed to be less “xenophobic” than that of his father, Yongzheng. By this time, dissidents on Taiwan island (most notably, Koxinga) had largely been exterminated, although rumours and conspiracy theories associated with supposed renegades-in-hiding continued to linger among the common folk.<sup>56</sup> In a survey of collected edicts dating from the middle period of Qianlong’s rule, we find entries on dissidence by the literati and on proposed censorship.<sup>57</sup> Other, more subtle undercurrents also created simmering tensions during this relatively glorious period: socio-demographic changes led people to embrace more mystic and sectarian

faiths, such as the White Lotus religion, which broke out in rebellion in 1774 in the middle Yangtze region. Although the inhabitants of the Lingnan region were excused in this round, their past association with the Ming cause kept them under surveillance by the court, albeit on more relaxed security standing than the people of Fujian.<sup>58</sup>

Despite these underlying tensions, from as early as the reign of Qianlong’s grandfather, the Qing leadership was committed to economic rehabilitation (amidst unpacified forces linked to pretenders of the previous dynasty, as well as the eruption of fresh rebellions). Despite its channelling of efforts and resources to the agricultural economy, what is often neglected in prevailing historiography of the period is the complementary importance of foreign commerce. In one version of the *Qing Tongshi*, data is provided for the scenario nearer the end of the 18<sup>th</sup> century. The land poll tax constituted approximately two-thirds of total revenue (30 million of 43-44 million taels). At four million taels, customs duties formed at most one-tenth of total revenue. However, seen from another angle, customs revenues formed up to half of the surplus enjoyed by the government during the Qianlong period.<sup>59</sup> After the restriction of foreign trade to Canton in 1757, another *hoppo* was set up in 1762 to exact customs. It is worth noting here that whenever the Chinese decided to raise a new custom house or toll, as in 1757 and 1784, Macao usually suffered an economic crisis. The *Chapas Sínicas* mentions a few incidents of probing and transgressions by Westerners along the coast of China, in Zhejiang and even in Zhili. Concerns over collusion between natives and foreigners were also expressed in these documents. However, as the Governor of Liangguang said in response to one incident, the “transgressors” were “not to be over-castigated lest it result in panic.”<sup>60</sup> In the end, the court exercised a policy that wavered between restricting foreign trade and closing an eye to violations of these restrictions.

A sampling of the collection of edicts shows Qianlong’s court to have been largely preoccupied with non-maritime matters. One entry dealt with the “more familiar” tribute-bearing mission by Westerners to Beijing. Another pertained to a customs matter at Tianjin. A third dealt with the problem of natural disasters in the coastal counties.<sup>61</sup> In the main, the other matters put forward in these edicts concerned

the military, its maintenance and campaigns; agriculture, irrigation and other public works; the judiciary, involving numerous cases-in-transit; and the administration and business of the imperial household. However, from the *Chapas Sínicas*, one notes that some incidents involving foreigners had either been discussed or raised directly via the Grand Council – an indication of the importance of matters of this nature.<sup>62</sup> Apart from the “widely reverberating” Flint incident, European and more specifically Portuguese dissatisfaction sometimes flared up, as in a minor incident over the appointment of an intermediary (linguist) in the Canton-Macao trade channels of administration. In the event, the New Christian who was to be appointed to the post did not receive endorsement from the bishop.<sup>63</sup>

A quick surmise at this point confirms that the Chinese held foreign commerce in some importance but probably, as Van Dyke asserts, did not know how to handle the beginning signs of a creeping crisis.<sup>64</sup> At the same time, the combination of the extraction of gifts and the issuance of pardons shows the multifaceted nature of the Qing's approach to dealing with Westerners. Rather than a single-track line, it was one that mixed practicality (awareness of the benefits to be gained) and idealism (insistence on the heightened image of the Son of Heaven). From the reverse angle, the Portuguese often took the opportunity not to be deferent when the chance arose, but a square-off between a hard-nosed Captain-General and the Mandarins in the manner experienced during the tenure of António José Teles de Menezes was not to be encountered, even in the Pombaline era in the East.<sup>65</sup>

## FINAL THOUGHTS

The field of Macao history has seen new research emerging at the turn of the millennium, especially studies that place Macao in the context of its larger geographical neighbourhood. The records of the *Misericórdias* (in the form of *riscos*) confirm that the commercial activities which had allowed Macao residents to survive were continued into the third quarter of the 18<sup>th</sup> century. Voyages were undertaken by a range of merchants (both those who comprised the local ruling elite, and those who were less reputable) heading to a variety of destinations, including ports in Southeast Asia, India, and even as

far away as Mozambique. However, a majority of the voyages continued to be fixated on India, especially as Dutch influence started to wane in the East Indies after the mid-1700s. It should be recalled that evidence from the *Misericórdia* may give, at best, a kaleidoscopic view of the investments undertaken by the Macao traders. Although this investigation found no concrete data in the form of cargo lists in Portuguese records, a report and observations from a reasonably highly ranked official of the Portuguese empire corroborates the types of goods that were carried along the trade network between the Indian Ocean and the South China Sea.

Although the “enlightened despotism” of the Pombaline regime was limited by available resources and more pressing priorities, there was no shortage of aspirations and debates among the elite colonial officials, many of whom were tuned into the latest practices in commerce and knew a great deal about the situation on the ground. On the Chinese side, although the Chinese continued, naturally, to be largely preoccupied with non-maritime affairs, matters related to commerce and interaction with Westerners received added attention on those occasions when they were raised. Finally, the effect of other considerations (for instance, gifts and customs extractions) on the determination of prices of commodities like tobacco is briefly discussed.

To return to the observation raised in the beginning of this essay, today in the twenty-first century Macao need not play a game of “catch-up” with Hong Kong in a directly competitive way. Macao could position itself to tap into the Lusophone world. China and Portugal have had a long and special relationship. Even in the 18<sup>th</sup> century, China, Portugal and Macao had appeared to be bound in inexplicable but inextricable ways. Just as China is beginning to experience a revival, Macao should perhaps engineer its own continued survival and revival in the new millennium by building on this special historic link. Seen from certain perspectives, both China and Portugal experienced a “decline” in the third quarter of the 18<sup>th</sup> century – the Manchu empire was poised for a downward slide as Qianlong became “senile” (a symptom of which can be seen in the favouritism he showered upon a young imperial guard). At the same time, Macao, having experienced depression for a large part of the second half of the 18<sup>th</sup> century, was poised to face the challenge of Hong Kong

## HISTORIOGRAFIA

at the turn of the 19<sup>th</sup> century. Meanwhile, at the other end of the world, Portugal seemed to have missed its chance to break out of its semi-peripheral status (again), as Pombal, the minister and favourite of the king, was

brought down after a brief period of reform, with the death of his royal patron. Perhaps this time around, the “city in the name of God” will be able to achieve a greater destiny... **RC**

## NOTES

- 1 Ptak 2001: 327-36.
- 2 Naturally, there was some overlap between domestic and foreign commerce; for example, missionaries were seconded to the Chinese court with a mix of *padroado* and ambassadorial agendas. On the external front, informal hostile interactions with pirates persisted throughout the period.
- 3 Oleiro 1991.
- 4 For example, see Huang and Deng 1988: 25-32, and Moura 1973: 5-35.
- 5 Ptak 1987: 36-45. See also Ptak and Rothmund 1991.
- 6 Pires 1994.
- 7 Chaudhuri 1985.
- 8 Hoppe 1960; Carreira 1983.
- 9 For instance, see Kennedy 1989.
- 10 Ng 1983.
- 11 For example, Van Dyke 2005: 60-89.
- 12 See for instance, Fok 1999: 36-53. In the Chinese literature, see Huang 1984: 37-50.
- 13 Skinner 1964-65: 3-44, 195-228 and 363-400, respectively.
- 14 Fairbank 1968.
- 15 Serrão n.d.: 571-573.
- 16 For instance, the *Arquivos de Macau* (hereafter referred to as *AM*), published by the Imprensa Nacional, contains transcribed documents pertaining to Macao, many relating to the *Senado* (*AM*, Series 3, Vol. 3, No. 6, pp. 329 and 336). All references to *AM* in this paper refer to Series 3.
- 17 Arquivo Histórico de Macau, Inventário de Santa Casa da Misericórdia / Sem Secção / Riscos de Mar e Terra / N.º 47 Registo de Contrato de Risco de Mar, 1763-1836. (Hereafter referred to as AHM, Riscos de Mar e Terra N.º 47). The survey comprises about two-thirds of the collection. Late repayments were usually delayed by a couple of months, stretching into the following year. See entry numbers 95 and 102 in the table. A few of these seem to end up paying more than the originally agreed-upon total of principal plus interest, perhaps as a penalty.
- 18 AHM, Riscos de Mar e Terra N.º 47.
- 19 AHM, Riscos de Mar e Terra N.º 47. Their names are signed at the bottom of the series of documents in *AM*.
- 20 AHM, Riscos de Mar e Terra N.º 47. The term *barco* is ambiguous, as it generally refers to a vessel of any size and mode of propulsion. This author feels that it usually refers to any vessel smaller than a full-fledged Indiaman in the pre-modern context. A *chalupa*, by contrast, was quite big, referring to a vessel with two masts. As for a *pala*, it usually referred to a small vessel equipped with both sailing and oaring capacity.
- 21 Oleiro 1991: 38.
- 22 Prakash 1998: 216 and 242.
- 23 The *Chapas Sincas* are documents in Chinese, written by the Mandarins, pertaining to a variety of matters of life and business in Macao. A parallel set of documents in Portuguese was kept by the Senado. Currently stored in the Arquivo do Torre de Tombo, the documents were transcribed and published in the *Correspondência Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado* (Portuguese version) and in part in the *Ming Qing Shiqi Aomen Wenti Dang'an Wenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Chinese version). The latter was edited by Zhongguo Diyi Lishi Dangan Guan 中国第一历史档案馆, Fundação Macau and Jinan University (Macao, nd).
- 24 Amboyna, wood of an Asiatic tree (*Prerocarpus indicus*), used in making furniture. Also called Andaman redwood.
- 25 “Breve e Util Idea de Commercio, Navegação e Conquista d’Azia e d’Africa (incluindo Relação) escripto por Dom Francisco Inocênciao de Souza Coutinho, 1779,” ff. 54v-57r in Ahmad 1997: 106-109. Hereafter, the main document will be referred to as “Breve e Util Idea;” the attachment will be referred to as “Breve (Relação).”
- 26 A type of smelly gum.
- 27 “Breve (Relação),” ff. 45v-57v.
- 28 *Ibidem*.
- 29 “Breve (Relação),” ff. 20r-31v, pp. 66-78.
- 30 *AM*, vol. 3, no. 5, p. 299.
- 31 *AM*, vol. 7, no. 6, pp. 291, 302 and 313.
- 32 *AM*, vol. 10, no. 4, p. 230.
- 33 *AM*, vol. 3, no. 6, pp. 377, 379, 381 and 383.
- 34 *AM*, vol. 7, no. 6, p. 299.
- 35 “Chapas Sincas” in Jin and Wu 2000: doc. 21.
- 36 *AM*, vol. 3, no. 6, pp. 358 and 379.
- 37 *AM*, vol. 7, no. 6, pp. 309 and 318.
- 38 *AM*, vol. 10, no. 4, p. 196.
- 39 See Map 1 in Rawski and Naquin 1987.
- 40 Rawski and Naquin 1987: 177.
- 41 *Ibidem*.
- 42 *Ibidem*: 181.
- 43 Li, Xiangshan Xianzhi 香山县志, pp. 389-392. For example, in Xinning, there was also quite an array of products, although the list was given in a much-shortened one-page description (arising from inconsistencies in the record?); in Li ed., *Xinning Xianzhi* 新宁县志 (Hainan, Hainan Publishing House, 2001), p. 21. Variety is again encountered in Zhengchen’s gazetteer; in Li ed., *Zhengchen Xianzhi* 增城县志 (Hainan, Hainan Publishing House, 2001), pp. 366-370.
- 44 Whitish alloy made of copper, zinc and nickel to which bits of iron, silver or arsenium are added. It is considered a Chinese invention, though Portuguese inherited the word via Persian “titianak”, meaning “zinc oxide”.
- 45 Souchon tea.
- 46 “Breve e Util Idea;” “Breve (Relação).”
- 47 Survey of Book II of the multi-volume Beatriz Basto da Silva *Cronologia da História de Macau*.
- 48 “Breve e Util Idea,” ff. 89r/v, in Ahmad ed., *Os Portugueses na Ásia*: 129.

## HISTORIOGRAPHY

- 49 See Maxwell 1995:130, who in turn quotes from an entry in the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 25 (1862): 479-483.
- 50 The idea that the Portuguese trade in the East had slowly, since the late 17<sup>th</sup> century, become an appendage of Brazilian commerce has been explored by a couple of scholars, namely, A. J. Russell-Wood "Brazilian Commercial Presence beyond the Cape of Good Hope," in P. Malekandathil & J. Mohammed eds., *Portuguese, Indian Ocean and European Bridgheads* (Tellicherry, Institute for Research in Humanities of MESHA, 2001): 191-211 and P. Shirodkar, "Brazil and India. Centuries old contact," in Shirodkar ed., *Researches in Indo-Portuguese History* (Jaipur, Publication Scheme, 1998): 137-167. Incidentally, the Casa was dissolved in 1774.
- 52 See Souza 1986: Chapter 6.
- 52 *AM*, vol. 10, no. 4, pp. 183, 189, 194 and 204.
- 53 *AM*, vol. 7, no. 6, p. 305.
- 54 *AM*, vol. 10, no. 4, p. 215.
- 55 *AM*, vol. 3, no. 6, p. 335.
- 56 In her brief pictorial history of China, P. Ebrey writes of the "darker" side of the Qianlong emperor. For instance, when there were rumours involving sorcerers "stealing souls" and harbouring anti-Manchu sentiments, pressure from the emperor eventually led officials to turn up evidence and culprits in what was a non-existent plot. In fact, Qianlong's much-lauded project of collecting in one source all of China's notable literary works ("The Complete Books of Four Treasuries") led to the destruction of many works that were deemed "sighting" to the Manchu rulers. Ebrey 1996:225.
- 57 Zhongguo Diyi Lishi Dangan Guan 1986: 78. Hereafter cited as QLCYD.
- 58 Nevertheless, it is worth noting that the Taiping Rebellion, which erupted about a century later and was led by Hakkas, originated in Guangdong. Although the rebellion in the 1770s broke out around the Yangtze, it should be noted that many Hakkas had emigrated to the Yangtze, as they had to Guangdong. See Rawski and Naquin 1987: 176 and 134-36.
- 59 Xiao Yishan 萧一山, *Qingdai Tongshi* 清代通史 (Taipei: Taiwan shangwu yinshuguan, 1962), II, Chps. 7-9, quoted in Hsu 1990: 61.
- 60 *Chapas Sínicas* (Chinese version), documents 206, 209, 213, and 216.
- 61 QLCYD, vol. 5, pp. 1, 18 and 31. The sampling surveyed edicts from several months of each year for 1763-70 collected in volumes 4-6.
- 62 *Chapas Sínicas* (Chinese version), documents 202, 203, 218-19, 234, 236, 238, 240, 242, 244, 246, 255, 257-58, and 261.
- 63 *AM*, vol. 3, no. 5, p. 316. For European dissatisfaction, see *Chapas Sínicas* (Chinese version), document 209.
- 64 See Van Dyke 2002 and 2005.
- 65 See the account of António José Teles de Menezes in Boxer 1968, Chp. XIV.

## BIBLIOGRAPHY

## Arquivo Histórico de Macau

Inventário da Santa Casa da Misericórdia / Sem Secção / Riscos de Mar e Terra / N.º 47 Registo de Contratos de Risco de Mar 1763-1836.

## Published Primary Sources

Ahmad Afzal, ed. "Breve e Util Idea de Commercio, Navegação e Conquista d'Azia e d'África (incluindo Relação) escripto por Dom Francisco Innocencio de Souza Coutinho, 1779" in *Os Portugueses na Ásia*. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

*Arquivos de Macau* Series 3, vol. 3, nos. 5 and 6; vol. 7, no. 6; and vol. 10, no. 4. Macao: Imprensa Nacional.

Jin Guo Ping 金国平 and Wu Zhiliang 吴志良, eds. *Correspondência Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado. Fundo das Chapas Sínicas em Português 1749-1847*. 8 vols. Macao: Fundação Macau, 2000.

*Xiangshan Xianzhi* 香山县志. Hainan, Hainan Publishing House, 2001.

Zhongguo Diyi Lishi Dangan Guan, Fundação Macau and Jinan University, eds. *Ming Qing Shiqi Aomen Wenti Dangan Wenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编. Macao, nd.

Zhongguo Diyi Lishi Dangan Guan 中国第一历史档案馆, Fundação Macau and Jinan University, eds. *Qianlong Chao Shang Yu Dang* 乾隆朝上谕档. Beijing, 1986.

## Secondary Sources

Boxer, C. R. *Fidalgos in the Far East 1550-1770*. London: Oxford University Press, 1968.

Boxer, C. R. *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan Trade, 1555-1640*. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959.

Carreira, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisbon: Presença, 1983.

Chaudhuri, K. *Trade and Civilization in the Indian Ocean*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Ebrey, P. *Cambridge Illustrated History of China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Fairbank, J. K. *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1968.

Fok, K. C. "Portuguese Macao's Impact on Pearl River Delta during Ming and Ching Periods," in *Portuguese Studies Review* VII/2, 1999, pp. 36-53.

Hoppe, Fritz. *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal (1750-1757)*. Lisbon: Agência Geral do Ultramar, 1970.

Hsu, Immanuel. *The Rise of Modern China*. New York: Oxford University Press, 1990.

Huang Qichen 黄启臣 and Deng Kaisong 邓开颂, "O desenvolvimento do comércio externo de Macau na dinastia Meng," in *Revista de Cultura* 6, 1988, pp. 25-32.

## HISTORIOGRAFIA

- Huang Qichen and Deng Kaisong, "Ming Qing Zhujiang Sanjiaozhou Shangye Yu Shangye Ziben de Fazhan," 明清珠江三角洲商业与商业资本的发展 in *Zhongguo Shehui Jinjishi Yanjiu* 中国社会经济史研究, 1984, pp. 37-50.
- Kennedy, P. *The Rise and Fall of Great Powers 1500-2000*. London: Vintage, 1989.
- Maxwell, K. *Pombal. Paradox of Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Moura, C. F. "Macau e o comércio português com a China e o Japão nos séculos XVI e XVII," in *Boletim do Instituto Luís de Camões* VII/1, 1973, pp. 5-35.
- Ng, C. K. *Trade and Society: The Amoy Network on China Coast 1683-1735*. Singapore: Singapore University Press, 1983.
- Oleiro, M. B. "Notas sobre o comércio marítimo de Macau nos finais do século XVII," in *Revista de Cultura* 13/14, pp. 96-104.
- Pires, B. Videira. *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*. Macao: Museu Marítimo de Macau, 1994.
- Prakash, Om. *New Cambridge History of India: European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Ptak, R. "Macau: China's Window to the Latin World," in *Culture of Metropolis in Macau. An International Symposium in Cultural Heritage. Strategies for the Twenty-first Century*. Macao: Instituto Cultural do Governo da RAEM, 2001, pp. 327-336.
- Ptak, R. "O transporte do sândalo para Macau durante a dinastia Ming," in *Revista de Cultura* 1, 1987, pp. 36-45.
- Ptak, R. and D. Rothemund. *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade 1400-1750*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1991.
- Rawski, E. and S. Naquin. *Chinese Society in the Eighteenth Century*. New Haven: Yale University Press, 1987.
- Serrão, J. *Dicionário de História de Portugal*. Oporto, nd.
- Silva, Beatriz Basto da. *Cronologia da História de Macau*, vol. 2, *Século XVIII*. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1993.
- Skinner, W. "Marketing and Social Structure in Rural China" in *Journal of Asian Studies* XXIV / 1-3, Nov 1964-May 1965, pp. 3-44, 195-228 and 363-400.
- Souza, George Bryan. *The Survival of Empire. Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea (1630-1754)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- Vale, A. M. Martins do. *Os Portugueses em Macau (1750-1800)*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1997.
- Van Dyke, Paul A. "Merchants of Canton. The Cai and Qiu Enterprises 1730-84" in *Revista de Cultura* 15, 2005, pp. 60-89.
- Van Dyke, Paul A. *The Canton Trade: Life and Enterprise on China Coast 1700-1845*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.
- Van Dyke, Paul A. *Port Canton and Pearl River Delta 1690-1845*. Ph.D dissertation presented to University of Southern California, 2002.



# Dutch Strategies and the *Estado da Índia*

ERNST VAN VEEN\*

## INTRODUCTION

Strategies in the modern sense provide guidelines to decision takers and give support to their actions in order to achieving a certain objective in an optimal manner. In warfare, as a means to achieve political objectives, strategies should also consider how to establish alliances and what answer to give to the question: 'How far should we go and what do we do with the peace after the war has been won?' Also in business strategy, which aims to attune purchasing, production and logistics, sales and marketing in such a way that profits are at least sufficient to maintain the business, alliances can be useful, and fusions or new acquisitions should be subject to similar questions. Against this backdrop it may sound preposterous to pretend that the actions of the Dutch United East Indies Company (VOC) during the first half of the 17<sup>th</sup> century were directed by strategies, but in fact they were, and even went one step further, using warfare to achieve business objectives. The following will analyse how VOC objectives and strategies became intermingled, where they failed and when and where they became successful.

---

\* Economist, with Ph.D. in History from Leiden University, Holland, where he currently works. Author of extensive work on European expansion in Asia, particularly the study *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*.

*Economista de formação, é doutorado em História pela Universidade de Leiden, Holanda, à qual está actualmente ligado. Autor de numerosos trabalhos sobre a expansão europeia na Ásia, nomeadamente do estudo Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645.*

## THE EARLY VOYAGES

The Dutch began to show their first interest in Asia in the early 1590s, when the return fleets of the *Carreira da Índia* suffered heavy losses, and most of the spices that arrived in Lisbon were sold to Hamburg.<sup>1</sup> The first Dutch fleet via the Cape of Good Hope returned in 1597, and the next seven years saw the formation of nine private companies, which gradually amalgamated into one, the VOC. By 1602, some 66 ships had departed for the Indies, of which 49 returned.<sup>2</sup> The entrepreneurs, mainly immigrants from Flanders and Brabant, had only one objective: to make a good profit on Asian spices and Chinese goods. Their general strategy was to avoid the places where the position of the *Estado da Índia* was strong, to divide the fleets over the different primary sources of supply, i.e. Banten, Aceh and Patani for pepper, Amboina or the other Moluccan Islands for cloves and the Banda Islands for nutmeg and mace, and if necessary to move from one place to the other to fill the cargo spaces to the full. Several attempts were made to obtain access to China, but they failed due to the resistance of the Portuguese private merchants there, and for many years the Dutch had to buy their silk and other Chinese goods from the junks calling at Patani, Ayutthaya and Banten.<sup>3</sup>

The voyages received the material and formal support of the States-General of the United Provinces and of Prince Maurits, the high commander of the army and the Admiralty, because they fitted in with their general strategy of thwarting the Iberians wherever they could. In their view, after Philip II of Castile had

## HISTORIOGRAFIA

become king of Portugal, all his Portuguese subjects had become 'the enemy' and warfare and privateering against the Iberians anywhere in the world would be beneficial for the outcome of the revolt in the Netherlands. Before departure each individual captain was given a letter, a so-called commission, which specified his obligations and rights. Increasingly these commissions became more supportive of privateering against the subjects of the King of Spain. When they had the chance and the time, the captains used this prerogative. Famous examples are, of course, the capture of the *Santiago* near St. Helena and the *Santa Catarina* incident near Johore.<sup>4</sup>

### THE FIRST FOUR INVASIONS

The VOC obtained its first charter in 1602. It had a duration of twenty-one years and stipulated that it would be the only company in the Netherlands that would be allowed to sail to the Indies, and that it would have the right to establish fortifications, appoint governors, maintain an army and conclude treaties. In other words, the VOC became a state outside the State.

For the States-General the advantages were clear: it was easier to keep one single company in line with their own strategy; its fleet could be used to support the country's fleet against the Spanish: the revenues from convoys and licenses and the trade with neighbouring countries would increase: it would create continuous employment, and there was the likelihood that the King of Spain would be obliged to redirect part of his war efforts from the United Provinces to Asia.<sup>5</sup> With the ideology of Hugo Grotius in their minds, privateering presented not only an additional source of income, but also a legal means of warfare.<sup>6</sup> Rather than avoiding the locations where the Portuguese were in a strong position, the directors of the VOC were told that they should 'sail with bigger vessels, well manned and armed, so that they could not only trade freely, but also do damage to the enemy in those quarters and protect the people with whom they were trading...'<sup>7</sup>

The intentions of the States-General were fully reflected in the VOC directors' instructions to the commander of the first fleet that sailed on account of the VOC, Steven van der Haghen, who departed in 1603 with twelve ships: 'We are obliged to take the offensive, in whatever manner, against the Spaniards,

Portuguese and their allies. This in order to protect our people, the inhabitants of the islands and our other friends, also to the advantage and security of the East India trade.'<sup>8</sup> He was ordered to position his fleet near Mozambique to attack the Portuguese ships coming from Lisbon, to show the flag near Goa and along the Malabar Coast, to sink and burn Portuguese ships he met along the Indian coasts, to set Johore against Malacca and to clean the Moluccas of Spaniards and Portuguese. In the process, his fleet visited Cananor, signed a contract for future military support with the Samorim of Calicut, and demonstrated its full firing power when passing the Colombo fort (which had only two pieces of artillery). One of its ships sailed from Aceh to Masulipatnam, and finally in 1605 the fleet ended up at Amboina where the Portuguese surrendered their fort, and the Christian village heads took an oath of loyalty towards the States-General. A visit to Banda resulted in the re-establishment of a few trading posts and a contract which gave the VOC the monopoly on the export of nutmeg and mace. A similar arrangement was made with the rulers of the independent clove-producing island of Hitu. Tidore was also conquered but was left undefended, and anti-Portuguese Ternate, the ally, was left with a small Dutch presence. In 1606 the Spaniards from Manila occupied both islands.

The next invasion, by Cornelis Matelieff, admiral of the next VOC fleet of 1605 with twelve ships, was mainly concentrated on South East Asia. It produced a failed attack on Malacca, a contract with Johore for its defence against Malacca in exchange for the right to establish a factory, a new contract with Aceh stipulating the exclusive sales of pepper, a visit to China that failed, and another visit to Coromandel. Matelieff's re-conquest of a part of Ternate resulted in a treaty of friendship and mutual military assistance with the sultan, the establishment of several forts on the island and the promise to deliver all cloves from his territory to the VOC.

The next voyages, of Van Caerden (1606, with eight ships) and Verhoeff (1607, with thirteen ships), were also aiming at Mozambique, the Indian Ocean and South East Asia. Again, they created a lot of noise and hot air in the Indian Ocean, in the Malacca Straits and even around Manila. Apparently, already at that time the Dutch were enjoying a good overdose of *hubris*.

## HISTORIOGRAPHY

However, as part of either a war or a business strategy the first four voyages failed almost completely. In the first place, of the total of forty-five ships that departed from the Netherlands, including the smaller yachts, six were lost due to warfare, seven due to other causes, six stayed in the Indies, of which two were lost shortly thereafter, and twenty-six arrived back in the Netherlands. Their attacks on Portuguese shipping caused the loss of only four ships of the *Carreira da Índia* and a few vessels along the west coast of the Indian continent.<sup>9</sup> In the battle in the Malacca Straits between the fleets of Matelieff and Viceroy D. Martim Afonso de Castro both sides lost two ships. The Dutch apparently never asked themselves the question of what they would do with Mozambique or Malacca, had they conquered these places, or what would happen to Tidore after they had left it. Most historians see the occupancy of the fort at Amboina as a great success for the Dutch, but the Christian area of Amboina occupied by the Dutch did not grow any cloves. Moreover, the contracts with the rulers of Ternate, Hitu and Banda were supposed to assure the exclusive sale of cloves, nutmeg and mace to the VOC, but the indigenous rulers had hardly any control

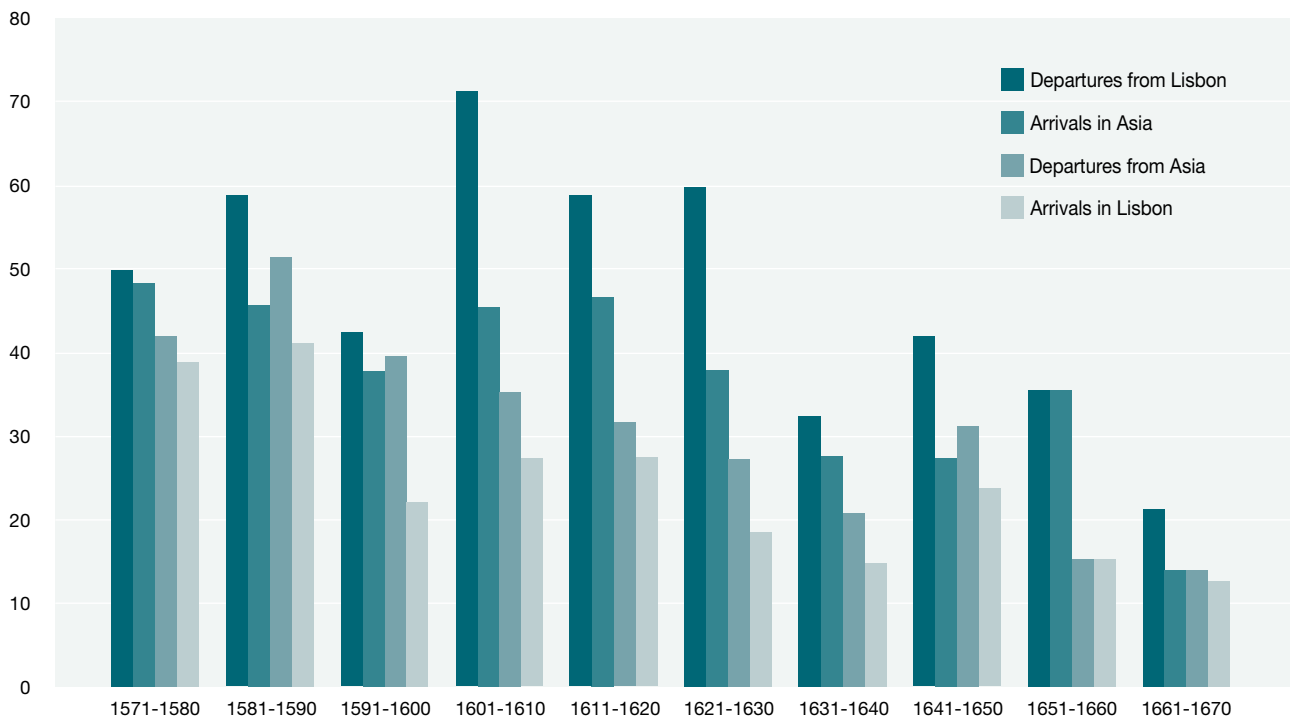
over their subjects and their trade with the European competition. As a result, the Portuguese merchants who had escaped to Macassar, and the presence of English and French traders and the Spanish, caused the contracts to become useless pieces of paper.<sup>10</sup>

## POLITICS AND BUSINESS

On the European side of the business the situation was not much better. In the 1590s the average tonnage per ship on the *Carreira da Índia* had already been increased considerably, and from 1600 until the mid 1620s, in terms of numbers it was in full swing again.<sup>11</sup> The arrival of six carracks in 1600 caused the price of pepper in Lisbon, which had been 2.42 guilders per kilogram in the 1580s,<sup>12</sup> to go down to 1.75 guilders per kilogram. During the year 1607, three carracks arrived with a total pepper cargo of 500,000 kilograms, which caused the price to drop further to 1.65 guilders per kilogram.<sup>13</sup>

In the Netherlands, during the years 1603-1604 the fleet of Heemskerck delivered some 700,000 kilograms of pepper, and the asking price was still 2.31 guilders per kilogram.<sup>14</sup> In 1607, in response to

GRAPH 1 - *CARREIRA DA ÍNDIA*, NUMBER OF SHIPS.



## HISTORIOGRAFIA

the lower price in Lisbon, the price in Amsterdam was lowered by almost twenty percent to 1.89 guilders per kilogram. In 1610 a large part of the pepper brought back by the fleet of Van Warwijck, which had returned in the years 1604-1607, was still stored in the warehouse. It was offered against a price that was another twenty percent lower, 1.44 guilders per kilogram, payable after fifteen months.<sup>15</sup>

Clearly, the European markets had insufficient demand to absorb the quantities of pepper and Moluccan spices imported via Alexandria and through Lisbon, Amsterdam and London.<sup>16</sup> In the Dutch Republic, the first ones to suffer were the VOC shareholders. Their first dividend in 1610 was paid in the form of mace and pepper, in 1611 there was no dividend at all, and in 1612 it was paid in the form of nutmeg. By the end of that year three hundred participants had sold their shares.<sup>17</sup> Obviously something had to be done about the supply and demand situation in Asia and Europe. One VOC strategy was to come to an agreement with the English East India Company on cooperation in warfare and in product sharing. Another strategy was to flood the Mediterranean markets with spices against such a low price or favourable payment conditions that it stopped the European competition and the overland supply of these products via Alexandria.<sup>18</sup>

Another problem the Dutch encountered, in the Moluccan Islands as well as in Banten, was that the value of the silver they brought from Europe depended on the supply and demand situation for this metal, whereas the Asian and Portuguese competitors were able to barter with the highly regarded Indian textiles from Gujarat and Coromandel. As they became aware of this, the Dutch began to talk about Coromandel as being the 'left arm' of the Moluccas. Their attempts to set foot in Pulicat were initially thwarted by the Portuguese private merchants of São Thomé de Meliapur, the *Estado* and the local governor, but by diplomatic manoeuvring at the court of the *nayak*, around 1615 the Dutch were able to firmly establish themselves in a new fort in Pulicat and in two additional factories in Teganapatam and Petapuli. From here and Masulipatnam they could make their first steps into the intra-Asian trade,<sup>19</sup> and, attracted by the slave trade, in the 1620s the first Dutch ships appeared in Arakan. As we shall see hereafter, in the 1630s the VOC was allowed to establish its first factory in Bengal.<sup>20</sup>

## WAR AS A BUSINESS STRATEGY

In the meantime, for the VOC directors the monopoly or monopsony on Moluccan spices had become an obsession and monopolistic endeavour, if necessary by the use of force; *the* cornerstone in VOC strategic thinking. The directors of the VOC were therefore not at all in favour of the Twelve Years' Truce (1609-1621). Quite to the contrary, in 1608 a special order was sent to Admiral Verhoeff: 'The islands of Banda and the Moluccas is the principle target we are aiming for; either by treaty or force, they have to be in our possession before 1 September 1609.'<sup>21</sup> Under the circumstances, however, without continued support from the States-General it was a difficult target. Thus, as soon as the war in Europe had come to a standstill the VOC directors began to pay regular visits to the States-General to complain about the Portuguese who did not seem to adhere to the Truce, about Spanish attacks on the Moluccas and about other Spanish acts of aggression.<sup>22</sup> The VOC shipping data confirm that their continued insistence on more ships and more money met with success.

In the years 1602-1610 the number of ships that left for the Indies amounted to 76, and 35 returned to the Netherlands. In the period 1610-1620 the numbers were 117 and 46, and during the next decade (1620-1630) they were 141 and 68 respectively. In 1610 the Company possessed seven fortresses, nine ships, six hundred soldiers and five hundred sailors in Asia. In 1623 these numbers had expanded to twenty-one fortresses, more than one hundred ships and about two thousand civil and military personnel.<sup>23</sup> Thus, apart from the few losses and replacement of old vessels, over the years a considerable build-up of maritime and military power was taking place.<sup>24</sup> This process was greatly enhanced by a new route to the Indies, which was found in 1611: from the Cape of Good Hope in a southerly direction to 35-40 degrees south latitude, then continuing in an easterly direction until pilots thought they had reached the meridian of the Sunda Straits and from there in a northerly direction. It went through a colder and therefore healthier climate and shortened the duration of the voyage.

As we will see hereafter, the maritime strength was mainly used in confrontations with the Spaniards around the Philippines and the Moluccan Islands, in privateering and blockades of Goa and to participate in the intra-Asian trade.

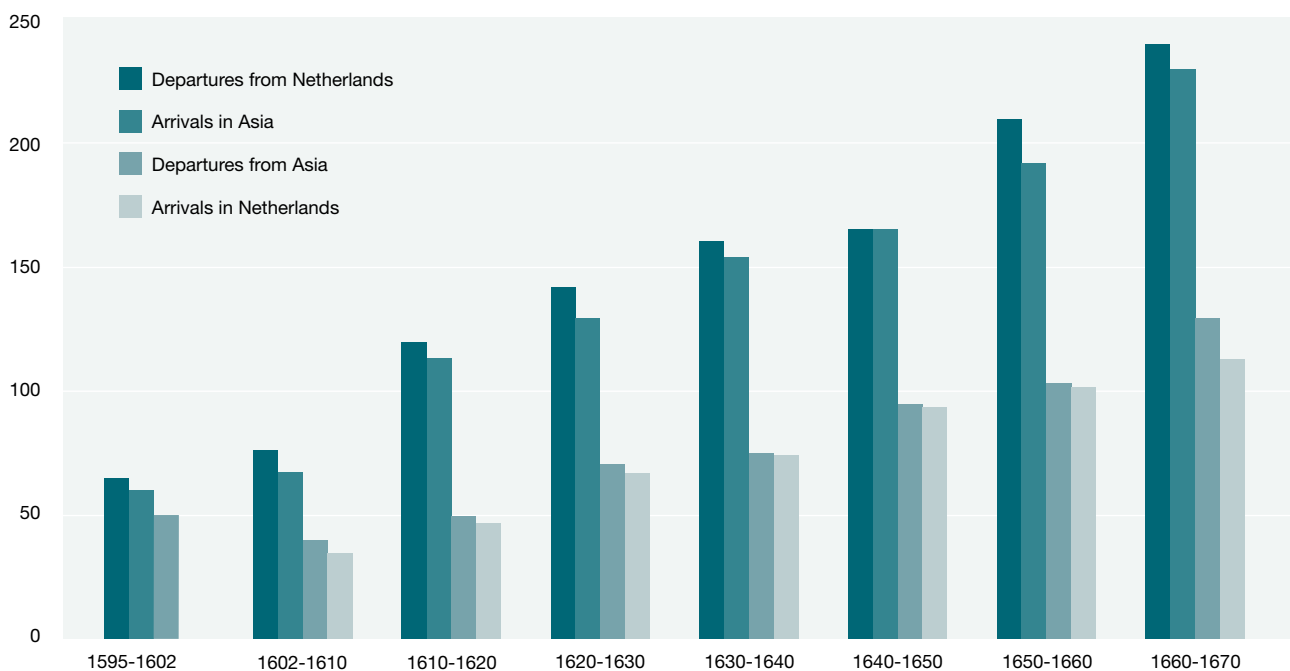
## HISTORIOGRAPHY

Included in the numbers just mentioned was a VOC war fleet, which arrived in the Indies in 1613. More or less simultaneously, the Spanish, keeping themselves well informed, were sending two galleons and six caravels to the Philippines via the *Carreira da Índia* to support Don Juan de Silva, who was preparing the largest armada ever in Manila of sixteen big galleons for an attack on Banten and the Dutch positions on Banda, Amboina and Ternate. However, because he met considerable administrative opposition to his plans, de Silva could only leave in February 1616. Thus, when in October 1615 Steven van der Haghen brought his part of the war fleet from Banten to Malacca, de Silva had not arrived yet, and when he did arrive Van der Haghen had already left for the Moluccas. In the meantime Joris van Spilbergen had been sailing around the Strait of Magellan and along the west coast of South America with the intention of doing as much damage as possible to the Spanish and meeting de Silva's fleet in Manila. When he arrived there, however, he was informed that de Silva had already left for the Moluccas. After de Silva finally arrived in Malacca, he caught dysentery and died. His fleet returned to Manila. Thus, what was probably going to be 'the mother of all sea battles' in Asia became a total non-event. The situation just

described was rather typical for the sea warfare and privateering activities in those days. Due to the non-existence of direct communication, delays in arrivals and too early departures and wrong decisions, many opportunities were missed.<sup>25</sup>

One of the strategies could have been the interruption of the flow of Asian products to Lisbon but, as already demonstrated above, as far as the *Carreira da Índia* was concerned the effectiveness of war at sea was also very limited. A blockade of Lisbon was only possible with a strong fleet; Goa had the disadvantage that, until 1636, there was no refreshment station nearby, and when on their return voyage they passed St. Helena, the Dutch captains were not keen on risking their cargoes. The Mozambique channel offered the best chances, but waiting for the Portuguese carracks to appear took a lot of patience. As we have seen above, between 1602 and 1609 the first four VOC fleets were not able to capture or destroy more than four ships of the *Carreira da Índia*. During the years 1621-1623, something like thirty Dutch ships were engaged in blockades and privateering activities in co-operation with the English East India Company. Besides the Philippines, their target was Goa and the Indian Ocean, where they used Surat as a refreshment

GRAPH 2 - VOC, NUMBER OF SHIPS.



## HISTORIOGRAFIA

station. According to the Dutch reports, their blockade of Goa from December 1622 until April 1623 delayed the departure of seven ships of the *Carreira* return fleet,<sup>26</sup> but according to Portuguese sources, six of those were in bad condition or without rigging, so they could not sail anyway.<sup>27</sup> Their greatest success was the disaster inflicted upon the Portuguese fleet with the re-appointed Viceroy Francisco da Gama and 200,000 *cruzados* on board near the coast of Mozambique in July 1622. Three of his ships and the greater part of the silver were lost.<sup>28</sup> In later years it was only occasionally that *Carreira* vessels were taken.<sup>29</sup>

*Another problem the Dutch encountered, in the Malaccan Islands as well as in Banten, was that the value of the silver they brought from Europe depended on the supply and demand situation for this metal*

Privateering was most successful against the Portuguese trade via Macassar, the Chinese trade with the Philippines and against other Portuguese and indigenous shipments south and east of the Indian continent. During the first twenty years, between one hundred and fifty and two hundred prizes were taken. The estimated total gross revenue at the auctions was 10-20 million guilders, but this did not take into account the costs and losses of the ships and their crews and the percentages to be paid to the State, His Excellency the Prince and the officers and their crews.<sup>30</sup>

Towards the end of the charter and the Truce (1621), the total assets of the VOC were valued at almost 6.5 million guilders, but its debt amounted to 8 million guilders. Whereas Amsterdam merchants with a good reputation normally paid 3 to 4 1/2 percent interest on their debts, the VOC had to pay 6 1/4 percent.<sup>31</sup> The participants were generally of the opinion that the VOC charter should not be renewed; they wanted to distribute the cloves amongst themselves

and have their money back. However, the directors did not want to give up, no doubt out of personal interest, but, as they said, 'in view of the obligations towards the Indians, the costs made so far and the fact that the enemy would use the forts left behind,' they requested another round of subsidies.

## POLITICS AS A BUSINESS STRATEGY

Except for the interest it took in defending the Portuguese positions on the Coromandel Coast, so far the *Estado da Índia* has been hardly mentioned because, after the first four fleets, for a long time the Dutch aggression was not directed against the *Estado* itself. Let us now turn to the Indian Ocean. In South East Asia, the Far East and the east coast of India the Dutch were the main competitors of the indigenous and private Portuguese trade. However, along the west coast of India and in Iran it was initially the English East India Company that took the lead, seeking diplomatic channels to the courts and obtaining permission to set up trading posts. Notwithstanding Portuguese resistance, in 1612 Shah Jehangir allowed the English to set up a factory in Surat, the most important port of the Mughal Empire and the largest coastal city along the western coast of India. Thanks to the diplomatic efforts of Sir Thomas Roe, by 1617 they received official permission to establish factories in several other places. A year later the Dutch also received permission to trade with a *firman* from Prince Sultan Khurram, the future Shah Jahan, who was no great friend of the Portuguese.<sup>32</sup> As we have seen, the Basin of Suali near Surat became the base for the individual and combined English and Dutch fleets privateering against Portuguese vessels near Hormuz and along the coast of India and for the first blockade of Goa. Surat itself became one of the nodal points in the intra-Asian trade of the VOC, exporting clothes and importing spices.<sup>33</sup>

In 1619 in Iran Shah Abbas had made the silk trade a state monopoly, and there were rumours that the VOC was planning to establish factories in Isfahan and other Persian cities. Playing the European companies against each other, in late 1621 the Shah got the English East India Company to agree to a military alliance against the Portuguese at Hormuz. The loss of Hormuz in 1622 was a considerable blow to the *Estado da Índia*: at that time its revenues represented more than 18 percent of the total, the expenditures a little more

## HISTORIOGRAPHY

than 12 percent.<sup>34</sup> Afterwards, in 1627, Shah Abbas signed a contract with the VOC. For both companies the Persian silk trade became a disappointment. The Shah required either cash or firearms and canon in payment for his silk, and for Iran the overland route to the West organised by the Armenians remained more attractive than the Gulf.<sup>35</sup>

Bengal was another area where English diplomacy prevailed. The Moghul attack on Hughli in 1632 caused a serious setback for both the *Estado* and the Portuguese private intra-Asian trade. The Dutch were keen to take over, but their efforts were undermined by the English competitors. They had to wait for four years to obtain the official *firman* from the Great Moghul for free passage and free trade in Bengal. However, because of the hostility of the local merchants and authorities, they very soon moved their factory to Pipli in Orissa.<sup>36</sup>

## THE EMPIRE BUILDERS

When Matelieff returned to the Netherlands, he had already recommended the establishment of a central *rendezvous* and the appointment of one single commander of all VOC operations in Asia ‘to bring order and discipline amongst the seafaring officers and merchants.’ The appointment of a Governor-General and his Council in 1609 and the establishment of a central office in Batavia in 1619 had important side effects. It set in motion some 180 years of regular correspondence between the various VOC settlements and his office and between his office and the directors in Amsterdam. However, as far as decision making was concerned, the correspondence had one great deficiency: urgent letters could take seven to nine months to reach their destination. Consequently, it was very difficult for the Amsterdam directors to keep the empire builders amongst their Governors-General under control. The governors, captains or merchants in the VOC hierarchy were a kind of people who were used to taking their own decisions, and on the highest level, Governors-General would develop their own strategies. As a result, the instructions coming from Amsterdam and the actions taken in Asia were very often in complete contradiction with each other and, after the event, the directors could not but accept the final outcome.

The most well-known example is Jan Pieterszoon Coen. He had very positive ideas about the work ethics of the Chinese, and it was his idea to use the crews of

the junks captured in the South China Sea to populate Batavia and to replace the indigenous population of the Banda Islands. As a consequence, the strategy of the VOC directors to attract the Chinese merchants who were trading with Manila towards Batavia failed. He also repeatedly insisted that the VOC itself should take a more active role in the intra-Asian trades, and the China-Japan trade was an obvious target. The VOC directors therefore suggested establishing an intermediate trading post on the island of Formosa, but what he had in mind was an attack on Macao. The protest of the directors came too late. When their letter arrived in Batavia the fleet was already well on its way. After a resounding defeat it withdrew to the sandy islands of the Pescadores, but as the Chinese governor did not accept this, it was compelled to move to Taiwan, at that time a peninsula of Formosa. As far as mainland China was concerned, he thought that ‘There could be no doubt that we will be allowed to take part in the Chinese trade, either by force, or through mildness, or by connivance or by public concession of the king of China.’<sup>37</sup>

In fact it was not until the early 1630s, by making a deal with the Chinese pirate Zheng Zhilong (Nicolas Iquan), who became the sole supplier to Taiwan, that regular supplies of silk were assured. Already from 1622 the Dutch had managed to import some silk into Japan in exchange for silver, but due to serious disagreements with the *shogun* about Japanese trading rights on Formosa, this trade could only really be brought to life in 1632. Three years later, with the abolition of the *shuin* system, the Dutch could take over the silk trade between Japan and Siam, Quinam and Tonkin. Dutch imports of silk and exports of silver peaked in the years 1638-1640 after the Portuguese had been denied access to Japan.<sup>38</sup>

During the 1630s, the financial results of the VOC were improving. The emphasis of the directors in Amsterdam was now on friendly and decent behaviour towards the Asians, in particular the Chinese, and on ways to economize. Plans for attacks on Diu and Malacca or a blockade of Goa were turned down because, as they wrote, ‘for the company to get involved in more war is inadvisable, inexpedient and costly.’ From now on, any possible form of aggression had to be directed against the private trade of the Portuguese and Macassarese and against the Spanish in their Kelang settlement on Formosa.<sup>39</sup> The Council in Batavia reacted with

## HISTORIOGRAFIA

continuous blockades of the Malacca Straits, directed against Portuguese shipping to and from Macao and Macassar. The Portuguese, after the peace with the English in 1635, counteracted by making use of English ships or by bypassing the Straits altogether, sailing from Macao to Goa via Solor or Timor and south of Java. In the minds of the Council in Batavia, an attack on Malacca itself and even a new assault on Macao were again becoming serious options.

In 1636 Antonio van Diemen, the new Governor-General, without asking his superiors in Amsterdam, took it upon himself to initiate a new warfare strategy with a siege of Malacca and Ceylon combined with a blockade of Goa. Whereas the Adil Shah of Bijapur, seeking support against the Portuguese *Estado*, allowed the English to set foot in Dabhol, Karwar and Rajapur, the Dutch were allowed a trading post in Vengurla, close to Goa. For many years Vengurla served as a refreshment station for the Dutch fleets and as a base for communication with the VOC spies in Goa.

In May 1638 a combined Dutch-Singhalese army captured Baticaloa, and a year later the Dutch took Trincomalee, followed by Negombo and Galle, so that the cinnamon trade fell almost completely into their hands. In May 1640 the largest part of the Dutch fleet in Asia, consisting of eighty-five men of war, was concentrated in the Straits of Malacca, while the troops of Johore lent their assistance on land. The Portuguese only surrendered the town after heroic resistance in January 1641.

In the meantime, in their letter of 11 September 1640 the Directors in Amsterdam had expressed their disapproval and discontent with van Diemen's actions. His response was rather typical: 'We cannot wait for orders if we wish to serve the company. Your Honours know why that is so: there is no time for it, the peoples of these countries and their actions are also so variable that, as a result, our decisions and advice seem to contradict each other, ...however, we trust that if Your Honours would see the matters as close as your servants here, and see and feel them, you would have a different opinion and would be satisfied.'<sup>40</sup>

The Dutch seasonal blockades of the roadstead of Goa would last until 1644.<sup>41</sup> On 22 September 1641 a Dutch fleet appeared once again before Goa and captured a carrack. The viceroy protested because just eleven days before Goa had acclaimed Dom João IV as the new king of Portugal, and in his

opinion this signified the end of the war. However, the Dutch commander refused to accept a truce without instructions from Batavia. This story repeated itself a year later. The Viceroy Da Silva Telles apparently now had received the official message about the truce and had begun to send copies to the Dutch governor of Coromandel, amongst others. He was therefore greatly surprised to see the new blockade fleet appear again. A lengthy correspondence developed between the viceroy and the Dutch commander of the fleet, but the Dutchman did not budge: as far as he was concerned there was no truce as long as he had not received confirmation from Batavia.<sup>42</sup>

In October 1642, as soon as the High Government in Batavia had received the confirmation from Amsterdam, they proclaimed a ten years' truce between the new Portuguese king and the States-General, but their delaying tactics did not come to an end.<sup>43</sup> A year later they created an incident about the partition of the cinnamon gardens at some distance from Galle, declared the truce null and void and took up the blockades of Goa again.<sup>44</sup> Also, the Portuguese ships that wanted to pass through the Malacca Straits were regularly captured, with the result that the Portuguese increasingly made use of English shipping volume. In November 1644 the truce in Asia was once more confirmed. The Portuguese private trade with the Far East was able to continue, but arrangements were made for a toll to be paid by Portuguese ships passing the Malacca Straits, and for many years this would remain a sore point for discussion.

A year later history almost repeated itself, this time with the silk in Persia. Arguing that Isfahan did not honour its obligations and was harassing the Company's traders with heavy tolls, Governor-General Van Diemen and his Council decided to blockade the port of Bandar Abbas and to occupy the island of Khism at the entrance of the Persian Gulf. This time he did not receive the support of the Directors in Amsterdam. Quite to the contrary, in 1650 they issued a General Instruction indicating the position of the Company *vis-à-vis* the local powers: trade on conditions determined by negotiations rather than military power was to be the basis of the VOC presence on the coasts of the Indian Ocean and the China Sea.<sup>45</sup>

After the end of the ten years' truce in 1652, the beginning of the first Dutch-English war and the rapprochement between João IV and Cromwell,



## HISTORIOGRAPHY

which threatened to result in giving the English East India Company free access to most of the Portuguese possessions, formed the introduction to the final phase in the Luso-Dutch conflict.

In 1655 Rijckloff van Goens, who was called 'a child of the company', was in Holland and expressed his view to the VOC directors that the Portuguese should be completely chased away from Ceylon. What he really had in mind was to set up Ceylon as an administrative centre for the whole of Persia and India, under his command. Once Jaffna was in Dutch hands, he argued, it would be possible to control the Indian east coast, and from Ceylon it would also be possible to stop all traffic to Aceh and through the Malacca Straits. The textile trade could then be concentrated in Orissa in the north and in the most southern part of the Coromandel Coast, and all other factories along the Coromandel Coast could then be closed. Besides, he argued, the conquest of Diu would get rid of Portuguese traffic and would allow better control of the Muslim trade to Mocca, Persia and Basrah.

The directors in Amsterdam accepted this new strategy and sent him back to the East, where he became the senior commander of his own project. The capture of Diu did not take place because the blockade of Goa was taking too many ships, but the conquest of Ceylon was certainly successful.<sup>46</sup> Colombo had already been taken in 1656, but in 1658 he was able to finish the job, capturing Tuticorin, Manar, Jaffna and Nagappattinam. However, the possession of Ceylon now caused a new problem: how to protect it against a Portuguese attack from the coast of Malabar?

In their instruction of 1657 to Rijckloff van Goens, the Governor-General and Council in Batavia had already touched upon the possibility of an attack on Malabar, emphasizing that the Portuguese should not submit to being ousted away by the Dutch. The first VOC expeditions to the Malabar Coast—Quilon in 1658, Cochin in 1660 and Cananor in 1661—became a great disappointment because the local rulers were not in the least interested in a Dutch take-over of the Portuguese rights. An alternative would be to set up a new Dutch administration with the necessary military power, but because of the high costs the Governor-General and Council in Batavia suggested that the Portuguese should be forced to leave the Malabar Coast and that their rights and authority should then be delegated to the local rulers. Van Goens objected, and he remained optimistic about

the final outcome and the possibility that both Ceylon and the Malabar Coast would yield sufficient revenues to cover the costs of an occupation. At that very moment he received support from the directors in Amsterdam. In Europe, the province of Holland, in support of its trade relations with Portugal, was pressing to finalize the peace negotiations, and the VOC directors had written to Batavia to take action against the Portuguese as long as this was still possible. Besides, they thought, with the marriage between King Charles II and Princess Catherine of Braganza, the English would get access to most of the Portuguese territories. The first conquests were Quilon and Cranganur, but the first siege of Cochin failed. The directors in Amsterdam had suggested that the Portuguese inhabitants might accept a Dutch government if they were offered freedom of religion and were allowed to keep their possessions, but they refused. Van Goens' forecast that the Malabar pepper would come in large volumes and that the pepper monopoly would ensure high profits for the company yielded renewed support for a siege of Cochin, which took almost two months and ended on 7 January 1663 with the surrender of the military and the ruling clan of the Cochin fort. Cannanur followed soon thereafter.<sup>47</sup> For the *Estado da Índia* it meant the end of a long free fall.

## CONCLUSIONS

The Dutch actions in Asia were governed by a mixture of business and warfare strategies. Rather than trying to control the freight traffic, as the Portuguese did with their royal and concession voyages and their *cartaz* system, the Dutch went directly to the primary sources of supply, i.e. the production areas, and tried to enforce purchase monopolies. Warfare and privateering, which was seen as a legal means of warfare (Hugo Grotius), against the Iberians were the means thereto and were initially strongly supported by the States-General of the United Provinces.

To establish these monopolies, the Dutch had to wage war not only against the Portuguese and Spaniards but also against indigenous populations. By 1621 the population of the Banda Islands was almost extinguished, and it was replaced by Dutch free burghers and Chinese labourers. It took the defeat of Macassar in 1647 to get control over the Moluccan spice trade. Access to the cinnamon trade in Galle, initially in cooperation with the King of Kandy, was

## HISTORIOGRAFIA

achieved in 1640. The conquest of Malabar, often against the will of the local rulers, might have been a last possibility to establish a monopoly in the pepper trade, but Asian and European competition made this an unrealistic objective. It took some fifty years of warfare and thereafter thirty years of diplomacy to acquire free access to the trade in China.<sup>48</sup>

From the mid-1620s, participation in the Asian trade began to contribute to the total cost of the Dutch enterprise. Quite in contrast with the warfare in South East Asia and against the Chinese, in India, Iran, Siam and Japan, it was diplomacy that paved the way to doing business. Promises of possible military support, and payments in silver or gold or in the form of spices, iron, copper, military hardware, munitions and luxury items for the local rulers gave access to the markets for cotton textiles, silk, deer hides, ray skins and rice. For a long time Japan was an important link in the intra-Asian trade.

Striking the balance of the direct Luso-Dutch confrontations in Asia, until 1636 the impact of Dutch

aggression on the trade of the *Estado*, the *Carreira da Índia* or even the Portuguese merchants was limited. Of far greater consequence were the political shifts in Asia and the Dutch 'diplomatic' intrusion at the courts of the Shah of Iran, the Moghuls, the Adil Shah of Bijapur, the King of Kandy, the King of Siam and the Japanese *bakufu*, where the Dutch merchant-sailors could gain the sympathy which the Portuguese had lost.

However, like every organisation, the VOC had its business-minded strategists and its warlike empire builders. Of the people on the spot, Governors-General Jan Pieterszoon Coen, Antonio van Diemen and Rijckloff van Goens belonged to the latter category. A large part of the Dutch expansion in Asia in the form of military presence and trade was due to these three. From the beginning, the Portuguese, not only the *Estado da Índia* but in particular the private traders, strongly opposed the Dutch intrusion into 'their' empire. Therefore, the answer to the question, 'could the VOC have been successful without its empire builders?' most probably has to be negative. **RC**

## NOTES

- 1 Peter Thomas Rooney, "Habsburg fiscal policies in Portugal 1580-1640" in *Journal of European Economic History* 23 (1994), p. 548; H. Kellenbenz, "Autour de 1600: Le commerce du poivre des Fugger et le marché international du poivre" in *Annales, Economies-Sociétés-Civilisations* 11 (1956), pp. 1-28; James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640* (Baltimore/London: Johns Hopkins University, 1993), p. 248; Ernst van Veen, *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645* (Leiden: CNWS, 2000), p. 125.
- 2 J. R. Bruijn, F. S. Gastra, I. Schöffers, *Dutch-Asiatic Shipping in the 17th and 18th Centuries* vol. I (The Hague: Martinus Nijhoff, 1987).
- 3 Ernst van Veen, "Dutch Trade and Navigation in the South China Sea during the 17th century" in *Revista de Cultura*, International Edition 11 (2004), pp. 115-135.
- 4 Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrações e Outras Perdas da "Carreira de Índia"; Séculos XVI e XVII* (Lisbon: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998), pp. 232, 372-376; Peter Borschberg, "Luso-Johor-Dutch relations in the Straits of Malacca and Singapore, ca. 1600-1623" in Ernst van Veen, Leonard Blussé (eds.), *Rivalry and Conflict; European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries* (Leiden: CNWS, 2005), pp. 188-218; Peter Borschberg, "The Seizure of the *Sta. Catarina* Revisited: The Portuguese Empire in Asia, VOC Politics and the Origins of the Dutch-Johor Alliance (1602-c.1616)", in *Journal of Southeast Asian Studies* 33 (2002), pp. 31-62.
- 5 S. van Brakel, *De Hollandsche handelscompagniën der zeventiende eeuw* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1908), pp. 20-21.
- 6 Hugo Grotius, G. L. Williams (transl.) *De jure praedae commentarius*, 2 vols (Oxford: Clarendon Press, 1950); Van Veen, *Decay or Defeat?*, cit., p. 157; Peter Borschberg, "Hugo Grotius' Theory of Trans-Oceanic Trade Regulation; Revisiting *Mare Liberum* (1609)" in *Itinerario* 29 (2005 Leiden) nr. 3, pp. 31-53.
- 7 Pieter van Dam, F. W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge van de Oostindische compagnie* I, II (The Hague: Martinus Nijhoff, 1927-1954), pp. 484-485; *Resolutiën der Staten Generaal van 1576 tot 1609* (The Hague 1910-1970), vol. 12, pp. 625-627.
- 8 H. Hoogenberk, *De rechtsvoorschriften voor de vaart op Oost-Indië 1595-1620* (Utrecht: Kemink en Zoon, 1940), pp. 73-74; De Jonge, *Opkomst van het Nederlandsch gezag in Oost-Indië* (The Hague, Nijhoff, 1862-1895), vol. III, p. 29; Hans den Haan, *Moedernegotie en grote vaart. Een studie over de expansie van het Hollandse handelskapitaal in de 16e en 17e eeuw* (Amsterdam: SUA, 1977), pp. 103-104.
- 9 The effects on the *Carreira da Índia* were thoroughly analysed by André Alexandre Martins Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Universidade Nova, Lisbon 2006. Unpublished.
- 10 G. J. Knaap, *Kruidnagelen en Christenen; De Verenigde Oost-Indische Compagnie en de bevolking van Ambon 1656-1696* (Leiden: KITLV, 2004), pp. 19-29; G. J. Knaap, "De Ambonse eilanden tussen twee mogendheden; De VOC en Ternate, 1605-1656" in E. Locher-

## HISTORIOGRAPHY

- Scholten and P. J. A. N. Rietbergen (eds.), *Hofen Handel: Aziatische vorsten en de VOC 1620-1720* (Leiden: KITLV, 2004), pp. 35-58.
- 11 The data for the graphs concerning the *Carreira da Índia* have been borrowed from Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 3 (Lisbon: Ed. Presença, 1991), p. 49; António Lopes, Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote, "O movimento da Carreira da Índia nos sécs. XVI-XVIII. Revisão e propostas" in *Mare Liberum* 4 (1992), pp. 187-265; T. Bentley Duncan, "Navigation between Portugal and Asia in the sixteenth and seventeenth centuries" in E. J. van Kley and C. K. Pullapilly (eds.) *Asia and the West: Encounters and Exchanges from the Age of Exploration* (Notre Dame, Indiana: Cross Cultural Publications, 1986), pp. 3-25. The VOC data have been borrowed from J. R. Bruijn, F. S. Gaastra, I. Schöffner, *Dutch-Asiatic Shipping*, cit., vol. 1, pp. 163-164, 174, 177. For a good overview of the data of Magalhães Godinho and of Bruijn, Gaastra and Schöffner, see J. R. Bruijn, F. S. Gaastra, *Ships, Sailors and Spices: East India Companies and their Shipping in the 16<sup>th</sup>, 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> century* (Amsterdam: NEHA, 1993). The data on Portuguese tonnages have to be used with great care, but nevertheless they give a reasonable picture of the history of the Portuguese navigation to India in comparison with the VOC.
  - 12 In Portugal the prices of spices were mainly given in *cruzados per quintal*, in the Netherlands in Flemish *groten* per pound. To make easy comparison possible, these prices have been converted on the basis of the silver content of the coins at that time into Dutch guilders per kilogram.
  - 13 Vitorino Magalhães Godinho, "Finanças públicas e estrutura do Estado" in Joel Serrão (ed.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. III (Oporto: Figueirinhas, 1981), pp. 37-38; Gemeente Archief Amsterdam Not. Archief 107, fo 226v-228.
  - 14 Van Dam, *Beschrijvinge van de Oostindische compagnie*, cit., I, I, p. 147.
  - 15 Van Dam, *Beschrijvinge van de Oostindische compagnie*, cit. I, II, pp. 148-149.
  - 16 Ernst van Veen, "VOC Strategies in the Far East (1605-1640)" in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies* (2001), vol. 3, p. 90.
  - 17 Den Haan, *Moedernegotie en grote vaart*, cit., p. 122.
  - 18 Jonathan I. Israel, "The Phases of the Dutch Straetvaart, 1590-1713: A Chapter in the Economic history of the Mediterranean" in Pieter Emmer, Femme Gaastra (eds.), *The Organisation of Interocceanic Trade in European Expansion, 1450-1800* (Aldershot: Variorum, 1996), pp. 157-186.
  - 19 Sanjay Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce: Southern India 1500-1650* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), pp. 166-173, 206-218, 314-322.
  - 20 Sanjay Subrahmanyam, *Explorations in Connected History: From the Tagus to the Ganges* (New Delhi: Oxford University Press, 2005), p. 208.
  - 21 H. T. Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen; Bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indië* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1919-1934), vol. VII, p. 37.
  - 22 *Resolutiën der Staten Generaal: Nieuwe Reeks van 1610 tot 1624* (The Hague 1971-1989), vol. 1, pp. 254, 350, 694, 701, 703. See also Den Haan, *Moedernegotie en grote vaart*, cit., p.119.
  - 23 Van Dam, *Beschrijvinge van de Oostindische compagnie*, cit., I, 2, pp. 525-526 and Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen*, vol. IV, pp. 577-601.
  - 24 Kees Zandvliet, "Vestingbouw in de Oost" in Gerrit Knaap, Ger Teitler, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie tussen oorlog en diplomatie* (Leiden: KITLV, 2002), pp. 151-180.
  - 25 Van Veen, *Decay or Defeat?*, cit., pp. 188-190.
  - 26 RA, VOC inv. 1078 fo.1-3, 8, 396-400; inv. 1076, fo. 288.
  - 27 Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*, cit., pp.122-123.
  - 28 Van Veen, *Decay or Defeat?*, cit., p. 76 note 79; *ibidem*, pp. 80-81. Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*, cit., pp. 101-104, 110-117.
  - 29 Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufregios e Outras Perdas*, cit., pp. 248-258.
  - 30 Victor Enthoven, *Zeeland en de opkomst van de Republiek. Handel en strijd in de Scheldedelta c.1550-1621* (Leiden 1996), pp. 212-213.
  - 31 Om Prakash, *Precious Metals and Commerce: The East India Company in the Indian Ocean Trade* (Aldershot: Variorum, 1994), I, p. 191.
  - 32 RA 1.04.02 inv. 1072, folio 215-216; inv. 1070, folio 445-451; inv. 1068, folio 438.
  - 33 Om Prakash, *Precious Metals and Commerce*, cit., vol. II, pp. 107-126.
  - 34 Artur Teodoro de Matos, "A situação financeira do Estado da Índia na período Filipino (1581-1635)" in idem, *Na Rota da Índia: Estudos de História da Expansão Portuguesa* (Macao: Instituto Cultural de Macau, 1994), pp. 61-81; A. R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire. Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century* (Cambridge Mass./London: Harvard University Press, 1978), pp. 54-55.
  - 35 Andrew J. Newman, *Safavid Iran. Rebirth of a Persian Empire* (London/New York: I. B. Tauris, 2006), pp. 61-63.
  - 36 Om Prakash, "The Dutch East India Company in Bengal: Trade Privileges and Problems, 1633-1712" in *Precious Metals and Commerce*, cit., vol. III, pp. 258-267.
  - 37 Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen*, vol. IV, 620; 'Points of order and redress of the state of affairs of the Company of the Indies' of November 1623.
  - 38 Van Veen, "VOC Strategies in the Far East (1605-1640)", cit., pp. 85-105.
  - 39 P. Mijer, *Verzameling van instructiën, ordonnanciën en reglementen voor de regering van Nederlandsch Indië vastgesteld in de jaren 1609, 1617, 1632, 1650 etc.* (Batavia 1848), pp. 47-67.
  - 40 De Jonge, *Opkomst*, cit., pp. 248-254.
  - 41 René Barendse, 'Blockade: Goa and its Surroundings 1638-1654' in Van Veen, *Rivalry and Conflict*, cit., pp. 232-266.
  - 42 RA, VOC inv. 1144 folio 171-178, folio 339-348, VOC inv. 1141, folio 398-426.
  - 43 Marcus P. M. Vink, "The *Entente Cordiale*: The Dutch East India Company and the Portuguese shipping through the Straits of Malacca 1641-1663" in *Revista de Cultura* 13/14 (1991 Macao), p. 290.
  - 44 George Davison Winius, *The Fatal History of Portuguese Ceylon: Transition to Dutch Rule* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971), pp. 69-83.
  - 45 Peter Rietbergen, "Upon a silk thread? Relations between the Safavid court of Persia and the Dutch East Indies Company, 1623-1722" in E. Locher-Scholten and P. J. A. N. Rietbergen (eds.), *Hofen Handel: Aziatische vorsten en de VOC 1620-1720*, cit, pp. 160-182.
  - 46 Hugo s'Jacob, "Rijcklof Volckertsz van Goens, 1619-1682, Kind van de Compagnie, diplomaat en krijgsman" in Gerrit Knaap, Ger Teitler, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie tussen oorlog en diplomatie*, cit.
  - 47 H. K. s'Jacob (ed.), *De Nederlanders in Kerala, 1663-1701: De memories en instructies betreffende het commandement Malabar van de Verenigde Oost-Indische Compagnie*. Rijk's Geschiedkundige Publicaties Kleine Serie Nr. 43. (The Hague 1976). George D. Winius, Marcus P. M. Vink, *The Merchant-Warrior Pacified. The VOC (The Dutch East India Company) and its Changing Political Economy in India* (Delhi: Oxford University Press, 1991), pp. 28-40.
  - 48 Ernst van Veen, "Dutch Trade and Navigation in the South China Sea", cit., pp. 130-133.



*The true Effigies of F. Alvarez Seme do  
Procurator of y<sup>e</sup> Prouinces of Japan & China !  
Theo. Crisp. fecit*

# O Pe. Álvaro Semedo e a sua *Relação da Grande Monarquia da China*

ZHANG MINFEN\*

Nos finais do século XVI, a religião cristã chegou à China pela terceira vez. A vinda de jesuítas letrados encabeçados pelo Pe. Matteo Ricci constituiu uma magnífica sinfonia no concerto do intercâmbio cultural sino-estrangeiro, nele abrindo uma página totalmente nova. A chegada dos jesuítas bem organizados deu a conhecer à China não só a religião cristã como também a ciência e a cultura ocidentais. Reciprocamente, a ciência e cultura, ideologia e filosofia, arte e história chinesas foram introduzidas na Europa moderna, vivendo-se uma forte conjuntura de “passagem da civilização chinesa para a sociedade ocidental”.

O primeiro jesuíta a dedicar-se ao trabalho sinológico foi Matteo Ricci, considerado o pai da sinologia ocidental. O Pe. Álvaro Semedo, por seu lado, autor da *Relação da Grande Monarquia da China*, dedicou-se também ao estudo e à investigação da língua e cultura chinesas durante a sua permanência no império chinês e deve ser considerado o primeiro sinólogo português e um dos pioneiros ocidentais da sinologia. “Na dinastia Ming, são poucos os sinólogos depois do Pe. Matteo Ricci e o Pe. Álvaro Semedo é um destes poucos sinólogos europeus”.<sup>1</sup> Entretanto, hoje em dia, o estudo e a investigação sobre a presença dos jesuítas na China durante as dinastias Ming e

Qing tem-se limitado a alguns jesuítas famosos, como Matteo Ricci, Martinus Martini, Giulio Aleni, Johann Schall von Bell. Álvaro Semedo tem sido, contudo, injustamente ignorado e esquecido.

A este propósito, o estudioso inglês Charles Boxer, um dos mais importantes investigadores contemporâneos da presença portuguesa no Oriente, afirmou:

“A saga dos Jesuítas portugueses na China aguarda ainda o seu historiador. Esperemos que um dos seus compatriotas se debruce sobre eles. Essa história merece ser contada, apesar do facto dos portugueses terem sido vítimas da ênfase dada pelos escritores estrangeiros aos feitos dos seus colegas franceses e flamengos. Assim, os escritos de Martini, Couplet e Le Comte são recordados, enquanto que os trabalhos pioneiros de Semedo, Gouveia e Magalhães são esquecidos. O mais superficial estudioso da história das relações externas da China está familiarizado com os nomes de Ricci, Schall e Verbiest, mas provavelmente nunca ouviu falar dos não menos influentes Tomás Pereira, José Soares e João Mourão. A falta de contacto com as numerosas, mas dificilmente acessíveis, fontes portuguesas impediu que fosse feita justiça a esses homens admiráveis, da mesma forma que não é geralmente sabido que os Jesuítas portugueses em Pequim se correspondiam com a Academia Real de Londres, com a Academia Imperial da Rússia e com a Academia Real de Paris...”<sup>2</sup>

Este texto pretende contribuir para o preenchimento dessa lacuna através da apresentação da obra do Pe. Álvaro Semedo, que, “embora não

张敏芬 Concluiu, em 2000, o Mestrado em Língua e Cultura Portuguesas (variante de História) na Universidade de Macau. Licenciada em Língua e Literatura Portuguesas pela Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, onde lecciona Português.

*M.A. in Portuguese Language and Culture (History) from the University of Macau, 2002. Graduate in Portuguese Language and Literature from Shanghai's University of International Studies, where she currently teaches Portuguese.*

## HISTORIOGRAFIA

se pudesse comparar com Matteo Ricci, podia ser justamente considerado o primeiro sinólogo português.<sup>3</sup> Tentar-se-á contribuir para um melhor conhecimento da sua *Relação da Grande Monarquia da China*, recordando a importante contribuição histórica de Semedo no processo de conhecimento e divulgação da cultura chinesa junto do mundo ocidental durante a dinastia Ming.

### BREVE BIOGRAFIA DE ÁLVARO SEMEDO

O Pe. Álvaro Semedo passou a maior parte da sua vida na China, sendo um dos testemunhos europeus da decadência da dinastia Ming e da ascensão da dinastia Qing. Dedicou toda a sua vida à grande causa da difusão cultural e à obra de conversão dos chineses. Nasceu em 1585, na vila de Niza, da diocese de Portalegre. Em 1602, com 17 anos, ingressou na Companhia de Jesus, indo estudar Filosofia no Colégio Jesuíta de Évora. Seis anos mais tarde, em 1608, partiu de Lisboa para a Índia, concluindo os seus estudos teológicos em Goa. Chegaria a Macau dois anos depois. Em 1613, foi enviado para a missão jesuíta de Nanquim, onde adoptou o nome de Xie Wulu 谢务禄, começando a aprender a língua chinesa, tal como os seus outros confrades, o que era muito importante, mesmo indispensável, para a sua missão de catequização. Em 1616, foi expulso para Macau juntamente com o Pe. Vagnoni (Gao Yizhi 高一志), na sequência da perseguição aos jesuítas em Nanquim, iniciada em 1615 e impulsionada por Shen Que 沈樞, então vice-presidente do Tribunal dos Ritos de Nanquim. Depois de quatro anos em Macau, em 1620 conseguiu passar novamente para o interior da China. Para não ser reconhecido pelas autoridades, alterou o seu nome para Zeng Dezhaio 曾德昭. Permaneceu alguns anos na província de Zhejiang, principalmente na cidade de Hangzhou, onde um importante mandarim, Yang Tingjun 杨廷筠, lhe deu grande ajuda nas suas actividades missionárias. Visitou também as províncias de Jiangxi e Nanquim. Depois de ter residido algum tempo em Jiading e Xangai, foi destacado para a cidade de Xi'an, onde foi o primeiro europeu a analisar a famosa estela dos Cristãos Nestorianos. Viveu igualmente alguns anos nas províncias de Shanxi e Jiangxi, até ser enviado, em 1636, para Roma na qualidade de procurador da vice-província da China, para representar os interesses da

missão chinesa. Embarcou em Macau no ano de 1637. Durante a sua longa viagem para Roma, começou a redigir um relato sobre a sua experiência no Império do Meio. Em 1640 estava em Portugal. Quando regressou à China, em 1644, foi nomeado por algum tempo para o cargo de vice-provincial das missões neste país, continuando a sua obra de evangelização até 1657, data da sua morte em Cantão, com 72 anos de idade.<sup>4</sup>

### DIVULGAÇÃO DA *RELAÇÃO DA GRANDE MONARQUIA DA CHINA*

O Pe. Álvaro Semedo viveu mais de trinta anos na China, que percorreu de norte a sul, tendo contactado com todas as camadas sociais chinesas, tanto pessoas das classes superiores como os elementos mais humildes do povo. É justamente considerado um excelente sinólogo e tradutor da língua chinesa. Entre os seus trabalhos, conta-se a primeira tradução para línguas europeias das inscrições da conhecida estela dos Cristãos Nestorianos, durante a sua estada em Xi'an. Redigiu ainda um longo e bem informado tratado sobre a China, a *Relação da Grande Monarquia da China*, concluído em 1638, em Goa, e que foi traduzido e publicado em muitas línguas ocidentais, gozando de grande divulgação na época. Há notícias de que, em 1642, foi impresso em Lisboa um anónimo resumo da obra, com o título de *Breve Recompilação dos Princípios, Constituição e Estado da Cristandade da China*, mas do qual, infelizmente, não se encontrou até hoje qualquer exemplar. Um ano depois, o historiógrafo português Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) obteve uma cópia integral do manuscrito de Semedo, que deu à estampa em 1642, em Madrid, numa versão em castelhano, com o título de *Imperio de la China y Cultura Evangelica en el, por los Religiosos de la Compañia de Jesus*. Esta versão, que continha muitas interpolações e observações de Faria e Sousa, foi reeditada ainda no mesmo ano, vindo a ser reimpressa em Lisboa no ano de 1731.

Em Roma, em 1643, Álvaro Semedo fez imprimir a sua obra em italiano numa tradução do Pe. Gattini, dando-lhe o título de *Relatione della Grande Monarchia della Cina*. Esta tradução foi feita a partir do texto português levado para Roma pelo próprio autor, vindo a ser reimpressa em Bolonha em 1678. Uma tradução francesa, provavelmente elaborada a partir da versão original portuguesa, surgiu em Rouen em 1643, com

## HISTORIOGRAPHY

o título de *Recueil des Commencements, Progrez, et Estat Moderne de la Chrestienté de la Chine*. Uma nova versão francesa, desta vez a partir da edição italiana, com o título de *Histoire Universelle du Grande Royaume de la Chine*, surgiu pela mão de L. Coulon em 1645, em Paris. Um pouco mais tarde, em 1656, surgiria em Londres uma tradução em inglês com o título de *The History of That Great and Renowned Monarchy of China... Lately written in Italian by F. Alvarez Semedo, a Portuguese [...] Now put into English by a Person of quality [...] to satisfy the curious, and advance the trade of Great Britain*. Houve uma outra versão francesa, publicada em Lyon, em 1667, com o título de *Histoire Universelle de la Chine par le P. Alvarez Semedo, Portugais*. A obra de Semedo foi igualmente traduzido para holandês no ano de 1670. Só três séculos depois, em 1956, Luís Gonzaga Gomes, um grande sinólogo português contemporâneo, faria a retroversão integral para português da *Relação da Grande Monarquia da China*, a partir da versão italiana, a edição mais rigorosa e mais valiosa, pois foi feita sob a atenta supervisão do autor,<sup>5</sup> já que o manuscrito integral em língua portuguesa não foi até à data localizado. Esta versão de Luís Gonzaga Gomes foi reeditada em Macau, em 1994, por iniciativa do investigador António Carmo.<sup>6</sup> Em 1998, a *Relação* de Álvaro Semedo foi traduzida para chinês, a partir da versão inglesa, por He Gaoji 何高济, permitindo que os chineses conhecessem a perspectiva de um dos mais importantes portugueses na China do século XVII sobre o povo e a sociedade da China na dinastia Ming.

APRESENTAÇÃO DA *RELAÇÃO DA GRANDE MONARQUIA DA CHINA*

A *Relação da Grande Monarquia da China* dá aos leitores um panorama muito detalhado e rigoroso da sociedade e civilização chinesas em meados do século XVII. A primeira das suas duas partes – “Do Estado Temporal da China” – apresenta uma descrição extensa e bem informada da complexidade social chinesa seiscentista, debruçando-se sobre a língua e escrita chineses, a cultura e a vida quotidiana, a cortesia e os costumes, a educação e a ciência, os casamentos e os funerais, o governo e a administração e as artes da dinastia Ming. A segunda parte – “Da Cristianidade da China” – relata a história da difusão do Cristianismo pelos jesuítas na China desde 1552, incluindo a origem

da entrada dos jesuítas, o processo de Nanquim e a biografia pessoal do grande literato chinês Li Zhizao 李之藻 (Doutor Leão).

Apresenta-se de seguida uma síntese do conteúdo da primeira parte da obra, que consta de 31 capítulos.

Ao chegar ao Império, Semedo ficou admirado com a sua enorme extensão territorial, a imensa população e a abundância de produtos e não poupa palavras de admiração perante a incrível riqueza material da China:

“Quanto à abundância, como este reino se dilata muito, participando de latitudes e climas diversos, é tanta a variedade de fruta que produz e de que goza, que aparece ter a natureza ali acumulado aquilo que repartira pelo resto do mundo. A dentro das suas portas existe tudo quanto é necessário para a vida humana e ainda toda a abundância de delícias”.<sup>7</sup>

Além apresentar a situação geral de cada província, este minucioso observador descreve de forma detalhada os costumes de beber chá e vinho na China. Ao referir-se às províncias do Norte, Semedo não esquece a célebre Grande Muralha que, na sua opinião, tinha “mais renome que eficácia, pois que, sem que impeçam a sua grandeza e capacidade, o inimigo a tem reduzida em mísero estado”.<sup>8</sup>

Na opinião do missionário português, os chineses eram simpáticos e hospitaleiros: “São afáveis, cortesios e muito tratáveis.”<sup>9</sup> Semedo salienta que, em caso de necessidade, como muitas vezes tinham experimentado, emprestavam aquilo que lhes era pedido. Na sua informada opinião, os chineses eram inclinados à virtude:

“Não digo que sejam isentos de vícios, próprios de todos os gentios e ainda de todos os mortais, mas têm em apreço aqueles que fazem profissão de virtuosos, especialmente de certas virtudes que, entre outros gentios são desprezadas, como seja a humildade, a virgindade e a castidade”.<sup>10</sup>

O jesuíta português descreve pormenorizadamente o vestuário dos académicos e do povo comum. Relativamente a um pormenor do vestuário feminino, menciona a pequenez dos sapatos das mulheres, já que os seus pés eram enfaixados apertadamente desde a infância para que não crescessem.

Durante a sua longa estadia na China, Álvaro Semedo obteve consideráveis conhecimentos da

## HISTORIOGRAFIA

língua chinesa. O jesuíta afirmava que o chinês era uma língua muito antiga e que muitos a consideravam uma das setenta e duas línguas da Torre de Babel, referindo que “Consta, pelo menos, nos seus livros, que há mais de 3700 anos que está em uso”<sup>11</sup>. Semedo anotou correctamente a função do *quonhoa*<sup>12</sup>, ou língua oficial:

“a língua chinesa vem a ser só uma a que chamam *quonhoa* ou língua de mandarins porque estes, ao mesmo tempo que introduziam o seu governo noutros reinos introduziam, também, a sua língua, que hoje é falada em todo o país como o latim, em toda a Europa.”<sup>13</sup>

É verdade que, como Semedo não deixou de observar, além do *guan hua* 官话, existiam dialectos diferentes em cada região da China. Ou, nas suas próprias palavras, “cada uma das regiões conserva sempre o seu próprio idioma”.<sup>14</sup>

O missionário apreciava a simplicidade da gramática chinesa, afirmando que as suas regras eram mais simples do que as do Latim, pelo facto de todas as palavras chinesas serem indeclináveis. Para Semedo, a língua chinesa era mais fácil de aprender do que o Latim, opinião que reunia o consenso de outros investigadores europeus do século XVII. Na sua opinião “Existem 60 000 letras registadas no seu vocabulário chamado *Haipien*, que bem pode chamar-se *Mare magnum*.”<sup>15</sup> Esta afirmação é idêntica à dos autores chineses: “Dizem que se registam no total sessenta mil caracteres chineses, entre os quais, são mais usados por volta de de três mil.”<sup>16</sup>

A respeito da escrita, a afirmação do nosso autor sobre a antiguidade dos caracteres chineses “foi muito significativa na Europa de então, pois permitiu comprovar que a civilização chinesa era mais antiga que a civilização cristã.”<sup>17</sup> Semedo explica a existência de quatro estilos de escrita distintos durante o processo de desenvolvimento dos caracteres chineses, a saber: *zhuan* 篆, *zhen* 真, *li* 隶, e *cao* 草. Apresenta ainda os pincéis e a forma chinesa de os utilizar para a escrita.

O jesuíta português transmite-nos um retrato muito favorável e idealizado do sistema de exames da China Imperial em meados do século XVII. Expressa abertamente a sua grande admiração por este sistema de selecção de mandarins letrados, através de exames efectuados pública e imparcialmente, elogiando essa imparcialidade, que não diferenciava os ricos dos pobres, perante a oportunidade de obter cargos oficiais.

Na sua expressão, os chineses estudavam tão rigorosamente que não lhes era permitido qualquer entretenimento ou recreio, realçando o seu método de estudo, “*poixu*”.<sup>18</sup> Para o jesuíta português, os chineses prestavam muita atenção à prática da escrita e da composição para se adaptarem ao sistema de exames. Estudavam apenas os *Quatro Livros* e os *Cinco Clássicos* porque as perguntas dos exames se relacionavam somente com estes livros.

De acordo com as informações reunidas e difundidas por Semedo, os chineses não eram educados em escolas ou universidades, mas sim através da contratação de professores particulares, que transmitiam não só os conhecimentos científicos como também os ritos e os bons costumes, uma vez que todos os letrados tinham de manter boa reputação, pois caso contrário ser-lhes-ia proibido candidatar-se aos exames. Pode-se concluir que, naquela altura, tudo o que os letrados faziam estava relacionado com os exames imperiais, porque os exames eram “a coisa de maior importância deste reino, porque deles dependem os graus; destes os cargos públicos; e dos cargos públicos, as honrarias e os proventos”.<sup>19</sup> Com base na sua capacidade de observação e também num conhecimento profundo da língua chinesa, obtido ao longo de muitos anos de estudo, Semedo consegue fazer-nos uma descrição detalhada dos exames imperiais de três graus que se realizavam no século XVII, destacando o seu processo complicado e o seu alargado conteúdo, assim como as formas de se evitarem fraudes e o tipo de tratamento de que os letrados gozavam depois de terem alcançado o grau. O jesuíta português foi um dos europeus que primeiro traduziu os títulos obtidos nesses exames:

“São três os graus: *sieucaí*,<sup>20</sup> *kiugin*,<sup>21</sup> e *cinfu*”<sup>22</sup> e, para compreendermos, podemos dizer que a seu modo correspondem aos nossos de bacharéis, licenciados e doutores”.<sup>23</sup>

Mostrou-nos a forma como se faziam os exames, especialmente o *xiang shi* 乡试,<sup>24</sup> exame para a obtenção do grau de licenciatura. Mostrou-se muito interessado e curioso em relação ao *gong yuan* 贡院,<sup>25</sup> lugar onde se faziam os exames dos licenciados, não poupando palavras para descrever a sua grandeza e majestade.

Nas suas palavras, os exames eram um assunto muito sério e da maior importância, porque os examinados não só eram vigiados pelos “capitães e soldados” como também pelos examinadores. Além disso, ao entrarem, tinham que ser rigorosamente



## HISTORIOGRAPHY

Frontispício da edição de 1643 de *Relatione della Grande Monarchia della Cina*.

revistados, sendo obrigados a “trazerem o cabelo solto até baixo, as pernas nuas, com sapatos feitos de corda, o fato sem simulações ou pregas de qualquer espécie”.<sup>26</sup> Refere ainda que, caso fosse encontrado qualquer papel nos examinandos, estes seriam imediatamente excluídos. Salienta também o “sistema de anonimato” adotado no exame dos licenciados, para evitar a fraude e a corrupção. Ainda de acordo com as informações de Semedo, depois do exame seguiam-se diversas cerimónias e banquetes luxuosos, ficando os laureados “imediatamente importantes, honrados e ainda venerados”. Porém, também manifesta algumas dúvidas sobre a possibilidade de ficarem “logo ricos” depois de terem conseguido o grau.

No seu relato, Álvaro Semedo elogia o respeito do governo chinês pelo conhecimento, pelos professores e pelos literatos, mesmo por aqueles que não possuíam graus. Para ele, os chineses respeitavam os professores durante toda a vida, “não lhes faltam, em tempo devido, com presentes e, quando passam de grau e são promovidos a cargos mais elevados, fazem-lhes

favores e benefícios importantes”.<sup>27</sup> Escreveu ainda que Alexandre da Macedónia tinha dito que se devia mais aos mestres que ensinavam que aos pais que procriavam, mas que só na China tal dívida era compreendida e se pagava. Refere também Confúcio, salientando que este era reconhecido como mestre de todos os graduados.

O Pe. Álvaro Semedo sentia uma imensa admiração pela política do governo chinês de administração dos mandarins letrados com alto grau académico, muito diferente do que passava na Europa, onde o poder estava apenas na mão da aristocracia e as pessoas comuns muito raramente tinham oportunidade de exercer qualquer cargo no governo, em especial os menos favorecidos. Em termos de organização do Estado, Semedo descreveu-nos uma verdadeira “república das letras”, um país governado por um imperador absoluto, mas bondoso e poderoso, que não só se comportava de acordo com os regulamentos políticos e morais estipulados pelos clássicos confucionistas, como também nomeava os letrados que passavam os exames imperiais e sabiam bem como administrar o Estado.

Álvaro Semedo fez também uma apresentação concisa das ciências e das artes liberais chinesas, mencionando não só a Gramática, a Lógica e a Retórica, como também a Aritmética, a Geometria, a Música, a Astronomia, a Medicina, etc. Embora os chineses não possuíssem conhecimentos de Álgebra, gostavam de Matemática e tinham bastantes conhecimentos de Geometria, usando em todo o país o ábaco para contar. O nosso autor tomou em devida conta este instrumento:

“O processo de contar em todo o reino e ainda nos vizinhos é por meio de um instrumento chamado *gina* pelos portugueses e *suonpuon*,<sup>28</sup> pelos chineses”.<sup>29</sup>

Segundo revela o tratado do nosso jesuíta, os chineses também se apaixonaram pela Astrologia e pelos horóscopos, assim como por outras disciplinas, como a música, a pintura, a medicina, etc.

Parece que Álvaro Semedo conhecia muito bem a literatura chinesa, já que apresenta<sup>30</sup> pormenorizadamente os clássicos confucionistas:

“o primeiro, chamado *Yekim*<sup>31</sup> [...]; o segundo, chamado *Xukim*<sup>32</sup> [...]; o terceiro *Xikim*<sup>33</sup> [...]; o quarto chamado *Likim*<sup>34</sup> [...]; o quinto, chamado *Chumchou*....”<sup>35</sup>

## HISTORIOGRAFIA

Acrescentava que havia ainda quatro livros atribuídos a Confúcio e a um outro filósofo chamado “Mensiu”,<sup>36</sup> e que nestes nove livros se encontrava toda a doutrina física e moral que devia ser estudada para os exames imperiais.

Semedo passou a maior parte da sua vida na China mantendo relações próximas com gente de todos os estratos sociais. Conhecia, por isso, muito bem as normas de cortesia das diferentes classes, o que se pode verificar plenamente na sua obra:

“as suas cortesias são, primeiramente, profundas medidas até ao chão, sendo esta a que usam, ordinariamente nos encontros e visitas”.<sup>37</sup>

O nosso autor verificava ainda que a cortesia entre o vulgo consistia em juntar as mãos uma sobre a outra e elevá-las até à cabeça. Acrescentava também outras designações especiais para mostrar o respeito do falante, por exemplo, os chineses em vez de dizerem “o seu filho”, diziam “*limlam*”,<sup>38</sup> em vez de dizerem “a sua filha”, diziam “*lingai*”,<sup>39</sup> etc. Ainda hoje este tipo de tratamento é usado em cartas ou convites.

De acordo com as suas descrições, os chineses gostavam de banquetes, acrescentando que os chineses os promoviam quando iniciavam um trabalho ou acabavam uma obra. Não deixa de igualmente apresentar as enormes cortesias e os exagerados tratamentos que eram adoptados na preparação dos banquetes.

Segundo Álvaro Semedo, os chineses eram adeptos de todas as formas de jogos. Gostavam, nomeadamente, dos jogos de cartas, de xadrez, sobretudo os nobres, do jogo de dados, do jogo da morra e do jogo da moeda, estes dois últimos no caso da gente vulgar, do jogo de galos e de codornizes, e do jogo com grilos. Observava, contudo, que às crianças que estudavam era proibido qualquer tipo de jogos.

Na antiga China, todo o tipo de tabus e de mandamentos, emanados do rito e da ética feudais, cerceavam a liberdade das mulheres chinesas: poligamia, casamento combinado pelos pais, venda das mulheres, etc. Estes aspectos do modo de vida da antiga China suscitaram a curiosidade de Álvaro Semedo e ficaram registados no seu relato. Semedo também descreveu detalhadamente o processo do casamento dos chineses. Observou, por exemplo, que os imperadores chineses nunca casaram com mulheres estrangeiras, sendo a rainha escolhida de forma extremamente rigorosa. Notava elogiosamente que a maior parte das rainhas eram piedosas, virtuosas e prudentes.

Semedo nota correctamente que os chineses prestavam muita atenção a todos os assuntos relacionados com a morte, de modo a poderem exprimir a sua piedade filial, no respeito pelos rituais tradicionais. Fosse ricos ou pobres, cada um havia de comprar um caixão apropriado para os seus familiares mortos, escolhendo com enorme cuidado a localização das sepulturas. O missionário jesuíta descreve pormenorizadamente as práticas funerárias dos chineses em geral e, em particular, a cerimónia do funeral da rainha-mãe em 1614, que teve ocasião de testemunhar presencialmente.

Nos livros dedicados à investigação da cultura chinesa, o Confucionismo, a seita Tao<sup>40</sup> e a seita indiana de Xaca<sup>41</sup> têm sido consideradas como as três principais crenças dos chineses desde a dinastia Han (64 a.C.-220 d.C.). Esta observação é adiantada por Semedo, que afirma

“os chineses são, geralmente, pouco inclinados às seitas [...]. Têm, porém, três seitas, a primeira é a dos letrados e mais antiga do que pensam alguns, que lhe dão por autor Confúcio; a segunda seita é a dos tausi,<sup>42</sup> também originária da China; a terceira seita dos pagodes é da Índia, das partes do Indostão”.<sup>43</sup>

Visto que as gentes do povo, de facto, não tinham uma crença especial, queimavam incenso ao encontrar templos, ajoelhando-se e tocando com a testa no chão sempre que contemplavam representações dos deuses. Por isso, o nosso autor afirmou que os chineses mostravam grande interesse pela superstição.

O Pe. Semedo também se refere no seu tratado à milícia e às armas chinesas, dizendo que os chineses contavam com ricas experiências de guerra já que, além das conquistas e guerras com os reinos estrangeiros, tinham tido entre si muitas outras guerras. Na óptica do jesuíta português:

“Para fazer capitães, cabos e lugares-tenentes, etc., há exames e neles se conferem dois graus, que, para melhor compreensão lhes chamaremos licenciados em armas e doutores em armas.”<sup>44</sup>

O observador português descreve com detalhe como se faziam os exames para a selecção dos mandarins de guerra. Além da prova escrita, o nosso autor nota:

“Finda a prova especulativa, efectua-se a prática, devendo desferir nove setas a pé firme e outras nove, correndo a cavalo, contra um grande alvo”.<sup>45</sup>

## HISTORIOGRAPHY

O religioso português também refere directamente que os chineses valorizavam as letras e desprezavam as armas.

Semedo divide a nobreza chinesa em cinco ordens. A primeira era a família real. Na sociedade tradicional chinesa, o imperador era a figura mais poderosa e mais importante do país, sendo designado por *Tian zi* 天子, isto é, filho do Céu. A família imperial possuía infinitas riquezas:

“os palácios, considerando em conjunto todas as coisas que neles estão concluídas, são os melhores que se podem encontrar no mundo”.<sup>46</sup>

Embora não fossem incluídos na ordem de nobreza, na observação de Semedo, os eunucos, que estavam permanentemente ao lado do imperador, tinham um enorme poder, desempenhando um papel muito importante na China imperial. A segunda ordem, na opinião de Semedo, era a nobreza dos titulares; a terceira era constituída pelos mandarins letrados e oficiais de guerra; a quarta era a classe dos estudantes sem graus; e a quinta era formada por todos aqueles que viviam de negócios ou rendimentos.

Com uma longa vivência da China, Semedo possuía bastantes conhecimentos sobre o governo chinês e as suas numerosas dependências, dizendo que o principal governo da China se divide em seis conselhos a que chamam *pu*:

“o primeiro conselho, de maior autoridade e proventos, é do estado e chama-se *Lipu*<sup>47</sup> [...] o segundo é o Conselho de Guerra; o terceiro é o Conselho dos Ritos; o quarto é o Conselho do Património Régio; o quinto é o Conselho das Obras Públicas; o sexto trata de assuntos criminais e para aplicar castigos”.<sup>48</sup>

Além de se debruçar sobre o governo geral de todo o reino pelas duas cortes, Álvaro Semedo também se refere à administração nas treze províncias. O missionário jesuíta elogia bastante o governo chinês: “Acima de tudo existem as suas leis, estatutos e ordens pelos quais se governam, bem como o reino”,<sup>49</sup> salientando:

“são igualmente antigas e todas fundadas nas cinco virtudes muito estimadas pelos antigos e ainda hoje muito célebres entre eles, isto é, *gin, y, li, chi, sin*”.<sup>50</sup>

Todas as virtudes referidas no tratado seiscentista do missionário português ainda hoje constituem princípios éticos fundamentais para o povo chinês.

Por causa do processo de Nanquim, foi o nosso autor preso, ficando algum tempo na prisão. Deste modo, conheceu com os seus próprios olhos os cárceres, as sentenças e os castigos dos chineses. Ficou muito impressionado com a avidez dos carcereiros chineses.

“Os presos são obrigados não somente ao encarceramento como ainda a muitos tributos [...] E se não tiver, o condenado terá de lhe dar o barrete ou alguma peça do vestuário. São estas as pequenas despesas com as quais esfolam a bolsa.”<sup>51</sup>

Nas suas próprias palavras:

“As sentenças diferem pouco das nossas com a excepção de que as dilações não são tantas o mesmo acontecendo com as réplicas [...]. As condenações são pecuniárias, poucos destertos ou exílios, e as galés ou o parecido com isso”.<sup>52</sup>

Semedo descreve também as terríveis torturas utilizadas nos casos especiais.

Álvaro Semedo é o primeiro português que descreve de forma detalhada a história e cultura da China Ming. Elogia abertamente na sua *Relação* o excelente imperador chinês, o regime político e social perfeito, especialmente o imparcial sistema de exames para selecção de mandarins letrados, tema que suscitou grande curiosidade na sociedade europeia interessada em assuntos orientais. “É um documento único e pioneiro na história da educação seiscentista e no panorama da história das ideias educativas portuguesas. É uma verdadeira viagem ao interior de um império examinocrático”.<sup>53</sup> Em comparação com a Europa de então cheia de guerras, o jesuíta português ficou admirado pela prosperidade económica e a estabilidade social da China, apesar de referir também a avidez e crueldade de carcereiros.

Em jeito de balanço global, a descrição que Álvaro Semedo apresenta da cultura chinesa ultrapassa muito a dos seus antecedentes, contribuindo enormemente para a formação correcta de uma imagem da China na Europa. **RC**

## HISTORIOGRAFIA

## NOTAS

- 1 Wu Mengxue 吴孟雪 e Zeng Liya 曾丽雅, *Mingdai Ouzhou Hanxue Shi* 明代欧洲汉学史 (História da Sinologia Europeia da Dinastia Ming), Dongfang chu ban she, 2000 p. 53.
- 2 Ch. R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*, Macau, Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990, pp. 166-167.
- 3 Wu Mengxue & Zeng Liya, *Mingdai Ouzhou Hanxue Shi*, p.54.
- 4 Feng Chengjun 冯承钧 trad., *Zaibua Yesu Huisi Liezhuan Ji Shumu* 在华耶稣会士列传及书目 (Louis Pfister, *Notices Biographiques et Bibliographiques sur les Jesuites de l'Ancienne Mission de Chine 1552-1773*), Zhonghua shu ju, 1995, pp. 148-152.
- 5 Introdução de Luís Gonzaga Gomes à sua tradução, editada em 1956 pela extinta editora Notícias de Macau.
- 6 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*. António Carmo, ed., Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/ Fundação Macau, 1994. É esta a edição utilizada nas citações.
- 7 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 27.
- 8 *Ibidem*, p. 57.
- 9 *Ibidem*, p. 63.
- 10 *Ibidem*, p. 65.
- 11 *Ibidem*, p. 73
- 12 *Guan hua* 官话, a língua dos mandarins.
- 13 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 73.
- 14 *Ibidem*, p. 73.
- 15 *Ibidem*, p. 76.
- 16 Wuming Yang 杨五铭, *Wenzi Xue* 文字学 (Ciência dos Caracteres), Renmin chu ban she, 1993 p. 109.
- 17 Wu Mengxue e Zeng Liya, *Mingdai Ouzhou Hanxue Shi*, p. 129.
- 18 *Bei shu* 背书, decorar sem olhar para o livro.
- 19 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 89.
- 20 *Xiuxai* 秀才, bacharel, o que era aprovado no exame distrital.
- 21 *Juren* 举人, licenciado, o que era aprovado no exame provincial.
- 22 *Jinshi* 进士, doutor, o que era aprovado no exame metropolitano.
- 23 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 87.
- 24 *Xiang Shi* 乡试, o exame provincial.
- 25 *Gong yuan* 贡院, lugar onde se realizava o exame provincial.
- 26 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 92.
- 27 *Ibidem*, p. 264.
- 28 算盘 *Suan pan*, ábaco.
- 29 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 108.
- 30 *Ibidem*, pp. 103-104.
- 31 *Yi Jing* 易经, Livro das Mutações.
- 32 *Shu Jin g* 书经, Livro de História.
- 33 *Shi Jing* 诗经, Livro de Odes.
- 34 Será certamente o *Li Ji* 礼记, Livro de Ritos.
- 35 *Chun Qiu* 春秋, Anais da Primavera e do Outono.
- 36 Meng Zi 孟子, Mêncio.
- 37 Esta cortesia chama-se *zuo yi* 作揖, baixar a cabeça. Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 119.
- 38 *Ling lang* 令郎, seu excelente filho.
- 39 *Ling ai* 令媛, seu excelente amor, isto é, sua filha.
- 40 Fundada por um filósofo chinês chamado Lao Zi 老子.
- 41 Entrou na China no ano de 63 D. C.
- 42 Lao Zi.
- 43 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, pp. 167-168.
- 44 *Ibidem*, p. 183.
- 45 *Ibidem*, p. 184.
- 46 *Ibidem*, p. 203.
- 47 *Li bu* 吏部, tribunal responsável por propor os mandarins de todo o reino para os cargos, sua transferência e promoção.
- 48 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, pp. 224-225.
- 49 *Ibidem*, p. 261.
- 50 *Ibidem*, p. 261. *Ren* 仁, caridade, amor e compaixão; *yi* 义, justiça; *li* 礼, cortesia; *zhi* 智, prudência e sapiência; *xin* 信, fidelidade.
- 51 Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, pp. 245-246
- 52 *Ibidem*, pp. 248-250.
- 53 António Aresta, "Introdução" a Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, p. 9.

## RESUMOS

**Liampó nas Relações Sino-Portuguesas entre 1524 e 1541 e a Escudela de Pêro de Faria**

A “Escudela de Pêro de Faria, de 1541” é uma peça importante para reconstituir as relações sino-portuguesas (até as relações sino-nipo-portuguesas entre 1524 e 1541) em e através de Liampó. O período de 1521/1522 a 1540 é uma fase bastante obscura, sem documentação sistemática nem nas fontes portuguesas nem nas chinesas. Foi nestas circunstâncias que surgiram as peças de encomenda em porcelana chinesa com uma inscrição alusiva a 1541, do segundo mandato de Pêro de Faria. Dessas encomendas conhecem-se hoje apenas três peças. Este estudo incide apenas sobre a que se encontra no Museu Rainha D. Leonor, Beja, peça omnipresente nos catálogos de exposições sobre os Descobrimentos Portugueses e as relações sino-portuguesas. Esta peça “azul e branco” originária de Jingdezhen, a chamada “capital da porcelana” da China, testemunha que entre 1521 e 1540 havia movimentos comerciais não-oficiais entre a Índia Portuguesa e o litoral do Sul da China. É de salientar que o Português é a primeira língua ocidental a ser gravada na porcelana chinesa, apesar de anteriormente a estas peças personalizadas encomendadas pelos Portugueses já haver objectos com inscrições em sânscrito, árabe, tibetano, entre outras línguas.

[Autores: Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, pp. 7-19]

**Os Presentes e as Ofertas nas Relações Diplomáticas entre a Indonésia e Portugal**

Trata-se de um ensaio interpretativo que aborda as relações diplomáticas entre Portugal e os sistemas de estado pré-coloniais do arquipélago indonésio e o papel dos presentes e das ofertas nessas relações durante os séculos XVI e XVII. Não existe muita literatura escrita sobre este tema específico dos presentes e das ofertas ou sobre as várias questões interculturais que esta análise gera. Os primeiros e sugestivos comentários avançados neste artigo baseiam-se na análise de fontes portuguesas e indonésias, documentação publicada, relatos pessoais e literatura secundária. Este tema é abordado a vários

níveis. O primeiro dos quais é o heurístico e caracteriza, em geral, a frequência, o objectivo, o resultado das ofertas e os presentes envolvidos nas missões diplomáticas oficiais e informais portuguesas na região durante o período. O segundo é mais específico, mas mais abrangente e conceptual nas suas implicações. Discute a natureza prática e simbólica dessas trocas, comentando as ramificações práticas e políticas, bem como o significado cosmológico e o simbolismo dos presentes e da oferta de prendas aos governantes indonésios, bem como a sua cultura material. Incidindo na análise das missões diplomáticas portuguesas – os presentes e as ofertas –, procura o equilíbrio entre as perspectivas portuguesas e indonésias. [Autor: George Bryan Souza, pp. 20-32]

**Navios, Mercadorias e Embalagens na Rota Macau-Nagasaki**

Uma das mais curiosas consequências do encontro dos portugueses com o Japão foi o desenvolvimento de um conjunto de produções artísticas nipónicas de influência ocidental. Avultam neste contexto os célebres biombos *namban* produzidos pela escola de Kano, de que se conservam hoje cerca de sessenta exemplares. Neles se retrata repetidamente, com detalhe e com rigor, a chegada da grande nau lusitana a Nagasaki e o desembarque de uma tripulação colorida e multicultural, acompanhada por uma miríade de caixas, potes, arcas e embalagens, que conteriam todos os novos e exóticos produtos trazidos pelos recém-chegados europeus. Neste trabalho, ensaia-se o confronto de todos esses coloridos e elaborados contentores (a partir de alguns biombos conservados em Portugal) com as listas conhecidas de mercadorias que os portugueses transportavam de Macau para o Japão a bordo dos seus navios. Esta modesta contribuição para uma renovada leitura das conhecidas obras de arte nipónicas é acompanhada de elementos informativos que contextualizam a chegada dos portugueses ao Japão e os diversos andamentos do relacionamento mercantil que se desenvolveu ao longo do chamado século cristão japonês.

[Autor: Rui Manuel Loureiro, pp. 33-51]

**Macau, Pólo Fundamental para a Difusão do Gosto e Estética Chineses na Europa e Brasil**

Este artigo pretende apresentar algumas questões para reflexão sobre o impacto da influência chinesa no quotidiano das camadas cultas das sociedades europeias e coloniais, em especial do Brasil, através do comércio de produtos preciosos chineses nos séculos XVI ao XVIII. Com a descoberta da Rota do Cabo de Boa Esperança e a sua extensão aos mares da China, os Portugueses começaram a vender na Europa uma imensidão de produtos preciosos chineses (sedas, porcelanas, jóias, produtos medicinais...). Macau foi a única porta oficial para o comércio europeu com a China até à abertura de Cantão ao comércio estrangeiro. Os estabelecimentos europeus em Cantão vieram intensificar a difusão dos modelos chineses na Europa. De que forma o comércio português e europeu de produtos chineses influenciou um novo gosto e mentalidade das elites, quer na Europa, quer nas suas colónias? Esta influência foi multifacetada e afectou vários campos culturais, da pintura à arquitectura, do mobiliário à jardinagem, ficando conhecida por *chinoiserie*. O que nos leva a propor a revisão da periodização tradicional da *chinoiserie*, de forma a integrar o século XVI como primeiro período da difusão da cultura chinesa na Europa e América da Época Moderna. Este período de contactos portugueses pode ainda ser subdividido em dois períodos: antes e depois da fundação de Macau.

[Autor: Rui d'Ávila Lourido, pp. 52-70]

**O Pavilhão das Peónias. Um Encontro entre Ocidente-Oriente e Norte-Sul**

A visita de Tang Xianzu (1550-1616) a Macau é provavelmente responsável pela dinâmica Ocidente-Oriente e Norte-Sul da peça *Mudan Ting (O Pavilhão das Peónias)*, concluída em 1598. Sendo contemporâneo de William Shakespeare (1564-1616), Tang Xianzu é considerado o mais talentoso dramaturgo da dinastia Ming e um dos maiores dramaturgos da história da literatura chinesa. Quando foi despromovido e enviado para a província de Guangdong, teve

## RESUMOS

a oportunidade de visitar Macau, em 1591. Incorporou habilmente a sua experiência “sulista”, em especial as suas impressões sobre Macau, na peça *O Pavilhão das Peónias*. Na cena 21, “Uma audiência com o Embaixador”, Macau é descrito como um local cheio de tesouros maravilhosos. Notavelmente, a peça associa um enclave ocidental ao Império do Meio de uma forma holística. Esta peça é uma história de amor estranha e fantástica sobre Du Liniang, a filha de um magistrado de Nan’an, na província de Jiangxi, e de Liu Mengmei, um letrado inteligente da província de Guangdong. Tang Xianzu percorre, assim, o país, tecendo um casamento exógamo entre súbditos do Norte e do Sul da China. A peça centra-se numa paixão misteriosa, mas descreve igualmente o encontro entre Ocidente-Oriente e Norte-Sul.

[Autor: Christina Miu Bing Cheng, pp. 71-89]

### Macau na Literatura Inglesa

O início da representação de Macau na literatura inglesa data do século XVI, em antologias de literatura de viagens como as de Richard Hakluyt, fenómeno que se acentua no romance inglês a partir da fundação de Hong Kong (1841), mas sobretudo no século XX. As imagens de cariz realista da Cidade do Santo Nome de Deus de Macau presentes na literatura anglófona aproximam-se de referentes extratextuais que o leitor informado reconhece como específicos desse pitoresco espaço histórico, como revela a análise desses textos literários com base em documentação histórica e inúmeros relatos de viagem, de forma a estudar quer a ficcionalização das relações anglo-portuguesas e luso-americanas, bem como a presença anglófona no Sul da China entre os séculos XVII-XX quer a inter-relação entre História e Literatura no que diz respeito à representação literária de Macau nas literaturas de língua inglesa.

[Autor: Rogério Miguel Puga, pp. 90-105]

### Abordagem à Economia Política e Relações Comerciais de Macau em Meados do Reinado de Qianlong e do Período Pombalino

Seguindo a linha de investigação de um historiador de Macau, este estudo examina um conjunto de registos

dos “riscos” e de outros documentos originais, publicados no intuito de revelar aspectos dos laços comerciais de Macau durante a rápida ascensão do Marquês de Pombal, em Portugal, período que corresponde, na China, a meados do reinado de Qianlong. Esta investigação traz à luz alguns detalhes sobre o destino de viagens comerciais feitas a partir de Macau, os empréstimos que as financiaram e alguns dos personagens com elas relacionados. Um segundo objectivo é o de abordar estas actividades comerciais no contexto da situação política em Portugal e na China e no ambiente de segurança mais alargado em que a rede comercial se desenvolveu. Aborda ainda a questão de como, nas condições longe de perfeitas do mundo pré-moderno, circunstâncias não relacionadas com o mercado desempenharam, por vezes, um papel muito mais importante no traçar da direcção deste comércio do que factores económicos racionais. Dada a actual ressurgência económica da China, Macau, esta Cidade do Nome de Deus, pode talvez inspirar-se no período em que teve uma herança especial de Portugal e um relacionamento único com China, traçando o seu próprio caminho para a sobrevivência e para um novo papel no século XXI.

[Autor: Teddy Sim, pp. 106-120]

### Estratégias Holandesas e o Estado da Índia

As acções holandesas na Ásia eram orientadas por um misto de estratégias de negócios e de guerra. Este trabalho analisa a forma como os objectivos e estratégias da Companhia das Índias Orientais se entrelaçaram, onde falharam e onde e quando foram bem sucedidos. Ao invés dos portugueses que controlavam os fretes, com as suas viagens reais, de concessão e seu sistema de cartazes, os holandeses foram directamente às fontes de abastecimento, tentando obter o monopólio da compra. A guerra e a pirataria, considerada como meio legal de guerra, contra os Ibéricos, foram de início suportadas fortemente pelos Estados-Gerais das Províncias Unidas. Para estabelecer estes monopólios, os holandeses tiveram que fazer a guerra não apenas contra os portugueses e espanhóis mas também contra as populações indígenas. Cerca de 1621 a população das ilhas

de Banda estava quase extinta, sendo substituída por burgueses holandeses e mão-de-obra chinesa. O acesso ao comércio da canela em Gale foi alcançado em 1640, mas apenas com a derrota de Macassar, em 1647, foi obtido o controle sobre o comércio moluquense de especiarias. Foram necessários cerca de cinquenta anos de guerra e, após estes, outros trinta de diplomacia para terem livre acesso ao comércio na China. Até 1636, em contraste com as confrontações directas luso-holandesas na Ásia, o impacto da agressão holandesa sobre o comércio do Estado da Índia, da Carreira da Índia ou mesmo dos comerciantes portugueses foi limitado. Muito mais significativas foram as manobras políticas no Extremo Oriente e a ‘diplomática’ intrusão holandesa onde os comerciantes-marinheiros holandeses puderam ganharam a simpatia que os portugueses tinham perdido. Como todas as organizações, a VOC teve os seus estratégias de negócios e os seus bélicos ‘construtores de impérios’ como os governadores-gerais Jan Pietersz. Coen, António van Diemen e Rijckloff van Goens, cujos esforços foram essenciais ao seu sucesso.

[Autor: Ernst van Veen, pp. 121-131]

### O Pe. Álvaro Semedo e a sua Relação da Grande Monarquia da China

Álvaro Semedo, conhecido na China por Xie Wulu, e mais tarde por Zeng Dezhaio, foi um jesuíta português e um dos pioneiros da sinologia ocidental que viveu na China durante mais de trinta anos. Durante a sua estada na China manteve contactos íntimos com todas as camadas sociais chinesas e familiarizou-se com as práticas culturais locais. Entre 1637 e 1640 escreveu uma obra bem informada sobre a realidade chinesa – *Relação da Grande Monarquia da China* –, que viria a ser traduzida em diversas línguas. O presente texto pretende fazer uma apresentação da vida do Pe. Álvaro Semedo e da sua extensa *Relação* que trata todos os aspectos culturais da dinastia Ming, recordando a sua importante contribuição histórica no processo de conhecimento e divulgação da cultura chinesa junto do mundo ocidental durante o século XVII.

[Autor: Zhang Minfen, pp. 132-140]

## ABSTRACTS

**Liampó in Chinese-Portuguese Relations Between 1524 and 1541 and the Pêro de Faria Porringer**

The "Porringer of Pêro de Faria, from 1541" helps in reconstituting Sino-Portuguese relations (even Sino-Japanese-Portuguese relations between 1524 and 1541) in and through Liampó. The years 1521/1522 to 1540 are a lesser-known period, with no systematic documentation either in Portuguese or Chinese records. It was under these circumstances that the Chinese porcelain, inscribed with the year 1541, was commissioned during the second mandate of Pêro de Faria. Three pieces are known to survive, but this paper focuses on the one in Rainha D. Leonor Museum in Beja, an extremely rare, perhaps unique piece, which features in exhibition catalogues on the Portuguese discoveries and Sino-Portuguese relations. This "blue and white" piece, which came from Jingdezhen, the so-called "porcelain capital" of China, proves that between 1521 and 1540 non-official commercial trading took place between Portuguese India and the south coast of China. It is noted that Portuguese was the first Western language to be inscribed in Chinese porcelain, although there are several earlier pieces adorned with Sanskrit, Arab, Tibetan and other languages. [Authors: Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, pp. 7-19]

**Gifts and Gift-giving in Portuguese-Indonesian Diplomatic Relations**

This interpretative essay discusses diplomatic relations between Portugal and the pre-colonial state systems of the Indonesian Archipelago and the role of gifts and gift-giving in those exchanges in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. There is relatively little literature written on the specific topic of gifts and gift-giving or the range of cross-cultural issues that its examination generates. The preliminary and suggestive findings that are advanced in this article are based upon an examination of Portuguese and Indian archival sources, published documentation, first-hand accounts, and secondary

literature. This topic is approached on several levels, the first of which is heuristic. It characterizes in general the frequency, purpose, and outcome of the gift-giving and the gifts that were involved in the official and informal Portuguese diplomatic missions to the region over the period. The second is more specific, but broader and conceptual in its implications. It discusses the practical and symbolic nature of these exchanges by commenting upon the political and practical ramifications, as well as the cosmological significance and symbolism of the gifts and the gift-giving to Indonesian rulers and their material culture. While the focus of this essay is on Portuguese diplomatic missions—their gifts and gift-giving—an effort is made to strike a balance between the Portuguese and Indonesian perspectives. [Author: George Bryan Souza, pp. 20-32]

**Ships, Goods and Packaging on the Macao-Nagasaki Route**

One of the most interesting consequences of the Portuguese encounter with Japan was that it led to Japanese art production with a Western influence, including the famous *namban* screens produced by the Kano school, of which around sixty samples have survived intact. These folding screens repeatedly depict, in fine detail, the arrival of the large Portuguese ship at Nagasaki and the disembarkation of the colourful and multicultural crew, with a myriad of boxes, pots, chests and packages in tow, which contained all sorts of new and exotic products brought by the newly-arrived Europeans. This work compares all these colourful and elaborate containers (based on some screens in Portugal) with manifests that the Portuguese transported from Macao to Japan on board their ships. This modest contribution towards a new perspective on the well-known Japanese works of art includes informative texts that put into context the arrival of the Portuguese in Japan and the wide-ranging aspects of the trading relations that developed throughout what has become known as Japan's Christian century. [Author: Rui Manuel Loureiro, pp. 33-51]

**Macao: Essential Centre for the Dissemination of Chinese Tastes and Aesthetics in Europe and Brazil**

This article presents some issues relating to the impact of Chinese influence on the everyday life of educated European and colonial society, particularly in Brazil, through the trading of precious Chinese products from the 16<sup>th</sup> to the 18<sup>th</sup> centuries. When, how and what were the agents responsible for the dissemination in Europe of Chinese fashion and Asian exoticism in clothing, in interior decoration, or exterior decoration, namely through the oriental architectural forms or the redesigning of gardens? Thanks to the discovery of the Cape of Good Hope route and its extension into the China seas, the Portuguese began to sell an immense array of precious Chinese products in Europe (silks, porcelains, jewels, medicinal products, etc). The city of Macao was the only official gateway for European commerce with China until the opening of Canton to foreign trade in 1683. How did Portuguese and European trading in Chinese products influence a new taste in the mentality of the elites, both in Europe and its colonies? This influence had many different facets and affected several cultural genres, from painting to architecture, from furniture to gardening, and was labelled *chinoiserie*. The phenomenon has led us to a review of the traditional *chinoiserie* period, so as to incorporate the 16<sup>th</sup> century as the first period of the diffusion of Chinese culture in Europe and America in the Modern Era. This period of Portuguese contacts can be further divided into two phases: before and after the foundation of Macao. [Author: Rui d'Ávila Lourido, pp. 52-70]

**The Peony Pavilion. A Crossroads of East-West and South-North**

The visit of Tang Xianzu (1550-1616) to Macau is arguably responsible for the east-west, south-north dynamics of the play *Mudan Ting* (*The Peony Pavilion*), which was completed in 1598. Being a contemporary of William Shakespeare (1564-1616) on the other

## RESUMOS

part of the world, Tang Xianzu is considered the most gifted playwright in Ming-dynasty China and one of the greatest dramatists in the history of Chinese literature. When he was demoted to a clerk in Guangdong province, he had a chance to visit Macao in 1591. He deftly incorporated his “southern” experience, and particularly his impression of Macao, into *The Peony Pavilion*. In Scene 21, “An Audience with the Envoy”, Macao is described as a place full of wonderful treasures. Notably, the play weaves together a Western enclave and the Eastern “Middle Kingdom” in a holistic way. This play is a fantastically eccentric love story about Du Linjiang, the daughter of a magistrate in Nan’an, Jiangxi province, and Liu Mengmei, an intelligent scholar in Guangdong province. Tang Xianzu thus traverses the geography, plotting an exogamic marriage between a southerner and a northerner in China. Not only does the play focus on an eerily passionate love, it also depicts a crossroads of east-west and south-north.

[Author: Christina Miu Bing Cheng, pp. 71-89]

### Macao in English Literature

Macao was first represented in English writings in the 16<sup>th</sup> century, in travel accounts such as those of Richard Hakluyt. This phenomenon accentuated in English novels after the founding of Hong Kong (1841), and especially in the 20<sup>th</sup> century. The realistic images of the Cidade do Santo Nome de Deus de Macau which appear in Anglophone literature are similar to the extra-textual references that the informed reader would recognise as belonging specifically to this picturesque historical space. This is unveiled in the analysis of these literary texts based on historical documentation and numerous travel logs, enabling the study both of the fictionalisation of the Anglo-Portuguese and Portuguese-American relations, as well as the Anglophone presence in South China between the 17<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, and the inter-relation between History and Literature with regard to the literary representation of Macao in the English language literature.

[Autor: Rogério Miguel Puga, pp. 90-105]

### A Probe into Macao’s Political Economy and Trade Relations during the Mid-Qianlong/Pombaline Period

Following up on a lead by a Macao historian, this paper examines a set of registers of *riscos*—described as “insurance-cum-loan advancement”—and other published documents to reveal aspects of Macao’s commercial ties during the brief ascendancy of the Marquis de Pombal in Portugal, which overlapped with the mid-Qianlong period of the Qing dynasty in China. This investigation brings to light a number of details about the destinations of commercial voyages from Macao, the loans that underwrote these voyages, and some of the personages associated with them. A second objective of the paper is to place these commercial activities within the contexts of the political situation in Portugal and China, and the broader security environment in which the trade network developed.

The paper also probes the question of how, in the far-from-perfect conditions of the pre-modern world, non-market considerations sometimes played a larger role in shaping the direction of this trade than did rational economic ones. Given the current economic resurgence of China, Macao, this city in the name of God, can perhaps draw inspiration from a period in which it had a special heritage from Portugal, and a unique relationship with China, and in so doing forge its own path towards survival and a new role in the 21<sup>st</sup> century

[Author: Teddy Sim, pp. 106-120]

### Dutch Strategies and the *Estado da Índia*

The Dutch actions in Asia were governed by a mixture of business and warfare strategies. This paper analyses how VOC objectives and strategies became intermingled, where they failed and when and where they became successful. Rather than trying to control the freight traffic, as the Portuguese did with their royal and concession voyages and their *cartaz* system, the Dutch went directly to the primary sources of supply and tried to enforce purchase monopolies. Warfare and privateering, which was seen as a legal means of warfare, against the Iberians were the means thereto and were initially strongly supported by the States-General

of the United Provinces. To establish these monopolies, the Dutch had to wage war not only against the Portuguese and Spaniards but also against indigenous populations. By 1621 the population of the Banda Islands was almost extinguished and it was replaced by Dutch free burghers and Chinese labour. Access to the cinnamon trade in Galle was achieved in 1640, but it took the defeat of Macassar in 1647 to get control over the Moluccan spice trade. It took some fifty years of warfare and thereafter thirty years of diplomacy to acquire free access to the trade in China. In contrast to direct Luso-Dutch confrontations in Asia, until 1636 the impact of Dutch aggression on the trade of the *Estado*, the *Carreira da Índia* or even the Portuguese merchants was limited. Of far greater consequence were the political shifts in the Far East and the Dutch ‘diplomatic’ intrusion where the Dutch merchant-sailors could gain the sympathy which the Portuguese had lost. As in every organisation, the VOC had its business minded strategists and its warlike ‘empire builders’ like Governors-General Jan Pietersz. Coen, António van Diemen and Rijckloff van Goens – whom where essential to the VOC success in its endeavours.

[Author: Ernst van Veen, pp. 121-131]

### Father Álvaro Semedo and his *History of that Great and Renowned Monarchy of China*

Álvaro Semedo, known in China as Xie Wulu, and later as Zeng Dezhao, was a Portuguese Jesuit and one of the pioneers of Western Sinology. He lived in China for over thirty years. During his time in China he kept close contact with all Chinese social levels and familiarised himself with the country’s cultural practices. Between 1637 and 1640, he wrote a well-informed work on Chinese life entitled *History of that Great and Renowned Monarchy of China*, which was translated into many other languages. This text describes the life of Father Álvaro Semedo and his extensive report which deals with all the cultural aspects of Ming dynasty China, recalling the important historical contribution of Father Álvaro Semedo in the process of getting to know and disclosing the Chinese culture to the Western world in the 17<sup>th</sup> century.

[Author: Zhang Minfen, pp. 132-140]